



esboços

histórias em contextos globais

DEBATE

**Escravidão Antiga e História Global
Ancient Slavery, and Global History**

2024

set./dez.

V. 31

N. 58

ISSN

2175-7976





esboços

histórias em contextos globais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Irineu Manoel de Souza

Vice-Reitora

Joana Célia dos Passos

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor

Alex Degan

Vice-Diretora

Michele Monguilhott

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Catálogo na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v. 1, n. 1 (1994). – Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 –

Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>

ISSN 1414-722x

E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

Publicação indexada em:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades Dialnet

DOAJ - Directory of Open Access Journals Diadorim - Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

ERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

Genamics JournalSeek

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

Portal de Periódicos – CAPES

Redalyc - Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Scopus

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras



EDITOR-CHEFE

Jo Klanovicz, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Fabio Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevideú, Uruguai

Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia

Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Henrique Espada Lima Filho, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Andréa Doré, Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR, Brasil

Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Élio Cantalício Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia

João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha

Karin Hofmeester, University of Amsterdam, Amsterdã, Holanda

Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia

Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil

Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil

Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha

Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina

Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra

CAPA

William B. Correa

PROJETO GRÁFICO

Megatrad

DIAGRAMAÇÃO

William B. Correa



REVISÃO DE PORTUGUÊS, ESPANHOL E NORMALIZAÇÃO

Megatrad

REVISÃO DE INGLÊS

Megatrad

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História – UFSC

Avaliação dos originais

Visando garantir a qualidade e a idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços*: histórias em contextos globais adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos/as autores/as.

Esboços

Programa de Pós-Graduação em História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Bairro Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88.040-900
Telefones: + 55 48 3721 4136
Website: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>
E-mail: esbocos@contato.ufsc.br
ISSNe 2175-7976
Periodicidade: Quadrimestral



ESCRavidÃO ANTIGA EM PERSPECTIVA MEDITERRÂNICA: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM GLOBAL

Ancient Slavery in Mediterranean Perspective: A Proposal of a Global Approach

Fábio Duarte Joly ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-6549-3094>

E-mail: fabio.joly@ufop.edu.br

José Ernesto Moura Knust ^b

 <https://orcid.org/0000-0002-3295-9107>

E-mail: zeknust@gmail.com

^a Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de História, MG, Brasil.

^b Instituto Federal Fluminense, Campus Macaé, Macaé, RJ, Brasil.

DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

RESUMO

O objetivo deste artigo é propor uma nova alternativa metodológica para o estudo da escravidão antiga, tendo em vista os limites do conceito de “sociedade escravista”, formulado por Finley. Esse conceito tem sido criticado nos últimos dez anos de forma mais recorrente por uma historiografia que se volta para uma história global da escravidão. Na primeira parte do artigo examinamos o conceito finleyiano e as objeções mais recentes de autores como Noel Lenski, David Lewis e Kostas Vlassopoulos. Na segunda parte, propomos pensar um “sistema escravista mediterrânico” com diferentes fases entre o surgimento das cidades-estados no Mediterrâneo e o desenvolvimento do Império Romano. Para tanto, propõe-se um diálogo com as vertentes mais recentes de estudo sobre a escravidão atlântica, em especial com a perspectiva aberta pelo conceito de segunda escravidão.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão antiga. Império Romano. Mediterrâneo.

ABSTRACT

The aim of this article is to propose a new methodological alternative for the study of ancient slavery, considering the limits of the concept of “slave society” formulated by Moses Finley. This concept came increasingly under scrutiny in the last ten years by a scholarship that is devoting itself to a global history of slavery. In the first part of the article, we examine Finley's concept and the most recent objections from authors such as Noel Lenski, David Lewis and Kostas Vlassopoulos. In the second part, we propose to think of a “Mediterranean slave system” with distinct phases between the rise of the city-states in the Mediterranean and the development of the Roman Empire. To this end, we also propose a dialog with the most recent strands of study on Atlantic slavery, especially with the perspective forwarded by the concept of second slavery.

KEYWORDS

Ancient slavery. Roman Empire. Mediterranean.



O campo de estudos sobre a “escravidão antiga” encontra-se diante de um grande desafio. Nos últimos dez anos, há uma busca por renovação que passa sobretudo pelo questionamento mais incisivo de certas ortodoxias consolidadas pela influência da obra de Moses Finley. Essa renovação tem mobilizado um diálogo para além do próprio campo, voltando-se para a construção de pontes com uma história global da escravidão. Contudo, apesar de terem o mérito de propor outras possibilidades analíticas para um aspecto do mundo antigo já tão estudado, essas tentativas de renovação ainda padecem de uma forte dependência ao conceito de “sociedade escravista”, tal como originalmente estabelecido por Finley, mesmo após o reconhecimento de seus limites.

A oscilação que se nota entre o abandono total do conceito ou sua reformulação para manter vivo o “espírito das indagações de Finley” (nas palavras de Noel Lenski, 2018, p. 57) resultou na continuidade de uma visão fragmentada, não integrada, da escravidão na Antiguidade. Nota-se, sobretudo, a preservação das “formas” – no sentido que Norberto Guarinello (2003) confere à palavra – com as quais estamos tradicionalmente habituados a lidar no tratamento deste tema, ou seja, “escravidão próximo-oriental”, “escravidão grega”, “escravidão romana”, “escravidão judaica” etc. Tais formas geralmente não contemplam, de maneira satisfatória, a transformação histórica da escravidão na Antiguidade ao não articularem experiências históricas locais, regionais, imperiais e globais de processos de escravização/manumissão no Mediterrâneo antigo. A manutenção da morfologia tradicional da escravidão na Antiguidade dificulta colocar questões tais como, por exemplo, se a “escravidão romana” foi essencialmente a mesma e constante ao longo da história ou se houve transformações, supressões e rearticulações de modalidades locais de escravidão na longa duração.

Respostas a essas perguntas têm se mostrado difíceis de avançar caso se mantenha o foco unicamente no conceito de “sociedade escravista” como pensado por Finley, de modo que talvez seja salutar a construção de novas alternativas metodológicas. Este é o objetivo deste artigo. Tendo por ponto de partida a análise da posição de Finley e as críticas mais recentes de autores como Noel Lenski, David Lewis e Kostas Vlassopoulos, proporemos aqui um novo modelo conceitual para o estudo da escravidão antiga. Nosso argumento central é que seria proveitoso recolocar em cena, de forma mais elaborada, a ideia de um “sistema escravista mediterrânico”, que apresentaria duas temporalidades principais: uma “primeira escravidão” mediterrânica, constituída inicialmente no âmbito de cidades-estados a partir do século IX a.C., e depois, com o Império Romano, a partir do século I a.C., uma “segunda escravidão” mediterrânica, com impacto nas dinâmicas de escravização e cadeias mercantis estabelecidas na fase anterior, e difusão de um aparato institucional-jurídico que atuou como fator de convergência entre diferentes sistemas escravistas. Para tanto, propõe-se igualmente um diálogo com as vertentes mais recentes de estudo sobre a escravidão atlântica, em especial, com a perspectiva aberta pelo conceito de segunda escravidão.

SOCIEDADE ESCRAVISTA: LIMITES DE UM CONCEITO

Finley afirma, em *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna* (1980), que uma sociedade é *genuinamente* escravista quando os rendimentos que mantêm a elite dominante baseiam-se substancialmente no trabalho escravo. Nesse sentido, o importante seria a “localização” da escravidão dentre outras formas de trabalho compulsório e mesmo frente ao trabalho livre na Antiguidade. Para Finley, os escravos compunham a força de trabalho *permanente* para a elite, no campo e na cidade e, conseqüentemente, “proviam a maior parte da renda imediata obtida com o direito de propriedade pelas elites econômicas, sociais e políticas” –

isto é, excluindo-se rendas cuja origem era política, advinda de posições militares e na administração pública, e nem derivada de práticas financeiras, como o empréstimo a juros (Finley, 1991, p. 84).

Ainda segundo o modelo finleyiano, a constituição de uma sociedade escravista seria resultado da combinação de três fatores: a propriedade privada da terra e sua concentração em poucas mãos; o desenvolvimento dos bens de produção e a existência de um mercado para venda; e a ausência de mão de obra interna disponível (devido à abolição da escravidão de cidadãos por dívidas, por conta do reforço dos privilégios da cidadania), colocando então a necessidade de mão de obra estrangeira. Tais condições – explicáveis por razões fundamentalmente endógenas – teriam existido simultaneamente em Atenas e outras comunidades gregas no século VI a.C. assim como em Roma desde o século III a.C. (Finley, 1991, p. 88-89), estando assim inicialmente restritas “às áreas centrais da Grécia, Itália e Sicília” (Finley, 1991, p. 82). Nesse contexto, o escravo surgia como a mão de obra ideal, porque os “três componentes da escravidão – a posição do escravo como propriedade, a totalidade do poder sobre ele e a falta de laços de parentesco – davam ao proprietário, *a priori*, poderosas vantagens com relação a outras formas de trabalho involuntário: maior controle e flexibilidade no emprego de sua força de trabalho e uma liberdade muito maior na disposição do trabalho indesejado” (Finley, 1991, p. 79).

Finley, portanto, ao descrever o despontar da sociedade escravista na Grécia e Roma, tem em mente cidades-Estados, em regiões delimitadas e num determinado momento de seus desenvolvimentos ainda sem consolidarem estruturas imperiais de dominação sobre vastos territórios. Desse estágio de surgimento de uma sociedade escravista greco-romana, passa depois diretamente à etapa de seu declínio sob o Império Romano, quando então Finley oscila, no quarto capítulo de *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, entre se referir ao Império, à Itália ou a Roma. Essa oscilação não é casual. Deriva, no fundo de uma visão monolítica do império como se a ele correspondesse uma única sociedade e uma elite também homogênea que se apoiasse no trabalho escravo, e que depois deixa de recorrer a ele pela nova disponibilidade de mão-de-obra interna de cidadãos agora privados dos antigos privilégios de uma cidadania restrita. Como notou Norberto Guarinello, os termos da comparação por Finley são completamente diferentes, pois “a escravidão não declina no âmbito de uma cidade, mas de um vasto império, para o qual a noção de cidadania tinha, desde o início, uma conotação completamente distinta” (Guarinello, 2009, p. 118).

A despeito desses problemas na origem de formulação do conceito, o pensamento de Finley tornou-se muito influente não só na historiografia da escravidão antiga, mas também naquela relativa à escravidão nas Américas (sobretudo no Sul dos EUA) e na África. Mesmo sendo um especialista no mundo antigo, uma área marginal dentro dos estudos sobre História da Escravidão, Finley acabou por estabelecer as bases daquilo que Rafael Marquese (2024) chamou de abordagem estrutural e nomotética deste campo. A grande obra que sintetiza tal abordagem, *Escravidão e Morte Social*, de Orlando Patterson (1982), revela, não por acaso, uma profunda influência finleyiana ao marcar sua posição nos debates sobre o conceito de escravidão e sociedade escravista [cf. Bodel (2019); para uma reavaliação da obra de Patterson, consultar Bodel e Scheidel (2017)]. Por outro lado, uma importante abordagem alternativa, definida por Marquese como histórica e ideográfica, se estabeleceu a partir da obra de Joseph Miller (2008; 2012) e tem sido ponto de partida para importantes críticas ao modelo finleyiano, sugerindo uma abordagem da escravização (*slaving*) como um processo histórico dinâmico.

É bem verdade que, se este debate esteve quente nas últimas décadas no campo da História Global da Escravidão, não se pode dizer o mesmo no campo da Escravidão Antiga. Isto começou a mudar apenas no contexto das comemorações do centenário do

nascimento de Finley, em 2012, com a multiplicação de livros e artigos nos Estados Unidos e Europa sobre o impacto e a fortuna da obra desse historiador (Harris, 2013; Jew; Osborne; Scott, 2016; Lenski; Cameron, 2018).

Nessa reavaliação da obra finleyniana um espaço de destaque foi dado ao tema da escravidão. “O que é uma sociedade escravista?” é justamente o título de um dos livros que vieram a lume nesse contexto, organizado por Noel Lenski e Catherine Cameron (2018). Em sua contribuição ao volume, num capítulo introdutório sobre o conceito, Lenski (2018) enumera o que entende como suas fragilidades principais. Em primeiro lugar, aponta para a perspectiva etnocêntrica a partir da qual o conceito é elaborado por Finley, uma vez que apenas sociedades ocidentais são tratadas como genuinamente escravistas. Em segundo lugar, Lenski mostra o que seriam inconsistências na formulação do conceito: uma distinção muito rígida fundada no binômio sociedade com escravos/sociedade escravista; a própria dificuldade de circunscrever com precisão a noção de “sociedade” (por exemplo, o Caribe comporia *uma* sociedade escravista?); o conceito, ademais, estaria assentado em noções ocidentais de liberdade, participação política e propriedade privada; e, por fim, seu uso enfatizaria muito mais as similaridades entre sociedades escravistas do que suas diferenças em termos de fontes internas e externas de escravos, práticas de manumissão, emprego do trabalho escravo, além de questões raciais envolvidas na escravidão.

Trata-se de críticas bastante pertinentes, mas que não levam Lenski a sugerir um abandono do conceito. Pelo contrário, ele acredita que se ajustado a uma abordagem global da escravidão para além das cinco sociedades que Finley erigiu como canônicas (Grécia e Itália clássicas, Sul dos EUA, Caribe inglês e francês, Brasil), o conceito se mantém válido. Em suas palavras:

Se aceitarmos que “sociedades escravistas” sejam julgadas pelo grau em que suas estruturas de dependência se aproximem da “escravidão ideal”, a referência para compará-las, portanto, não parece ser o restrito binômio de Finley, mas uma escala, ou melhor, uma série de escalas. Essas podem ser denominadas *vetores de intensificação*, isto é, medidas do grau em que uma dada “sociedade escravista” se aproxima de cada aspecto da definição ideal inicialmente evocada (Lenski, 2018, p. 52).

É uma solução interessante se considerada como uma tentativa de manter a validade do conceito de “sociedade escravista” de Finley dentro de sua própria metodologia de uma história comparada da escravidão, mas agora com um leque maior de sociedades. Todavia, esse resgate do conceito implica também em replicar alguns de seus problemas de base. O próprio Lenski afirma que a ideia de “sociedade” e sua circunscrição no tempo e no espaço é problemática, mas não incorpora tal questão em sua reelaboração do conceito. Consequentemente, acaba reiterando o mesmo tipo de incoerência ao citar sociedades com organizações muito diferentes – tribos indígenas, impérios, reinos – às quais poderiam ser aplicadas as mesmas observações que faz ao Sul dos EUA e ao Caribe como não constituindo “sociedades” homogêneas já que existiriam diferenças geográficas e recortes temporais e seria então mais apropriado circunscrever melhor o que seriam sociedades escravistas no interior desses amplos espaços. Esta proposta de Lenski ilustra, portanto, uma abordagem que, apesar de críticas importantes ao conteúdo da definição finleyniana de “sociedade escravista”, ainda se mantém presa a problemas estruturais da formulação do conceito.

A ênfase na metodologia de se construir tipos ideais mantém aquelas formas tradicionais da escravidão, como “escravidão romana” e “escravidão no Sul dos EUA”, além de coibir uma apreensão dessas escravidões nos sistemas escravistas maiores –

mediterrânico e atlântico – em que estavam inseridas. Mas convém lembrar que o conceito de “sociedade escravista”, anteriormente à sua reelaboração por Finley, aparece, na historiografia sobre a escravidão nas Américas, a partir da década de 1940, no contexto de comparações entre impérios, seus processos de colonização e consequências para a montagem de sistemas escravistas no Novo Mundo (Tannenbaum, 1946; Goveia, 1965).¹

A preeminência que o conceito de “sociedade escravista” assumiu frente a outros, como o de “sistema escravista” (por exemplo, como proposto por Westermann, 1955), a partir de Finley na historiografia sobre escravidão antiga, levou a uma ausência de teorização sobre a relação entre conexão, integração, império e escravidão. Reforçou-se, assim, uma visão segmentada da escravidão no Mediterrâneo antigo, como se cada modalidade tivesse se desenvolvido de maneira independente, a partir principalmente de fatores políticos internos, e sem quaisquer interrelações entre si. Em suma, as abordagens calcadas no conceito de “sociedade escravista” tendem a se situar nos limites de um internalismo – e mesmo nacionalismo – metodológico, pressuposto que, aliás, esteve na base da formação da História Antiga como campo acadêmico e que ainda marca presença neste, a despeito da orientação para abordagens mais globais (Morales; Silva, 2020).

Uma ilustração desse ponto pode ser encontrada no primeiro volume da *The Cambridge World History of Slavery* (2011), dedicado ao Mediterrâneo antigo e organizado por Keith Bradley e Paul Cartledge. A maioria dos capítulos concentra-se na escravidão grega e na escravidão romana, com apenas um capítulo dedicado à escravidão no Antigo Oriente Próximo e outro para a escravidão entre os judeus.² No caso de Grécia e Roma, um tratamento temático (cultura, economia, fontes de escravos, arqueologia da escravidão, religião, direito e família) combina-se com capítulos voltados às periodizações tradicionais (períodos clássico e helenístico; República, Império e Antiguidade Tardia). Naqueles que abordam Atenas clássica, Roma republicana e a Itália romana sob o Principado, a discussão ainda se concentra em frisar a pertinência de suas qualificações como “sociedades escravistas”. Assim, Neville Morley, em seu capítulo sobre a escravidão no Principado, adota o conceito como se não houvesse mais necessidade de questionar sua aplicabilidade:

Sem querer minimizar as características especiais da Itália romana durante este período, com seu alto número de escravos e as formas particulares em que eram empregados nas vilas, parece estranho que uma sociedade na qual os escravos pudessem ser encontrados em todas as áreas da vida e em todos os níveis de interação social, em que a propriedade de escravos era um dos marcadores mais importantes de status social e em que as discussões sobre o estado da sociedade eram dominadas pelos problemas criados pela presença de escravos e libertos bem-sucedidos não devesse ser descrita como uma “sociedade escravista” (Morley, 2011, p. 284).

Roma, para o autor, teria difundido “suas crenças, hábitos, práticas e ansiedades; as províncias foram confrontadas com, e claramente influenciadas por, uma cultura que era permeada pela escravidão”, de maneira que o Principado significou mais a “consolidação das instituições da escravidão romana do que o seu desenvolvimento – e tampouco o seu declínio” (Morley, 2011, p. 285). Tem-se aqui um exemplo de uma estratégia para se lidar com a dificuldade de situar a escravidão nos quadros de uma “sociedade escravista” de nível imperial: ao invés de pensar alternativas para especificar as relações entre império e

¹ Sobre o contato de Finley com esses debates, ver Joly (2019).

² Ver Lewis (2018, p. 2-3) sobre a desconsideração, na esteira de Finley, das sociedades próximo-orientais nos estudos de escravidão antiga.

esclavidão em termos mais sistêmicos, adota-se uma ótica que pressupõe uma unidade cultural escravista no Império e no Mediterrâneo antigo em geral.

Em contrapartida a tais abordagens ainda muito presas ao conceito de “sociedade escravista”, algumas alternativas têm aparecido nos estudos sobre esclavidão grega e romana que buscam associar tal conceito à noção de “sistema escravista”. Esta abordagem nos permite pensar de modo mais articulado outras unidades geográficas e temporais para contextualizar a esclavidão antiga para além das “formas” tradicionais em que a esclavidão antiga tem sido compartimentada.

Um importante passo nesse sentido encontra-se na obra de Kyle Harper, *Slavery in the Late Roman World, AD 275-425* (2011), que sustenta que a sociedade romana imperial do quarto século ainda pode ser compreendida como uma sociedade escravista pelos parâmetros de Finley. Harper recorre a esse conceito para criticar a visão arraigada de que o sistema escravista do Império tardio era um sistema em declínio ou transição, portanto separado da época em que a sociedade romana era uma sociedade genuinamente escravista, quando o modo de produção escravista era dominante no centro do Império. Para Harper (2011, p. 65):

Em vez de se tentar preservar a singularidade da esclavidão romana, identificando um modo de produção escravista dominante, limitado no espaço e no tempo, devemos ver a esclavidão como um componente integrante do sistema imperial romano. Os escravos eram muitas vezes uma presença tênue dentro de um determinado espaço, mas isso não invalida a reivindicação de significado. O império Romano foi a interconexão dessas zonas de pequena modernização, espalhadas através de um vasto território. Visto contra o fundo do gigante, lento mundo de subsistência e reprodução, o sistema escravista romano parecerá pequeno; visto, de forma adequada, dentro do mundo vibrante, e em rápida mudança, do capital flutuante por sobre o império mediterrâneo, a esclavidão romana assume sua verdadeira escala.

O argumento principal de Harper é que a interrelação entre oferta e demanda de escravos, instituições, e gerenciamento das propriedades no século IV mantiveram a esclavidão, tal qual já se desenvolvera no Alto Império, sem qualquer declínio. O direito romano é tomado como a principal instituição que permitiu a expansão da esclavidão, mesmo que não fosse a principal forma de trabalho compulsório, pois moldava o mercado de trabalho ao colocar ao proprietário a possibilidade de escolher entre escravos, arrendatários e assalariados para o manejo de suas propriedades de acordo com o custo do trabalho e o grau pretendido de controle do processo produtivo (Harper, 2011, p. 156-157).

Esse modelo de Harper funda-se nos pressupostos da Nova Economia Institucional, que ganhou força nos estudos sobre economia antiga ao longo dos anos 2000. Por essa perspectiva, a eficiência da economia é diretamente proporcional à eficiência das instituições (como o Direito), que, em última instância, permitem que a economia de mercado se sobreponha às outras formas de organização da vida econômica. As análises que apontam o desenvolvimento e expansão do Direito Romano como um elemento institucional importante para a eficiência da Economia Romana visam postular a ideia da “integração de regiões distantes e heterogêneas em um mercado mediterrâneo a partir do desenvolvimento de instituições ‘supralocais’”, o que seria “um paralelo bastante interessante com o próprio processo de globalização em nosso presente capitalista” (Knust,

2012, p. 21), uma posição neomodernista, enfim, que indaga sobre a existência de uma economia de mercado similar à capitalista no Mediterrâneo antigo.

Não obstante essa posição do livro de Harper – aberta a questionamentos –³, permanece um ponto de interesse para a presente discussão. Ele anuncia, ainda que sem posterior detalhamento ao longo do livro, o objetivo de oferecer uma narrativa do “sistema escravista mediterrânico, em seu último período durante o qual o Império Romano acolhia uma sociedade escravista” (Harper, 2011, p. 66), ou seja, a escravidão romana teria sido “uma fase particular da história mediterrânica, quando uma convergência de forças atuou para intensificar tanto a oferta quanto a demanda por escravos ao longo de um extenso arco de tempo” (Harper, 2011, p. 61).

Essa perspectiva de se pensar o imbricamento entre o sistema imperial romano e um sistema escravista mediterrânico seria interessante de ser aprofundada, pois não há qualquer estudo que invista nessa direção. Passaríamos assim da descrição de sociedades escravistas isoladas para a inserção e articulação delas num sistema escravista mais amplo no tempo e espaço, que seria, ele mesmo, reproduzido por sistemas locais de escravidão.

Uma abordagem recente que nos ajuda a refletir sobre essa questão – ainda que não contemple a escravidão romana – é aquela oferecida por David Lewis em seu livro *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. (2018). Igualmente partindo de uma crítica ao etnocentrismo de Finley na seleção de apenas cinco sociedades genuinamente escravistas ao longo da história, e conseqüente aura de excepcionalidade da escravidão em Atenas e Roma, Lewis defende que uma compreensão mais plena da escravidão grega depende de sua inserção num contexto mais amplo, que inclui Esparta, Creta, a região da Ática, Israel (Idade do Ferro, VIII-VII a.C.), Assíria (VIII-VII a.C.), Babilônia (VII-VI a.C.), Império Persa (VI a.C.) e Cartago (III-II a.C.). Para comparar e apresentar as especificidades regionais e legais de cada um desses casos, Lewis inspira-se na noção de “sistema escravista” de William Westermann (1955) – de natureza mais jurídico-legal, abarcando todo o conjunto de regulações legais envolvido na posse de cativos, no comércio de escravos e na garantia da propriedade privada sobre estes –, ainda que não descarte por completo a ideia de “sociedade escravista” de Finley.

É indiscutível que o autor fornece, então, uma visão mais compósita da escravidão no Mediterrâneo oriental ao destacar a diversidade regional da instituição de acordo com os diversos arranjos legais que asseguravam a posse de escravos como elemento importante para a manutenção das elites, no que segue a definição finleyniana de sociedade escravista. Todavia, essa escolha acaba por justamente acarretar uma pouca teorização do que seria propriamente um sistema escravista em termos locais, regionais ou mesmo mediterrâneo, para além de seu conteúdo jurídico na definição dos níveis de propriedade. Este problema chega a ser reconhecido por Lewis, por exemplo, quando analisa o caso do Império Persa, que não pode ser tratado como uma unidade regional homogênea. Novamente, portanto, coloca-se a questão da relação entre conexão, integração, império e escravidão para se evitar que se tomem os sistemas escravistas mencionados como unidades independentes.

Um conceito utilizado por Lewis que pode ser um passo para a construção de uma visão sistêmica dos sistemas escravistas no Mediterrâneo é aquele de “zona de escravização” (*slaving zone*). Para este autor, a variável mais importante seriam os custos de transação envolvidos para obtenção de escravos, trazendo-os das zonas de escravização para o comprador final, papel este que era desempenhado por “instituições de muitas das cidades-estados que tanto reforçavam as proteções legais contra a

³ Sobre este ponto, ver a crítica mais extensa de Kostas Vlassopoulos (2015) ao livro de Harper. Para uma crítica detalhada da aplicação dos princípios da Nova Economia Institucional na historiografia sobre economia romana, consultar Hobson (2014).

escravização de seus próprios cidadãos quanto facilitavam as redes comerciais que proviam acesso fácil aos reservatórios próximos de trabalho escravo” (Lewis, 2018, p. 286).

Este conceito de “zona de escravização” foi mais detidamente elaborado por Jeff Fynn-Paul (2009; Fynn-Paul; Pargas, 2018) para desenvolver a tese de que o Cristianismo e o Islamismo representaram um momento de virada na história do grande sistema escravista mediterrânico, uma vez que impérios baseados nessas religiões monoteístas passaram a adotar um tabu ético-religioso contra a escravidão da maioria de seus habitantes e, assim, na longa duração, abriram espaço para a escravização de populações na Rússia e África. Fynn-Paul parte, assim, do pressuposto de um “grande sistema escravista mediterrânico” (*a Greater Mediterranean slave system*), envolvendo toda a Ásia a oeste do Indo, a maior parte da África e toda a Europa. Tal sistema teria se constituído a partir da interação entre zonas de escravização e aquelas de não-escravização, no sentido de que uma “zona de escravização é definida como a área geográfica impactada pela demanda de uma dada sociedade por escravos, e uma zona de não-escravização é a área considerada fora dos limites para a obtenção de escravos por essa sociedade” (Fynn-Paul, 2009, p. 4). Mais recentemente, em sua contribuição ao segundo volume da *The Cambridge World History of Slavery*, Fynn-Paul definiu um sistema escravista como aquele constituído pelo conjunto de escravos, seus proprietários e demais envolvidos no trato de cativos; a logística de cativo, transporte e comércio; as forças do mercado, de oferta e demanda; as instituições políticas, ideológicas e normativas, tanto informais quanto formais, que regulam esses sistemas, e, por fim, um discurso sobre a escravidão, cuja estabilidade é variável ao longo do tempo, mas preservando certas características, como a ênfase na dominação ou hierarquia (Fynn-Paul, 2021, p. 28).

Essa noção de “sistema escravista”, mais ampla que aquelas de Westermann e Lewis, bem como a ideia de que as zonas de escravização de um sistema escravista mediterrâneo mudaram de acordo com padrões específicos de organização política e religiosa, são elementos importantes para uma nova sistematização do estudo sobre a escravidão na Antiguidade. Elas permitem que se conceba sistemas escravistas não como constructos isolados, mas como dinâmicas históricas cujos desenvolvimentos se davam de forma combinada e desigual. Caso contrário, o que se tem é uma história comparada dos sistemas escravistas antigos a partir de um repertório de suas semelhanças e diferenças formais no tocante aos condicionantes políticos, econômicos e culturais da escravidão, como tende a ser o padrão na longa tradição de estudos comparativos da escravidão antiga e moderna (para sínteses, ver Kolchin, 2006; Dal Lago; Katsari, 2008).

É preciso então conceber uma outra narrativa dos sistemas escravistas no Mediterrâneo antigo, que não fique restrita aos seus desenvolvimentos internos, sobretudo político-jurídicos, mas que relacionem estes num todo histórico, em que marquem presença as diversas evoluções das cidades-estados e estruturas imperiais. Uma inserção da história da escravidão antiga nas discussões acerca de uma História Global da Escravidão pode ser uma perspectiva que permita explorar essa alternativa.

POR UMA HISTÓRIA GLOBAL DA ESCRAVIDÃO MEDITERRÂNICA

De início, convém ressaltar que o enquadramento global da escravidão antiga que postulamos aqui não se filia àquelas abordagens que colocam a escravidão na Antiguidade greco-romana e oriental lado a lado com outras escravidões ao longo da história com o objetivo de fornecer um amplo quadro da persistência e variabilidade das relações escravistas numa longuíssima duração. Um exemplo recente dessa opção é o volume

editado por Paulin Ismard, *Les mondes de l'esclavage - Une histoire comparée* (2021), que cobre um arco temporal desde 12 mil a.C. até os dias de hoje.

Nossa proposta aproxima-se mais das discussões avançadas por Kostas Vlassopoulos em seu último livro *Historicising Ancient Slavery* (2021). A exemplo de Lenski e Lewis, Vlassopoulos também critica a noção de “sociedade escravista” de Finley, porém não adota uma solução de compromisso para preservar a sua utilização. Na acepção de Vlassopoulos, o caminho para uma renovação do campo parte do abandono desse conceito e na construção de uma tipologia que desloque o foco da “escravidão grega” e da “escravidão romana” para uma variedade maior de sistemas de escravização epicóricos (*epichoric slaving systems*), isto é, locais, entendidos como resultados de combinações de sistemas conceituais de escravidão, contextos e estratégias de escravização, e relações dialéticas constituintes da escravidão que não apenas aquelas entre senhores e escravos. Esses sistemas seriam igualmente moldados por processos econômicos, políticos, sociais e culturais mais amplos, e aqui se tem espaço para articular os aspectos internos aos sistemas (como as formas das relações entre os cidadãos de uma polis) quanto aqueles externos, como a ligação a mercados mediterrânicos que facilitassem a obtenção de escravos (contraste-se, por exemplo, a situação de Atenas em comparação com Esparta). A questão principal, nesse sentido, seria explicar divergências e convergências entre os sistemas epicóricos, e, ainda, o impacto de impérios, como o Império Romano, nos sistemas de escravização que entrassem em sua órbita de influência (Vlassopoulos, 2021, p. 169; 175). Todavia, como o próprio Vlassopoulos reconhece, o problema de fundo reside no fato de a escravidão antiga ser ainda quase exclusivamente estudada sincronicamente – “a escravidão na Atenas clássica” ou a “escravidão na República romana” –, de maneira dissociada de uma narrativa diacrônica da história grega ou romana (Vlassopoulos, 2021, p. 190), e mesmo de uma história do Mediterrâneo antigo. Como conclama na conclusão de seu livro, é preciso, no campo da História Antiga:

a elaboração de um enquadramento mais amplo, semelhante à do mundo atlântico, do oceano Índico ou da *oikoumene* islâmica, adotado por historiadores que trabalham com a escravidão em outras áreas e períodos. A escravidão era uma parte inerente dos processos geopolíticos, econômicos, culturais e religiosos que ligavam as comunidades do Mediterrâneo, do Oriente Próximo, do norte da África, do Mar Negro e da Europa temperada com a Ásia Central e o Oceano Índico durante a Antiguidade. Nos últimos vinte anos, historiadores e arqueólogos estão construindo gradualmente um enquadramento mais amplo para estudar essas interações; o estudo da escravidão antiga precisa seguir o exemplo com urgência (Vlassopoulos, 2021, p. 204).

Uma agenda de pesquisa nessa direção pode contribuir para uma reavaliação da história da escravidão antiga não só por questionar a própria centralidade que foi conferida aos modelos hegemônicos de escravidão – ateniense e romano, pensados como grandes generalizações –, mas por sugerir novas maneiras de conceber as temporalidades da escravidão na Antiguidade que não aquela usual de ascensão e declínio, de histórias paralelas de sistemas escravistas, ou da longa permanência de um modelo romano tomado como normativo e unitário.

Embora, como vimos, os termos “sistema escravista mediterrânico” ou “escravidão mediterrânica” sejam volta e meia evocados pela historiografia recente, eles não tem sido

explorados com maiores implicações teórico-metodológicas.⁴ Cabe, assim, um estudo sobre como sistemas locais de escravização, construídos sobre uma base histórica de longuíssima duração comum, mas muito diversos entre si, foram historicamente reorganizados e integrados em um sistema unificado que podemos reconhecer como o sistema escravista do Grande Mediterrâneo, que, ao longo dos séculos, atravessará diferentes fases históricas. A relevância de uma tal abordagem não se reduziria aos limites do campo de estudos da escravidão antiga, mas possibilitaria analisar a interconexão de dois sistemas-mundo, o mediterrâneo e o atlântico, ao longo dos séculos.⁵ Servindo-nos da reflexão de Norberto Guarinello (2013) sobre a história do processo de integração do Mediterrâneo a partir da Idade do Ferro, pode-se aventar um paralelismo entre as etapas desse longo processo com as fases de uma escravidão mediterrânea, marcada pela articulação dos sistemas epicóricos.

Os primórdios de uma primeira fase da escravidão mediterrânea teria como contexto a formação das cidades-estados a partir do século IX a.C., incluindo fenômenos como a dispersão grega e fenícia no Mediterrâneo, e também a configuração política da Península Itálica, em especial na Etrúria e no Lácio, quando então ocorreu o fortalecimento das fronteiras internas às comunidades, diferenciando cidadãos e não-cidadãos, e identificando o escravo como o estrangeiro por excelência, cujo emprego possibilitava intensificar a produção nos centros mais ligados às trocas mediterrâneas (Guarinello, 2013, p. 91; Broodbank, 2013, p. 549). Nesse momento, seria possível imaginar uma situação difusa quando um sem-número de sistemas locais de escravização teriam se constituído ao redor da bacia do Mediterrâneo, com alguns se organizando majoritariamente como formas de servidão intra- ou intercomunitária, conforme classifica Garlan (1988). Isso significa que o processo de escravização se estruturava em torno de imposições dentro da própria comunidade, criando fronteiras sociais e formas de exploração, ou entre duas comunidades, sendo uma submetida por outra. Isso não significa que esses sistemas locais estivessem totalmente desconectados entre si. É possível identificar alguma circulação de cativos entre diferentes regiões, ainda que boa parte dessa circulação devesse ser não-mercantil, variando entre o saque e a “troca de presentes” aristocrática.

Um momento chave, como já intuía Finley de maneira perspicaz, parece ter sido o processo de formação e consolidação das cidades-estados e as lutas sociais que permearam tal processo. O argumento clássico de Finley é o de que a população mais pobre de algumas cidades-estados (Atenas e Roma são os casos paradigmáticos) conseguiu se impor politicamente nesse processo pondo fim às práticas de escravização

⁴ Tome-se, como exemplo, seu tratamento sumário no livro seminal de Peregrine Horden e Nicholas Purcell, *The Corrupting Sea* (2000), que lançou as bases para toda uma gama de estudos sobre história do Mediterrâneo. A afirmação de que “as formas da escravidão que são características do Mediterrâneo são moldadas por sua conectividade” (Horden; Purcell, 2000, p. 388) não encontra aprofundamento na obra. Ver também Roman (2014).

⁵ Não se trata de uma linha de abordagem totalmente nova, como demonstram, por exemplo, os estudos desenvolvidos por Charles Verlinden ao longo dos anos de 1950, em que tenta apresentar os precedentes medievais da escravidão nas Américas (ver coletânea de seus textos em Verlinden (1970)). É certo que essa tese de Verlinden já foi devidamente criticada – dentre outros, por Robin Blackburn (1997, p. 33) – por acabar desconsiderando a novidade e originalidade da escravidão no Novo mundo. Não se trata de questionar essa peculiaridade. Porém, o que está em jogo é uma história global da escravidão que não se prenda a comparações formais, mas que busque compreender que o mundo atlântico, e particularmente seu sistema escravista, deve ser visto como uma extensão de um “grande sistema escravista mediterrâneo”, pela formulação já mencionada de Fynn-Paul. Por essa perspectiva, a ênfase recairia em traçar a transmissão e reelaboração de práticas escravistas entre o Mediterrâneo e o Atlântico, fundamental para uma análise dos estratos de tempo da escravidão americana, que seriam compostos por “preceitos normativos oriundos da Antiguidade clássica, pela recorrência de um conjunto de práticas sedimentado ainda no medievo e pelo reconhecimento institucional mútuo do cativo que permitiria o trato dos viventes entre europeus e africanos”, camadas que não desapareceram com o desenvolvimento dos sistemas atlânticos, mas permaneceram influenciando neles (Marquese; Silva Júnior, 2018, p. 71). Uma abordagem global da escravidão a partir de estratos de tempo na longa duração também pode ser encontrada em Zeuske (2013, p. 120; 2018, p. 30), que fala em “platôs” de escravidão.

comunitária (como a escravidão-por-dívidas) forçando as elites políades a buscarem mão-de-obra na compra de estrangeiros escravizados.⁶ Esse argumento não deve ser de todo descartado, mas superando uma espécie de internalismo metodológico em que ele incorre, é possível perceber que os mais pobres não estavam apenas buscando evitar serem escravizados pela elite de sua cidade, mas também buscavam evitar serem vendidos para fora da cidade. Isto é, o processo de conexão mercantil mediterrânico já dava passos importantes e isso abriu a possibilidade de elites locais utilizarem seus processos epicóricos de escravização para vender cativos nesse mercado em expansão.

Se esse argumento estiver correto, é possível pensar o processo de formação da cidade-estado a partir das lutas sociais dos mais pobres, pelo menos em parte, como resultado da luta pela formação de uma “zona de não-escravização”. Fynn-Paul aponta para os Impérios antigos e seu monopólio (precário) da violência como os formadores das primeiras, ainda que imperfeitas, zonas de não-escravização. Propomos aqui que ele perde de vista a construção, ao menos no Mediterrâneo, de dinâmicas históricas anteriores ao Império Romano ou mesmo aos reinos helenísticos que já iniciam o processo de constituição de zonas de não-escravização.

O processo de formação das cidades-estados parece ser, inclusive, apenas uma primeira fase na formação de “zonas de não-escravização” no sistema escravista mediterrânico anteriores ao Império Romano. As zonas de não-escravização não se limitaram às cidades-estados e novas dinâmicas parecem ter causado a organização de zonas mais amplas. Garlan (1987) aponta para o fato de que, já no período clássico, parecem ter predominado no mundo de fala grega escravizados de origem não-grega, mostrando que em algum nível a ascensão do pan-helenismo no pós-guerras médicas parece ter se desdobrado na formação de uma zona de não-escravização pan-helênica. Ao mesmo tempo, mas dirigido por dinâmicas diferentes, uma zona de não-escravização itálica parece ter se constituído com a organização do sistema hegemônico romano na península. Eckstein (2006, p. 252) observa que a conduta de Roma, após a Guerra Latina, por meio das noções de *municipium* e *civitas sine suffragio* que visavam a incorporar as comunidades submetidas no século IV a.C., alterou práticas de escravização costumeiras, como vender a população como escrava.⁷ Não se fazia isso e tampouco ocorria a imposição de um tributo anual ou indenização de guerra, mas prevalecia a absorção da força militar dessas comunidades pela incorporação de soldados aos exércitos romanos.

Outra consequência deste argumento é a identificação da integração mercantil como elemento-chave para o processo de formação do sistema escravista mediterrânico. Cativos oriundos de sistemas epicóricos diversos de escravização passam a ser traficados através de diferentes territórios. Isso não significa uma homogeneização de todas as práticas escravistas dentro do sistema em torno da figura do “escravo-mercadoria”, mas a articulação dentro de um sistema de diferentes práticas escravistas a partir de uma progressiva centralidade assumida neste sistema em construção pela figura do cativo mercantilizado.

Tal mercantilização tem relação com dois elementos importantes para a construção de um sistema escravista mediterrânico. Em primeiro lugar, gera uma cadeia mercantil que conecta regiões e práticas escravistas diferentes enquanto partes de um todo coerente, articulado justamente pela dinâmica mercantil. Em segundo lugar, consolida e dissemina a figura do escravo-mercadoria socialmente desenraizado. Se essa categorização realmente

⁶ Como ressalta Vlassopoulos (2016, p. 84), na concepção de Finley, a escravidão não tem um papel explicativo como fator econômico: é apenas uma solução para o problema de mão de obra e da extração de renda para a elite.

⁷ Ver Scheidel (2023), para a hipótese de que, antes da hegemonia romana na Península Itálica, a região era muito mais uma zona de escravização, fornecedora de cativos para regiões mais centrais e abastadas, como as comunidades gregas da Sicília e Itália meridional, além de Cartago.

não deve ser usada como fronteira absoluta para diferenciar “verdadeiras” escravidões de outras formas de trabalho compulsório, ainda parece importante para pensar fenômenos escravistas históricos específicos – e, em particular, parece ser uma categoria útil para pensar justamente a passagem de práticas escravistas locais, epicóricas, para práticas escravistas pancóricas, sistêmicas, articuladas pelo comércio de longa distância de cativos.

Com a montagem de hegemonias no Mediterrâneo, entre os séculos V e II a.C., ocorre o surgimento progressivo de grandes centros de poder no Mediterrâneo, ao mesmo tempo em que se intensificam as interações ao longo do Mediterrâneo, com o Mar Negro e interior da Europa (Guarinello, 2013, p. 98). Nesse quadro, tem-se a formação da hegemonia ateniense, e seus desdobramentos com a Guerra do Peloponeso e embate com Esparta e seus aliados; a expansão macedônia dominando o Mediterrâneo oriental até a Índia; Cartago, no Norte da África, com seu controle das rotas e colônias no Mediterrâneo ocidental; e Roma, com a consolidação de sua hegemonia na Península Itálica.

Esses processos significaram uma nova escala da escravidão mediterrânea pois, ao mesmo tempo em que preservaram a estrutura das *poleis*, as guerras contínuas tornaram os territórios conquistados em zonas de escravização internas ao Mediterrâneo, com deslocamento em massa de cativos. Como mostra Fynn-Paul, a formação de zonas de não-escravização necessariamente se articula com a formação de zonas de escravização em suas franjas, estabelecendo cadeias mercantis que por sua vez têm impacto nas formas de organização social e escravização tanto das regiões importadoras de cativos quanto das exportadoras. A criação e alargamento de cadeias mercantis escravistas conectando a Grécia com o Mar Negro e região da Anatólia (Lewis, 2015), e a península itálica com a Gália (Fentress, 2019) e Síria, Fenícia e Ásia Menor (Musti, 1980; Mavrojannis, 2018) são exemplos disso a serem explorados. O controle de territórios pelos centros conquistadores também resultou na difusão de modelos de escravidão desses centros para outras áreas (Thompson, 2011, para o caso da escravidão no mundo helenístico), o que abria a possibilidade de leituras locais de práticas cartaginesas, gregas e romanas de escravidão/manumissão.⁸

Assim se consolida uma primeira fase da escravidão mediterrânea, constituída a partir de matrizes locais, no âmbito de *poleis*, e depois difundidas por cidades que se tornaram centros de hegemonias sobre determinados espaços do Mediterrâneo, seja pela criação de cadeias mercantis de cativos, seja pela conquista territorial. Esta primeira fase é marcada tanto por um primeiro movimento de estabelecimento de sistemas escravistas pancóricos em um nível mediterrâneo, dinamizado pelas cadeias mercantis escravistas e pelas conquistas territoriais, quanto por suas grandes fraturas internas, talhadas por zonas de escravização dentro do mundo mediterrâneo, apinhado de guerras, razias e pirataria.

Com o Império Romano, a partir do século I a.C., que se constituiu sobre as bases dos processos de integração e estruturas que lhe antecederam, tem início uma nova e segunda fase da escravidão mediterrânea, desdobramento daquela primeira. Embora o Império não tenha se tornado, no seu interior, uma zona de não-escravização perfeita, as zonas de escravização principais se localizaram agora em seu entorno e de algum modo articularam-se às dinâmicas político-econômicas do Império.

Uma possibilidade analítica que pode ser testada para o estudo desta fase é pensá-la em termos semelhantes àquele da “segunda escravidão” nas Américas, conceito que uma vertente da bibliografia sobre escravidão atlântica tem utilizado para interpretar a expansão das fronteiras de produção escravista de *commodities* – algodão no Sul do EUA,

⁸ Como indica, por exemplo, o debate em torno das inscrições de manumissão na Tessália, a partir do século II a.C., sobre em que medida estariam relacionadas à prática romana de cobrança de uma taxa de manumissão, a *vicesima libertatis* (Zelnick-Abramowitz, 2013).

açúcar em Cuba, e café no Brasil – ao longo do século XIX e seu papel nas transformações econômicas e políticas da economia-mundo do século XIX. A perspectiva da segunda escravidão propõe que as novas zonas de produção escravista foram formadas como parte de um ciclo histórico distinto de expansão econômica e geográfica da economia mundial capitalista que transformou o mundo atlântico durante a primeira parte do século XIX. A escravidão nessas novas fronteiras agrícolas teve seu caráter e significado sistêmicos profundamente alterados em comparação com as formas anteriores de escravidão. No centro dessa segunda escravidão em expansão esteve a redistribuição do trabalho escravo como uma força produtiva em massa, ou seja, a concentração em massa de trabalhadores escravos dedicados à produção monocultora e a criação de novos espaços produtivos para atender à crescente demanda do mercado mundial (Tomich, 2018, p. 479-482).

Do ponto de vista teórico, os estudos sobre a segunda escravidão propõem, tomando como base as reflexões do sociólogo Philip McMichael (1990), uma comparação incorporada que considere, em escala global, multiplicidades e singularidades, diacronias e sincronias, numa análise em que o todo é antes de mais nada uma construção metódica obtida pela análise integrada das partes. Ou seja, como sustenta Rafael Marquese (2019, p. 31), “ao invés de serem tratadas como externas e independentes umas das outras, as regiões escravistas submetidas à observação devem ser compreendidas como momentos particulares de um mesmo processo histórico de longa duração, ou seja, de uma mesma estrutura histórica que as forma e é por elas formada”.

Não se trata aqui, obviamente, de sugerir que a economia imperial romana possa ter sido qualitativamente similar à economia-mundo capitalista do século XIX. A integração política do Mediterrâneo sob a égide de Roma não significou necessariamente uma economia unificada, a despeito de algum nível de integração econômica, pois acarretou uma submissão das ordens locais, em diferentes intensidades, à dominação romana (Guarinello, 2013, p. 147-151). A lógica particular da economia romana imperial talvez se explique melhor nos quadros de um império tributário,⁹ que acarretou uma certa unificação no tocante às redes de transferências de tributos. A emergência de uma Segunda Escravidão Mediterrânea está ligada às transformações impostas às dinâmicas de escravização nesse contexto imperial. Dois aspectos parecem se destacar nisso: as mudanças nas dinâmicas de escravização e suas cadeias mercantis, e o aparato institucional-jurídico.

À medida que o império de Roma expande e as regiões conquistadas são tornadas províncias, as zonas de escravização deslocam-se para as margens do império, com a guerra e tráfico fornecendo cativos e assim impactando nas sociedades periféricas. Novas cadeias mercantis escravistas precisam ser estabelecidas com essas novas zonas de escravização fronteiriças, ao mesmo tempo em que as cadeias mercantis anteriores são reconfiguradas ou mesmo desmanteladas. Contudo, o império também não se torna uma zona de não-escravização completa, pois fontes internas como a venda de crianças, raptos, e a reprodução interna da população escrava, continuam a gerar escravos (Harris, 1999). Isto é, fronteiras e fraturas internas às sociedades dentro do Império continuam a ser exploradas como zonas de escravização, ainda que em menor intensidade. Outras cadeias mercantis, de menor extensão e intensidade precisam se organizar em torno dessas fronteiras internas, provavelmente para demandas mais localizadas e de menor escala, como trabalho doméstico ou em pequenas manufaturas. Para as propriedades voltadas à

⁹ Seguimos aqui a definição geral desses impérios propostas por P. Bang e C. A. Bayly (2011, p. 6), para os quais o comum a eles seria “o fato de poderem ser descritos como tributários, em vez de comerciais e coloniais. Em termos gerais, todos eles se baseavam na conquista de amplos domínios agrários e na tributação da produção excedente dos camponeses”. Tal seria o caso daqueles que, como o Império Romano, mostram-se como impérios-mundos, ou seja, “vastos impérios que dominavam seus mundos mais amplos e eram capazes de absorver a maioria de seus concorrentes e reduzi-los a províncias que pagavam impostos ou a reinos clientes tributários”.

produção especializada de maior volume, é provável que apenas o tráfico de longa distância, associado à guerra, daria conta de uma demanda mais elevada e frequente.

Dessa forma, se, por um lado, a existência de uma franja politicamente instável nas fronteiras é muito importante para a formação de zonas de escravização, que alimentam toda a cadeia mercantil do trabalho escravo, por outro lado, o processo de formação do Império tende a justamente tomar essas regiões para transformá-las em províncias, mudando a forma específica como essas regiões se integram no sistema imperial e, se não tornando-as em zonas de não-escravização perfeitas, ao menos diminuindo o potencial de escravização por guerras e razias nesses locais. É nesse sentido que Greg Woolf (1990, p. 49) comenta que “a expansão era na verdade contrária aos interesses dos comerciantes de escravos, uma vez que a escravização dentro do Império era proibida e escravos eram regularmente retirados de zonas além das fronteiras. Ao menos nesse sentido, o imperialismo romano conformar-se-ia à descrição feita por Wallerstein de um império-mundo dentro de um sistema-mundo, em detrimento da descrição de um sistema-mundo”. O que parece à primeira vista uma contradição do sistema imperial romano é constituinte de sua própria estrutura, que combina duas tendências centrais na construção desse sistema: uma que gira em torno da cadeia mercantil escravista e outra que gira em torno de um expansionismo militar muito pautado pelos conflitos políticos intra-aristocráticos romanos e uma dinâmica econômica mais tributária, menos dependente da cadeia mercantil escravista.

Outra característica da Segunda Escravidão Mediterrânea foi um impacto do império nas práticas de sistemas escravistas locais pela disseminação de um “direito romano de escravidão”, que teve repercussão na estruturação dos processos de escravização e manumissão no universo provincial. Talvez aqui caiba abordar o direito romano pelo prisma que Waldomiro Lourenço da Silva Júnior (2020) advoga para o entendimento da escravidão atlântica por meio de sua cultura jurídica-mundo, que fornecia bases para a organização social e a estabilização das sociedades escravistas no longo prazo. Uma “cultura jurídica-mundo romana” poderia ser interpretada localmente, glocalizada, como um instrumento legal de referência não apenas reservado a cidadãos romanos, mas utilizado por não-cidadãos também para lidar com situações envolvendo escravos, como compra e venda (Czajkowski; Eckhardt, 2018, p. 27). Particularmente para o caso das comunidades gregas no Mediterrâneo, tratar-se-ia de estudar, nas palavras de Maria Youni (2010) em sua análise das inscrições de manumissão na Macedônia romana, a transformação de práticas gregas em direito romano, uma questão a qual um estudo mais sistemático e totalizante da epigrafia da escravidão no Mediterrâneo pode lançar luz (ver Salsano, 1998, para um estudo de caso a esse respeito). A noção de cultura jurídica-mundo também se mostra útil, assim, para a análise de um aspecto central da Segunda Escravidão Mediterrânea que é a prática da manumissão e a abertura possível à cidadania, plena ou parcial, a *libertos* e *libertas* no Império Romano (Perry, 2016; López Barja; Mais Doria; Roth, 2023¹⁰), o que torna essa fase da escravidão no Grande Mar como a “Era da Manumissão”.

CONCLUSÃO

Este artigo propõe, portanto, a superação de uma abordagem centrada no conceito de “sociedade escravista”, ainda predominante nos estudos sobre a escravidão antiga e que tem em seu internalismo metodológico um limite importante para o desenvolvimento das pesquisas no campo. Aproximando-se das propostas de Kostas Vlassopoulos e Jeff

¹⁰ A referência a esta obra foi corrigida em consideração à observação feita por Ulrike Roth em seu comentário.

Fynn-Paul, buscamos delinear um modelo geral para a progressiva construção e transformação histórica de um “sistema escravista mediterrânico”.

O conceito de sistema é fundamental por permitir uma análise que reconhece a diversidade histórica de formas epicóricas, locais, de escravização ao mesmo tempo em que busca compreender as maneiras como tais formas se conectaram e integraram historicamente. Essa integração não gerou necessariamente formas homogêneas de práticas de escravização e manumissão dentro de todo o território que reconhecemos como parte de tal sistema escravista. Criou, contudo, uma história integrada, em que as experiências locais de escravização e manumissão só podem ser entendidas (comparadas com outras realidades) dentro dos marcos da compreensão do funcionamento deste sistema.

Parte importante da proposta aqui delineada diz respeito à historicidade de tal sistema escravista mediterrânico. Ele possui uma história de formação e transformação. Usando os estudos sobre o sistema escravista atlântico como inspiração, propomos aqui as noções de uma Primeira Escravidão Mediterrânica e de uma Segunda Escravidão Mediterrânica como marcos de referência para pensar tal historicidade. O desenvolvimento de pesquisas específicas a partir destes marcos, analisando dinâmicas locais e regionais dentro desses marcos históricos, permitirá o desenvolvimento e refinamento deste modelo.

REFERÊNCIAS

BANG, Peter F.; BAYLY, Christopher A. Tributary Empires – Towards a Global and Comparative History. In: BANG, P. F.; BAYLY, C. A. (org.). *Tributary Empires in Global History*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 1-17.

LÓPEZ BARJA, Pedro; MASI DORIA, Carla; ROTH, Ulrike (org.). *Junian Latinity in the Roman Empire*, vol. 1: History, Law, Literature. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023.

BODEL, John; SCHEIDEL, Walter (org.). *On human bondage: after Slavery and Social Death*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

BODEL, John. Ancient slavery and modern ideologies: Orlando Patterson and M. I. Finley among the dons. *Theory and Society*, v. 48, p. 823-833, 2019.

BLACKBURN, Robin. *The Making of New World Slavery*. From the Baroque to the Modern, 1492-1800. London: Verso, 1997.

BRADLEY, Keith; CARTLEDGE, Paul (org.). *The Cambridge World History of Slavery*, volume 1: the ancient Mediterranean world. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011.

BROODBANK, Cyprian. *The Making of the Middle Sea: A History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CZAJKOWSKI, Kim; ECKHARDT, Benedikt. Law, Status and Agency in the Roman Provinces. *Past & Present*, v. 241, p. 3-31, 2018.

ECKSTEIN, Arthur M. *Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome*. Berkeley: University of California Press, 2006.

FENTRESS, Elisabeth. The Domitii Ahenobarbi and tribal slaving in Gaul. In: MODOLO, M.; PALLECCHI, S.; VOLPE, G.; ZANINI, E. (org.). *Una lezione di archeologia globale: Studi in onore di Daniele Manacorda*. Bari: Edipuglia, 2019, p. 149-155.

- FINLEY, Moses I. *Esclavidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FYNN-PAUL, Jeff. Empire, Monotheism and Slavery in the Greater Mediterranean Region from Antiquity to the Early Modern Era. *Past and Present*, v. 205, p. 3-40, 2009.
- FYNN-PAUL, Jeff. The Greater Mediterranean Slave Trade. In: PERRY, C.; ELTIS, D.; ENGERMAN, S.; RICHARDSON, D. (org.). *The Cambridge World History of Slavery*, volume 2: AD 500 to 1420. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, p. 27-52.
- FYNN-PAUL, Jeff; PARGAS, Damian A. (org.). *Slaving Zones*. Cultural Identities, Ideologies, and Institutions in the Evolution of Global Slavery. Leiden: Brill, 2018.
- GARLAN, Yvon. War, piracy and slavery in the Greek world. *Slavery and Abolition*, v. 8.1, p. 7-21, 1987.
- GOVEIA, Elsa V. *Slave Society in the British Leeward Islands at the End of the Eighteenth Century*. New Haven: Yale University Press, 1965.
- GUARINELLO, Norberto L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, v. 3/1, p. 41-62, 2003.
- GUARINELLO, Norberto L. Modelos teóricos sobre a cidade no Mediterrâneo Antigo. In: FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. V. (org.). *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 109-120.
- GUARINELLO, Norberto L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HARPER, Kyle *Slavery in the Late Roman World, AD 275-425*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011.
- HARRIS, William V. Demography, geography and the sources of Roman slaves. *Journal of Roman Studies*, v. 89, p. 62-75, 1999.
- HARRIS, William V. (org.). *Moses Finley and Politics*. Leiden: Brill, 2013.
- HOBSON, Matthew S. A Historiography of the Study of the Roman Economy: Economic Growth, Development, and Neoliberalism. *Theoretical Roman Archaeology Journal*, p. 11-26, 2014.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- ISMARD, Paulin. *Les mondes de l'esclavage: une histoire comparée*. Paris: Seuil, 2021.
- JOLY, Fábio D. William L. Westermann entre o Antiquarismo e a História Comparada da Esclavidão. *Mare Nostrum - Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, v. 10, p. 187-208, 2019.
- KATSARI, Constantina; DAL LAGO, Enrico. The Study of Ancient and Modern Slave Systems: Setting an Agenda for Comparison. In: KATSARI, C.; DAL LAGO, E. (org.). *Slave Systems, Ancient and Modern*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 3-31.
- KNUST, José E. M. Um passado romano para um presente capitalista: a economia romana em dois séculos de História Econômica. *Revista História & Luta de Classes*, v. 8, p. 18-22, 2012.

KOLCHIN, Peter. L'approche comparée de l'étude de l'esclavage: Problèmes et perspectives. In: COTTIAS, M.; STELLA, A.; VINCENT, B. (org.). *Esclavage et dépendances serviles: Histoire comparée*. Paris, L'Harmattan, 2006, p. 283-301.

LENSKI, Noel. Framing the Question: What is a Slave Society? In: LENSKI, N.; CAMERON, C. M. (org.). *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 15-58.

LEWIS, David M. The market for slaves in the fifth and fourth century Aegean: Achaemenid Anatolia as a case study. In: HARRIS, E. M.; LEWIS, D. M.; WOOLMER, M. (org.). *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 316-336.

LEWIS, David M. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MARQUESE, Rafael de B. A História Global da Escravidão Atlântica: Balanço e Perspectivas. *Esboços*, 26(41), p. 14-41, 2019.

MARQUESE, Rafael de B. A escravidão moderna como problema historiográfico. In: MENONCELLO, A. M.; GARAY, R. G.; CEZAR, T.; GUTERRES, T. da C. (org.). *Problemas de historiografia antiga e moderna: Estudos e discussões em tempos de pandemia*. Vitória: Editora Milfontes, 2024.

MARQUESE, Rafael de B.; DA SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, p. 44-81, 2018.

MAVROJANNIS, Theodoros. Le commerce des esclaves syriens (143–88 av. J.-C.). *Syria*, v. 95, p. 245-274, 2018.

McMICHAEL, P. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55(3), p. 385-397, 1990.

MILLER, Joseph. Slaving as historical process: examples from the ancient Mediterranean and the modern Atlantic. In: KATSARI, C.; DAL LAGO, E. (org.). *Slave Systems, Ancient and Modern*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 70-102.

MILLER, Joseph. *The Problem of Slavery as History: A Global Approach*. Yale: Yale University Press, 2012.

MORALES, Fábio A.; SILVA, Uiran G. da. História Antiga e História Global: Afluentes e Confluências. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83, p. 125-150, 2020.

MORLEY, Neville. Slavery under the Principate. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (org.). *The Cambridge World History of Slavery*, volume 1: the ancient Mediterranean world. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011, p. 265-286.

MUSTI, Domenico. Il Commercio degli Schiavi e del Grano: Il Caso di Puteoli - Sui Rapporti tra l'economia italiana della tarda Repubblica e le economie ellenistiche. *Memoirs of the American Academy in Rome*, v. 36, p. 197-215, 1980.

PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982.

PERRY, Matthew J. Manumission, Citizenship, and Acculturation in the Roman World. In: HODKINSON, S.; KLEIJWEGT, M.; VLASSOPOULOS, K. (org.). *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slavery*. Online edn., Oxford Academic, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199575251.013.10>. Acesso em: 19 mar. 2024.

ROTMAN, Youval. Forms of Slavery. In: HORDEN, P.; KINOSHITA, S. (org.). *A Companion to Mediterranean History*. Malden: Wiley, 2014, p. 263-278.

SALSANO, Debora. *Manumissio vindicta* in ambiente provincial: Problemi e proposte. *Chiron*, 28, p. 178-185, 1998.

SCHEIDEL, Walter. (2023). Building up Slavery in Ancient Italy and the Central Sudan. In: BERNARD, S.; MIGNONE, L. M.; PADILLA PERALTA, D. (org.). *Making the Middle Republic: New Approaches to Rome and Italy, c.400-200 BCE*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023, p. 80-100.

SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. da. No limiar da escravidão: uma mirada global sobre os debates em torno de *coartados* em Cuba (1856) e *statuliberi* no Brasil (1857). *Revista de História* (São Paulo), v. 179, p. 1-33, 2020.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Vintage Books, 1946.

THOMPSON, Dorothy J. Slavery in the Hellenistic World. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (org.). *The Cambridge world history of slavery*, volume 1: the ancient Mediterranean world. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011, p. 194-213.

TOMICH, Dale. The Second Slavery and World Capitalism: A Perspective for Historical Inquiry. *International Review of Social History*, v. 63(3), p. 477-501, 2018.

VERLINDEN, Charles. *The Beginnings of Modern Colonization*. Ithaca: Cornell University Press, 1970.

VLASSOPOULOS, Kostas. Recent studies on ancient slavery. *Polifemo's Recent Studies*, v. 2, p. 83-106, 2015. Disponível em: <https://www.torrossa.com/it/catalog/preview/3073827>. Acesso em: 19 mar. 2024.

VLASSOPOULOS, Kostas. Finley's Slavery. In: JEW, D.; OSBORNE, R.; SCOTT, M. (org.). *M. I. Finley: An Ancient Historian and his Impact*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 76-99.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Historicising Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

WESTERMANN, William L. *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1955.

WOOLF, Greg. World systems analysis and the Roman empire. *Journal of Roman Archaeology*, v. 3, p. 44-58, 1990.

YOUNI, Maria S. Transforming Greek Practice into Roman Law: Manumissions in Roman Macedonia. *Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis*, v. 78, p. 311-340, 2010.

ZELNICK-ABRAMOVITZ, Rachel. *Taxing Freedom in Thessalian Manumission Inscriptions*. Leiden; Boston: Brill, 2013.

ZEUSKE, Michael. *Esclavitud: Una historia de la humanidad*. Iruñea-Pamplona: Katakarak, 2018.

ZEUSKE, Michael. *Handbuch Geschichte der Sklaverei: eine Globalgeschichte von den Anfängen bis zur Gegenwart*. Berlin: De Gruyter, 2013.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Fábio Duarte Joly: Doutor. Professor Titular. Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. Rua do Seminário, s/n, 35420-087, Mariana, MG. Brasil.

José Ernesto Moura Knust. Doutor. Professor EBTT. Instituto Federal Fluminense, Macaé, RJ, Brasil. Rodovia Amaral Peixoto Km 164, Imboassica, 27932-050, Macaé, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua do Seminário, s/n. – Centro, 35420-000, Mariana, MG, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Este artigo teve origem em discussões no âmbito do grupo de pesquisa Mithra-Laboratório de História Global (UFSC) e no projeto de pesquisa SlaVEgents: enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE-300 CE. Versões preliminares foram apresentadas no ciclo de Seminários da Linha Terra, Trabalho e Poder, PGH/UFRPE, em 2021, no V Encontro do GT de História Antiga e Medieval, Anpuh/SC, em 2023, na V Jornada de Investigación sobre Sociedades Precapitalistas, CESP/UNLP, também em 2023, e em palestra no PPGH-UFAM/Laboratório de História Cultural- LEHC, em 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos os comentários a versões anteriores do texto por Uiran Gebara da Silva, Fábio Augusto Morales Soares, Waldomiro Lourenço da Silva Jr., Rafael de Bivar Marquese, Kostas Vlassopoulos, Joana Campos Clímaco e Átila Augusto Vilar de Almeida.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust.

FINANCIAMENTO

Pesquisa para este artigo foi realizada no âmbito do projeto SlaVEgents - enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE-300 CE, financiado por um Advanced Grant do European Research Council (Grant Agreement no. 101095823) concedido a Kostas Vlassopoulos como pesquisador principal (Institute for Mediterranean Studies, IMS – Foundation for Research and Technology Hellas, FORTH).



European Research Council
Established by the European Commission

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 24 de maio de 2024.

Aprovado em: 14 de junho de 2024.

Como citar: JOLY, Fábio D.; KNUST, José E. M. Esclavidão antiga em perspectiva mediterrânea: uma proposta de abordagem global. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 355-375, 2024.





ANCIENT SLAVERY IN MEDITERRANEAN PERSPECTIVE: A PROPOSAL OF GLOBAL APPROACH

Escravidão antiga em perspectiva mediterrânica:
uma proposta de abordagem global

Fábio Duarte Joly ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-6549-3094>

E-mail: fabio.joly@ufop.edu.br

José Ernesto Moura Knust ^b

 <https://orcid.org/0000-0002-3295-9107>

E-mail: zeknust@gmail.com

^a Universidade Federal de Ouro Preto, Department of History, Mariana, MG, Brazil.

^b Instituto Federal Fluminense, Campus Macaé, Macaé, RJ, Brazil.

DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

ABSTRACT

The aim of this article is to propose a new methodological alternative for the study of ancient slavery, considering the limits of the concept of “slave society” formulated by Moses Finley. This concept came increasingly under scrutiny in the last ten years by a scholarship that is devoting itself to a global history of slavery. In the first part of the article, we examine Finley's concept and the most recent objections from authors such as Noel Lenski, David Lewis and Kostas Vlassopoulos. In the second part, we propose to think of a “Mediterranean slave system” with distinct phases between the rise of the city-states in the Mediterranean and the development of the Roman Empire. To this end, we also propose a dialog with the most recent strands of study on Atlantic slavery, especially with the perspective forwarded by the concept of second slavery.

KEYWORDS

Ancient slavery. Roman Empire. Mediterranean.

RESUMO

O objetivo deste artigo é propor uma nova alternativa metodológica para o estudo da escravidão antiga, tendo em vista os limites do conceito de “sociedade escravista”, formulado por Finley. Esse conceito tem sido criticado nos últimos dez anos de forma mais recorrente por uma historiografia que se volta para uma história global da escravidão. Na primeira parte do artigo examinamos o conceito finleyiano e as objeções mais recentes de autores como Noel Lenski, David Lewis e Kostas Vlassopoulos. Na segunda parte, propomos pensar um “sistema escravista mediterrâneo” com diferentes fases entre o surgimento das cidades-estados no Mediterrâneo e o desenvolvimento do Império Romano. Para tanto, propõe-se um diálogo com as vertentes mais recentes de estudo sobre a escravidão atlântica, em especial com a perspectiva aberta pelo conceito de segunda escravidão.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão antiga. Império Romano. Mediterrâneo.



The field of “ancient slavery” studies is facing a major challenge. In the last ten years, there has been a search for renewal, along with a more incisive questioning of certain orthodoxies that were consolidated by the influence of the work of Moses Finley. This renewal has mobilized a dialogue beyond the field itself, as it also tackles issues in writing a global history of slavery. However, despite the merit of proposing other analytical possibilities for an aspect of the ancient world that has already been studied so much, this tendency seems still very dependent of the concept of “slave society” as coined initially by Finley almost fifty years ago, even though its limits are recognized.

The oscillation between abandoning the concept altogether or reformulating it to keep alive the “spirit of Moses Finley’s inquiry”, in the words of Noel Lenski (2018, p. 57), has resulted in keeping a fragmented, non-integrated view of slavery in Antiquity. Above all, the traditional “forms” – in the sense that Norberto Guarinello (2003) gives to the word – are preserved – that is, “Near Eastern slavery”, “Greek slavery”, “Roman slavery”, “Jewish slavery” etc. –, albeit they do not satisfactorily contemplate the historical transformation of slavery in Antiquity by not taking into account local, regional, imperial and global historical experiences of enslavement/manumission processes in the ancient Mediterranean. The maintenance of this traditional historiographical morphology for studying slavery in Antiquity makes it difficult to ask questions such as, for example, whether “Roman slavery” was essentially the same and constant throughout history or whether there were transformations, suppressions, and rearticulations of local types of slavery along Mediterranean history.

The answers to such questions have proved difficult to give if the focus remains solely on the concept of “slave society” as conceived by Finley, so building new methodological alternatives may be worthwhile. This is the aim of this article. Taking as a starting point the analysis of Finley’s position and the more recent criticisms of authors such as Noel Lenski, David Lewis, and Kostas Vlassopoulos, we will propose a new conceptual model for the study of ancient slavery. Our central argument is that it would be helpful to reassess the idea of a “Mediterranean slave system” and consider it as having two main phases: a Mediterranean “first slavery”, initially constituted in the context of city-states from the 9th century BC, and then, with the Roman Empire, from the 1st century BC onwards, a Mediterranean “second slavery”. This second phase had an impact on the dynamics of enslavement and mercantile chains established in the previous phase, along with the spread of an institutional-legal apparatus that acted as a convergence factor between different slave systems. To this end, we propose a dialog with the most recent strands of study on Atlantic slavery, especially with the perspective opened up by the concept of second slavery.

SLAVE SOCIETY: THE LIMITS OF A CONCEPT

Finley states, in *Ancient Slavery and Modern Ideology* (1980), that a society is a *genuinely* slave one when the income that maintains the ruling elite is substantially based on slave labor. In this sense, the critical issue would be the “location” of slavery among other forms of compulsory labor and even in relation to free labor in Antiquity. For Finley, slaves constituted the *permanent* labor force for the elite, both in the countryside and in the city, and consequently “provided the bulk of the immediate income from property”, that is, excluding those incomes whose origin was political, derived from military positions and public administration, or derived from financial operations, such as moneylending (Finley, 1991, p. 84).

Still according to Finley, a slave society was the result of the combination of three factors: private ownership of land and its concentration in a few hands; the development of production goods and the existence of a market for their sale; and the absence of available internal labor force (due to the abolition of debt-bondage), thus creating the need for foreign

labor. These conditions – all explained by fundamentally endogenous reasons – would have existed simultaneously in Athens and other Greek communities in the 6th century BC as well as in Rome since the 3rd century BC (Finley, 1991, p. 88-89), so initially being restricted to the central areas of Greece, Italy and Sicily (Finley, 1991, p. 82). In this context, the slave emerged as the ideal labor force because the “three components of slavery — the slave’s property status, the totality of the power over him, and his kinlessness — provided powerful advantages to the slaveowner as against other forms of involuntary labour: he had greater control and flexibility in the employment of his labour force and far more freedom to dispose of unwanted labour” (Finley, 1991, p. 79).

Finley, therefore, when describing the emergence of slave society in Greece and Rome, has in mind city-states regionally delimited and without yet consolidating imperial structures of domination over vast territories. After thus explaining the emergence of a Greco-Roman slave society, Finley then moves directly to the stage of its decline under the Roman Empire, when he oscillates, in the fourth chapter of *Ancient Slavery and Modern Ideology*, between referring to the Empire as a whole, Italy or Rome. This oscillation is not casual. It derives, in essence, from a monolithic vision of the empire, as if it implied a single society and an elite that was also homogeneous, based on slave labor, and who then stopped using it due to the new availability of labor inside the empire by citizens now deprived of the former privileges of restricted citizenship. As Norberto Guarinello noted, the terms of Finley’s comparison are entirely different, since “slavery did not decline in the context of a city, but of a vast empire, for which the notion of citizenship had, from the outset, a completely different connotation” (Guarinello, 2009, p. 118).

Despite these problems in the formulation of the concept, Finley’s thought became very influential not only in the historiography of ancient slavery, but also in that of slavery in the Americas (especially in the US South) and Africa. Even though he was a specialist in the ancient world, a marginal area within studies on the History of Slavery, Finley laid the foundations for what Rafael Marquese (forthcoming) called the structural and nomothetic approach to this field. The great work that synthesizes this approach, *Slavery and Social Death*, by Orlando Patterson (1982), reveals, not by chance, a profound Finleyan imprint in marking his position in the debates on the concept of slavery and slave society (cf. Bodel, 2019; for a reassessment of Patterson’s work, see Bodel and Schneidel, 2017). On the other hand, an important alternative approach, defined by Marquese as historical and ideographic, has been forwarded by Joseph Miller (2008; 2012) and has been the starting point for essential criticisms of the Finleyan model, as it suggested an approach to *slaving* as a dynamic historical process.

This debate has indeed been hot in recent decades in the field of the Global History of Slavery, and not so much in the field of Ancient Slavery. However, the commemorations of Finley’s centenary in 2012 encouraged the topic to be discussed again in this field as well, with books and articles in the United States and Europe assessing the impact of Finley’s ideas (Harris, 2013; Jew; Osborne; Scott, 2016; Lenski; Cameron, 2018).

In this context, Finley’s commentators gave a prominent place to the theme of slavery. “What is a Slave Society?” is precisely the title of one of the books that came to light in this context, organized by Noel Lenski and Catherine Cameron (2018). In his contribution to the volume, in an introductory chapter on the concept, Lenski (2018) lists what he considers as its main flaws. Firstly, he notes the ethnocentric perspective from which Finley elaborates the concept, since only Western societies are treated as genuinely slave societies. Secondly, Lenski cites some inconsistencies in the formulation of the concept: a very rigid distinction based on the binomial slave society/slaveholding society; the difficulty of precisely circumscribing the notion of “society” (for example, the whole Caribbean was a slave society?); the concept, moreover, is based on Western notions of freedom, political

participation and private property; and, finally, its use would emphasize much more the similarities between slave societies than their differences in terms of internal and external sources of slaves, practices of manumission, the different employments of slave labor, and the racial issues involved in slavery.

These are pertinent criticisms, but Lenski does not suggest abandoning the concept. On the contrary, he believes that if adjusted to a global approach to slavery beyond the five societies that Finley set up as canonical (classical Greece and Italy, the American South, the English and French Caribbean, and Brazil), the concept remains valid. In his words:

If we accept that “Slave Societies” are to be judged by the degree to which their structures of dependency approach “ideal slavery”, the benchmark for comparing them would thus seem not to be Finley’s tidy binary but a scale, or rather a series of scales. These might be termed *vectors of intensification*, that is, measures of the degree to which a particular “Slave Society” approaches each aspect of the ideal definition put forward earlier in this chapter (Lenski, 2018, p. 52).

It is an interesting solution to maintain the validity of Finley’s concept of “slave society” within his proposal of a comparative history of slavery, but now with a broader range of societies. However, this maintenance of the concept also implies replicating some of its fundamental problems. Lenski states that the idea of “society” and its circumscription in time and space is problematic, but he does not consider this issue when reworking the concept. Consequently, he ends up reiterating the same kind of incoherence by citing societies with very different organizations – indigenous tribes, empires, kingdoms – to which the same observations he makes about the US South and the Caribbean could be applied as not constituting homogeneous “societies” since there could be geographical and temporal differences as well, and it would be more appropriate to circumscribe better what slave societies could exist within these broad spaces.

Therefore, the emphasis on the methodology of constructing ideal types maintains those traditional forms of slavery, such as “Roman slavery” and “slavery in the US South”, as well as it hinders an understanding of these slaveries in the larger slave systems – Mediterranean and Atlantic – in which they were inserted. It is worth remembering that the concept of slave society, prior to its use by Finley, appeared in the historiography on slavery in the Americas from the 1940s onwards in the context of comparisons between empires, their colonization processes, and the consequences for building slave systems in the New World (Tannenbaum, 1946; Goveia, 1965).¹

In any case, the concept of slave society, due to Finley, has assumed a preeminence over others, such as that of “slave system” (for example, as proposed by Wesermann, 1955) in the scholarship of ancient slavery. One consequence was the undertheorization of the relationship between connectivity, integration, empire, and slavery, thus reinforcing a segmented view of slavery in the ancient Mediterranean, as if each modality had developed independently, based mainly on internal political factors, and without any interrelationships between them. In short, the approaches based on the concept of slave society tend to subscribe a methodological internalism, an assumption which, not by chance, was at the basis of the formation of Ancient History as an academic field and which is still present in it, despite the orientation towards more global approaches (Morales; Silva, 2020).

An illustration of this point can be found in the first volume of *The Cambridge World History of Slavery* (2011), dedicated to the ancient Mediterranean and organized by Keith Bradley and Paul Cartledge. Most of the chapters focus on Greek and Roman slavery, with

¹ On Finley’s knowledge with these debates, see Joly (2019).

only one chapter dedicated to slavery in the Ancient Near East and another to slavery among the Jews.² In the case of Greece and Rome, a thematic treatment (culture, economy, sources of slaves, archaeology of slavery, religion, law, and family) is combined with chapters focused on traditional periodizations (classical and Hellenistic periods; Republic, Empire and Late Antiquity). In those that deal with classical Athens, Republican Rome and Roman Italy under the Principate, the discussion still focuses on stressing the relevance of their qualifications as slave societies. Thus, Neville Morley, in his chapter on slavery in the Principate, adopts the concept as if there were no longer any need to question its applicability:

Without wishing to downplay the special characteristics of Roman Italy during this period, with its high numbers of slaves and the particular ways in which they were employed in villas, it seems strange that a society in which slaves could be encountered in all areas of life and at all levels of social interaction, in which the ownership of slaves was one of the most important markers of social status and in which discussions of the state of society were dominated by the problems created by the presence of successful slaves and freedmen should not be described as a “slave society” (Morley, 2011, p. 284).

Rome, for the author, has spread “its beliefs, habits, practices and anxieties; the provinces were confronted with, and clearly influenced by, a culture that was permeated by slavery”, so that the Principate meant more the “consolidation of the institutions of Roman slavery rather than their development – let alone their decline” (Morley, 2011, p. 285). Here there is an example of a strategy for dealing with the difficulty of situating slavery within the framework of a slave society at the imperial level: instead of thinking of alternatives for specifying the relations between empire and slavery in more systemic terms, it is adopted a view that presupposes a slave cultural unity in the Empire in particular and in the ancient Mediterranean in general.

However, in contrast to the more culturalist approaches, some alternatives have appeared in studies on Greek and Roman slavery, which start from Finley’s concept of slave society, but along with the notion of slave system. These analyses have the advantage of thinking about other geographical and temporal units to contextualize ancient slavery.

An important step in this direction, still inspired by Finley, can be found in Kyle Harper’s *Slavery in the Late Roman World, AD 275-425* (2011), which argues that fourth-century imperial Roman society can still be understood as a slave society. Harper uses this concept to criticize the entrenched view that the slave system of the late Empire was a declining or transitional one, and therefore apart from the time when Roman society was a genuinely slave society, when the slave mode of production was dominant in the center of the Empire. For Harper (2011, p. 65):

Rather than trying to salvage the uniqueness of Roman slavery by identifying a dominant slave mode of production, limited in space and time, we should see slavery as an integral component of the Roman imperial system. Slaves were often a thin presence within a given space, but this does not vitiate the claim to significance. The Roman empire was the interconnection of these zones of thin modernization, flung across a vast territory. Seen against the background of the giant, slow-moving world of subsistence and reproduction, the Roman slave system will appear small; seen, appropriately, within the

² See Lewis (2018, p. 2-3) on the disregard, following Finley, of Near Eastern societies in studies of ancient slavery.

vibrant, fast-moving world of capital floating atop the Mediterranean empire, Roman slavery takes on its true measure.

Harper's main argument is that the interrelationship between the slave supply and demand, institutions, and the management of estates in the fourth century kept slavery as it had already developed in the High Empire and far from declining. Roman law was the leading institution that allowed slavery to expand, even if slave work wasn't the main form of compulsory labor. Roman law had an impact on the labor market by giving owners the possibility of choosing between slaves, tenants, and wage earners to manage their estates according to the cost of labor and the desired degree of control over the production process (Harper, 2011, p. 156-157).

Harper's model is based on the assumptions of the New Institutional Economics, which is prevailing in studies on ancient economy. From this perspective, the efficiency of the economy is directly proportional to the efficiency of institutions (such as law), which ultimately allow the market economy to take precedence over other forms of organizing economic life. The analyses that point to the development and expansion of Roman Law as an important institutional element for the efficiency of the Roman Economy postulate the idea of an "integration of distant and heterogeneous regions into a Mediterranean market based on the development of 'supralocal' institutions", which is "a very interesting parallel with the very process of globalization in our capitalist present" (Knust, 2012, p. 21). It is ultimately a neomodernist position, which points to the existence of a market economy like the capitalist one in the ancient Mediterranean.

Notwithstanding this position of Harper's book – which is open to question –³, it is of interest for the present discussion, the author's objective, albeit without further detailing throughout the book, of presenting a narrative of the "Mediterranean slave system, in the last period during which the Roman empire was home to a slave society" (Harper, 2011, p. 66). In his view, Roman slavery constituted "Roman slavery was a distinctive phase of Mediterranean history, when a convergence of forces acted to intensify both the supply and demand for slaves over an extended arc of time" (Harper, 2011, p. 61).

This perspective of thinking about connections between the Roman imperial system and a Mediterranean slave system would be interesting to move forward, as no study takes this direction. Despite describing isolated slave societies, it is an alternative to insert and articulate them in a broader slave system in time and space, which would itself be reproduced by local systems of slavery. A recent approach that helps us to reflect on this issue – even if it doesn't include Roman slavery – is that David Lewis offers in his book *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC* (2018). Lewis also criticizes Finley's ethnocentrism in selecting only five genuinely slave societies throughout history, and so stressing the exceptionality of slavery in Athens and Rome. Otherwise, Lewis argues that a more comprehensive understanding of Greek slavery depends on its framing into a larger context, which includes Sparta, Crete, the region of Attica, Israel (Iron Age, 8th-7th centuries BC), Assyria (8th-7th centuries BC), Babylon (7th-6th centuries BC), the Persian Empire (6th century BC) and Carthage (3rd-2nd centuries BC). To compare and describe the regional and legal specificities of each of these cases, Lewis follows William Westermann's (1955) notion of slave system – taken as a set of legal regulations involved in the possession of captives, the trade of slaves, and the guarantee of private property over them –, although he does not completely discard Finley's concept of slave society.

³ On this point, see the more detailed criticism of Harper's book by Kostas Vlassopoulos (2015). For a critique of the principles of New Institutional Economics as used in the historiography of Roman economy, see Hobson (2014).

It is indisputable that the author then provides a more composite view of slavery in the Eastern Mediterranean by highlighting the regional diversity of the institution according to the various legal arrangements that ensured the ownership of slaves as an essential element for the maintenance of the elites. However, this choice ends up leading to little theorizing about what constituted a slave system in local, regional or even Mediterranean terms, beyond its legal apparatus for defining levels of ownership. This problem is even recognized by Lewis, for example, when he analyses the case of the Persian Empire, which cannot be treated as a homogeneous regional unit. Therefore, the question of the relationship between connectivity, integration, empire and slavery is not addressed since the mentioned slave systems are basically portrayed as independent units.

A concept used by Lewis that can be useful for a systemic vision of the slave systems in the Mediterranean is that of the “slaving zone”. For this author, the most important variable would be the transaction costs involved in obtaining slaves, bringing them from the slaving zones to the final buyer, a role that was played by “the institutions of many of the city states both strengthened the legal protections from enslavement for their own citizens and facilitated those trade networks that provided easy access to these nearby reservoirs of slave labour” (Lewis, 2018, p. 286). Jeff Fynn-Paul elaborates the concept of slaving zone deeper (2009; Fynn-Paul; Pargas, 2018) to develop the thesis that Christianity and Islam represented a turning point in the history of the great Mediterranean slave system, since empires based on these monotheistic religions began to adopt an ethical-religious taboo against the enslavement of the majority of their inhabitants and thus, in the long term, made it possible the enslavement of populations in Russia and Africa. Fynn-Paul thus presupposes a “Greater Mediterranean slave system”, involving all of Asia west of the Indus, most of Africa, and the whole of Europe. Such a system has been constituted by the interaction between slaving zones and non-slaving ones, in the sense that a “slaving zone is defined as the geographical area impacted by a given society’s demand for slaves, and a no-slaving zone is the area considered off limits for slave raiding by that society” (Fynn-Paul, 2009, p. 4). More recently, in his contribution to the second volume of *The Cambridge World History of Slavery*, Fynn-Paul defined a slave system as one made up of all the slaves, their owners and others involved in dealing with captives; the logistics of captivity, transportation and trade; the market forces of supply and demand; the political, ideological and normative institutions, both informal and formal, that regulate these systems, and, finally, a discourse of servitude, whose stability is variable over time, but preserving certain characteristics, such as the emphasis on dominance or hierarchy (Fynn-Paul, 2021, p. 28).

This notion of slave system, broader than those of Westermann and Lewis, as well as the idea that the slaving zones of a Mediterranean slave system have changed according to specific patterns of political and religious organization, are important elements for a new systematization of the study of slavery in Antiquity. It allows us to conceive slave systems not as isolated constructs, but as having combined and unequal developments. Otherwise, what we have is a comparative history of ancient slave systems that lists their similarities and differences in terms of the political, economic and cultural conditioning factors of slavery, as it is common in the long tradition of comparative studies of ancient and modern slavery (see Kolchin, 2006; Dal Lago; Katsari, 2008).

It is therefore necessary to conceive another narrative of the slave systems in the ancient Mediterranean, which is not restricted to their internal developments, especially their political and legal ones, but which relates these to a historical whole, in which the various developments of the city-states and imperial structures have a place. The connection of the history of ancient slavery with the discussions about a Global History of Slavery could be a perspective that allows this alternative to be explored.

TOWARDS A GLOBAL HISTORY OF MEDITERRANEAN SLAVERY

It should be emphasized that the global framework of ancient slavery that we postulate here is not affiliated with those approaches that place slavery in Greco-Roman and Near Eastern antiquities side by side with other forms of slavery throughout history to provide a broad picture of the persistence and variability of slave relations over a very long period. A recent example of this option is the volume edited by Paulin Ismard, *Les mondes de l'esclavage - Une histoire comparée* (2021), which covers a time span from 12,000 BC to the present day.

Our proposal is closer to the discussions put forward by Kostas Vlassopoulos in his latest book *Historicizing Ancient Slavery* (2021). Like Lenski and Lewis, Vlassopoulos also criticizes Finley's notion of slave society but does not adopt a compromise solution to preserve its use. In Vlassopoulos' view, the path to renewing the field starts with abandoning this concept and building a typology that shifts the focus from "Greek slavery" and "Roman slavery" to a wider variety of *epichoric slaving systems*, understood as the result of combinations of conceptual systems of slavery, contexts, and strategies of enslavement, and dialectical relationships that constitute slavery beyond those between masters and slaves. These systems are also shaped by broader economic, political, social and cultural processes, both internal to these systems (such as the forms of relations between the citizens of a polis) and external to them, such as the connection to Mediterranean markets that facilitated the obtaining of slaves (for example, the situation of Athens compared to that of Sparta). The main question, in this sense, is to explain divergences and convergences between the epichoric systems and also the impact of empires, such as the Roman Empire, on the slaving systems that entered its orbit of influence (Vlassopoulos, 2021, p. 169; 175). However, as Vlassopoulos himself recognizes, the underlying problem lies in the fact that ancient slavery is still almost exclusively studied synchronically – "slavery in classical Athens" or "slavery in the Roman Republic" – and thus dissociated from a diachronic narrative of Greek or Roman history (Vlassopoulos, 2021, p. 190), and even from a history of the ancient Mediterranean. In the conclusion of his book, he claims for a change in the field of Ancient History to deal with this problem:

Ancient historians need to construct a wider framework akin to that of the Atlantic World, the Indian Ocean world or the Islamic oecumene adopted by historians working on slaving in other areas and periods. Slaving was an inherent part of the geopolitical, economic, cultural and religious processes that linked the communities of the Mediterranean, the Near East, North Africa, the Black Sea and temperate Europe with central Asia and the Indian Ocean in the course of antiquity. Over the last twenty years historians and archaeologists are gradually constructing a wider framework for studying these interactions; the study of ancient slavery needs to follow suit urgently (Vlassopoulos, 2021, p. 204).

Such a research agenda could contribute to a re-evaluation of the history of ancient slavery not only by questioning the very centrality that has been given to the hegemonic models of slavery, the Athenian and Roman ones, but by suggesting new ways of conceiving the temporalities of slavery in Antiquity other than the usual one of rise and decline, of parallel histories of slave systems, or of the long permanence of a Roman model taken as normative and unitary.

Although, as we have seen, the terms "Mediterranean slave system" or "Mediterranean slavery" are evoked time and again by recent historiography, they are not

explored with more significant theoretical-methodological implications.⁴ It is therefore necessary to study how local systems of enslavement, built on a common historical basis of a very long duration, but very different from each other, were historically reorganized and integrated into a unified system as the slave system of the Greater Mediterranean, which, over the centuries, will go through different historical phases. The relevance of such an approach would not be reduced to the limits of the field of ancient slavery studies, since it makes possible to analyze the interconnection of two world-systems, the Mediterranean and the Atlantic, over the centuries.⁵ Based upon Norberto Guarinello's (2013) reflections on the history of Mediterranean's integration process from the Iron Age onwards, we assume that some parallels could be drawn between the stages of this long process and the phases of Mediterranean slavery, marked by the articulation of epichoric slaving systems.

The first phase of Mediterranean slavery took place during the formation of the city-states from the 9th century BC, and in the context of phenomena such as the Greek and Phoenician dispersion in the Mediterranean, and the political configuration of the Italian Peninsula, especially in Etruria and Latium, when the internal social boundaries of the communities were strengthened, differentiating citizens and non-citizens, and identifying the slave as the foreigner par excellence, whose employment made it possible to intensify production in the centers most linked to Mediterranean exchanges (Guarinello, 2013, p. 91; Broodbank, 2013, p. 549). At this point, it would be possible to imagine a diffuse situation in which countless local slaving systems would have arisen around the Mediterranean basin, some organized mainly as forms of intra- or inter-community servitude, as Garlan (1988) classifies them. In this period, the processes of enslavement were structured internally to the communities themselves, creating social boundaries and forms of exploitation or between two communities, with one being subjected by the other. This does not mean that these local systems were totally disconnected from each other. It is possible to identify some circulation of captives between different regions, although much of this circulation must have been non-market dependent, ranging from looting to the aristocratic "gift exchange".

As Finley had already insightfully pointed out, a key moment seems to have been the process of formation and consolidation of the city-states and the social struggles that permeated this process. Finley's classic argument is that the poorer population of some city-states (Athens and Rome are the paradigmatic cases) managed to impose themselves politically in this process by putting an end to the practices of intracommunity enslavement (such as debt slavery), forcing the political elites to seek labor by buying enslaved foreigners.⁶ This argument should not be dismissed out of hand. If we put aside its methodological internalism, it is possible to argue that the poorest people were not only

⁴ Take, for example, its summary treatment in Peregrine Horden and Nicholas Purcell's seminal book, *The Corrupting Sea* (2000), which laid the foundations for a whole range of studies on Mediterranean history. The assertion that "the forms of slavery which are characteristic of the Mediterranean are shaped by its connectivity" (Horden; Purcell, 2000, p. 388) is not further explored in the book. See also Rotman (2014).

⁵ This is not really a new approach, as demonstrated, for example, by the studies of Charles Verlinden throughout the 1950s, in which he tried to present the medieval precedents of slavery in the Americas (see collection of his texts in Verlinden (1970)). It is true that Verlinden's thesis has already been duly criticized – among others, by Robin Blackburn (1997, p. 33) – for ultimately disregarding the novelty and originality of slavery in the New World. However, what is at stake is a global history of slavery that is not bound by formal comparisons, but seeks to understand that the Atlantic world, and particularly its slave system, should be taken as an extension of a "greater Mediterranean slave system", as Fynn-Paul mentions. From this perspective, the objective is to trace the transmission and re-elaboration of slave practices between the Mediterranean and the Atlantic, which is fundamental for an analysis of the time strata of American slavery, which was made up of "normative precepts stemming from classical antiquity, the recurrence of a set of practices established in the Middle Ages and the mutual institutional recognition of captivity that would allow the slave trade between Europeans and Africans" (Marquese; Silva Jr., 2018, p. 71). A global approach to slavery from the perspective of its time strata in the long term can also be found in Zeuske (2013, p. 120; 2018, p. 30), who speaks of "plateaus" of slavery.

⁶ As Vlassopoulos (2016, p. 84) points out, in Finley's conception, slavery has no explanatory role as an economic factor. It is merely a solution to the problem of labor and the extraction of income for the elite.

trying to avoid being enslaved by their city's elite, but also trying to avoid being sold outside the city. In other words, the Mediterranean mercantile connection process was already in development, and this afforded the possibility for local elites to use their epichoric processes of enslavement to sell captives in this expanding market.

If this argument is correct, it is possible to think of the process of city-state formation due to the social struggles of the poorest, at least in part, as the result of the struggle to form a "non-slaving zone", according to Fynn-Paul's formulation, although he points to the ancient empires and their (precarious) monopoly of violence as the ones which constituted first, albeit imperfect, non-slaving zones. Although Fynn-Paul does not acknowledge it, these zones would have predated the Roman Empire or even the Hellenistic kingdoms, at least in the Mediterranean.

The process of city-state building seems, however, to be only the first phase in the formation of non-slaving zones in the Mediterranean slave system. Non-slaving zones were not limited to city-states, and new dynamics seem to have led to the organization of wider zones. Garlan (1987) points to the fact that, already in the classical period, enslaved people of non-Greek origin seem to have predominated in the Greek-speaking world, showing that at some level the rise of panhellenism after the Greco-Persian wars seems to have contributed to the formation of a panhellenic non-slaving zone. At the same time, but driven by different dynamics, an Italic non-slaving zone seems to have been formed by the organization of the Roman hegemonic system in the peninsula. Eckstein (2006, p. 252) observes that Roman strategy after the Latin War, through the notions of *municipium* and *civitas sine suffragio*, which aimed to incorporate the subjected communities in the 4th century BC, altered customary enslavement practices, such as the sale of captives into slavery.⁷

Another consequence of this argument is the identification of mercantile integration as a key element in the formation of the Mediterranean slave system. Captives from different epichoric slaving systems were trafficked through different territories. This does not mean a homogenization of all slave practices within the system around the figure of the chattel slave, but the articulation within a system of different slave practices based on a progressive centrality assumed in this system under construction by the figure of the chattel slave.

This mercantilization is related to two important elements in the construction of a Mediterranean slave system. Firstly, it generates a mercantile chain that connects different slave regions and practices as parts of a coherent whole, articulated precisely by mercantile dynamics. Secondly, it consolidates and disseminates the figure of the socially uprooted chattel slave. While this categorization really shouldn't be used as an absolute boundary for differentiating a "true" slavery from other forms of compulsory labour, it still seems to be a helpful category for thinking about precisely the passage from local, epichoric slave practices to systemic, panchoric ones articulated by the long-distance slave trade.

With the rising of hegemonies in the Mediterranean between the 5th and 2nd centuries BC, there was a gradual emergence of major centers of power in the Mediterranean, at the same time as interactions intensified along the Mediterranean and connecting to the Black Sea and the interior of Europe (Guarinello, 2013, p. 98). In this epoch there was the making of Athenian hegemony and its consequences as the Peloponnesian; Macedonian expansion dominating the eastern Mediterranean as far as India; Carthage in North Africa, with its control of the routes and colonies in the western Mediterranean; and Rome, with the consolidation of its hegemony in the Italian Peninsula.

⁷ See Scheidel (2023), for the hypothesis that, before Roman hegemony in the Italian Peninsula, the region was a slaving zone, supplying captives to more central and wealthy regions, such as the Greek communities of Sicily and southern Italy, as well as Carthage.

These processes meant a new scale of Mediterranean slavery because, at the same time as they preserved the structure of the *poleis*, the continuous wars turned the conquered territories into slaving zones within the Mediterranean, with mass displacement of captives. As Fynn-Paul shows, the formation of non-slaving zones necessarily goes hand in hand with the formation of slaving zones on their fringes, and it establishes mercantile chains which in turn had an impact on the forms of social organization and practices of enslavement of the regions which import captives as well as of those which export them. The creation and expansion of slave trade networks connecting Greece with the Black Sea and the Anatolian region (Lewis, 2015), and the Italian peninsula with Gaul (Fentress, 2019) and Syria, Phoenicia, and Asia Minor (Musti, 1980; Mavrojannis, 2018) are examples of this phenomenon. The control of territories by the conquering centers also resulted in the diffusion of types of slavery from these centers to other areas (Thompson, 2011, for the case of slavery in the Hellenistic world), which opened up the possibility of local readings of Carthaginian, Greek and Roman practices of slavery/manumission.⁸

The first phase of Mediterranean slavery was thus consolidated, based on local practices within the *poleis*, and then spread by cities that became centers of hegemony over certain areas of the Mediterranean, either through the creation of mercantile networks of captives or territorial conquest. This first phase is marked both by an initial movement towards the establishment of panchoric slave systems at a Mediterranean level, boosted by slave trade and territorial conquests, and by its great internal fractures, carved out by slaving zones within the Mediterranean world, permeated by wars, raids and piracy.

From the 1st century BC onwards, the Roman Empire, built on the foundations of the integration processes and structures that had preceded it, began a new and second phase of Mediterranean slavery. Although the Empire did not become a perfect non-slaving zone itself, the main slaving zones were now located around it and somehow linked to its political and economic dynamics.

One analytical possibility that can be tested for the study of this phase is to think of it in terms similar to that of the “second slavery” in the Americas, a concept that part of the scholarship on Atlantic slavery uses to interpret the expansion of the frontiers of slave production of commodities – cotton in the US South, sugar in Cuba, and coffee in Brazil – throughout the 19th century and their role in the economic and political transformations of the 19th century world-economy. This approach proposes that the new zones of slave production were formed as part of a distinct historical cycle of economic and geographical expansion of the capitalist world economy that transformed the Atlantic world during the first half of the 19th century. Slavery in these new agricultural frontiers had its systemic character and significance profoundly altered in comparison with previous forms of slavery. At the heart of this second slavery expansion was the redistribution of slave labor as a mass productive force, that is, the mass concentration of slave workers dedicated to monoculture production and the creation of new productive spaces to meet the growing demand of the world market (Tomich, 2018, p. 479-482).

From a theoretical point of view, studies on second slavery propose, based on the work of the sociologist Philip McMichael (1990), an incorporated comparison that considers, on a global scale, multiplicities and singularities, diachronies and synchronies, in an analysis in which the whole is first and foremost a methodological construct obtained by the integrated analysis of the parts. In other words, as Rafael Marquese (2019, p. 31) argues, “rather than being treated as external and independent of each other, the slave regions

⁸ As indicated, for example, by the debate about the manumission inscriptions in Thessaly, from the 2nd century BC onwards, and the extent to which they were related to the Roman practice of charging a manumission fee, the *vicesima libertatis* (Zelnick-Abramowitz, 2013).

subjected to observation should be understood as particular moments of the same long-term historical process, that is, of the same historical structure that forms them and is formed by them”.

We are not suggesting that the Roman imperial economy could have been qualitatively like the capitalist world-economy of the 19th century. The political integration of the Mediterranean under the aegis of Rome did not necessarily mean a unified economy, despite some level of economic integration, as it entailed the submission of local orders to Roman domination (Guarinello, 2013, p. 147-151). The logic of the imperial Roman economy is best explained within the framework of a tributary empire,⁹ which led to a certain degree of unification in terms of the networks of tax transfers. The emergence of a Second Mediterranean Slavery is linked to the transformations imposed on the dynamics of enslavement by the unification of the entire Mediterranean world by an empire. Two aspects seem to stand out: the changes in the dynamics of enslavement and its mercantile chains, and the institutional-legal apparatus.

As Rome's empire expanded and the conquered regions became provinces, the slaving zones moved to the margins of the empire, with war and slave trade supplying captives and thus impacting on peripheral societies. New slave trade networks need to be established with these new frontier enslavement zones, at the same time as previous trade chains are reconfigured or even dismantled. However, the empire did not become a complete non-slaving zone either, as internal sources such as the sale of children, kidnappings, and the internal reproduction of the slave population continued to generate slaves (HARRIS, 1999). In other words, borders and fractures internal to societies within the Empire continued to be exploited as zones of enslavement, albeit to a lesser extent. Other mercantile chains, of lesser extent and intensity, had to be organized around these internal borders, probably for more localized and smaller-scale demands, such as domestic work or small-scale manufacturing. In the case of rural estates oriented towards specialized production of a greater volume of commodities, only long-distance slave trade associated with war could likely meet a higher and more frequent demand.

Thus, if, on the one hand, the existence of a politically unstable fringe on the frontiers is very important for the formation of slaving zones, which feed the entire mercantile chain of slave labor, on the other hand, the process of the formation of the Empire tends precisely to incorporate these regions in order to transform them into provinces, changing the specific way in which these regions are integrated into the imperial system and, if not turning them into perfect non-slaving zones, at least reducing the potential for enslavement by wars and raids in these places. As Greg Woolf (1990, p. 49) remarks, “expansion was in fact contrary to the interests of slave traders, since enslavement within the empire was forbidden and slaves were regularly extracted from lands beyond the empire. In this respect, Roman imperialism would conform to Wallerstein's description of the expansion of a world-empire within, and to the detriment of, a world-system”. What seems at first glance to be a contradiction of the Roman imperial system, it is actually a constituent part of its very structure, which combines two central tendencies in the construction of this system: one that revolves around the slave trade chain and another that revolves around military expansionism very much guided by Roman intra-aristocratic political conflicts and a more tributary economic dynamic, less dependent on the slave trade chain.

⁹ We follow here the general definition of these empires proposed by P. Bang and C. A. Bayly (2011, p. 6), for whom “common to these empires is that they may be described as tributary, rather than commercial and colonial. Roughly speaking, they were all based on the conquest of wide agrarian domains and the taxation of peasant surplus production”. Such was the case of those, like the Roman Empire, that were world-empires, that is, “vast empires that dominated their wider worlds and were able to absorb most of their competitors and reduce them either to taxpaying provinces or tributary client kingdoms”.

Another characteristic of the second Mediterranean slavery was the impact of the empire on the practices of local slave systems through the dissemination of a “Roman law of slavery”, which had repercussions on the structuring of the processes of enslavement and manumission in the provinces. Perhaps it is appropriate to approach Roman law from the perspective that Waldomiro da Silva Júnior (2020) advocates for understanding Atlantic slavery through its world-legal culture, which provided the basis for the social organization and stabilization of slavery in the long term. A “Roman world-legal culture” could be interpreted locally, glocalized, as a legal instrument of reference not only reserved for Roman citizens, but also used by non-citizens to deal with situations involving slaves, such as buying and selling (Czajkowski; Eckhardt, 2018, p. 27). Particularly for the case of Greek communities in the Mediterranean, it would be a question of studying, in the words of Maria Youni (2010) in her analysis of manumission inscriptions in Roman Macedonia, the transformation of Greek practices into Roman law, a question which a more systematic and comprehensive study of the epigraphy of slavery in the Mediterranean can shed light on (see Salsano, 1998, for a case study in this regard). The notion of world-legal culture thus also proves useful for analyzing a central aspect of second Mediterranean slavery, which is the practice of manumission and the possible grant of full or partial citizenship for freedmen and freedwomen in the Roman Empire (Perry, 2016; Barja de Quiroga; Doria; Roth, 2023), which makes this phase of slavery in the Great Sea the “Age of Manumission”.

CONCLUSION

This article proposes an alternative approach to go beyond one centered on the concept of “slave society”, which is still predominant in studies on ancient slavery and whose methodological internalism is an important limit to the development of research in the field. Following the works of Kostas Vlassopoulos and Jeff Fynn-Paul, we tried to outline a general model for the progressive construction and historical transformation of a Mediterranean slave system.

The concept of system is fundamental because it allows for an analysis that recognizes the historical diversity of epichoric, local forms of enslavement, while at the same time seeking to understand the ways in which these forms were historically connected and integrated. This integration did not necessarily generate homogeneous forms of enslavement and manumission practices throughout the territory that we recognize as part of this slave system. However, it created an integrated history, in which local experiences of enslavement and manumission can only be understood (compared to other realities) under the logic of how this system worked.

An important part of the proposal outlined here concerns the historicity of this Mediterranean slave system. It has a history of formation and transformation. Inspired on studies on the Atlantic slave system, we propose the notions of a First Mediterranean Slavery and a Second Mediterranean Slavery as frameworks for thinking about this historicity. The development of specific research based on these frameworks, analyzing local and regional dynamics within these historical frameworks, will allow the development and refinement of this model.

REFERENCES

BARJA DE QUIROGA, Pedro L.; DORIA, Carla M.; ROTH, Ulrike (orgs.) *Junian Latinity in the Roman Empire 1: History, Law, Literature*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023.



BODEL, John; SCHEIDEL, Walter (orgs.) *On human bondage: after Slavery and Social Death*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

BODEL, John. Ancient slavery and modern ideologies: Orlando Patterson and M. I. Finley among the dons. *Theory and Society*, v. 48, p. 823-833, 2019.

BLACKBURN, Robin. *The Making of New World Slavery. From the Baroque to the Modern, 1492-1800*. London: Verso, 1997.

BRADLEY, Keith; CARTLEDGE, Paul (org.). *The Cambridge World History of Slavery, volume 1: the ancient Mediterranean world*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011.

BROODBANK, Cyprian. *The Making of the Middle Sea: A History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CZAJKOWSKI, Kim; ECKHARDT, Benedikt. Law, Status and Agency in the Roman Provinces. *Past & Present*, v. 241, p. 3-31, 2018.

ECKSTEIN, Arthur M. *Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome*. Berkeley: University of California Press, 2006.

FENTRESS, Elisabeth. The Domitii Ahenobarbi and tribal slaving in Gaul. In: MODOLO, M.; PALLECCHI, S.; VOLPE, G.; ZANINI, E. (org.). *Una lezione di archeologia globale: Studi in onore di Daniele Manacorda*. Bari: Edipuglia, 2019, p. 149-155.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FYNN-PAUL, Jeff. Empire, Monotheism and Slavery in the Greater Mediterranean Region from Antiquity to the Early Modern Era. *Past and Present*, v. 205, p. 3-40, 2009.

FYNN-PAUL, Jeff. The Greater Mediterranean Slave Trade. In PERRY, C.; ELTIS, D.; ENGERMAN, S.; RICHARDSON, D. (org.). *The Cambridge World History of Slavery, volume 2: AD 500 to 1420*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, p. 27-52.

FYNN-PAUL, Jeff; PARGAS, Damian A. (org.). *Slaving Zones. Cultural Identities, Ideologies, and Institutions in the Evolution of Global Slavery*. Leiden: Brill, 2018.

GARLAN, Yvon. War, piracy and slavery in the Greek world. *Slavery and Abolition*, v. 8.1, p. 7-21, 1987.

GOVEIA, Elsa V. *Slave Society in the British Leeward Islands at the End of the Eighteenth Century*. New Haven: Yale University Press, 1965.

GUARINELLO, Norberto L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, v. 3/1, p. 41-62, 2003.

GUARINELLO, Norberto L. Modelos teóricos sobre a cidade no Mediterrâneo Antigo. In: FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. V. (org.). *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 109-120.

GUARINELLO, Norberto L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

HARPER, Kyle *Slavery in the Late Roman World, AD 275-425*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011.

HARRIS, William. V. Demography, geography and the sources of Roman slaves. *Journal of Roman Studies*, v. 89, p. 62-75, 1999.

HARRIS, William V. (org.). *Moses Finley and Politics*. Leiden: Brill, 2013.

HOBSON, Matthew S. A Historiography of the Study of the Roman Economy: Economic Growth, Development, and Neoliberalism. *Theoretical Roman Archaeology Journal*, p. 11-26, 2014.

HORDEN, P.; PURCELL, N. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

ISMARD, Paulin. *Les mondes de l'esclavage: une histoire comparée*. Paris: Seuil, 2021.

JOLY, Fábio D. William L. Westermann entre o Antiquarismo e a História Comparada da Escravidão. *Mare Nostrum - Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, v. 10, p. 187-208, 2019.

KATSARI, Constantina; DAL LAGO, Enrico. The Study of Ancient and Modern Slave Systems: Setting an Agenda for Comparison. In: KATSARI, C.; DAL LAGO, E. (org.). *Slave Systems, Ancient and Modern*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 3-31.

KNUST, José E. M. Um passado romano para um presente capitalista: a economia romana em dois séculos de História Econômica. *Revista História & Luta de Classes*, v. 8, p. 18-22, 2012.

KOLCHIN, Peter. L'approche comparée de l'étude de l'esclavage: Problèmes et perspectives. In: COTTIAS, M.; STELLA, A.; VINCENT, B. (org.). *Esclavage et dépendances serviles: Histoire comparée*. Paris, L'Harmattan, 2006, p. 283-301.

LENSKI, Noel. Framing the Question: What is a Slave Society? In: LENSKI, N.; CAMERON, C. M. (org.). *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 15-58.

LEWIS, David M. The market for slaves in the fifth and fourth century Aegean: Achaemenid Anatolia as a case study. In: HARRIS, E. M.; LEWIS, D. M.; WOOLMER, M. (org.). *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 316-336.

LEWIS, David M. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MARQUESE, Rafael de B. A História Global da Escravidão Atlântica: Balanço e Perspectivas. *Esboços*, 26(41), p. 14-41, 2019.

MARQUESE, Rafael de B. A escravidão moderna como problema historiográfico. In: CEZAR, T.; GUTERRES, T. da C. (org.). *Problemas de Historiografia Antiga e Moderna: uma Introdução*. Vitória: Editora Milfontes, no prelo.

MARQUESE, Rafael de B.; DA SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, p. 44-81, 2018.

MAVROJANNIS, Theodoros. Le commerce des esclaves syriens (143–88 av. J.-C.). *Syria*, v. 95, p. 245-274, 2018.

McMICHAEL, P. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55(3), p. 385-397, 1990.

MILLER, Joseph. Slaving as historical process: examples from the ancient Mediterranean and the modern Atlantic. In: KATSARI, C.; DAL LAGO, E. (org.). *Slave Systems, Ancient and Modern*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 70-102.

MILLER, Joseph. *The Problem of Slavery as History: A Global Approach*. Yale: Yale University Press, 2012.

MORALES, Fábio A.; SILVA, Uiran G. da. História Antiga e História Global: Afluentes e Confluências. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83, p. 125-150, 2020.

MORLEY, Neville. Slavery under the Principate. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (org.). *The Cambridge World History of Slavery, volume 1: the ancient Mediterranean world*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011, p. 265-286.

MUSTI, Domenico. Il Commercio degli Schiavi e del Grano: Il Caso di Puteoli - Sui Rapporti tra l'economia italiana della tarda Repubblica e le economie ellenistiche. *Memoirs of the American Academy in Rome*, v. 36, p. 197-215, 1980.

PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982.

PERRY, Matthew. Manumission, Citizenship, and Acculturation in the Roman World. In: HODKINSON, S.; KLEIJWEGT, M.; VLASSOPOULOS, K. (org.). *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slavery*. Online edn., Oxford Academic, 2016.

ROTMAN, Youval. Forms of Slavery. In: HORDEN, P.; KINOSHITA, S. (org.). *A Companion to Mediterranean History*. Malden: Wiley, 2014, p. 263-278.

SALSANO, Debora. Manumissio vindicta in ambiente provincial: Problemi e proposte. *Chiron*, 28, p. 178-185, 1998.

SCHEIDEL, Walter. (2023). Building up Slavery in Ancient Italy and the Central Sudan. In: BERNARD, S.; MIGNONE, L. M.; PADILLA PERALTA, D. (org.). *Making the Middle Republic: New Approaches to Rome and Italy, c.400-200 BCE*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023, p. 80-100.

SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. da. No limiar da escravidão: uma mirada global sobre os debates em torno de coartados em Cuba (1856) e statuliberi no Brasil (1857). *Revista de História (São Paulo)*, v. 179, p. 1-33, 2020.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Vintage Books, 1946.

THOMPSON, Dorothy J. Slavery in the Hellenistic World. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (org.). *The Cambridge world history of slavery, volume 1: the ancient Mediterranean world*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011, p. 194-213.

TOMICH, Dale. The Second Slavery and World Capitalism: A Perspective for Historical Inquiry. *International Review of Social History*, v. 63(3), p. 477-501, 2018.

VERLINDEN, Charles. *The Beginnings of Modern Colonization*. Ithaca: Cornell University Press, 1970.

VLASSOPOULOS, Kostas. Recent studies on ancient slavery. *Polifemo's Recent Studies*, v. 2, p. 83-106, 2015. Disponível em: <https://www.torrossa.com/it/catalog/preview/3073827>. Acesso em: 19 mar. 2024.

VLASSOPOULOS, Kostas. Finley's Slavery. In: JEW, D.; OSBORNE, R.; SCOTT, M. (org.). *M. I. Finley: An Ancient Historian and his Impact*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 76-99.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Historicising Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

WESTERMANN, William L. *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1955.

WOOLF, Greg. World systems analysis and the Roman empire. *Journal of Roman Archaeology*, v. 3, p. 44-58, 1990.

YOUNI, Maria S. Transforming Greek Practice into Roman Law: Manumissions in Roman Macedonia. *Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis*, v. 78, p. 311-340, 2010.

ZELNICK-ABRAMOVITZ, Rachel. *Taxing Freedom in Thessalian Manumission Inscriptions*. Leiden; Boston: Brill, 2013.

ZEUSKE, Michael. *Esclavitud: Una historia de la humanidad*. Iruñea-Pamplona: Katakarak, 2018.

ZEUSKE, Michael. *Handbuch Geschichte der Sklaverei: eine Globalgeschichte von den Anfängen bis zur Gegenwart*. Berlin: De Gruyter, 2013.

AUTHOR'S NOTES

AUTHORSHIP

Fabio Duarte Joly: PhD. Full Professor. Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brazil. Rua do Seminário, s/n, 35420-087, Mariana, MG, Brazil.

José Ernesto Moura Knust. PhD. EBTT Professor. Instituto Federal Fluminense, Macaé, RJ, Brazil. Rodovia Amaral Peixoto Km 164, Imboassica, 27932-050, Macaé, RJ, Brazil.

ADDRESS FOR CORRESPONDENCE

Rua do Seminário, s/n. – Centro, 35420-000, Mariana, MG, Brazil.

SOURCE OF THE ARTICLE

This article has profitted from discussions in the Mithra-Laboratory of Ancient Global History (UFSC) and in the research project SlaVEgents: enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE-300 CE. We presented preliminary versions in a seminar of the graduate programme of UFRPE, in 2021, in the V Encontro do GT de História Antiga e Medieval, Anpuh/SC, in 2023, in the V Jornada de Investigación sobre Sociedades Precapitalistas, CESP/UNLP, also in 2023, and in a conference in the graduate programme of UFAM in 2024.



ACKNOWLEDGMENTS

We are thankful for commentaries to preliminary versions made by Uiran Gebara da Silva, Fábio Augusto Morales Soares, Waldomiro Lourenço da Silva Jr., Rafael de Bivar Marquese, Kostas Vlassopoulos, Joana Campos Clímaco, and Átila Augusto Vilar de Almeida.

AUTHORSHIP CONTRIBUTION

Conceptualization and elaboration of the manuscript, Data collection, Results discussion, Revision and approval: Fábio Duarte Joly and José Ernesto Moura Knust.

FUNDING

Research for this article was conducted under the project SLaVEgents - Enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE - 300 CE granted by the European Research Council (Advanced Grant 2022 – Grant Agreement no. 101095823) to Kostas Vlassopoulos as principal researcher (Institute for Mediterranean Studies, IMS – Foundation for Research and Technology Hellas, FORTH).



IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There are no conflicts of interest.

PREPRINT

This article is not a preprint.

LICENCE OF USE

© Fábio Duarte Joly and José Ernesto Moura Knust. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTORY

Received: May 24, 2024.

Approved: June 14, 2024.

How to cite it: JOLY, Fábio D.; KNUST, José E. M. Ancient Slavery in Mediterranean Perspective: A Proposal of Global Approach. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 376-394, 2024. [English]





WHITHER THE STUDY OF ANCIENT MEDITERRANEAN SLAVERY? ON JOLY AND KNUST'S SECOND SLAVERY

Para onde vai o estudo da escravidão no Mediterrâneo antigo? Sobre a segunda escravidão de Joly e Knust

David Lewis ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0253-5530>

E-mail: david.lewis@ed.ac.uk

^a University of Edinburgh, Edinburgh, United Kingdom.

DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

ABSTRACT

This commentary responds to the critique by Joly and Knust of M.I. Finley's binary concept of 'slave society' versus 'society with slaves', and to their 'new methodological alternative' of a first and second slavery. Whilst agreeing with much of the substance of their critique of Finley, and on the utility of a phasal model of a first and second slavery, this commentary underscores some potential pitfalls of this new alternative; it also highlights several intractable epistemological challenges to understanding slavery on a Mediterranean scale across the *longue durée*, and explores the role of regional histories in contributing to a history of slavery in the greater Mediterranean zone during antiquity.

KEYWORDS

Slavery. Slave trade. Mediterranean. Roman Empire.

RESUMO

Este comentário responde à crítica de Joly e Knust ao conceito binário de M.I. Finley de “sociedade de escravos” versus “sociedade com escravos”, e à sua “nova alternativa metodológica” de uma primeira e segunda escravatura. Embora concordando com grande parte do conteúdo da sua crítica a Finley e com a utilidade de um modelo estagial de uma primeira e segunda escravatura, este comentário sublinha algumas armadilhas potenciais desta nova alternativa; salienta também vários desafios epistemológicos intratáveis para a compreensão da escravatura à escala mediterrânica ao longo da *longue durée* e explora o papel das histórias regionais na contribuição para uma história da escravatura na zona mediterrânica durante a Antiguidade.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão. Tráfico escravo. Mediterrâneo. Império romano.

1 . I am very grateful for the opportunity to communicate some thoughts in response to Joly and Knust's fine paper, with whose conclusions I am in broad agreement. Not only is their approach compatible with that pursued in the concluding chapter of my 2018 book¹; it jibes well with research currently underway for a second monograph, provisionally entitled *Doleful Merchandise: Slave Trade and Society in the Ancient Greek World*, which wrestles with many of the problems that Joly and Knust discuss. In this short response I wish to focus on three particular challenges: (i) the heuristic gains and trade-offs that come when using broad classifications (including Finley's idea of 'slave society', but also Joly and Knust's proposed adoption of the idea of a 'first' and 'second slavery'); (ii) the benefits and limitations of a regional approach; and (iii) the epistemological challenge of writing on a Mediterranean scale with a fundamentally lopsided and lacunose historical record.

2. It is hard to disagree with Joly and Knust regarding the limitations of Finley's binary concept of 'slave society' versus 'society with slaves'. Although I would not discard this distinction entirely, its limitations have come sharply into focus in recent years. Arguably, the fatal blow was delivered forty years ago by Orlando Patterson (Patterson, 1982); and *pace* Joly and Knust, the work of Patterson – for all his praise of Finley and effort to play down their differences (e.g., Patterson, 2016, p. 265) – parts ways completely with Finley in two fundamental respects: (i) the question of what constitutes slavery as a technical status category, and (ii) the number and distribution of 'slave societies' in world history. The former move was not, in my opinion, convincing (Lewis, 2016 and forthcoming; cf. Finley, 1980, p. 73 with n. 18; Finkelman, 1985). But the latter was magnificently effective, setting off a mine under Finley's claim that only five true slave societies existed in world history. It took three decades for Patterson's point to become the mainstream view; but the critiques of Lenski, Vlassopoulos and I all owe to Patterson's demonstration decades ago that a serious attempt to gauge the number of 'slave societies' in world history would, even using Finley's own definition of the category, turn up many more than five examples. Subsequent work has revealed further problems, such as the automatic consignment to the 'society with slaves' box of any society for which insufficient evidence for elite income survives (even if slavery really had been crucial to it), the reduction of the full gamut of possible configurations of slaveholding to just two possible classifications (enormous influence or negligible influence – but nothing in between), and the problems with insisting that slave societies *ipso facto* generate a western-style concept of freedom.

Should we, then, replace Finley's idea of 'slave society' with Joly and Knust's idea of a two-phase 'first' and 'second' slavery (which I will call hereafter the phasal model)? The problem is that both these concepts, as heuristic tools, perform completely different jobs. Both can be included in the historian's toolbox, and both have limitations as well as their own particular virtues. The limitations of 'slave society' as a heuristic tool are now clear, but the task that it performed – distinguishing between societies in which slavery played a crucial structural role in the economy and those in which it did not – is not really addressed at all by the phasal model, which (as I understand it) is to do with tracking long-term processes of convergence in slaving practices across an expansive geography. The phasal model really does provide something new and useful, for it studies convergence in relation to slaving practices in a manner that parallels, say, the institutional changes among Hellenistic Greek city-states dubbed 'the Great Convergence' by John Ma (Ma, 2018). Nothing like it has been brought into the debate over Mediterranean slavery before, and it certainly has utility. But

¹ See Lewis (2018, p. 269-290), where my position on slaving zones, the role of trade in integrating regions, the effects of slave-trading supply zones, the consequences of Roman imperial expansion and provincialization on supply chains, etc, aligns closely with that of Joly and Knust.

the phasal model is useful for a different task than that addressed by Finley's 'slave society' model, so claiming that Finley's approach has limitations and should be replaced (rather than just improved, or supplemented, or both) seems to me like pointing out that a hammer is not good at sawing wood, and therefore should be replaced with a saw. But what if we wish to hammer in nails as well as cut planks? Would it not be better to keep both tools, and retain Finley's idea of a 'slave society' in a modified form, such as Lenski's intensification approach (Lenski, 2018) or some variant thereof? Seen this way, the phasal model offers a new and useful tool; but framed as a 'new methodological alternative', it may just mean choosing a new and different set of blind-spots.

3. There is a deeper problem here, though, and that is that any general classification, no matter how useful, will bring heuristic gains but also new blind spots and blinkers. And here Joly and Knust are right to underscore the limitations of well-worn categories (e.g., 'Near Eastern slavery', 'Greek slavery', 'Roman slavery', 'Jewish slavery'). If we probe a little further into the distinction between 'Greek slavery' and 'Roman slavery', the problems come into sharper focus. Thus, Kyle Harper writes:

The Roman empire was home to the most extensive and enduring slave system in pre-modern history. Slavery has been virtually ubiquitous in human civilization, but the Romans created one of the few "genuine slave societies" in the western experience. The other example of classical antiquity, the slave society of Greece, was fleeting and diminutive by comparison (Harper, 2011, p. 3).

Yet the Roman takeover of Greece left much intact – most of the Greeks themselves, most of their cities and laws, and indeed their slave systems, which continued to operate as before (and it is easy to exaggerate the integrative, convergent effect of Roman law – see below). To claim that Greece's slave society ended at Pydna or with the sack of Corinth (or any other convenient cutoff) and thereafter became fully absorbed into 'Roman' slavery makes no more sense than to claim that the Greek *polis* died at Chaeronea. Besides, the tendency of modern historians to end their textbooks on Greek slavery around the time of Alexander is nothing more than a bad habit, one not even mandated by the vicissitudes of survival of the evidence.² It seems rather ironic that, despite framing the issue as he does, Harper can reasonably be described as one of the great modern historians of ancient Greek slavery; for his book has more to say on the Greek-speaking East than the Latin West, and his key case study on the economic endurance of slave society into late antiquity concerns the Aegean islands and western coast of Asia Minor (Harper, 2011, p. 163-170). Seen this way, one can argue that there is no fundamental rupture in Greek slavery from its emergence into view in the late Bronze age down to the 1820s AD, only ruptures in the evidence. Nor does the story of slavery in Greece end with the revolution from Ottoman control, for slavery persists in illegal forms down to today. So it is possible to view Greek slavery as an ongoing story of continuity, adaption, and occasional disappearance from the modern historian's view – a view, moreover, that is inevitably segmented by artificial modern periodizations, of which almost nobody who experienced slavery during in this three-millennia timespan had the slightest awareness.

4. The phasal model is not qualitatively different from the well-worn categorizations critiqued above, insofar as it too comes with blind spots. We might consider first the issue of a 'Mediterranean first slavery' commencing in the 9th century BC. Does the phenomenon really commence then, or simply come into the modern historian's frame of view via the

² Nor can I be excused this fault, for LEWIS 2018, explicitly running down to 146 BC, has almost nothing to say on Hellenistic Greece.

documentary habits of city-state cultures? This problem concerns the issue I alluded to earlier, viz. depending on a basically lacunose and lopsided evidence-base for writing a long-term and expansive history of Mediterranean slavery – one that key theoretical works, such as the important essays by Van de Mierop (Van de Mierop, 1997) and Vlassopoulos (Vlassopoulos, 2016), help us to think hard about. What, then, happened before the 9th century BC in relation to Mediterranean slavery?

On the proto-history of Mediterranean slavery, one of Finley's claims that has, as far as I am aware, escaped proper criticism to date is that 'slavery was a late and relatively infrequent form of involuntary labour' (Finley, 1980, p. 77). That the second half of this claim is an error has been shown by Patterson and others; but the first claim, Finley's idea of slavery as an historically 'late' form of exploitation, replacing earlier 'archaic' forms of bondage, remains stubbornly entrenched. Here is not the place to argue over Solon's reforms or Livy as a source for early Rome; at the very least, comparative considerations enjoin a rethink of Finley's claim on theoretical grounds. Thus, Cathy Cameron's *Captives: How Stolen People Changed the World* (Cameron, 2016) demonstrates how small-scale societies of a sort studied by modern ethnographers – versions of which existed prior to the Bronze Age societies of the Greater Mediterranean and also persisted into historical periods on the periphery of the well-documented societies – can have highly developed systems of slavery. Captive-taking and slave-trading may well, then, have far deeper historical roots in Mediterranean Eurasia than our surviving documentation allows us to see (cf. Testart *et al.*, 2010; Scheidel, 2023). One lesson to be learned from Finley's 'slave society' approach is the dangers of taking absence of evidence as evidence of absence.

A second danger of the phasal model lies in the scope for overestimating the strength of Roman imperialism as a convergent force, underplaying inter-provincial differences, the persistence of local pre-Roman practices, and the capacity of provincials to innovate without relation to the Roman cultural and imperial apparatus. Thus, the comparatively minor role of slavery in the economy of Egypt both before and after Rome's assumption of control in relation to, say, Italy and Greece, is well known. And how much difference did Roman law really make on the ground when local systems of law also remained operative and played a particularly important role in the private sphere (Kantor, 2015)? Some of the most strikingly unusual epigraphical evidence for Greek slavery – such as the dedication inscriptions from Leukopetra and parts of Asia Minor, but also e.g., Anatolian confession texts, seem to have emerged from local cultural contexts rather than being exports from the imperial metropole (Chaniotis, 2018). The phasal model, then, cannot escape a close focus on regions – a subject on which Joly and Knust express some scepticism, and which warrants a closer look.

5. When I wrote in my 2018 book of 'epichoric slavery' (Lewis, 2018, p. 8; 105), I was not introducing so much as adapting and nominalizing an existing analogy introduced by Finley – that is, his comparison between what he took to be a variety of servile statuses and the differing weight and coin standards found across the Greek world (Finley, 1981, p. 140). Joly and Knust are quite right to point out the limitations of 'epichoric slavery', viz. that it deals (for the most part) synchronically with small regions, not diachronically with a wider, Mediterranean-wide canvas. As Braudel put it, 'History can do more than study walled gardens' (Braudel, 1972, p. 22). Where I part ways from Joly and Knust is when they claim that regional approaches are doomed to focus on internal, endogenous factors; and here, Carlo Ginzberg's defence of microhistory supplies the crucial objections. Focusing on the small-scale is not to ignore wider historical forces, but can be a way of seeing how they play out at a higher level of resolution. Thus, Ginzberg's *The Cheese and the Worms* is not a foray into parochialism but an attempt to analyse the consequences of a vast, Europe-wide historical process, viz. the counter-reformation, at small scale – the scale of the village, the

scale, even, of the individual (Ginzburg, 1993). What is experienced internally in a region may derive more from exogenous than endogenous factors; and I have aimed to grapple with this issue and the problems of regionalism and diachronic change in the slave systems of the Greek world in two recent essays (Lewis, 2022; 2024). It is true, though, that regional approaches will not in themselves, even when aggregated, add up to history on the Greater Mediterranean scale. But they play a crucial role in the production of accurate, *longue durée* historical analysis, for diachronic history can be thought of as operating like an old celluloid film reel, where the dynamism and fluidity of the moving picture depends on the sharpness and clarity each successive frame. In other words, it is only by constantly refining regional-scale history on a synchronic basis that an ever better long-term analysis of that region (or wider regional contexts) will emerge. Historiography on the local and synchronic must, then, play a symbiotic, recursive role in refining historiography on the diachronic and supra-regional, and vice versa (cf. Wickham, 2023, p. 1-24 on the Medieval Mediterranean).

6. These caveats aside, Joly and Knust's idea of a Mediterranean world-system remains an excellent, thought-provoking approach for analysing slavery. Focusing in particular on trade, statehood and imperialism allows a sense of the Mediterranean slave system's reach at particular points in time to come into focus. The manumission records of Delphi (running from 201 BC–ca. AD 100) provide much food for thought, straddling as they do the crucial period of what Polybius, in describing the Roman takeover of the Mediterranean world, called *symplokē* ('enmeshment'); they act as nothing less than a repository of evidence for the long-term effects of these very processes. And they provide negative evidence too, for what the Delphic records leave out is striking – namely the remarkably small numbers of slaves from the Western Mediterranean.³ We know that during the period straddled by these records, a massive outflow of slaves from Gaul was underway (Diodorus Siculus 5.26.3 with Fentress, 2019); but this seems to have been absorbed wholly by Italy and the West, for not a single Gaul appears in the Delphic records (if we omit the Galatians of Anatolia). Yet those same records show commercial integration via slave-trading with far more distant regions to the east and north – regions as far-flung as Armenia, the Carpathian Mountains, the Iranian plateau, and the deserts of Arabia. Nor do slaves from the Western Mediterranean appear in Greece in great numbers earlier: the Attic Stelai (*IG I³ 421–30*) from the late fifth century BC document two Illyrian slaves kept in a household in Piraeus, and perhaps (though the reading is far from secure) a slave from Malta too. But slaves from Thrace, the Black Sea, Anatolia and Syria predominate (Lewis, 2011), and this at a time when we know of close trade relations between the Aegean and Magna Graecia. Is Nemanja Vujčić correct to argue from this pattern that slavery and the slave-trade were barely developed in the Adriatic at this time (Vujčić, 2020)? Were local Illyrian slave systems producing and consuming slaves in a relatively closed loop (Ducat, 1993)? Or were the slave systems of Carthage and Italy already exerting a sufficient commercial gravity to capture the slave supplies of the whole Western Mediterranean basin (cf. Flaig, 2009, p. 55-56; Lenski, 2018, p. 26–29; Lewis, 2018, p. 259-266; Scheidel, 2023)? Anyhow, the origin pattern of slaves in the Delphic manumission corpus is reminiscent of nothing so much as Braudel's characterisation of the eastern and western Mediterranean as 'two Mediterraneans [...] physically, economically, and culturally different from each other. Each was a separate historical zone' (Braudel, 1972, p. 137). Rome's takeover of the east may have united the Mediterranean slaving system, but in an unequal way, adding Eastern Mediterranean slave supplies to Rome's trade without effecting an equivalent counterflow from West to East. At any rate, it seems to me that the idea of a Greater Mediterranean world system in relation

³ For a rough count of foreign slaves broken down by region, see Lewis (2017, p. 178–179); full references at 195–198; new definitive edition in Mulliez (2018; 2022). *Doleful Merchandise* will contain new counts in the appendixes based on Mulliez's editions.

to slavery will best be served by tracing chains and flows of commodified humanity across time rather than debating the system's parameters and definition – as Oswyn Murray has archly remarked, 'archaeology has saved history, showing that European civilization derives from Eurasian trade routes. Compared with this legacy, the sterile debate on the pseudo concept of 'Mediterraneanism' reveals itself as irrelevant presentism' (Murray, 2024, p. 354).

7. To return, finally, to the title of this short piece: whither the study of Ancient Mediterranean Slavery? I can neither predict nor direct the future; but ultimately, the choice comes down to whether we trend towards, in Isaiah Berlin's terms, a Fox's approach to the problem, or a hedgehog's (Berlin, 1953) – that is, either an approach that makes use of many disparate viewpoints and theories, each of which may reveal part but not all of the picture; or an attempt to find a totalising theory of everything.

REFERENCES

BERLIN, Isaiah. *The Hedgehog and the Fox*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1953.

BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. Vol. 1., tr. Siân Reynolds. Berkeley, University of California Press, 1972.

CAMERON, Catherine, *Captives: How Stolen People Changed the World*. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 2016

CHANIOTIS, Angelos. Epigraphic evidence. In: HODKINSON, Stephen; VLASSOPOULOS, Kostas; KLEIWEGT, Marc (orgs.) *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slavery*. Oxford: Oxford University Press, Online pre-publication, 2018, <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199575251.013.3>

DUCAT, Jean, 'L'esclavage collectif en Illyrie à la recherche d'un hilotisme barbare'. In : CABANES, Pierre (org.) *L'Illyrie meridionale et l'Épire dans l'Antiquité II. Actes du colloque international de Clermont-Ferrand (25-27 Octobre 1990)*. Paris, 211–17, 1993.

FENTRESS, Elizabeth. The Domitii Ahenobarbi and tribal slaving in Gaul. In : MODOLO, Mirco et al. (org.) *Una lezione di archeologia globale. Studi in onore di Daniele Manacorda*. Bari: Edipuglia, 149-155, 2019.

FINLEY, Moses I. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. New York: Viking Press, 1980.

FINLEY, Moses I. *Economy and Society in Ancient Greece*. London, Chatto & Windus, 1981.

FINKELMAN, Paul. Review of PATTERSON, Orlando, *Slavery and Social Death*. *Journal of Interdisciplinary History* v. 15.3, 508–11, 1985.

FLAIG, Egon. *Weltgeschichte der Sklaverei*. Munich: Beck, 2009

GINZBURG, Carlo. Microhistory: Two or three things that I know about it. *Critical Inquiry* v. 20.1, 10–35, 1993.

HARPER, Kyle *Slavery in the Late Roman World, AD 275-425*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011.

KANTOR, Georgy. Greek law under the Romans, in HARRIS, Edward; CANEVARO, Mirko (org.) *The Oxford Handbook of Ancient Greek Law*. Oxford: Oxford University Press, Online pre-publication, 2015: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199599257.013.25>



LENSKI, Noel. Framing the question: What is a slave society? In: LENSKI, Noel; CAMERON, Catherine (org.) *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 15-57, 2018.

LEWIS, David M. Near Eastern slaves in classical Attica and the slave trade with Persian territories. *Classical Quarterly* vol. 61.1, 91–113, 2011.

LEWIS, David M. Orlando Patterson, property, and ancient slavery: The definitional problem revisited. In: BODEL, John; SCHEIDEL, Walter (orgs.) *On Human Bondage: After Slavery and Social Death*. Malden, MA/Oxford: Wiley-Blackwell, 31-54, 2016.

LEWIS, David M. Notes on slave names, ethnicity, and identity in Classical and Hellenistic Greece. *Studia Źródłoznawcze. U Schyłku Starożytności* v. 16, 169-99, 2017.

LEWIS, David M. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

LEWIS, David M. The Homeric roots of helotage', in CANEVARO, Mirko; BERNHARDT, Johannes (org.) *From Homer to Solon: Continuity and Change in Archaic Greek Society*. Leiden: Brill, 64-92, 2022.

LEWIS, David M. The local slave systems of ancient Greece'. In: TANDY, David; GARTLAND, Samuel (orgs.) *Voiceless, Invisible, and Countless: The Experience of Subordinates in Greece, 800-300 BC*. Oxford: Oxford University Press, 155-83, 2024.

LEWIS, David M. Greek slavery and honour: Institutional and prototypical approaches. In LEWIS, David; CANEVARO, Mirko; CAIRNS, Douglas (org.) *Slavery and Honour in the Ancient Greek World*. Edinburgh: Edinburgh University Press, forthcoming.

MA, John. Whatever Happened to Athens? Thoughts on the Great Convergence and Beyond. In CANEVARO, Mirko; GRAY, Benjamin (org.), *The Hellenistic Reception of Classical Athenian Democracy and Political Thought*. Oxford: Oxford University Press, 277-98, 2018.

MULLIEZ, Dominique. *Corpus des Inscriptions de Delphes V. Les actes d'affranchissement. Vol. I*. Athens: École française d'Athènes, 2018.

MULLIEZ, Dominique. *Corpus des Inscriptions de Delphes V. Les actes d'affranchissement. Vol. II*. Athens: École française d'Athènes, 2022.

MURRAY, Oswyn. *The Muse of History*. London: Penguin, 2024.

PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982

PATTERSON, Orlando. Revisiting Slavery, Property and Social Death. In BODEL, John; SCHEIDEL, Walter (org.) *On Human Bondage: After Slavery and Social Death*. Malden, MA/Oxford: Wiley-Blackwell, 264-96, 2016.

SCHEIDEL, Walter. Building up slaveries in ancient Italy and the central Sudan. In: BERNARD, Seth; MIGNONE, Lisa M.; PADILLA PERALTA, Dan-el (org.) *Making the Middle Republic: New Approaches to Rome and Italy, 400-200 BCE*, Cambridge: Cambridge University Press, 80-100, 2023.

TESTART, Alain et al. Les esclaves des tombes néolithiques. *Pour la science*, v. 396, 74-80, 2010.

VAN DE MIEROOP, Marc. Why did they write on clay? *Klio* v. 79.1, 7–18, 1997.

VLASSOPOULOS, Kostas. Qui savons-nous vraiment de la société athénienne? *Annales HSS* v. 71.3, 659–82, 2016.

VUJČIĆ, Nemanja. Robovi s Jadrana u klasičnoj Grčkoj. *Istorijski zapisi* v. 93.3-4, 47-61, 2020.

WICKHAM, Chris. *The Donkey and the Boat: Reinterpreting the Mediterranean Economy, 950-1180*. Oxford: Oxford University Press, 2023.

AUTHOR'S NOTE

AUTHORSHIP

David Lewis: Senior lecturer in Greek history and culture at the University of Edinburgh, United Kingdom.

ADDRESS FOR CORRESPONDENCE

Room 2.33, William Robertson Wing, Doorway 4, Old Medical School, Teviot Place, University of Edinburgh, United Kingdom.

SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.

ACKNOWLEDGMENTS

Not applicable.

AUTHORSHIP CONTRIBUTION

Conceptualization and elaboration of the manuscript, Data collection, Results discussion, Revision and approval: David Lewis.

FUNDING

Not applicable.

IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There are no conflicts of interest.

PREPRINT

This article is not a preprint.

LICENCE OF USE

© David Lewis. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER



Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITOR

Fabio A. Morales.

HISTORY

Received: November 14, 2024.

Approved: December 8, 2024.

How to cite it: LEWIS, David. Whither the study of ancient mediterranean slavery? *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 395-404, 2024.





FROM THE SYSTEM TO THE PERSON: BECOMING A SLAVE IN A 'NON-SLAVING ZONE'

Do sistema à pessoa: tornando-se escravo em uma “zona de não escravização”

Jane Webster ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0350-9115>

E-mail: jane.webster@newcastle.ac.uk

^a Newcastle University, Newcastle, United Kingdom.

**DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY**

ABSTRACT

This short article offers a commentary on Joly & Knust's paper *Ancient Slavery in Mediterranean Perspective: A Proposal of a Global Approach*. I applaud the authors' plea for a diachronic, holistic approach to slavery in the ancient Mediterranean, but suggest that we would be unwise to dispense entirely with Moses Finley's notion of genuine 'slave societies'. I argue the case for a greater focus, in all work on Roman slavery, on 'natural reproduction'; that is, on the extent to which the slave 'supply' was replenished using children born to enslaved woman. I employ a monument from Roman Britain—the tombstone of Regina—to explore the nature of the 'internal' slave supply, and the lived experience of it.

KEYWORDS

Finley. Roman slavery. 'Natural reproduction'.

RESUMO

Este pequeno artigo oferece um comentário sobre o artigo de Joly & Knust, *Ancient Slavery in Mediterranean Perspective: A Proposal of a Global Approach*. Aplaudo o apelo dos autores por uma abordagem diacrônica e holística à escravidão no antigo Mediterrâneo, mas sugiro que não seria sensato dispensar inteiramente a noção de Moses Finley de genuínas 'sociedades escravistas'. Defendo o caso de um foco maior, em todo o trabalho sobre a escravidão romana, na 'reprodução natural'; isto é, na extensão em que o 'suprimento' de escravos era reabastecido usando crianças nascidas de mulheres escravizadas. Utilizo um monumento da Grã-Bretanha romana — a lápide de Regina — para explorar a natureza do suprimento 'interno' de escravos e sua experiência vivida.

PALAVRAS-CHAVES

Finley. Escravidão romana. "Reprodução natural".

In this fascinating paper, Fabio Joly and José Knust make a welcome contribution to the debates currently circulating around Moses Finley's formulation of the 'slave society'. Reading their article has given me real food for thought and required me to revisit and re-evaluate an old friend: Finley's *Ancient Slavery and Modern Ideology* (Finley, [1980], 1998). There is much that I agree with in Joly and Knust's paper, and some things that I do not: but undertaking this commentary has been a very rewarding experience. I hope the authors find something of value in my thoughts on their work.

Joly and Knust centre their analysis on the two Mediterranean settings in which, according to Finley, 'genuine' slave societies once emerged—Classical Greece and Imperial-era Rome. They argue that rather than envisaging the existence of two, independently created Greek and Roman 'slave societies', we should think in terms of a cohesive Mediterranean slave system, comprising a first slavery which persisted from the ninth to first centuries BCE, and thereafter a second slavery, spreading across the entire Roman Empire and carrying with it metropolitan understandings of the slave as property (chattel).

I agree wholeheartedly with Joly and Knust's insistence that whenever scholars of the ancient world discuss 'Roman' slavery we need to keep firmly in mind the *reach* of Rome, and the migration of its metropolitan systems and practices of slavery across its wider Empire: this is an important and insightful point to bring to the ongoing critique of Finley's model. That said—and as Joly and Knust themselves note—one of the most revealing characteristics of recent critiques of Finley's concept of the 'slave society' has been a notable reluctance to dispense with the idea entirely. To use an English idiom, there seems to be an underlying worry that if we jettison Finley's argument entirely, we risk throwing the baby out with the bathwater. I share that worry. Why? Let us put aside for the moment all the problems with 'slave societies' so ably articulated in recent years by Lenski and Cameron (2018), Lenski (2018), Vlassopoulos (2016), and now by Joly and Knust themselves, to ask a fundamental question. What lay at the heart of Finley's binomial differentiation between genuine 'slave societies' and 'societies with slaves'? The answer is this: Finley understood that wherever and whenever it existed, intensively practiced chattel slavery *differed* in important ways from other forms of slavery. The passage that Joly and Knust quote from Neville Morley (2011, p. 248) captures that difference beautifully from the point of view of Roman slave owners. These were men who lived in a world in which, to quote Harper and Scheidel (2018, p. 96) 'slavery was a basic fact of life like death and taxes'; men who looked out from the comfort of homes tended entirely by unfree workers onto cityscapes and rural landscapes in which the enslaved were ever-present. Decades of archaeological research across all of Finley's five proposed 'slave societies' (Ancient Greece and Rome, the early modern Caribbean, the Southern states of the USA, and Brazil) also seeks to capture what these societies shared: not by focusing on the perspective of slave owners, but by recovering something of the life experiences of the millions who endured chattel slavery. In short, Finley's bathwater contained a fundamentally important diachronic baby; one that still resonates for scholars of chattel slavery—and not only with reference to the ancient world.

Returning to the Mediterranean, the distinction that Finley drew between 'societies with slaves' and 'slave societies' was envisaged not only as qualitative, but as sequential: that is to say, Finley proposed that in a small number of settings, the former was succeeded by the latter. Whilst the chronology and rationale Joly and Knust propose for the transition from a 'first' to a 'second' Mediterranean slave system differ markedly from Finley's proposed transition from 'societies with slaves' to 'slave societies' in Greece and Rome, their model is, in other respects, not so far from Finley's after all. Over time, they suggest, epichoric (localised) practices of social bondage across the Mediterranean world interacted with, and were gradually subsumed into, a single intensive, panchoric monolith: chattel

slavery, as practised in Rome and enshrined in Roman law. Joly and Knust, following Vlassopoulos (2021), wisely advocate a diachronic approach to Greek and Roman slavery, but in suggesting that ancient slavery is 'still almost exclusively studied synchronically' they do not give Finley the credit he deserves here. Finley's 'slave societies' were characterised as such via an explicitly diachronic comparative lens; one which saw that ancient slavery could best be understood and modelled with reference to chattel slavery as it unfolded in some parts of the early modern Atlantic world, some 2000 years later. Joly and Knust also reference the 'Atlantic World' and for these scholars, as for Vlassopoulos (2021, 204), that world is of value to scholars of the ancient Mediterranean in two ways. On the one hand, they suggest, the recent framing of the early modern history of the territories that face the Atlantic as *circum*-Atlantic history exemplifies the kind of broad analytical framework that is needed in the scholarship of ancient world slavery. Within such a thalassocratic framework, Joly and Knust argue, it becomes possible to study facets of 'Mediterranean World' slavery not in isolation, but as connected discourses in a diachronic narrative. I completely agree with the authors' plea for a new diachronic focus in Mediterranean slavery studies. But I think it is important to remember just how much we owe to Finley himself in this regard, and to acknowledge *why* his diachronic analysis extended beyond the Mediterranean itself. At a later point in their paper Joly and Knust do much as Finley did, dipping into the history of Atlantic World slavery to extract a specific phenomenon and a specific point in time. In their case, that phenomenon is the 'second' slavery which some historians have argued developed in early nineteenth century USA, Brazil, and Cuba. Joly and Knust leverage this comparison in proposing 'a 'second' Mediterranean slavery, contemporary with, and disseminated by, Imperial Rome. Atlantic 'second' slavery, first proposed by Dale Tomich in 1988, remains a much-disputed concept, and this is not the place to revisit the arguments for and against it. But I think it important to emphasise that 'mass' slavery, capitalism, and industrialized monocultural plantation agriculture existed in the sugar colonies of the Caribbean and the tobacco-growing states of the USA long before the nineteenth century. Furthermore, whilst the numbers of people living in slavery undoubtedly grew in the early nineteenth century, and whilst new technologies certainly emerged, the core features of plantation slavery as established in the early eighteenth century remained intact.

As Joly and Knust argue, *where* those who lived in slavery originated is a central consideration in any discussion of both Atlantic 'second' slavery and of change over time in Mediterranean slavery. With reference to the latter, Finley regarded as a fallacy the idea that late Republican territorial expansion fuelled early Imperial intensive slavery (Finley, 1998, p. 151). In his view, Rome had already become a 'slave society' by the third century BCE, more than two hundred years before Joly and Knust's second Mediterranean slavery is proposed to have emerged from the first. Joly and Knust give the wars and conquests of the Republican era a more formative role in ushering in a new scale of Mediterranean slavery than Finley would have been comfortable with, but they are completely in agreement with Finley—who came to this view in part through his study of the Transatlantic slave trade—that 'a necessary condition for an adequate supply of slaves is ... the existence, outside the society under consideration, of a 'reservoir' of potential slave labour on which the society can draw systematically' (ibid). In the ancient Mediterranean, just as in the post-Medieval 'New World' colonies that forcibly imported African labour, that supply was, for a long time, principally found beyond the borders of what Joly and Knust, following David Lewis (2018) call the Mediterranean 'slaving zone'. Like Finley, Joly and Knust see this reliance on an external slave supply as a response to the lack or loss of an internal one. Like Finley, they frame that loss as an outcome of the extension of certain rights to the non-elite free populus: the right of citizenship, or the right *not* to be enslaved that was—in theory at least—a benefit of living in a Roman province.

For Joly and Knust, a key factor in the emergence and development of their first phase of Mediterranean slavery was an effort by the city-states to define and then maintain *non-slaving* zones, thereby obliging merchants to establish new, long-distance slave trading routes in the territories fringing their own. But slaves were made in many ways, and I would like to see Joly and Knust give a little more consideration to the part played by ‘internal’ slavery in shaping Mediterranean societies, particularly in their second phase. Joly and Knust suggest that with the rise of the Roman Empire in the first century BCE, the non-slaving zone was pushed ever outwards beyond the borders of what was by this point a vast Empire circling the entire Mediterranean, and (with the conquest of Atlantic-facing Spain, the territories fringing the Black Sea, and Britain), extending even beyond it. The authors concede that the Empire ‘did not become a perfect non-slaving zone in itself’ and note that ‘internal sources such as the sale of children, kidnappings and the internal reproduction of the slave population continued to generate slaves’. But it is the *scale* of what Joly and Knust call ‘internal reproduction’ and Walter Scheidel describe as ‘natural reproduction’ (Scheidel 1997, Harper; Scheidel 2018). That, I suggest, needs greater consideration here.

We must remind ourselves at this point that in Roman law, every child born to an enslaved mother in Rome and its many provinces was born a slave, whatever the status of their father. This ‘natural’ process was far from benign. Slave owners routinely fathered children with enslaved women who were powerless to refuse their attentions, and women of child-bearing age within an owner’s *familia* will have been ‘incentivized’ to produce as many offspring as possible. These children (known as *vernae*) might be put to work within the household itself, or on the owner’s land. Or they could be sold on elsewhere. Much about Roman slavery remains unquantifiable, and the true extent of the ‘internal’ slave population at any point in time in the Roman empire is one of them. But, without getting into the specifics of the kind of ‘numbers game’ that Finley himself so disliked, we may note here that Walter Scheidel has long since made a compelling case, via statistical modelling, that ‘natural reproduction made a greater contribution to the Roman slave supply than child exposure, warfare, and the slave trade taken together and was in all probability several times as important as any other single source’ (Scheidel, 1997, p. 156). Yet for their second Mediterranean phase, Joly and Knust envisage an essentially *diasporic* slavery, within which captives from other lands were moved forcibly over huge distances. Joly and Knust suggest that this was also the case in the ‘second’ slavery of nineteenth century north America. But whilst ‘illegal’ slave trading following the abolition of the British, French and Dutch slave trades certainly brought large numbers of new African captives into North America in the opening decades of the nineteenth century, even larger numbers of enslaved persons were moved forcibly *within* the Americas. This was particularly the case for the southern USA, Cuba, and Brazil. As Borucki and O’Malley 2018 put it in introducing their Intra-American Slave Trade database on the *slavevoyages* website: ‘in the era after the Atlantic slave trade closed, robust domestic trafficking networks emerged to forcibly move people from older slaveholding regions to burgeoning new ones, disrupting enslaved people’s communities in the Americas and severing family ties’ (<https://www.slavevoyages.org/american/about#methodology/0/en/>). It might be productive to envisage something similar for the Roman Empire, particularly in its later stages.

The likelihood that ‘natural reproduction’ played a significant, if admittedly unquantifiable, part in the Mediterranean slave supply does not square easily with Joly and Knust’s argument that long-distance slave trading was a defining characteristic of their second phase of Mediterranean slavery, and that it was facilitated by a networked community of mercantile slave traders pushing beyond an expanding frontier to found new sources of ‘outsiders’; to enslave. All other considerations aside, we might ask where precisely these ‘new frontier zones’ were located, and when. Imperial Rome certainly

acquired new territories, but the rapid territorial expansion of the third and second centuries BC had long since come to an end.

Vernae ('houseborn' slaves) were not the only 'internal' source of slave labour in any given Roman province. It is hard to think of any territory conquered by Rome in which forms of social bondage were not *already* in place long before the legions arrived; and it is even harder to imagine that those indigenes who held others in bondage will have regarded the Roman presence as a fine opportunity to liberate them. Incorporation into the Roman world also brought a host of additional routes by which individuals might be enslaved on their own doorsteps, notwithstanding the provincial status that, in theory, prohibited such an eventuality. For example, enslavement was a common fate for those who rose up against Rome (and there were many such moments, from the Boudican revolt in Britain to the nationalist uprisings in Judea). Individuals could sell themselves or their children into slavery to alleviate debt; criminals could be punished by enslaving them; infant exposure was another likely source of new slaves. And under Roman law, of course the children of all enslaved women would necessarily also be slaves. Put another way, Joly and Knust's 'non-slaving zone' was perhaps a more significant site of the making of new slaves than they acknowledge.

Roman Britain is a useful place for thinking about indigenous slavery within a long-established Roman province. Iron Age Britain did not face the Mediterranean, either geographically or culturally, and textual sources by Greek and Roman authors, whilst exceptionally limited, nevertheless hint at the presence of various forms of indigenous social bondage in the pre-conquest period. 'Slavery' for these people and their descendants might have mutated into the chattel slavery practiced by Rome—or it might not. One of the best-known funerary monuments of Roman Britain (RIB 1065) depicts a freedwoman called Regina who came from the Catuvellauni, a people of southern Britain, and who died in the second half of the second century CE. More than 100 years after the Roman conquest this British-born enslaved woman was freed by her Syrian owner, who then became her husband. Regina died, aged 30, at Arbeia, a fort at the mouth of the River Tyne. Her tombstone carefully records her ethnic origins and depicts her in indigenous British clothing (Carroll, 2012). *How* Regina entered slavery we cannot say, but her monument speaks to physical and social mobility, to ethnicity and memory, and above all to the complexities of having lived in slavery, as an indigene, in Roman Britain.

Regina reminds us that whilst millions lived in chattel slavery across the Roman world, they did not do so in an entirely monolithic way. Put another way, systems and practices of slavery, and the lived experience of chattel slavery across the Roman empire were perhaps less panchoric and more heterogeneous than Joly and Knust envisage. Moses Finley, as Harper and Scheidel (2018, p. 86) put it recently, 'made ancient slavery real'. Regina's tombstone does the same: it reminds us that every enslaved person was exactly that: a *person*, with a unique biography. It is of course entirely understandable, in a discussion as wide-ranging as the one under discussion here that provided here, that the global, the systemic, and the collective should take precedence over the local, and the individual. But Joly and Knust, like all of us who study Mediterranean slavery in different ways, and at different scales, are ultimately endeavouring to keep ancient slavery real, and to enable Regina and the millions who also endured what she did to tell their stories.

REFERENCES

CARROLL, Maureen. 'The Insignia of Women': Dress, Gender and Identity on the Roman Funerary Monument of Regina from Arbeia. *Archaeological Journal* v. 169(1), 2012, 281-311.



FINLEY, Moses I. Slavery. In: *The International Encyclopaedia of the Social Sciences*, Vol. 14. New York: Macmillan Free Press, 1968, p. 303-13.

FINLEY, Moses I. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. Expanded edition, edited by Brent Shaw. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1998 [1980].

HARPER, Kyle; SCHEIDEL, Walter. Roman Slavery and the Idea of 'Slave Society'. In: LENSKI, N.; CAMERON, C. M. (org.). *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 86-105. Cambridge: Cambridge University Press.

LEWIS, David M. Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC. Oxford: Oxford University Press, 2018.

LENSKI, Noel. Framing the Question: What is a Slave Society? In: LENSKI, N.; CAMERON, C. M. (org.). *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 15-58.

LENSKI, Noel; CAMERON, Catherine M. Introduction. In: LENSKI, N.; CAMERON, C. M. (org.). *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 1-14. Cambridge: Cambridge University Press.

MORLEY, Neville. Slavery under the Principate. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (org.). *The Cambridge World History of Slavery, volume 1: the ancient Mediterranean world*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011, p. 265-286.

RIB: Roman Inscriptions of Britain <https://romaninscriptionsofbritain.org/>

SCHEIDEL, Walter. Quantifying the Sources of Slaves in the Early Roman Empire. *The Journal of Roman Studies* v. 87, 156-69, 1997.

TOMICH, Dale. The 'Second Slavery': Bonded Labor and the Transformation of the Nineteenth-Century World Economy. In: RAMIREZ, F. (org.). *Rethinking the Nineteenth Century: Movements and Contradictions*, p. 103–107, 1988. Westport: Greenwood Press.

VLASSOPOULOS, Kostas. Finley's Slavery. In: JEW, D.; OSBORNE, R.; SCOTT, M. (org.). *M. I. Finley: An Ancient Historian and his Impact*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 76-99.

AUTHOR'S NOTE

AUTHORSHIP

Jane Webster: Senior Lecturer in Historical Archaeology, School of History, Classics and Archaeology, Newcastle University, United Kingdom.

ADDRESS FOR CORRESPONDENCE

Newcastle University, Newcastle upon Tyne NE1 7RU

SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.

ACKNOWLEDGMENTS

Not applicable.



AUTHORSHIP CONTRIBUTION

Conceptualization and elaboration of the manuscript, Data collection, Results discussion, Revision and approval: Jane Webster.

FUNDING

Not applicable.

IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There are no conflicts of interest.

PREPRINT

This article is not a preprint.

LICENCE OF USE

© Jane Webster. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITOR

Fabio A. Morales.

HISTORY

Received: November 19, 2024.

Approved: December 18, 2024.

How to cite it: WEBSTER, Jane. From the system to the person: becoming a slave in a 'non-slaving zone'. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 405-412, set./dez., 2024.





TOWARDS A HISTORY OF ANCIENT MEDITERRANEAN SLAVE SYSTEMS

Rumo a uma história dos antigos sistemas escravistas do Mediterrâneo

Kostas Vlassopoulos^a

 <https://orcid.org/0000-0003-1757-8653>

E-mail: vasop@uoc.gr

^a University of Crete, Rethymno, Greece.

DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

ABSTRACT

Building on the excellent new framework of a Mediterranean slave system proposed by Joly and Knust, this short response aims to explore three main issues that can further elaborate future application of the framework. The first issue concerns the processes that entangled the epicurean slave systems during the first Mediterranean slavery. The second raises the question whether we need a transitional period during the last two centuries BCE as a link between the first and second Mediterranean slave systems. The third stresses the need to give economic processes and phenomena a more significant role during the second Mediterranean slavery.

KEYWORDS

Slavery. Periodization. Mediterranean. Economic processes.

RESUMO

Com base na nova e excelente estrutura de um sistema de escravos mediterrâneo proposta por Joly e Knust, esta breve resposta tem como objetivo explorar três questões principais que podem elaborar ainda mais a aplicação futura da estrutura. A primeira questão diz respeito aos processos que envolveram os sistemas de escravos epicóricos durante a primeira escravidão mediterrânea. A segunda levanta a questão se precisamos de um período de transição durante os últimos dois séculos a.C. como um elo entre o primeiro e o segundo sistemas de escravidão do Mediterrâneo. A terceira enfatiza a necessidade de dar aos processos e fenômenos econômicos um papel mais significativo durante a segunda escravidão mediterrânea.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão. Periodização. Mediterrâneo. processos econômicos.

The study of slavery in antiquity is undergoing a major and radical reorientation; long shaped by approaches and concepts formulated in the 1960s, the field is currently searching for new approaches¹. In a seminal contribution to ongoing debates, Fábio Duarte Joly and José Ernesto Moura Knust take stock of these developments, and offer a new way of thinking about the history of ancient slavery. In this brief response, I will attempt to trace how they visualize the limits of traditional approaches, what they offer as an alternative framework, and how that new framework can be further expanded and elaborated in the future.

As Joly and Knust rightly point out, the study of slavery in antiquity has been dominated by a conceptual framework that pays little attention to space, time, diversity and scale. This traditional framework is based on three key conceptual entities: Greek slavery, Roman slavery, and ancient or Greco-Roman slavery. What scholars have traditionally understood as Greek slavery is effectively tantamount to slavery in classical Athens; the key idea being that, once we explain away slave systems like those of Sparta and Crete as not being proper slavery, all Greek slave systems were effectively the same and changed very little, so we could simply concentrate on Athens as the example which is best known and has the most diverse available evidence. Roman slavery is usually understood as being tantamount to slavery in Rome and Roman Italy, primarily in the imperial period, which accounts for most of the available evidence; very little attention has ever been paid to the co-existence of very diverse slave systems within the Roman Empire and how these systems were interrelated. The concept of ancient or Greco-Roman slavery was justified by the assumption that Greek and Roman slavery were effectively the same in all important respects and could be treated as a single phenomenon. As Joly and Knust show, it is the underlying concept of the slave society that provides the foundation for the other conceptual entities. By focusing solely on the question of the role of slaves in how ancient elites derived their income, the concept of the slave society has justified the assumption that Greek and Roman slavery are essentially unitary and similar phenomena, thus discounting issues of diversity and scale. Furthermore, by omitting any parameters that concern space and time, the concept has de-incentivized scholars from asking such questions.

How can we escape the limitations of the traditional framework? As Joly and Knust acknowledge, an important recent step in the right direction is the concept of the epichoric slave system. Instead of assuming that Greek (or Roman) slavery was a unitary phenomenon, exemplified by the best-known example of Athens (or Rome/Roman Italy), we can now see that e.g. Greek slavery consisted of multiple and diverse slave systems which developed their own peculiar features as a result of the local concatenation of economic, social, political and cultural processes (Lewis, 2018). The great advantage of the concept of the epichoric slave system is that it creates a framework that can accommodate diversity and divergence; although it has so far only been applied to Greek slave systems, it is fairly obvious that it can also be applied to the multiple slave systems incorporated within the Roman Empire as a result of imperial expansion.

At the same time, though, the concept of the epichoric slave system leaves us with an important desideratum: it cannot illuminate the systemic entanglement between the different epichoric systems and it cannot account for processes of convergence. In the course of the Hellenistic period, the highly idiosyncratic epichoric systems of Sparta, Thessaly and Crete came to an end; a process of convergence brought them in line with the other Greek slave systems that depended on market mechanisms for the reproduction of

¹ Research for this article was funded by the research project *SlaVEgents: enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE-300 CE*, funded by an Advanced Grant of the European Research Council (Grant Agreement no. 101095823).

their slave populations (Vlassopoulos, 2025). Given that this development is not restricted to either of the three epichoric systems, but is shared by all three of them, it is fairly obvious that there are wider processes at play; we need therefore to supplement the concept of the epichoric system with a wider framework of analysis.

Furthermore, Joly and Knust point out that a new framework should be able to account for issues of scale. It is truly remarkable that the concept of slave society has invited scholars to treat e.g. Athenian and Roman slave systems as if they were equivalent entities; by focusing on the single issue of the significance of slaves for how elites derived their income, the slave society concept has completely obliterated from our vision the major differences in terms of scale and complexity. A moment of serious reflection should make it obvious that the slave system of an empire cannot be analyzed through the same analytical framework that we apply to that of a city-state, however large the latter might be. This becomes even more important when we consider that the slave systems within the Roman Empire exhibit both diversity and convergence.

Finally, the new framework must deal with periodization and change. We have long been accustomed to a static account of the history of ancient slavery; between the emergence of slave societies in the archaic period and their demise at some point in late antiquity, we are led to believe that nothing substantial changed (Bradley; Cartledge, 2011). This attitude is truly incredible, if we consider that in the course of the millennium of ancient history, practically every aspect of the economies, societies, politics and cultures of the Mediterranean exhibited very substantial changes. But we are currently ill prepared to study change and periodization in the history of ancient slaveries, as our current frameworks cannot accommodate these issues.

Joly and Knust propose an alternative framework which is inspired by two key concepts from the global study of slavery. The first is the concept of the Atlantic world. Early modern historians constructed this concept in order to explore the systemic interconnections between the Native American, colonial American, African and metropolitan European societies, economies, politics and cultures. Research showed that it was impossible to understand nineteenth-century slave resistance in the Americas without paying serious attention to Islamic jihads in Atlantic Africa (Barcia, 2014); to understand the economic development of American slave systems without the triangular trade that linked Europe, the Americas and Africa (Solow 1991); to understand changes in the American slave systems without attention to important developments in the European metropolitan societies in which slavery had largely disappeared (Eltis, 2000; Tomich, 2020).

The other concept employed by Joly and Knust is that of the second slavery. This concept, coined by Dale Tomich, whose recent death was such a heavy blow to our discipline, aimed to transcend the ahistorical framework in which New World slavery was traditionally approached (Tomich, 2004, 2017; Marquese; Salles, 2016). By distinguishing between the first slavery, which took place within a geopolitical and economic context defined by the expansion of European colonial empires in the Americas and their mercantilist systems, and the second slavery, which emerged in a new context defined by the Atlantic anti-colonial revolutions, the Industrial revolution and the dominance of the capitalist mode of production in the modern world system, the concept of second slavery made possible a periodization of the history of Atlantic slavery which was based on changes in the systemic entanglements of the Atlantic world and of global history.

Inspired by these concepts, Joly and Knust offer a new framework for the study of ancient slaveries. They argue that we need to adopt a Mediterranean-wide vista and construct a unit of analysis which is equivalent to that of the Atlantic world for early modern slavery; they propose to call this wider framework the Mediterranean slave system. Furthermore, they offer a new periodization of ancient slavery, which distinguishes between

a first Mediterranean slave system, characterized by the distinctiveness of the epichoric slave systems of Mediterranean city-states and their increased entanglement, and a second Mediterranean slave system, which was shaped by the incorporation of the epichoric systems within the Roman empire and the converging effects of this process.

But what exactly are the systemic processes that hold together the various parts of the Mediterranean slave system in its various phases? Joly and Knust place paramount importance on the concepts of slaving and no-slaving zones (Fynn-Paul, 2009). Slaving zones are the areas from which a particular slave system draws its slaves; in cases where the enslavement of community members is allowed, the slaving zones of such communities include their own members; in contrast, a no-slaving zone includes the areas and populations that cannot be enslaved by a particular slave system. From the archaic period onwards, social struggles in many Mediterranean city-states led to the prohibition of the enslavement of their own citizens. This creation of no-slaving zones, was accompanied by the expansion of slaving zones to faraway places in the Near East and the Black Sea; coupled with the proliferation of Greek and Phoenician colonies and commercial expansion, the slaving zones of the first Mediterranean slavery created a huge network of interdependent slaving zones that entangled the whole of the Mediterranean, temperate Europe and the Black Sea. Roman imperial expansion and the incorporation of most of these areas within the Roman Empire had a substantial impact on the second Mediterranean slavery; a non-perfect, but still highly consequential no-slaving zone now included the whole of the Mediterranean. Joly and Knust also stress another important factor of convergence and systemic interconnection during the second Mediterranean slave system: the gradual impact of the Roman legal system on the slaving practices of the various communities subsumed within the Roman Empire.

The conceptual framework offered by Joly and Knust offers a fundamental transformation in the way scholars approach ancient slave systems; and like every serious conceptual transformation, it offers scope for further development and elaboration. In the remaining part of this contribution, I aim to offer some comments to serve this further development and elaboration. I commence with what the authors describe as the first Mediterranean slave system, during the first millennium BCE. They are surely correct that it is primarily local developments that play the key role, in particular in comparison with the highly centripetal effects of the Roman Empire upon the second Mediterranean slave system. Nevertheless, I would like to propose that it is possible to construct a more detailed framework of the processes that entangled the various epichoric slave system into a Mediterranean-wide system, which accords more importance to the significance of trans-local processes.

As I have argued elsewhere, we can delineate four such processes (Vlassopoulos, 2023). **Processes of growing connectivity** came to interlink various areas of the Mediterranean and the Black Sea from the archaic period onwards; these processes were partly based on decentralized networks moving goods, people, ideas and technologies, and partly on attempts by states and potentates to canalize connectivity for their own ends. Increasing connectivity set the stage for drastic changes in Mediterranean material culture; it made possible the utilization of Mediterranean micro-ecological diversity and fragmentation through large-scale **processes of exchange and redistribution**. The resulting specialization, production for the market, dependence on exchange and surplus accumulation went hand in hand with the emergence of the first consumer societies, in which substantial social strata desired and consumed goods from various areas of the Mediterranean and the Black Sea. Slavery was deeply inscribed in this process, not only in terms of the slave trade, but also in terms of producing a major part of these various goods and creating the surpluses that allowed the emergence of consumer societies.

At the same time, as Joly and Knust rightly stress, **processes of community formation and claim-making** transformed the socio-political settings of Mediterranean city-states. This process shaped the institutions of city-states and the meaning of citizenship and changed the ways in which communities formulated the distinction between insiders and outsiders. Finally, **geopolitical processes** redefined how violence and ideology affected enslavement and liberation across the Mediterranean and the Black Sea. Most slaves were produced through warfare, raiding and international trade. This means that slavery was directly inscribed in the changing history of the forms of warfare, predation, exchange, state-building and empire-building that linked together communities into wider systems of international relations. The emergence of large states and empires in various parts of the Mediterranean and the Black Sea, as well as their occasional collapse, enhanced the scale and stakes of warfare and the extent of slave-making, creating large and interconnected slaving zones; at the same time, the peculiar form of the Greek geopolitical system had also important implications for the emergence of various forms of no-slaving zones.

My next comment concerns the periodization proposed by Joly and Knust and their distinction between the first and the second phase of the Mediterranean-wide slave system. I think that their distinction is important and valid; but it remains to be seen whether it will be sufficient, or we will need to distinguish further phases. In this respect, I would stress the need to distinguish the last two centuries BCE as a crucial transitional period between the first and second phase of Mediterranean slavery with important characteristics of its own. Currently, this is a literal black hole in our understanding of the long-term history of ancient slavery. The study of Greek slavery has traditionally focused on classical Athens; scholars have explored particular practices which are widely documented through Hellenistic evidence, like that of manumission (Zelnick-Abramovitz, 2005), but there is no systematic study of Hellenistic slavery or Hellenistic slave systems (Blavatskaja; Golubcova; Pavlovskaja, 1972; Vlassopoulos, 2025). At the same time, the study of Roman slavery has either largely focused on the imperial period, or has treated republican and imperial periods as part of a single entity called Roman slavery. It is developments within the last two centuries BCE which constitute both the intensification of the processes of the previous centuries of the first Mediterranean slave system, as well as the emergence of new phenomena that paved the way for the second Mediterranean slave system in the first millennium CE. It is only by examining together developments in both the eastern and the western Mediterranean that we will be able to understand properly the long-term history of Mediterranean slavery.

This brings me to my third comment which concerns economics. The economic aspects of slavery were a key element of the concept of the second slavery; it is thus a bit surprising that Joly and Knust chose to privilege geopolitics in their conceptualization of the Mediterranean slave system and accord a rather secondary role to economics. Needless to say, the fact that the economic role of slavery was crucial in the second slavery of the modern Atlantic world does not necessarily require that it played the same role in the second slavery of the ancient Mediterranean world. But I think that a case for this can be made on empirical, rather than a priori grounds. I have already pointed out the key significance of processes of exchange and redistribution for the systemic entanglement of the first Mediterranean slave system; Knust's PhD dissertation makes a brilliant case for the significance of such Mediterranean-wide trends during the period of the first Mediterranean slave system, and it deserves to be read widely and with attention (Knust, 2016).

For me, one of the most valuable implications of the concept of the second Mediterranean slave system is that it enables us to understand that a significant part of what we traditionally understand as Roman slavery is not primarily Roman, but a consequence of the Mediterranean-wide transformations that created the second Mediterranean slave

system. I stress here one of the key developments: the emergence, during the last two centuries BCE, of the large elite household with hundreds of slaves in both its urban and rural operations and its major economic, social and cultural consequences. It is truly remarkable how little attention has been paid to this major development: Kyle Harper was able to trace the significance of the elite household for the late Roman slave system (Harper 2011, p. 100-200), but its earlier history is still shrouded in mystery (cf. Parkins 1995; Groen-Vallinga, 2022, p. 149-218).

The elite slaveholding household was a key aspect of the second Mediterranean slave system; but it was not tantamount to Roman slavery as such; not only because it did not exist during the earlier periods of Roman history, but also because Roman slavery also included diverse contexts and kinds of households, within which slavery was practiced in very different ways. Furthermore, while the elite slaveholding household expanded across the Mediterranean in the late Hellenistic and early imperial periods, its significance was highly divergent across the various epichoric systems that were subsumed within the Roman Empire. Finally, the role of slavery in the substantially increased levels of urbanization in the early imperial period and the economic consequences of this urban heterogeneity is another aspect of the economics of the second Mediterranean slave system which has received recent attention (Flohr, 2023).

Joly and Knust have offered us a new framework for the study of ancient slave systems that has truly revolutionary implications. Their article must form the basis of any future discussion about how to write both the history of the ancient Mediterranean, as well as the history of its slave systems. There will be plenty of issues to debate and develop further; but we can now finally start the kind of discussion that our colleagues exploring the early modern Atlantic have been having for over two decades, and which we urgently need for the study of ancient history from a global perspective as well.

REFERENCES

BARCIA, Manuel. *West African Warfare in Bahia and Cuba: Soldier Slaves in the Atlantic World, 1807-1844*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BLAVATSKAJA, T.V.; GOLUBCOVA, E.S.; PAVLOVSKAJA, A.I. *Die Sklaverei in hellenistischen Staaten im 3.-1. Jh. v. Chr.* Wiesbaden: Steiner Verlag, 1972.

BRADLEY, Keith; CARTLEDGE, Paul (org.). *The Cambridge World History of Slavery, volume 1: the ancient Mediterranean world*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011.

ELTIS, David. *The Rise of African Slavery in the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FLOHR, Miko. Urban Heterogeneity and Technological Innovation in the Roman Empire. *Journal of Urban Archaeology*, v. 8, p. 127-145, 2023.

FYNN-PAUL, Jeff. Empire, Monotheism and Slavery in the Greater Mediterranean Region from Antiquity to the Early Modern Era. *Past and Present*, v. 205, p. 3-40, 2009.

GROEN-VALLINGA, Miriam J. *Work and Labour in the Cities of Roman Italy*. Liverpool: Liverpool University Press, 2022.

HARPER, Kyle. *Slavery in the Late Roman World, AD 275-425*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.



KNUST, José E. *Longe dos muros: uma história econômica e social do assentamento rural na Itália central tirrênica no contexto da conquista romana (séculos V a III aC)*. PhD dissertation, Universidade Federal Fluminense, 2016.

LEWIS, David M. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo (org.). *Escravidão e capitalismo histórico do século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016.

PARKINS, Helen M. *Aspects of the Economic Organization of the Roman Household during the Late Republic and Early Principate*. PhD dissertation, University of Leicester, 1995.

SOLOW, Barbara. L. (org.). *Slavery and the Rise of the Atlantic System*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TOMICH, Dale W. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Lanham MD: Rowman and Littlefield, 2004.

TOMICH, Dale. (org.). *Slavery and Historical Capitalism during the Nineteenth Century*. Lanham MD: Rowman and Littlefield, 2017.

TOMICH, Dale. (org.). *Atlantic Transformations: Empire, Politics, and Slavery during the Nineteenth Century*. Albany: SUNY Press, 2020.

VLASSOPOULOS, Kostas. Slavery in Ancient Greece. In: PARGAS, D. A.; SCHIEL, J. (org.) *The Palgrave Handbook of Global Slavery throughout History*, Cham: Palgrave, 2023, p. 67-85.

VLASSOPOULOS, Kostas. Greek Slave Systems in the Hellenistic and Early Imperial Periods. In: HODKINSON, S.; KLEIJWEGT, M.; VLASSOPOULOS, K. (org.), *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slavery*, Oxford: Oxford University Press, 2025.

ZELNICK-ABRAMOVITZ, Rachel. *Not Wholly Free: The Concept of Manumission and the Status of Manumitted Slaves in the Ancient Greek World*. Leiden: Brill, 2005.

AUTHOR'S NOTE

AUTHORSHIP

Kostas Vlassopoulos: University of Crete, Rethymno, Greece.

ADDRESS FOR CORRESPONDENCE

Panepistimioupoli Rethymnou, Building 2, 74100, Rethymno, Crete, Greece.

SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.

ACKNOWLEDGMENTS

Not applicable.

AUTHORSHIP CONTRIBUTION



Conceptualization and elaboration of the manuscript, Data collection, Results discussion, Revision and approval: Kostas Vlassopoulos.

FUNDING

European Research Council.



IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There are no conflicts of interest.

PREPRINT

This article is not a preprint.

LICENCE OF USE

© Kostas Vlassopoulos. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITOR

Fabio A. Morales.

HISTORY

Received: November 20, 2024.

Approved: December 14, 2024.

How to cite it: VLASSOPOULOS, Kostas. Towards a history of ancient Mediterranean slave systems. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 413-421, 2024.

CONTRIBUIÇÕES DA EPIGRAFIA PROVINCIAL ROMANA PARA O ESTUDO DA ESCRAVIDÃO ANTIGA: O QUE TÊM A NOS DIZER OS DADOS DA LUSITÂNIA?

Contributions of Roman Provincial Epigraphy to the Study of Ancient Slavery: What can the Data from Lusitania tell us?

Airan dos Santos Borges de Oliveira ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5090-9787>

E-mail: airan.oliveira@ufrn.br

^a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, RN, Brasil.

**DEBATE
ESCRVIDÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY**

RESUMO

O presente texto toma como ponto de partida as reflexões realizadas por Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust no artigo “Escravidão antiga em perspectiva mediterrânica: uma proposta de abordagem global”. Meus comentários consistem em um primeiro esforço reflexivo dedicado a compreender como a Epigrafia provincial pode colaborar para o estudo da Escravidão Antiga nos contornos apontados pelos autores. Nesse sentido, conduzirei minhas reflexões a partir de duas perguntas simples, a saber: como os estudos epigráficos provinciais podem contribuir para testar e refinar o modelo de análise proposto por Joly e Knust? Quais caminhos de análise podemos identificar nos dados contextualizados na Lusitânia?

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão antiga; Epigrafia; Lusitânia romana.

ABSTRACT

This paper takes as its starting point the reflections made by Fábio Duarte Joly and José Ernesto Moura Knust in the article “Ancient Slavery in a Mediterranean Perspective: a Proposal for Global Approach”. My comments consist of a first reflective effort dedicated to understanding how provincial Epigraphy can contribute to the study of Ancient Slavery in the contexts indicated by the authors. In this sense, I will conduct my reflections based on two simple questions, namely: how can provincial epigraphic studies contribute to testing and refining the analysis model proposed by Joly and Knust? What paths of analysis can we identify in the data contextualized in Lusitania?

KEYWORDS

Ancient Slavery; Epigraphy; Roman Lusitania.



O texto proposto pelos professores Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust se contextualiza no campo de estudos dedicado à “escravidão antiga” e nasce como uma contribuição a um intenso movimento de renovação da área que inclui a revisão das “ortodoxias consolidadas pela influência da obra de Moses Finley”, nas palavras dos autores. Em diálogo com as críticas ao modelo finleyiano elaboradas por Noel Lenski (2018), David Lewis (2018) e Kostas Vlassopoulos (2021), e com as vertentes mais recentes de estudo sobre a escravidão atlântica, os autores se propõem a indicar os limites do conceito de “sociedade escravista” e a apresentar um novo modelo conceitual para o estudo da escravidão antiga. Deste modo, defendem como nova alternativa metodológica a ideia de um “sistema escravista mediterrânico” que incluiria uma dupla temporalidade: uma “primeira escravidão” mediterrânica, cujo início remeteria ao contexto das cidades-Estados a partir do século IX a.C., e uma “segunda escravidão” mediterrânica, que teria lugar no âmbito do Império Romano, a partir do século I a.C., e englobaria as dinâmicas da escravização e as cadeias mercantis da primeira fase, bem como, também, a difusão do aparato institucional-jurídico. Este, teria atuado como fator de convergência entre diferentes sistemas escravistas de outras culturas mediterrânicas.

Como uma historiadora interessada em estudar o Império Romano a partir da perspectiva provincial, desenvolvi o presente comentário considerando os dados epigráficos da província da Lusitânia, tomando como referência cronológica a “segunda escravidão” mediterrânica apresentada pelos autores. O primeiro marco da minha argumentação será uma breve apresentação das especificidades da documentação epigráfica provincial para o estudo do Império Romano, após isso, indicarei alguns caminhos para o estudo dos escravos e libertos no contexto provincial.

O IMPÉRIO ROMANO A PARTIR DAS PROVÍNCIAS: AS ESPECIFICIDADES DOS ESTUDOS EPIGRÁFICOS

Como sabemos, em termos documentais, estudar o Império Romano a partir dos contextos provinciais envolve, necessariamente, considerar tipologias documentais diversas produzidas por comunidades com horizontes culturais distintos, artificialmente agrupadas por Roma. A depender do objeto de análise escolhido, compreendo que o *corpus* documental a ser considerado deve englobar não somente os documentos produzidos pelo centro imperial a respeito do território transformado em província, mas, principalmente, os registros documentais produzidos na intercessão entre o horizonte cultural (itálico, mediterrânico) trazido pela dominação com as diversas culturas locais e seus respectivos horizontes históricos. É nesse contexto que podemos compreender a produção epigráfica provincial.

Os registros epigráficos consistem em um vasto e rico conjunto documental de cultura material que incluem inscrições de diferentes tipologias (funerária, jurídica, honorífica, votiva, benemerente, militares, grafites cotidianos, monumentais, dentre outras) gravadas ou esculpidas em suportes compostos por materiais duráveis (feitos de pedra, metal, cerâmica, madeira etc.). Podemos afirmar que, no que se refere ao contexto romano do período republicano, a produção epigráfica foi uma prática majoritariamente confiada às elites. Contudo, a partir do século I a.C., vê-se uma mudança nessa orientação, a produção epigráfica alcança os territórios provinciais e passa ser realizada (isto é, passa a ser encomendada e financiada) por outros grupos populacionais.

Em se tratando da expansão da prática epigráfica para a Península Itálica e para os contextos provinciais ocidentais, também é possível observar uma mudança no espaço de fixação das inscrições, que passaram a considerar, além dos espaços cívicos, as zonas cemiteriais, as estradas e os portos, para citar alguns exemplos (Lloris, 2014). Sobre isso,

é importante destacar que o hábito de fixação de inscrições não teve a mesma intensidade ao longo de todo o período imperial romano, sendo mais considerável nos três primeiros séculos da nossa era.

Em termos historiográficos, um marco referencial importante para a revisão dos estudos da Epigrafia Latina é datado na década de 1980, quando as pesquisas ganharam uma nova perspectiva a partir do impacto da publicação do artigo de Ramsay MacMullen intitulado *The Epigraphic Habit in the Roman Empire* (1982). Uma das maiores contribuições de MacMullen consistiu na definição do conceito de hábito epigráfico. Embora suas teses tenham sido alvo de crítica de parte dos especialistas¹, ele foi um dos pesquisadores que identificaram uma mudança cultural importante no que se refere à expansão da produção das inscrições e sua difusão no período imperial. Além disso, sua pergunta fundamental marcou e continua a integrar os estudos epigráficos, a saber: por que as pessoas escreviam textos em pedra em toda a Itália e em todas as províncias romanas? (MacMullen, 1982, p.233).

Em linhas gerais, a “questão-problema” indicada por MacMullen acabou por colocar uma outra perspectiva para as investigações ao indicar a possibilidade de interpretar a prática epigráfica como um tipo específico de comunicação social que se expandiu para as províncias². Nesse caminho interpretativo, mais do que analisar os textos em seus contextos históricos, interessaria, também, examinar os diversos agentes envolvidos nesse processo. A produção epigráfica foi tomada como parte de um fenômeno cultural mais amplo, marcado pela indissociação entre o texto, o monumento e as redes de produção e consumo, bem como pela expansão do hábito epigráfico com a ampliação da alfabetização do Latim e do seu uso como ferramenta de comunicação entre regiões distintas (Lloris, 2014, p.131).

Na atualidade, têm se revelado férteis as pesquisas que buscam cotejar a cultura epigráfica latina com outras culturas epigráficas de outros horizontes culturais mediterrânicos. Nessa direção, cito dois trabalhos de Francisco Beltrán Lloris, que apresentam bem a questão, a saber: *Palaeo-European studies: languages, writings, epigraphic cultures* (2020) e *Latinization, Citizenship, and the Epigraphic Habit* (2023). Neles, Lloris apresenta uma proposta de resignificação dos estudos Paleo-Europeus como um campo de pesquisa que abrigaria abordagens interdisciplinares, comparativas e abrangentes sobre os conjuntos de línguas locais, sistemas de escrita e práticas epigráficas que formam o estrato mais distante da cultura escrita europeia. Sob tal perspectiva, as culturas epigráficas são entendidas como sistemas orgânicos de conhecimento e prática comunicativa que combinam linguagem, escrita e suporte para registrar e transmitir mensagens em contextos sociais e ideológicos bem definidos (Lloris, 2020, p. 13).

Apesar de não ser um campo de investigação estritamente novo, os estudos paleo-Europeus têm sido tradicionalmente abordados separadamente, não se constituindo em uma disciplina científica, o que levou a abordagens parciais e mais tendenciosas para a linguística ou a história; aos estudos demasiadamente regionais ou, ainda, com focos especializados de acordo com famílias linguísticas (indo-europeias, celtas, italianas) ou períodos históricos (orientalizante, romanização...) (Lloris, 2020, p. 13). Sob esse olhar, o enfrentamento dessa fragmentação se torna um objetivo importante para o avanço das investigações a respeito das culturas escritas mediterrânicas e, conseqüentemente, a latina (Lloris, 2023, p. 36-41).

¹ Críticas relacionadas, sobretudo, aos contornos do corpus documental considerado na argumentação proposta pelo autor.

² À época, suas análises serviram de inspiração para trabalhos importantes como os de Elizabeth Meyer, *Explaining the Epigraphic Habit in the Roman Empire: The Evidence of Epitaphs* (1990) e de Greg Woolf, *Monumental Writing and the Expansion of the Roman Society in the Early Empire* (1996), para citar dois exemplos.

Retomando o contexto imperial romano, compreendo que, nas províncias ocidentais, a introdução, o desenvolvimento e a ampla profusão do hábito epigráfico se contextualizam num momento de estabilização das conquistas e na subsequente reestruturação jurídico-administrativa e econômica operacionalizada pelo domínio romano nos territórios anexados (com a implantação do sistema provincial para a organização, administração e exploração dos territórios). Somado a isso, outro vetor importante nesse processo foi a introdução ou o desenvolvimento de um urbanismo multifacetado, que poderia envolver a fundação de colônias, o controle de cidades pré-existentes e sua inserção na lógica jurídico-administrativa romana, por exemplo. De todo modo, especialmente entre os séculos I e III d.C., a produção epigráfica foi difundida para os espaços provinciais, abrangendo uma ampla gama de áreas, configurando-se como uma prática cultural "global".

Dado os limites desse texto e a título de experimentação, proponho uma apresentação panorâmica dos dados da Província da Lusitânia, localizada no oeste da Península Ibérica (abrangendo parte dos atuais territórios de Portugal e da Espanha, especificamente a região entre o rio Douro, o Algarve, a Extremadura espanhola e parte da Andaluzia) e criada por Augusto a partir da desanexação de parte do território da Hispania Ulterior, provavelmente entre os anos 16 a.C. e 13 a.C. A escolha pela Lusitânia se justifica pelo perfil estratégico da província para o estudo do Império Romano uma vez que sua fachada atlântica contribui de forma significativa para a observação de outros contextos regionais (comerciais, culturais, políticos) para além do Mediterrâneo.

A EPIGRAFIA PROVINCIAL DA LUSITÂNIA E O ESTUDO DA ESCRAVIDÃO ROMANA: APONTANDO CAMINHOS PARA O ESTUDO DOS ESCRAVOS E LIBERTOS OLISIPONENSES

Como já afirmado em outra oportunidade, diferentemente dos textos clássicos, o *corpus* epigráfico peninsular está em contínua expansão, haja vista o avanço das pesquisas arqueológicas nos distintos sítios mapeados e a descoberta de novas inscrições³ (Borges-Oliveira, 2016, p. 190-191). Aqui, farei uma breve apresentação das potencialidades analíticas desse *corpus* para a investigação a respeito dos escravos e libertos no complexo contexto das relações socioeconômicas da província.

A dispersão das inscrições e as problemáticas relacionadas à identificação de escravos e libertos são duas características relevantes na documentação epigráfica peninsular. Conforme o levantamento de Silvia Teixeira, no caso da Lusitânia, das 6.500 inscrições (Curchin, 2017, p. 84) que compõem o *corpus* epigráfico, têm-se o registro de 363 inscrições (de diferentes tipologias: honorífica, votiva, funerária, benemerente e algumas de tipologia indeterminada) que dizem respeito ao meio servil, 265 das quais pertinentes a libertos, 97 a escravos, e uma que registra dois indivíduos de ambas as condições, um liberto e um escravo. No conjunto geral, encontra-se o registro de 422 indivíduos: 316 libertos (75%) e 106 escravos (25%), confirmando a tendência de maior representação dos libertos no registro epigráfico. Sobre a espacialização das inscrições, das 363 epígrafes contabilizadas, 229 inserem-se no meio urbano (63%), sendo 132 casos

³ Vale destacar que, desde a publicação do volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL - cuja primeira edição foi publicada em 1892 pela Academia das Ciências de Berlim), o *corpus* epigráfico peninsular está em constante expansão, sobretudo, devido à continuidade das escavações arqueológicas desenvolvidas por distintas instituições de pesquisa. Atualmente, três publicações se destacam na divulgação de novas epígrafes, sendo elas o *Ficheiro Epigráfico*, suplemento da Revista de Arqueologia Conimbriga, vinculada ao Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra; o *Epigraphic Database Heidelberg* (EDH – editado pela *Heidelberg Academy of Sciences and Humanities*, desde 2007, coordenado pelo Prof. Dr. Christian Witschel) e o *Hispania Epigraphica Online* (HEpOnl – atualmente coordenado pelo Prof. Dr. Prof. Dr. Joaquín Gómez-Pantoja).

oriundos da capital provincial, Augusta Emérita⁴. Quanto à distribuição por *conventus*, destaca-se nitidamente o *Emeritensis*, com 65% do total de inscrições, enquanto que os *conventus Pacensis* e *Scallabitanus* contam com cerca de 13% e 22%, respectivamente (Teixeira, 2023, p. 30-31).

A dimensão dos dados apresentados exige uma alternativa metodológica que viabilize análises qualitativas, não generalizantes e que respeite as especificidades de cada cidade provincial. Frente a isso, a espacialização das inscrições se torna uma ferramenta fundamental para a compreensão do objeto de análise a nível local. Consequentemente, a análise comparativa do perfil epigráfico das cidades oportuniza uma compreensão mais fidedigna do horizonte provincial. Essas são as razões pelas quais escolhi apresentar um panorama geral do caso da cidade de Olisipo.

Uma das marcas dos estudos da Península Ibérica na Antiguidade consiste na sua caracterização como um território marcado pelo cruzamento de duas zonas culturais, a mediterrânica e a atlântica. Outro ponto de destaque consiste na antiguidade da ocupação humana que, em algumas regiões, remonta os últimos três milênios (inclusive de época Pré-histórica). Esse é o caso do estuário do Rio Tejo, espaço onde se localizou o *municipium Felicitas Iulia Olisipo* (atual Lisboa). A definição da cidade como “grande porto romano da fachada atlântica” tem encontrado lugar no recente debate especializado (vide os recentes trabalhos de Carlos Fabião [2018, 2021] e Victor Filipe [2020]), ao destacar o caráter estratégico de sua localização e reforçar a sua importância no contexto imperial romano.

Como salientam os estudos de Carlos Fabião, o registro arqueológico tem demonstrado a vitalidade das ligações atlânticas na distribuição para o norte dos artigos mediterrâneos e na presença de bens caracteristicamente atlânticos neste mar interior. Especialmente após a fixação da fronteira noroeste do Império na zona dos atuais Países Baixos e Alemanha (a Germânia Inferior), e da conquista e integração da Grã-Bretanha, no Principado do Imperador Cláudio, a frente atlântica da Península Ibérica ganhou uma relevância particular, sobretudo se considerarmos a via marítima como uma forma eficiente de deslocar grandes quantidades de produtos e gentes a distância (Fabião, 2021, p.15-18).

Diante da impossibilidade da navegação direta desde o Mediterrâneo até ao Norte Atlântico, os espaços que puderam funcionar como pontos de apoio ou escalas ganharam especial importância, Olisipo se enquadra nesse contexto. Diferente de outras cidades-porto já conhecidas, o caso do município se torna peculiar porque as informações sobre a estrutura urbana da cidade (incluindo as portuárias) ainda são muito escassas e os vestígios fragmentários encontrados pela atual cidade de Lisboa alimentam calorosos debates. Contudo, mesmo sem estruturas portuárias, molhes e cais, a relevância da circulação marítima tem sido mapeada por meio de outros registros arqueológicos identificados nos sítios olisiponenses, tais como moedas, ânforas, cerâmicas, cetárias, cepos de âncoras, dentre outros (Faria, 2020, pág. 162).⁵

Como indicado por João Pimenta, a gênese do povoado indígena que antecedeu a cidade de Olisipo localizou-se na colina Castelo de São Jorge. Sua situação topográfica diferenciada, caracterizada pelo amplo controle visual, permitia o domínio estratégico da foz do Tejo e o controle do acesso ao interior do território. De acordo com o autor, a importância e o dinamismo econômico deste grande aglomerado urbano remontaria

⁴ Sílvia Teixeira ainda destaca que, considerando o contexto dos conventos provinciais, é possível destacar algumas exceções, o *conventus Pacensis*, por exemplo, das 48 epígrafes registradas, 27 são provenientes de meios rurais. Outro exemplo é o território da atual província de Cáceres, no *Conventus Emeritensis*, onde das 78 epígrafes contabilizadas, 62 são contextualizadas na esfera rural.

⁵ Nesta perspectiva, ganham destaque as pesquisas desenvolvidas pela Arqueologia do Patrimônio Cultural Subaquático, pois os dados indicados por esse campo de estudos agregam aos artefatos já conhecidos, vestígios de objetos lusitanos em naufrágios distantes do seu local de produção (FARIA, 2020).

meados do século VIII a.C. e manteria fortes contatos com o sul peninsular (Pimenta, 2020, p.51-52).

Embora Olisipo não tenha exercido nenhuma função administrativa, na época romana a cidade ganhou relevância tanto por seu uso militar⁶, como pela localização estratégica que a transformava em um porto natural. Sobre isso, Fabião indica que, além do transporte dos produtos produzidos no contexto peninsular, Olisipo também foi um grande centro de consumo de artigos alimentares importados de diferentes regiões do Mediterrâneo. Leiamos suas considerações:

O vinho, o azeite e as conservas importados foram consumidos nesta cidade que produzia (e até exportava) esses mesmos artigos. Recentes estudos demonstraram a presença de olea e vitis na paisagem olisiponense desde tempos anteriores à presença romana, conhecendo significativa expansão sob o domínio de Roma. (...) Se este rico e diversificado leque de mercadorias importadas aqui chegou por estar a caminho das províncias setentrionais, no âmbito da distribuição institucional ou de um “comércio livre”, se Olisipo foi somente beneficiária por ser a porta de acesso à capital provincial ou se, cumulativamente, constituía também núcleo importador em si, é algo que muito dificilmente poderemos deslindar no estado actual dos conhecimentos. Seguro é que recebeu quantidades significativas de ânforas, transportando alimentos de desvairadas paragens, que uma parte dos seus habitantes consumiu, e que, sem dúvida, os agentes locais se envolveram na sua ampla redistribuição no território provincial (Fabião, 2020, p. 6).

Como destacado por Carlos Fabião, a integração de Olisipo aos circuitos comerciais mediterrânicos e atlânticos é bem documentada arqueologicamente. Todavia, a observância dessa dinâmica comercial não deve suplantar um outro nível de integração: a circulação de gentes e ideias. Em certa medida, o hábito epigráfico integra esse contexto.

No que se refere aos dados epigráficos da cidade, os dados que apresentaremos integram as bases de dados epigráficas online (nomeadamente, *Epigraphik Datenbank Clauss e Hispania Epigraphica Online*) e a tese doutoral de Silvia Teixeira (2020). Com base nesses *corpora*, sabemos que há cerca de 300 inscrições encontradas em território olisiponense (excluindo as inscrições muito fragmentadas e sem gravação). Contudo, apenas 51 delas fazem referência a escravos e libertos (cerca de 17%). Destas, 29 foram atribuídas ao território urbano, registrando 38 indivíduos - sendo a maioria libertos. Já os territórios rurais fornecem 22 inscrições, documentando 37 indivíduos (Teixeira, 2019, p. 71).

Considerando esse cenário, neste texto, eu gostaria de dar destaque a 02 inscrições referentes a um mesmo indivíduo, o *augustalis perpetuus* C. Heius Primus, um personagem já conhecido no *corpus* epigráfico da cidade (CIL II 183). Ambas foram encontradas nas ruínas do teatro romano, no século XVIII. Apesar da construção do teatro remontar possivelmente à época augustana, as referidas inscrições (uma honorífica e outra benemerente) se contextualizam em uma segunda fase construtiva, datada de 57 d.C. Nelas, vemos, além do registro do indivíduo (onomástica, filiação, tribo de inscrição), dados sobre sua condição de liberto, sua ascensão econômica, sua participação na esfera pública, bem como as conexões estabelecidas com o poder imperial. Vejamos os textos:

⁶ Essa hipótese é levantada pelo geógrafo Estrabão em sua Geografia (III, 3, 1). Segundo seu relato, a primeira instalação romana no sítio de Lisboa teria sido de matriz militar, no decurso do processo de conquista. O geógrafo menciona a fortificação de *Olisipon*, (com nome grafado em grego), como posição de retaguarda, para apoio às campanhas de conquista que se dirigiram para norte peninsular. Sobre isso, ver: FABIÃO, 2021, pág. 19.

Inscrição - Homenagem a C. Heius Primus, augustal perpétuo.

Descrição do suporte e contexto de achamento: acredita-se que poderia compor um pedestal de estátua (VASCONCELOS, 1913, nº 225) encontrado nas ruínas do teatro romano em 1798, e que teria desaparecido durante as obras de reconstrução pombalina:

Registro nos catálogos online: HEpOL 21285; EDCS-05500206

Texto: - - - - - / [Augu]stali / perpetuo / C(aio) Heio C(ai) l(iberto) / Primo / C(aius) Heius Primi lib(ertus) / Nothus et Heia / Primi l[ib(erta)] Elpis / Heia Notha Secunda / C(aius) Heius Nothi f(ilius) Gal(eria) / Primus Ca[t]jo / Heia Nothi f(ilia) Chelid(o) / T(itus) [H]eius Nothi f(ilius) Gal(eria) / Glaphyrus Nothian/[us? - - -] / - - - - -

Tradução: Ao Augustal perpétuo C. Heius Primus, liberto de Caius. Caius Heius Nothus, liberto de Primus, e Heia Elpis, liberta de Primus, Heia Notha Secunda, C. Heius Primus Cato, filho de Nothus, da tribo Galéria, Heia Chelido, filha de Nothus, Titus Heius Glaphyrus Nothianus, filho de Nothus, da tribo Galéria (colocaram).

Fonte da tradução: Inscrição n. 51 do catálogo de Silvia Teixeira (2020, vol. II, p. 55).

Inscrição 2 - Reconstrução do teatro romano de Olisipo por C. Heius Primus

Descrição do suporte e contexto de achamento: inscrição gravada no mármore que integrou a parede do *proscenium* do Teatro. É constituída por uma só linha, gravada em vários blocos sequenciais, dos quais restam apenas nove. O texto registra o financiamento da reconstrução do teatro romano de Olisipo por parte do augustal perpétuo C. Heius Primus, mais precisamente as obras de reconstrução e respectiva decoração do *proscenium* e da *orchestra*.

Registro nos catálogos online: HEpOL 21272 e EDCS-05500193

Texto: Nerone Claudio divi Claudi f(ilio) Germa[nici C]aesa[ris nep(oti) Ti(beri) C]aesaris [pron(epoti) divi Augusti abn(epoti) Caesari] Aug(usto) Germanico pont(ifici) max(im)o trib(unicia) pot(estate) III / imp(eratori) III co(n)s(uli) II designato III proscenium et orchestra[m cum ornamentis Augustalis perpetuus C(aius) Heius Primus Cato / HEIA[... d(onum) d(edit)]

Tradução: No reinado de Nero Cláudio César Augusto Germânico, filho do divino Cláudio, neto de Germânico César, bisneto de Tibério César, trineto do divino Augusto, pontífice máximo, dotado do poder tribunício pela terceira vez, Imperador pela terceira vez, cônsul pela segunda vez, designado pela terceira vez, o augustal perpétuo Caius Heius Primus ofereceu o proscenium e orchestra com esculturas.

Fonte da tradução: Inscrição n. 52 do catálogo de Silvia Teixeira (2020, vol. II, p. 56).

Na análise da onomástica presente nas inscrições, entende-se que C. Heius Primus é patrono de C. Heius Nothus⁷ e Heia Elpis, de cuja união resultaram quatro filhos, três dos quais já com condição livre: C. Heius Primus Cato, T. Heius Glaphyrus e Heia Chelido (vide as análises de Vieira da Silva, 1944, pág.176 e Edmondson, 2009, p. 125). Em se tratando de Heia Notha Secunda, é possível que tenha nascido antes da construção do monumento, o que abre a hipótese de a personagem ter nascido como escrava do dono da sua mãe, Primus, e, depois, ter recebido a manumissão por este (TEIXEIRA, 2020, p.55). Todavia, Edmondson apresenta outra interpretação, na qual o nome da personagem seria Heia Nothi f. Secunda, o que lhe conferiria condição de ingenua. Além disso, os duplos *cognomina* de Cato e Nothianus remeteriam às aspirações sociais desta família (Edmondson, 2009, p. 126).

No estudo dessas inscrições, Luis da Silva Fernandes destaca a raridade do registro do gentílico Heius⁸, de origem itálica (provavelmente osca, se seguirmos as análises de Camodeca, 1982, p. 105), e difundido no mundo romano, estando presente em importantes centros portuários (para a lista, ver Fernandes (2005). De acordo com o mapeamento de Fernandes, trata-se de uma família poderosa ligada ao comércio marítimo, originária de *Cumae*, cuja atuação evergeta remonta a 200 a.C. e é bem documentada nos edifícios públicos da cidade. Para além dessa origem cumana, a partir do século I a.C., há registros da *gens* em outras regiões da Península Itálica, no litoral da Campânia, Sicília, no Mediterrâneo Oriental, na Germânia, em Siscia (Pannonia Superior), além dos casos encontrados em Olisipo (Fernandes, 2005, p. 39-40).

Depreende-se dos dados epigráficos que C. Heius e os seus libertos teriam atuado como *negotiatores* e magistrados locais em importantes centros portuários do Mediterrâneo, particularmente na época augustana, incluindo o de Olisipo. Nas palavras de Fernandes (2005, p. 35), “a fortuna e relevo social ostentados por C. Heius Primus devem-se certamente às actividades comerciais e marítimas proporcionadas por Olisipo”. Através do sacerdócio do culto imperial, Primus alcançaria o ápice possível para sua origem social e consolida o seu estatuto de notável ao atuar como benemérito da urbe e contribuir generosamente para a renovação do teatro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do augustal perpétuo nos chama a atenção pelas conexões interprovinciais que o exame de sua onomástica e atuação política indicaram. Todavia, ele não é o único liberto a construir fortuna e notoriedade. A ele somam-se outros augustais e libertos que tiveram suas trajetórias eternizadas pelo registro epigráfico⁹.

Em suma, o percurso trilhado neste texto buscou destacar a fertilidade do exame das inscrições provinciais para o debate proposto por Joly e Knust. A partir do meu horizonte de estudos, e considerando o exemplo de Heius Primus, compreendo que o exame das trajetórias dos agentes envolvidos (isto é, daqueles que deixaram registros epigráficos) no comércio interprovincial amplia nosso olhar a respeito da escravidão romana, sobretudo,

⁷ De acordo com Silvia Teixeira (2020, pág. 55), o liberto Nothus é o mesmo que presta uma homenagem ao médico Atimetus em Mérida (TEIXEIRA, 2020, inscrição de nº 133), onde realizou a sua formação médica. Após esse período formativo, o personagem retornou para Olisipo, onde recebeu a manumissão de Primus.

⁸ Na Hispânia, registra-se apenas mais um caso, o do duúviro L. Heius Labeo (CIL II, nº 3541, Murcia), próximo de Carthago Nova, cidade portuária da província *Tarraconensis*.

⁹ São os casos do pedestal oferecido por C. Arrius Optatus e C. Iulius Eutiches (CIL II 182) à figura do Imperador divinizado e as oferendas em homenagem a divindades romanas, entre as quais Apolo (AE 1936, 107), Esculápio (CIL II 175), e Mercúrio (CIL II 181), cuja ligação ao poder imperial se revela aparente pelo uso do epíteto Augusto (TEIXEIRA, 2019, p. 74).

no que se refere às dinâmicas que esse sistema desenvolveu a nível local (considerando as *civitates*) e regional (entendido como o contexto provincial).

Pensando na temática dos escravos e libertos, quando isolamos os dados da cidade de Olisipo, o panorama observado pode ser considerado demasiadamente limitado, afinal, como poucos casos epigráficos seriam capazes de sustentar uma análise segura sobre a inserção desses grupos, especialmente o dos libertos, na sociedade olisiponense? Entendo que é na reflexão a respeito dessa questão que emerge uma das características mais desafiadoras do trabalho com a Epigrafia, a saber, lidar com o caráter fragmentário do *corpus*.

A sobreposição dos usos dos espaços e o reaproveitamento dos suportes ao longo dos anos, séculos, milênios, fizeram com que vários exemplares se perdessem ou sucumbissem ao tempo. Contudo, o caso de Heius Primus nos ajuda a observar que não se trata da quantidade de inscrições analisadas, mas da forma como questionamos o documento e buscamos respostas na ampliação da escala de análise. Nesses termos, torna-se fundamental a investigação dos dados de outras cidades, províncias e regiões para, numa abordagem comparativa, identificar os espaços que integram as cadeias mercantis, tecer as redes de sociabilidade e mapear a circulação dos agentes envolvidos a partir de suas respectivas trajetórias

REFERÊNCIAS

BELTRÁN LLORIS, Francisco. Latinization, Citizenship, and the Epigraphic Habit. In. MULLEN, Alex (Edt.) *Social Factors in the Latinization of the Roman West*. Oxford: Oxford University Press, 2023, p. 24-50.

BELTRÁN LLORIS, Francisco. Estudios paleoeuropeos: lenguas, escrituras, culturas epigráficas. *PALAEOHISPANICA: Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*, n. 20, p. 13-20, 2020.

BELTRÁN LLORIS, Francisco. The “Epigraphic Habit” in the roman world. In. BRUUN, Christer; EDMONDSON, Jonathan. *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 89-148,

BORGES, Airan dos S. A epigrafia jurídica flávia e os procedimentos de integração provincial na Hispania romana. *Revista PHOÏNIX*, Rio de Janeiro, n. 22-2, p. 76-95, 2016.

CURCHIN, Leonard. Slaves in Lusitania: Identity, demography and social relations. *Conimbriga. Revista Coimbra*, n. 56, p 75-108, 2017.

FABIÃO, Carlos. *Felicitas Iulia Olisipo a Lisboa Romana. Scaena: Revista do Museu de Lisboa - Teatro Romano*. Lisboa, p. 82-97, 2020.

FABIÃO, Carlos. Felicitas Iulia Olisipo: um grande porto romano no Atlântico (prefácio). In. FILIPE, Victor. *Olisipo (Lisboa), o grande porto de fachada atlântica: economia e comércio*. Lisboa: UNIARQ/FL-UL, 2023, Série Estudos & Memórias, n. 20.

FABIÃO, Carlos. Felicitas Iulia Olisipo, mais do que uma cidade entre o Mediterrâneo e o Atlântico. In. FABIÃO, Carlos (Edt.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: A morfologia urbana*. Lisboa: Caleidoscópio, 2021, p. 14-27.

FARIA, Mariana V. Lusitânia: a circulação Atlântica no Império Romano. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, São Paulo, n. 32, p. 159-166, 2019.

FERNANDES, Luis da S. C. Heius Primus, augustalis perpetuus. Teatro e encenação do poder em Olisipo. *Revista MÁTHESIS*, n. 14, p. 29-40, 2005.

FILIPE, Victor. *Olisipo (Lisboa), o grande porto de fachada atlântica: economia e comércio*. Lisboa: UNIARQ/FL-UL, 2023, Série Estudos & Memórias, nº 20.

OLIVEIRA, Airan dos S. B. Hospitalidade e Patronato nos monumentos funerários da Lusitânia romana no século II e.c. *Revista Hélade*, v. 5, n. 3, p. 185-209, 2019.

MACMULLEN, Ramsay. The Epigraphic Habit in the Roman Empire. *The American Journal of Philology*, Autumn, v. 103, n. 3, p. 233-246, 1982.

PIMENTA, João. Antes do teatro: a cidade de Olisipo no período romano republicano. *Scaena: Revista do Museu de Lisboa - Teatro Romano*. Lisboa, p. 46-61, 2020.

TEIXEIRA, Sílvia M. Os grupos servis do município: origem, funções e ambições. In: CAESSA, Ana; CAMPOS, Ricardo (orgs.) *Lisboa Romana, Felicitas Iulia Olisipo: Os monumentos epigráficos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2019, p. 69-83.

TEIXEIRA, Sílvia M. *Nascer escravo, morrer livre: contributo para uma história social da Lusitânia romana - volume I*, 2023, 310p. Tese (Doutorado em Arqueologia e Pré-História) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

TEIXEIRA, Sílvia M. *Nascer escravo, morrer livre: contributo para uma história social da Lusitânia romana - volume II*, 2023, 390p. Tese (Doutorado em Arqueologia e Pré-História) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Airan dos Santos Borges de Oliveira: Doutora em História, Professora do Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Caicó, Caicó, RN, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Regional de Ensino Superior do Seridó. Rua Joaquim Gregório, S/N, Penedo, 59300000 - Caicó, RN – Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Airan dos Santos Borges de Oliveira.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.



APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Airan dos Santos Borges de Oliveira. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de novembro de 2024.

Aprovado em: 18 de dezembro de 2024.

Como citar: OLIVEIRA, Airan dos S. B. de. Contribuições da epigrafia provincial romana para o estudo da escravidão antiga. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 422-433, 2024.





COMENTÁRIOS AO TEXTO DE JOLY E KNUST

Commentary on Joly and Knust's Paper

Norberto Luiz Guarinello ^a

 <https://orcid.org/0000-0003-3954-5588>

E-mail: guarinel@usp.br

^a Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

**DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY**

RESUMO

O artigo de Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust, *Escravidão Antiga em Perspectiva Mediterrânea: Uma Proposta de Abordagem Global*, propõe um debate que enriquece as discussões historiográficas sobre escravidão no Mediterrâneo antigo, ao oferecer uma crítica ao conceito de "sociedade escravista" de Moses Finley e ao sugerir a existência de um "sistema escravista mediterrânico" que se desenvolveu diacronicamente. Apresenta uma leitura rica, original e valiosa das transformações ocorridas entre o tempo das cidades-estados e o Império Romano. Quero, aqui, apenas trazer à tona algumas reflexões críticas que permitam eventualmente ampliar e questionar determinados aspectos da proposta metodológica apresentada, à luz de um enfoque que explora a trajetória social dos escravos e o entrelaçamento entre as esferas pública e privada no mundo romano.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão romana. Público e Privado. Trajetória social.

ABSTRACT

The article by Fábio Duarte Joly and José Ernesto Moura Knust, *Ancient Slavery in Mediterranean Perspective: A Proposal for a Global Approach*, proposes a debate that enriches the historiographical discussions on slavery in the ancient Mediterranean, by offering a critique of Moses Finley's concept of "slave society" and by suggesting the existence of a "Mediterranean slave system" that developed diachronically. It presents a rich, original and valuable reading of the transformations that occurred between the time of the city-states and the Roman Empire. Here I only want to bring to light some critical reflections that may allow us to expand and question certain aspects of the methodological proposal presented, in light of an approach that explores the social trajectory of slaves and the intertwining of the public and private spheres in the Roman world.

KEYWORDS

Roman slavery. The Public and the private. Social trajectory.



O artigo de Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust, *Escravidão Antiga em Perspectiva Mediterrânea: Uma Proposta de Abordagem Global*, propõe um debate que enriquece as discussões historiográficas sobre escravidão no Mediterrâneo antigo, ao oferecer uma crítica ao conceito de "sociedade escravista" de Moses Finley e ao sugerir a existência de um "sistema escravista mediterrânico" que se desenvolveu diacronicamente. Apresenta uma leitura rica, original e valiosa das transformações ocorridas entre o tempo das cidades-estados e o Império Romano. Quero, aqui, apenas trazer à tona algumas reflexões críticas que permitam eventualmente ampliar e questionar determinados aspectos da proposta metodológica apresentada, à luz de um enfoque que explora a trajetória social dos escravos e o entrelaçamento entre as esferas pública e privada no mundo romano.

A COMPLEXIDADE DA ESCRAVIDÃO NO MEDITERRÂNEO

Joly e Knust, ao proporem uma distinção entre uma "primeira escravidão mediterrânea", caracterizada pela escravidão nas cidades-estados, e uma "segunda escravidão mediterrânea", associada ao processo de expansão imperial romano, oferecem uma visão inovadora sobre importantes mudanças estruturais da escravidão antiga. No entanto, essa divisão temporal pode ser insuficiente para capturar as diversas formas de exploração e coação que coexistiam no Mediterrâneo ao longo do tempo.

A escravidão romana não deve ser vista como um fenômeno isolado ou uniforme. Ao contrário, ela convivia com outras formas de trabalho coercitivo e de dependência, criando um espectro social mais complexo. As distinções rígidas entre liberdade e escravidão, tal como sugeridas pelos autores, podem não ser suficientes para descrever as inúmeras relações de trabalho dependente que permeavam o mundo romano. Ao focarmos nas múltiplas trajetórias dos escravos, conforme destaquei em meu artigo *Escravos Sem Senhores*, (RBH, 26, 52, 2006) as formas de escravidão no Mediterrâneo antigo não operavam de forma estanque, mas com intensa variação e plasticidade espacial e temporal, refletindo as necessidades das elites locais bem como o jogo de dinâmicas políticas e econômicas mais amplas.

A TRAJETÓRIA ESCRAVA E A ZONA DE INDETERMINAÇÃO

Em vez de conceber a escravidão mediterrânea como estática, devemos pensar em termos de *trajetórias escravas*, um conceito que permite uma melhor compreensão das experiências vividas pelos indivíduos que foram escravizados. No mundo da Itália romana, por exemplo, entre o final da República e o início do Império, os escravos podiam transitar entre diferentes condições sociais, desde o trabalho nas minas, que representava a mais baixa forma de exploração, até o serviço nas casas senhoriais urbanas, onde havia mais possibilidades de ascensão. Essa mobilidade, embora limitada e repleta de desafios, cria o que chamo de "zona de indeterminação", na qual os limites entre a escravidão e a liberdade tornam-se fluidos. Tal dinâmica não é devidamente capturada na proposta de Joly e Knust, que, ao abordar a "segunda escravidão mediterrânea", focam em questões macroeconômicas e jurídico-institucionais, mas deixam de lado as transformações sociais e culturais mais profundas que marcaram a vida dos escravos.

A discussão sobre a ascensão dos escravos através da alforria também precisa ser colocada em perspectiva. Os libertos não apenas ocupavam um espaço ambíguo entre a escravidão e a liberdade, mas também atuavam como agentes que desestabilizavam as convenções sociais da época. A proposta de Joly e Knust, ao focar na expansão jurídica e

na unificação das práticas escravistas sob o Império Romano, poderia se beneficiar de uma análise mais atenta das tensões criadas pela crescente presença de libertos no tecido social romano, uma questão que a própria historiografia sobre escravidão atlântica explora ao abordar a ascensão dos alforriados no Novo Mundo. Não é possível dissociar a escravidão antiga da presença marcante de libertos que compunham o universo mais global das dependências pessoais naquele mundo.

ESCRavidÃO, PODER E SOCIEDADE ROMANA

Um aspecto essencial da escravidão no Mediterrâneo que merece maior destaque é o papel político e simbólico da escravidão na consolidação do poder romano. O controle sobre os escravos não era apenas uma questão de dominação econômica, mas estava intrinsecamente ligado às relações de poder mais amplas dentro da sociedade romana. O célebre episódio da execução em massa de escravos após o assassinato do prefeito de Roma Pedânio Segundo, sob o governo de Nero, ilustra como o poder público se entrelaçava com a autoridade privada dos senhores. O controle sobre os escravos, portanto, não se restringia à esfera privada, mas era também uma questão de ordem pública e política, algo que Joly e Knust poderiam explorar com maior profundidade ao analisar o impacto do aparato jurídico romano sobre a vida escrava.

A expansão do sistema escravista sob o Império Romano, como corretamente apontado pelos autores, não se deu apenas por meio da subordinação direta dos escravos ao controle econômico, mas também pela manipulação das relações de poder entre cidadãos livres. A escravidão incentivava a concentração de riquezas e reforçava a desigualdade entre as classes livres. Ao focarem na economia e nas mudanças jurídicas, Joly e Knust subestimam a complexidade política da escravidão mediterrânica e como ela moldava não apenas as dinâmicas de produção, mas também as relações sociais e culturais em Roma.

AS LIMITAÇÕES DA COMPARAÇÃO COM A ESCRavidÃO ATLÂNTICA

Embora a comparação entre a escravidão mediterrânica e a “segunda escravidão” atlântica seja provocativa e altamente enriquecedora, devemos ter cautela ao extrapolar semelhanças entre esses dois sistemas. A escravidão atlântica, marcada pela racialização e pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, difere substancialmente das formas de coerção social presentes no Mediterrâneo antigo. No mundo romano, como explorei em minhas reflexões, os escravos não eram identificados por características raciais ou étnicas específicas. A ausência de um estigma racial no Mediterrâneo complicava a noção de identidade escrava, tornando o escravo romano potencialmente invisível na sociedade. Este aspecto torna-se crucial ao analisarmos as práticas escravistas no Mediterrâneo em comparação com a escravidão moderna, onde a racialização era um mecanismo central de controle.

Dessa forma, ao aplicarmos o conceito de “segunda escravidão” ao Mediterrâneo, corremos o risco de ignorar as especificidades locais e as diferenças fundamentais entre esses sistemas. Ao passo que Joly e Knust acertam ao traçar paralelos econômicos, é importante não perder de vista que a escravidão mediterrânica operava em um contexto social e cultural diferente, onde as dinâmicas de dependência, poder e identidade não seguiam o mesmo padrão visto na escravidão atlântica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo de Joly e Knust é uma contribuição valiosa para o estudo da escravidão no Mediterrâneo, oferecendo uma análise importante das transformações institucionais e econômicas que marcaram as práticas escravistas ao longo dos séculos. No entanto, acredito que a proposta pode ser enriquecida por uma abordagem que reconheça a plasticidade das trajetórias escravas e as ambiguidades inerentes à vida dos libertos e dos escravos no mundo romano. A escravidão mediterrânica, longe de ser um sistema fixo, era profundamente marcada pelas negociações entre senhores e escravos, pela permeabilidade entre as esferas pública e privada e pelas tensões criadas por uma sociedade que, ao mesmo tempo, dependia dos escravos e os excluía de sua comunidade política. Ao trazermos essas questões à tona, podemos avançar para uma compreensão mais abrangente e crítica do que foi o sistema escravista no Mediterrâneo antigo.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Norberto Guiranello: Doutor em História, Professor de História na Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Professor Lineu Prestes, 338 - São Paulo/SP - CEP: 05508-000.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Norberto Luiz Guarinello.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.



LICENÇA DE USO

© Norberto Luiz Guarinello. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de novembro de 2024.

Aprovado em: 18 de dezembro de 2024.

Como citar: GUARINELLO, Norberto L. Comentários sobre o texto de Joly e Knust. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 434-439, 2024.





APORTES PARA UNA DISCUSIÓN SOBRE LAS SOCIEDADES MEDITERRÁNEAS ANTIGUAS

Contributions to a Discussion on Ancient Mediterranean Slave Societies

Carlos Garcia Mac Gaw ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-9411-6888>

E-mail: cgmagaw@hotmail.com

^a Universidade Nacional de La Plata, CONICET, Buenos Aires, Argentina.

**DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY**

RESUMEN

En el artículo se presentan algunas discusiones historiográficas sostenidas durante los últimos cincuenta años en los estudios sobre la esclavitud en el mundo mediterráneo clásico. Se analizan algunas de las elaboraciones recientes por parte de Fabio Duarte Joly y José Moura Knust en la crítica que elaboran a la idea de "sociedad esclavista" en oposición a la de "sociedad con esclavos" sistematizada por Moses Finley, así como algunos de los tratamientos posteriores del concepto realizados por otros historiadores. Se presentan además algunas consideraciones sobre la idea de los "sistemas esclavistas", en particular en relación con el análisis del papel de la circulación mercantil en los procesos de esclavización. Se desarrollan también algunas precisiones en cuanto a la comparación entre la esclavización en el mundo antiguo mediterráneo y la ocurrida en el mundo atlántico moderno, con especial énfasis en el tratamiento de las sociedades coloniales esclavistas americanas.

PALABRAS CLAVES

Esclavitud antigua. Mediterráneo. Imperio Romano.

ABSTRACT

This article presents some of the historiographical discussions that have taken place over the last fifty years in studies on slavery in the classical Mediterranean world. It analyses some of the recent elaborations by Fabio Duarte Joly and José Moura Knust in their critique of the idea of a "slave society" as opposed to that of a "society with slaves" established by Moses Finley, as well as some of the later treatments of the concept by other scholars. It also presents some considerations on the idea of "slave systems", particularly with regard to the analysis of the role of commercial circulation in relation to the processes of enslavement. It develops some clarifications regarding the comparison between slavery in the ancient Mediterranean world and in the modern Atlantic world, with special emphasis on the treatment of colonial American slave societies.

KEYWORDS

Ancient slavery. Mediterranean. Roman Empire.



En este año 2024 se cumplen cuarenta y cuatro años de la primera publicación de *Ancient Slavery and Modern Ideology* por Moses Finley. El libro fue rápidamente publicado en español, y en 1982 ya disponíamos de una traducción titulada *Esclavitud antigua e ideología moderna*. Como el propio Finley reconoce en el breve prólogo de la obra, la misma tiene su base en un ciclo de cuatro conferencias presentadas en el Collège de France en 1978. Sin embargo, el tema estaba presente en el interés del autor desde muchos años antes y, más en general, como está relatado en el primer capítulo de su libro, el campo de los estudios sobre la esclavitud se encontraba en ebullición. Algunas ideas ya formuladas por Keith Hopkins (1978) para el caso de la sociedad romana, aparecen desarrolladas en el texto de Finley, entre ellas el concepto de "sociedad esclavista". Para Hopkins "Only a handful of human societies can properly be called 'slave societies', if by slave society we mean a society in which slaves play an important part in production and form a high proportion (say over 20 %) of the population" (Hopkins, 1978, p. 99). Este autor incluye luego un cuadro demográfico comparativo (p. 101) entre las "sociedades esclavistas" antiguas, Atenas (c. 400 a.n.e.) e Italia romana (225-31 a.n.e.) y las modernas de Brasil (1800-1850), EEUU (Estados del sur, 1800-1860) y Cuba (1804-1861).¹ La cuestión demográfica ha tenido un gran peso en la problemática de la esclavitud antigua, especialmente a partir de la obra de Peter Brunt (1971) y el texto citado de Hopkins, pero no podemos entrar aquí en el detalle.² Basta saber que el fundamento de las ideas de Finley estaba claramente anclado en la historiografía antigua clásica del momento. Finley (1982) criticó el enfoque demográfico al calificarlo de "juego numérico" y planteó aparentemente una propuesta superadora para diferenciar a las sociedades esclavistas de las sociedades en que hubo esclavos. Sostuvo que el lugar de los esclavos en una sociedad no está en relación con su número total sino con su situación en dos aspectos: quiénes son sus propietarios y qué papel ocupan éstos en la economía. Para el autor los esclavos en el mundo antiguo clásico sobresalían en la producción en gran escala en el campo y los sectores urbanos, y, por lo tanto, "constituían el principal volumen de los ingresos inmediatos de la propiedad" (Finley, 1982, p. 101-103). Por otra parte, planteó la necesidad de que se dieran ciertas condiciones estructurales para el surgimiento de una sociedad esclavista: 1- la concentración de tierras apropiadas de forma privada en manos de una clase propietaria con necesidad de trabajo extrafamiliar para ponerlas en producción, 2- un fomento suficiente de la producción mercantil y de los mercados, en cuyas transacciones los mismos hombres aparecen como mercancías, y 3- la así llamada "condición negativa", que implica la indisponibilidad de fuerza de trabajo interna que obliga a los patronos a dirigirse al exterior para procurarla (Finley, 1982, p. 109).

Fabio Duarte Joly y José Eduardo Moura Knust han planteado en su trabajo la necesidad de discutir algunos de los conceptos de M. Finley. En función de ello han realizado una breve recorrida historiográfica, retomando o discutiendo el impacto de las ideas de Finley entre algunos académicos, y luego han elaborado una propuesta alternativa para el estudio de las sociedades mediterráneas esclavistas. Por mi parte, en este artículo retomaré en un primer punto ciertos aspectos de la discusión que se organiza alrededor de la idea de "sociedad esclavista". En una segunda instancia, analizaré algunos de los elementos señalados por Joly y Knust.

¹ Véase en Patterson (1982, Appendix C, p. 353-364) una lista comparativa demográfica extensiva (más de 140 casos) de lo que el autor llama "Large-Scale Slave Systems".

² Se trata de una problemática que se remonta a fines del s. XIX con la obra de J. K. Beloch, *Die Bevölkerung der griechisch-römischen Welt* (1886), cuya interpretación fue cuestionada ya por Frank (1929), y que todavía es objeto de un gran interés entre los historiadores del mundo antiguo. Véase en general Wiseman (1969), Lo Cascio (1994; 2001; 2008), Scheidel (2001; 2005; 2008a; 2008b), Rosenstein (2004), Kron (2005; 2008), Launaro (2011), Luuk De Ligt (2012), entre otros, pues la bibliografía es muy extensa.

SOCIEDAD ESCLAVISTA Y SOCIEDAD CON ESCLAVOS

La crítica al concepto de "sociedad esclavista" de Finley ha sido amplia y variada. Algunas de las precisiones señaladas por otros historiadores son de significancia, y vale la pena retomarlas. Según mi criterio, la primera de ellas está en relación con la definición misma de "esclavo", que Finley (1982, p. 92) liga al criterio de mercancía humana, es decir a su condición de propiedad de un tercero.³ Sobre esa definición el autor construye luego el concepto mayor de "sociedad esclavista", siendo esta el resultado de la explotación de los esclavos por la clase de sus propietarios. Finley da por supuesto la forma en que la apropiación de excedentes se produce, y considera que el componente mayor de la renta de la clase propietaria provenía del trabajo esclavo. En palabras del autor, "los esclavos constituían el principal volumen de los ingresos inmediatos de la propiedad" puesto que estos "dominaban, y prácticamente monopolizaban, la producción a gran escala tanto en el campo como en los sectores urbanos" (Finley, 1982, p. 103).

Este sería el "argumento cualitativo" por el cual se rompería el "juego numérico", al cual ya se ha aludido. Lamentablemente es imposible demostrar la afirmación de Finley, en la medida en que no se puede conocer en detalle en qué porcentaje se daba el "dominio" de la fuerza laboral esclava sobre la fuerza de trabajo libre en la gran propiedad, ya que no existen registros concretos al respecto. Lo único que sabemos es que la unidad productiva de la villa -la gran propiedad-, a lo largo de su evolución desde mediados del siglo II a.n.e., su progresivo aumento y posterior integración en unidades mayores hasta llegar al latifundio tardoantiguo, implica una coexistencia permanente entre el trabajo libre (trabajadores ajenos a la unidad productiva y arrendatarios de lotes de tal unidad) y el trabajo esclavo.⁴ Tal coexistencia hace imposible poder afirmar la preeminencia de la renta esclava sobre la renta libre en el volumen de los ingresos de la propiedad.⁵

He señalado que para Finley es un supuesto la forma en que se produce la apropiación de excedentes del trabajo esclavo por parte de los amos. Esto es central para el entendimiento del sistema económico pues la existencia de los esclavos no define por sí misma la forma de apropiación del plusvalor. Kostas Vlassopoulos ha señalado esto para el caso griego:

There are major differences between the slaves working in the mines of Laureion or in rural estates, where masters controlled and directed the labour process, and slaves who worked independently and merely provided revenue to their masters. These diverse slaving strategies created very different forms of slavery and slaves and very different economic processes. (Vlassopoulos, 2021, 177-178)

En el caso de la sociedad romana los datos existentes confirman diferentes formas de explotación del trabajo esclavo, siendo los casos más abiertamente contrapuestos el de la explotación de los esclavos en bandas (*gang slavery*) y el de aquellos explotados como si fuesen arrendatarios libres -*servi quasi coloni*- que debían una renta, fija o porcentual, por el uso de la tierra de su amo.⁶ Si dejamos de lado a los esclavos rurales y observamos

³ En contra de tal perspectiva véase la definición de Patterson, que considero más adecuada, así como los argumentos para sostenerla: "slavery is the permanent, violent domination of natively alienated and generally dishonored persons" (Patterson, 1982, p. 1-14).

⁴ Cf. Rathbone (1981) para la República Romana.

⁵ He desarrollado esta crítica con mucho más detalle en García Mac Gaw (2010, p. 635-638). Puede verse alternativamente el apartado "The income composition of the landowning class" en García Mac Gaw (2015b, p. 83-89).

⁶ En estos dos casos varía la relación con el medio de producción. En el sistema de plantación es el amo quien controla totalmente el proceso productivo, mientras que en el caso de los esclavos arrendatarios son estos últimos quienes controlan, total o parcialmente, el proceso de producción. He analizado en detalle las diferentes formas de la renta esclava en García Mac Gaw (2015b, p. 95-105).

las diferentes posiciones que podían ocupar en las diferentes ramas de servicios y del comercio podríamos ampliar aún más este panorama. En cada caso, las formas de apropiación de la renta varían, pero también consecuentemente varían las posiciones y las capacidades de acción que tenían los esclavos en la "sociedad esclavista".

Se puede interpretar en este sentido la crítica sistemática de N. Lenski (2018) al concepto de "sociedad esclavista" de Finley, quien ha destacado especialmente un uso demasiado rígido entre las categorías binarias de sociedad esclavista/sociedad con esclavos. Según el autor,

Finally, the model is misleading in that it lumps together divergent slaveholding systems as if they were interrelated and thus fails to account for major differences between systems in terms of external and internal sources of slave supply, the practice of racial slavery, extensive versus restricted practices of manumission, and broad versus narrow spheres of slave labor deployment (Lenski, 2018, p. 46).

Un segundo elemento que me interesa discutir sobre la crítica de Lenski (2018) es que el uso de la noción de "sociedad" por parte de Finley resulta demasiado vago para proveer parámetros de análisis útiles.⁷ Si bien Lenski señala la dificultad de circunscribir con precisión la noción de "sociedad", uno puede preguntarse si es factible reelaborarla, ya que tiene un uso extremadamente variable, pero a la vez resulta imprescindible para el análisis histórico y social. Lenski está en lo cierto al señalar que el término "sociedad esclavista" hace referencia a la Atenas clásica y a Italia y a Sicilia del fin de la república y del periodo altoimperial. Pero el uso del término se ha corrido: "the model is often cross-applied by synecdoche to all of Classical Greece and the vast expanse of the Roman Empire over its six centuries of flourishing, although it rightly fits neither of these larger temporal and territorial agglomerations" (Lenski, 2018, p. 40-41). Kyle Harper y Walter Scheidel (2018) van aún más lejos y se preguntan si el Imperio Romano "formed a single 'society' in any meaningful sense of the term". Ante la duda de ambos autores me apresuro a responderles brevemente: según lo entiendo, sí. El problema tiene que ver no tanto con la sociedad romana sino con el criterio que ellos utilizan, ya que argumentan que "Any premodern polities that were significantly larger than city-states lacked the cohesiveness and integration that is typical of modern nation-states, and internal social and cultural segmentation was the norm" (Harper; Scheidel, 2018, p. 86-87). La conclusión es simple, nosotros estamos tratando con las entidades políticas del Mediterráneo antiguo y no con los modernos estados-nación, y debemos operar en función de tales criterios, no con los que quiere imponer el historiador. En tal sentido Finley resulta más criterioso pues señaló en repetidas ocasiones que el imperio romano era una unidad política pero no una unidad económica (Finley, 1974, p. 15-41; 1982, p. 100. Si bien esto también es discutible, ya que la unidad económica del Imperio Romano no tiene por qué organizarse sobre parámetros equivalentes a los actuales, permite entender por qué Finley sostiene que algunas regiones del Imperio Romano fueran una "sociedad esclavista" al mismo tiempo que otras regiones del mismo Imperio solo fueran una "sociedad con esclavos". Es decir, sincrónicamente, dos sociedades distintas a la vez. En este sentido es que he tomado más arriba la crítica de Lenski al uso de la noción de "sociedad". ¿Por qué resulta esto un problema para la definición de la "sociedad esclavista romana"? Si la "sociedad esclavista" se situaba en Italia y en Sicilia, y sus clases terratenientes obtenían la mayor parte de sus ingresos de la explotación de la fuerza de trabajo esclava, ¿entonces qué ocurría con el resto de la elite imperial romana? Si en las restantes regiones del Imperio Romano encontramos una

⁷ Véanse al respecto las apreciaciones de Joly y Knust.

"sociedad con esclavos", es lícito preguntarnos sobre el origen de los ingresos de los propietarios terratenientes afincados allí. La existencia de dos "sociedades" no resuelve en absoluto la cuestión, ya que debemos entender qué ocurre con las clases propietarias romanas de ambas "sociedades" que coexistían en una unidad política. Podemos preguntarnos si se trata de una o de varias clases propietarias, si unas son esclavistas y las otras no, cómo deberíamos registrar los ingresos (producto del trabajo libre o esclavo) de las tierras extra-itálicas de las clases italianas y sicilianas, etc.⁸ Como se puede observar esto nos coloca en dilemas imposibles de resolver a partir de las premisas planteadas.

Ahora bien, los aspectos diacrónicos de las "sociedades esclavistas" también han sido tomados en cuenta por diferentes historiadores. Vlassopoulos (2021) critica la perspectiva de Finley sobre el "paso" de la sociedad griega "con esclavos" del periodo homérico a una "sociedad esclavista" luego de las reformas de Solón. El autor entiende que "The earliest evidence we have for Greek history, the Homeric epics and Hesiod, make it abundantly clear that slaves constituted the main labour source from which Greek elites derived their wealth" (Vlassopoulos, 2021, p. 181-182).⁹ Yo no suscribiría la afirmación de que las elites griegas homéricas derivaban su riqueza principalmente de la explotación del trabajo esclavo, pero sí resulta evidente que la institución de la esclavitud se encontraba desarrollada ya plenamente.¹⁰ Vlassopoulos niega entonces la transición de una sociedad a la otra, y argumenta a favor de una definición de la sociedad griega como "esclavista" mucho antes de lo propuesto por Finley. De forma similar para otro contexto, Harper y Scheidel (2018), más interesados en destacar criterios neo-institucionalistas, afirman que las causas de la transformación de las sociedades con esclavos en sociedades esclavistas, entre ellas Grecia y Roma, son económicas e institucionales y destacan en particular el papel de la oferta y la demanda.¹¹ Siendo afirmaciones generales, algunas de estas ideas no dejan de tener sentido, como veremos seguidamente. A diferencia de Vlassopoulos, quien cuestiona el inicio de la "sociedad esclavista griega", Harper y Scheidel destacan la persistencia de la esclavitud durante la antigüedad tardía, lo que pone en duda la periodización sostenida por Finley (1982, p. 184-188), que supondría, a la inversa, el paso de una "sociedad esclavista" a una "sociedad con esclavos" durante el siglo II. Estos autores reafirman la diferencia marcada por Finley pero mueven sus límites:

Mediterranean society in the fourth century remained a "Slave Society", a late cycle of the old Roman imperial system; by the latter half of the sixth century, Mediterranean societies could be better characterized as "Societies with Slaves" (Harper; Scheidel, 2018, p. 101-102).

En este punto de la discusión creo que es conveniente volver sobre el alcance del término "sociedad esclavista", en la medida en que para las sociedades antiguas es

⁸ Véase en detalle este desarrollo en García Mac Gaw (2010, p. 637-638).

⁹ Aspecto igualmente indicado por Lewis (2018, p. 107-124). Sobre las reformas solonianas, véase Finley (1982, p. 110).

¹⁰ En tal sentido resulta más atractiva la idea de Lewis: "What we must account for, then, is not a 'rise' in the relative importance of slavery to the elite between the eighth–seventh centuries and the classical period, but alterations in its character, scale, and organization" (Lewis, 2018, p. 120).

¹¹ "...in the sense that supply and demand (which can be culturally motivated) are primary drivers, shaped by the legal regime". Así, de manera entusiasta -y modernista-, afirman con descaro que "Here is where Marx, Weber, and Finley all went wrong. Roman slavery was not a distinctly uncapitalist phenomenon. Rather, it was an essential part of the lunge toward development that was the Roman economy". Y un poco más adelante afirman, "The right solution is to accept his diagnosis of ancient Rome as a 'Slave Society' but to reject thoroughly any form of dogmatic primitivism. Roman class structure was transformed by commerce and by slavery. Had it not been transformed by commerce, it would not have been transformed by slavery" (HARPER y SCHEIDEL, 2018, p. 94-95). Supongo que ambos autores han olvidado que, entre las tres condiciones planteadas por Finley para el desarrollo de una sociedad esclavista, se encontraba la necesidad de "un fomento suficiente de la producción mercantil y de los mercados" (FINLEY, 1982, p. 109), por lo que resulta infundada la acusación de "primitivismo dogmático" a su teoría.

imposible dibujar un trazo grueso que lo separe del más general de "sociedad con esclavos". El uso de ambos conceptos resulta más bien de un criterio impresionista antes que de uno verdaderamente estadístico. Además, incluso en presencia de una mayor cantidad de datos para delimitar la frontera entre ambos conceptos, no resulta evidente su aplicación, como se deduce, por ejemplo, de la comparación con la esclavitud moderna de Brasil. Aldair Rodrigues, aún aceptando el uso del término "sociedad esclavista", indica la dificultad de aplicarlo para la totalidad de Brasil durante sus cuatrocientos años de esclavitud:

The colonization process operated within a hugely diverse range of degrees of penetration into the territory, differing economic arrangements, varied kinds of terrain, different degrees of exposure to the slave trade, different dynamics of cultural interaction, etc. (Rodrigues, 2018, p. 259-260).¹²

Esto es algo similar a lo que ocurrió en el Imperio Romano. Aunque lo entendamos como una unidad política y económica, existieron diferentes grados de presencia de la esclavitud en sus diferentes regiones y provincias, en sus áreas urbanas y rurales, con una distinta incidencia económica en diferentes espacios domésticos, productivos y mercantiles a lo largo del tiempo. En este sentido, incluso la clasificación de "sociedades esclavistas" para el Brasil colonial y el Imperio Romano, es una generalización que aporta realmente poco para el análisis de las mismas, salvo el hecho de poder colocarlas en alguna grilla comparativa.

Por mi parte, considero que el término "sociedad esclavista" no debería ser utilizado para establecer diferencias con las "sociedades con esclavos", sino que tal vez convendría usarlo de manera más amplia y general. Keith Bradley, en su trascendente libro sobre las revueltas esclavas de la República Romana, retoma a M. Finley y dice que, para la época "Rome in fact was a genuine slave society" (Bradley, 1998, p. 19). Señala también que para algunos autores la etiqueta de "sociedad esclavista" se aplica a cualquier comunidad histórica cuando la población servil alcanza un umbral de un veinte por ciento y Roma lo habría alcanzado hacia el fin del siglo III a.n.e. Sin embargo, y esto es lo que considero más interesante de su argumento, Bradley también indica que:

But long before that date (circa 225 B.C.) Rome had made what might be termed institutional responses to a servile presence, in its legal and religious life, for instance, and from this qualitative point of view Rome can justifiably be called a slave society much earlier (Bradley, 1998, p. 19).

Este uso amplio del término "sociedad esclavista" está más bien ligado con las respuestas institucionales que una sociedad genera para gestionar la presencia de los esclavos en su seno. Estas respuestas se expresan en un sinnúmero de planos que se cruzan entre sí, y no sólo en los legales y religiosos como plantea Bradley, dejando fuera, por ejemplo, el económico y el doméstico.¹³ Estos dos últimos planos necesariamente reingresan por la ventana del derecho para requerir de nuestra atención, como aparece ya

¹² Rodrigues (2018, p. 260), señala incluso que "However, not all Brazilian regions based their economic system on an African slave labor force. The use of indigenous workers through different strategies and arrangements (predominantly coerced work, but also wage labor and coerced tutelage) in two different regions of Portuguese America challenges the hegemonic narrative about the transition from American Indian slavery to black slavery".

¹³ Quisiera recordar la perspectiva que plantea Claude Meillassoux, para quien "el derecho ratifica y a la vez disimula las relaciones sociales orgánicas al sancionarlas en las formas más aptas para la preservación de las ventajas de aquellos para los cuales fue concebido y enunciado. No podía ser pues la expresión objetiva de una realidad social ni contener la explicación de la misma. Al expresar la relación esclavista como individual, el derecho fija los límites dentro de los cuales desea ver ejercida la autoridad del amo sobre el esclavo; la relación individual enmascara y neutraliza, en este caso, la relación de clase" (Meillassoux, 1990, p. 12).

en el siglo V a.n.e., por ejemplo, en el registro de las leyes de las Doce Tablas, impidiendo la venta de los deudores en el territorio de Roma.¹⁴ La pregunta que deberíamos hacernos es si es posible la existencia de una sociedad en la cual la esclavitud tenga una presencia "legal y religiosa" sin consecuencias económicas. Vlassopoulos observa esto cuando dice que, para Bradley, "Rome was socially a slave society before and after it was so economically", y que, por lo tanto, no aparece un vínculo automático entre el rol económico de la esclavitud y su impacto en la sociedad (Vlassopoulos, 2021, p. 177-178).¹⁵ El hecho de que haya respuestas sociales institucionales, es decir organizadas y sistemáticas, que aparecen en diferentes aspectos del orden social -en suma que tratan de reproducir el fenómeno-, da cuenta de la trascendencia que tiene un hecho como la esclavización junto con todas sus prácticas asociadas. Los aspectos económicos no pueden quedar fuera de su alcance. Las diferencias entre tales prácticas, desde que se considera un "esclavo" a cómo se lo obtiene, cómo se lo integra en el plano doméstico y laboral, cómo se explota su capacidad de trabajo y su cuerpo, cómo se lo alimenta, cómo se lo libera, etc.; todo ello está sujeto a infinitas variaciones en cada una de las sociedades en que la institución de la esclavitud aparece. Estas infinitas variaciones no hacen a una sociedad más o menos esclavista que otra, ni a una sociedad esclavista más o menos "genuina", sino que más bien se trata de diferentes sociedades esclavistas. Por otra parte, señalo de paso que la aplicación del término "genuino" para las sociedades esclavistas resulta enojosa. Su uso parece indicar que algunos esclavos son considerados "realmente" como tales, es decir "genuinos", mientras otros no lo son.¹⁶

Sobre esta cuestión, Fynn-Paul (2021) enumera los componentes que intervienen en los aspectos institucionales en las sociedades esclavistas. Si bien el autor considera que es la economía la causa, y también la que organiza los poderes del comercio esclavista de largo alcance, considera que sería un error asumir que esto es un hecho mecánico, ya que los diferentes aspectos de los sistemas esclavistas han sido canalizados siempre por instituciones políticas e ideológicas:

First, the physical bodies of slaves; second, the bodies of slave owners, merchants, and handlers, and indeed all of those who interact with "slaves" and help to define their experience. Third, there are the physical implements and spaces that facilitate captivity, transport, and sales. Fourth are market forces of supply and demand that move some bodies into certain situations and keep others in other situations. Fifth, we have the legal, political, ideological, and normative institutions, both informal and formal, that provide "rules" for these systems, give them coherence, or allow them to mutate or dissipate. And finally, relating the bodies, actuating the market forces, and animating the institutions listed above, was a discourse – a discourse of servitude that might remain stable for long periods or that could vary

¹⁴ En la tabla tercera aparece el procedimiento en el caso de una deuda impaga y el destino final del deudor como esclavo vendido *trans Tiberim peregre*. Véanse más referencias a la esclavitud, directas e indirectas, que aparecen en esta fuente en Cornell (1999, p. 327-331).

¹⁵ "If Bradley's argument is correct, it follows that there was no automatic link between the economic role of slavery and its impact on society, politics and culture; furthermore, a slave society could exist irrespective of the economic significance of slavery, because slavery was dominant in society, politics and culture. This means that we need to either redefine the concept of slave society or abandon it in favour of concepts that can better explain the impact of slavery on different fields" (Vlassopoulos, 2021, p. 178).

¹⁶ Al igual que Hopkins, Finley y Bradley, otros autores han reivindicado el uso del término "genuino". Así, por ejemplo, Harper y Scheidel (2018) plantean la existencia de una "verdadera esclavitud". Para ellos "slavery is the institution of treating humans as property. Slavery is precisely equivalent, on this view, to genuine chattel slavery". Y un poco más adelante señalan que "The distance between freedom and slavery is a spectrum, with many subtle gradations between them, but the asymptotic leap to **true slavery** is the treatment of a human being as a piece of property" (Harper; Scheidel, 2018, p. 92-93) (el destacado es mío).

enormously over short frames of distance or time, while preserving certain characteristics, such as dominance or hierarchy (Fynn-Paul, 2021, p. 27-28).

Como se podrá observar, todos estos elementos deben estar necesariamente presentes tanto en las así llamadas "sociedades esclavistas" como en las "sociedades con esclavos". Es decir que no hay una economía de instituciones para uno u otro tipo de ambas sociedades.

SISTEMAS ESCLAVISTAS, EL PAPEL DEL COMERCIO Y EL MERCADO

En este segundo apartado me limitaré a discutir algunos de los aspectos de la propuesta avanzada por Joly y Knust. En principio debo decir que, a grandes rasgos, estoy de acuerdo con la idea general de su artículo, pues parte de la necesidad de articular los diferentes espacios que intervienen en los procesos de esclavización en el mundo antiguo, identificándolos con un "sistema" que se desarrolla a lo largo del tiempo. Según mi criterio, el enfoque no puede separarse de los dos polos que intervienen en esa relación, que es de explotación colectiva de uno o varios grupos sociales sobre otros: las sociedades que se apropian de los esclavos, es decir que "consumen hombres" y las sociedades que proveen esos esclavos, es decir que "producen hombres". El vínculo entre ambas está dado por la guerra de captura -en primer lugar-, y por el comercio -en segundo lugar-, funcionando estos dos elementos de manera articulada.¹⁷

La periodización propuesta pone en el centro a la ciudad-estado, en una primera fase ("Primera esclavitud": s. IX a I a.C.), y al Imperio Romano en la segunda, señalándose el papel de ciertas "dinámicas de esclavización" y cadenas mercantiles, aparentemente reorganizadas a partir del aparato institucional-jurídico romano (Joly y Knust, en este número).¹⁸ Esta "segunda esclavitud" evoca la perspectiva abierta desde la historia de la esclavitud atlántica. Sin embargo, considero necesario plantear ciertos condicionantes a esta propuesta. Los autores parten de la idea de establecer una historia de la esclavitud en la antigüedad, por encima de las sociedades históricas particulares:

Reforçou-se, assim, uma visão segmentada da escravidão no Mediterrâneo antigo, como se cada modalidade tivesse se desenvolvido de maneira independente, a partir principalmente de fatores políticos internos, e sem quaisquer interrelações entre si (Joly; Knust, en este número).

En cierta forma esto implica tomar a la esclavitud antigua como un objeto en sí, capaz de ser estudiado con cierta independencia de las estructuras socioeconómicas en las cuales se desarrolla. Para realizar una equivalencia, es como si se estudiara la servidumbre, o el trabajo asalariado, desde el Imperio Romano hasta el inicio de la revolución industrial. Esto, en principio, no es criticable, a menos que se entienda que la dinámica histórica de la esclavitud, la servidumbre o el trabajo asalariado, se explica por

¹⁷ En general véase Meillassoux (1990) para pensar la relación entre la guerra de captura y el mercado de esclavos, aunque el autor la realiza sobre un estudio de caso totalmente diferente. Tomo también la idea de "producción" y "consumo de esclavos" de esta obra: "Ocurre de manera diferente con la sociedad esclavista, donde el modo de producción no está directamente determinado únicamente por las fuerzas productivas, sino en relación con las otras sociedades hacia las cuales está en posición de ejercer una sangría continua y regular de su crecimiento demográfico. La explotación esclavista reposa orgánicamente en un modo de producción extraño, el modo de producción doméstico, el cual 'produce' las mujeres y los hombres que convierte en esclavos el modo de reproducción esclavista" (Meillassoux, 1990, p. 354).

¹⁸ A pesar de que el planteo de Joly y Knust insiste en una perspectiva mediterránea, los autores periodizan una "primera esclavitud" desde el surgimiento de las ciudades estado griegas, dejando afuera del análisis a todas las sociedades anteriores, como, por ejemplo, las de Egipto y Mesopotamia. Esta crítica ya ha sido señalada por Lewis (2018, p. 293) de manera general.

elementos propios de esas formas de explotación y no por su articulación con los restantes factores que intervienen en la organización de la producción en los diferentes sistemas económicos. En tal sentido, Joly y Knust revalorizan una perspectiva "macro" sobre una "micro", y se nutren de algunos de los planteos de Fynn-Paul (2021, p. 27), quien señala la existencia de "sistemas esclavistas" en la región del "Gran Mediterráneo" que une a través de "sistemas de comercio de esclavos" a muchos espacios, incluso muy lejanos, desde la antigüedad al siglo XX. Una perspectiva que, según mi criterio, a medida que se amplía en tiempo y espacio, está sujeta al potencial peligro de la pérdida progresiva de la especificidad. Deberíamos preguntarnos si la existencia de los sistemas de comercio esclavo de amplia escala, como señala el autor, siempre ocurrió de la misma forma o si tales sistemas respondieron a las mismas causalidades desde la antigüedad a la modernidad. Joly y Knust, por su parte, señalan que el abordaje que plantea Fynn-Paul permite analizar la interconexión de "los dos sistemas, el mediterráneo y el atlántico" a lo largo de los siglos. Y destacan,

Porém, o que está em jogo é uma história global da escravidão que não se prenda a comparações formais, mas que busque compreender que o mundo atlântico, e particularmente seu sistema escravista, deve ser visto como uma extensão de um "grande sistema escravista mediterrânico", pela formulação já mencionada de Fynn-Paul (Joly; Knust, aquí).

Sería preciso analizar qué implica la "extensión" del sistema atlántico a partir del mediterráneo sin estar ligado a las "comparaciones formales". A pesar de que los autores tienen en cuenta un artículo de Robin Blackburn sobre la cuestión, considero necesario insistir en las precauciones de este último cuando señala que el énfasis en la continuidad "do not identify what was new and distinctive about the racial slavery of the New World" (Blackburn, 1997, p. 65-66).¹⁹

Si bien resulta tentador volver sobre las similitudes entre el Atlántico y el Mediterráneo, lo cierto es que el desarrollo de la esclavitud en América se corresponde con características específicas, más allá de que allí reaparezcan elementos que anteriormente se presentaban en la esclavitud mediterránea. Según Ciro Cardoso (1982, p. 210):

Proceso nuevo en la historia, el esclavismo colonial americano no derivó, como el esclavismo antiguo, de un proceso normal de estructuración social, sino del trasplante violento y en proporciones inéditas, de poblaciones africanas heterogéneas, realizado paralelamente al sometimiento de los indios a la esclavitud, y todo esto en el marco de la creación rápida de un aparato productivo para la exportación. La sociedad esclavista colonial surgió como una consecuencia de la empresa exportadora, y se estructuró en función de las características y requerimientos de tal empresa, por consiguiente, ésta preexistió a la sociedad estructurada y condicionó su forma.

Dejo de lado el hecho de que en esta cita no es evidente para mí qué es lo que el autor entiende por un "proceso normal de estructuración social". No obstante, para Cardoso existe una situación histórica particular que explica la forma y el desarrollo de la esclavitud americana. Como ha señalado igualmente Enrique Tandeter (2015), el hecho colonial es un factor específico que explica características propias de las formaciones sociales

¹⁹ Conviene decir que los autores argumentan que "Não se trata aqui, obviamente, de sugerir que a economia imperial romana possa ter sido qualitativamente similar à economia-mundo capitalista do século XIX" (Joly; Knust, en este número). Cf. las interesantes conclusiones del artículo de Blackburn (1997, p. 101-102).

americanas. Señala así la necesidad de trabajar en la elaboración del concepto de "explotación colonial" como clave para producir los conceptos propios de las formaciones sociales coloniales americanas de la época de la acumulación originaria. De tal forma, según Tandeter (2015, p. 23-24):

Sólo así podremos resolver la aparentemente irresoluble paradoja del 'bloque en el poder', rentístico-intermediario (encomenderos o propietarios ausentistas, comerciantes, funcionarios, eclesiásticos) cuya impostación dominante frente a 'empresarios' y trabajadores, blancos pobres y comunidades indígenas, esclavos, dueños de esclavos y artesanos, es, como lo ha señalado Juan Carlos Garavaglia (1982), un punto clave. Construir ese objeto teórico implicará dar cuenta de la articulación de relaciones de producción diversas, de las alianzas y luchas de sus diferentes sectores, y compatibilizar el 'primado de la producción' (la americana, la de la metrópoli ibérica intermediaria, la del núcleo de Europa noroccidental en tránsito al capitalismo) con la esfera de la circulación, de hombres y de bienes, lugar propio de toda articulación.²⁰

En ese marco colonial, el lugar socioeconómico de la esclavitud responde a condiciones de existencia que no son comparables a la esclavitud antigua. Por otra parte, si bien la trata esclavista atlántica se encadena como un hecho global con las condiciones del naciente mercado capitalista europeo y con la incorporación de las tierras y los metales americanos a ese engranaje, las características del sistema socioeconómico esclavista colonial son específicas para cada una de sus distintas articulaciones locales en relación con sus respectivas metrópolis. Sobre situaciones similares insiste, por ejemplo, A. C. Rodrigues (2018, p. 262) al destacar una relación directa entre la esclavitud colonial brasilera y el comercio transatlántico, que no se presenta de igual manera en las regiones en las cuales la fuerza de trabajo indígena tuvo un rol central para la colonización. Esto indica que las fuerzas que operan para el funcionamiento y la organización de cada una de las "sociedades esclavistas" responde a situaciones y coyunturas propias que no se repiten necesariamente en otras temporalidades y localizaciones. La cuestión de la comprensión del funcionamiento socioeconómico de las formaciones sociales americanas en el marco del naciente sistema capitalista europeo ha dado lugar a un intercambio académico extraordinario y dinámico, que incluye también a los sistemas esclavistas coloniales como un aspecto central.²¹ Esta particularidad es propia de este periodo histórico y aspectos específicos de su complejidad aparecen reflejadas en la siguiente cita de Jairus Banaji (2010, p. 62):

It was precisely in the backward countries subjugated to world-economy as colonies that the process of the mediation of capitalist (value-producing)

²⁰ Véase ahora Banaji (2010, p. 68, n. 81) con algunas sugerencias sobre el tema.

²¹ La publicación editada por Garavaglia (1982), que recoge algunas respuestas a las ideas planteadas por A. Gunder Frank testimonia parte de ese proceso. Véase una historia detallada del debate en Schlez (2020). También Patterson (1979, p. 52-55), para quien "slavery in the Americas was part of the capitalist mode of production" (p. 54), opuesto a Genovese. Cf. Banaji (2010, p. 45-102), especialmente en p. 67-72. Véase también la posición de E. Genovese (1989, p. 13-39). Sin embargo, algunos de sus argumentos (eg.: "The South's greatest economic weakness was the low productivity of its labor force") fueron puestos en duda por Fogel y Engermann (1974, p. 191-257). El propio Genovese dice sobre su capítulo, en la introducción de su última edición: "I confess to liking 'The Slave South: An Interpretation' much more than I thought I would. For if I have to smile at its unqualified generalizations— its exaggerations— I would hone and modify its principal theses rather than subject them to radical alteration. The excellent scholarship of many colleagues during these last two decades compels all kinds of revisions— we would all be in bad shape were that not the case— but compel no retreat from fundamentals. The Old South, I believe more strongly than ever, must be understood as a historically discrete slave society, the basic tendencies of which were antibourgeois despite its being embodied in a capitalist world and world market" (Genovese, 1989, p. xvii).

relations of production by archaic ('precapitalist') forms of subjection of labour assumed historically unprecedented dimensions, while feudal relations of production figured predominantly in their pure form of commodity-feudalism.

La comparación con el mundo mediterráneo es factible, por supuesto, pero me pregunto si conviene señalar antes las generalidades o las especificidades. Según mi criterio una historia de la esclavitud no puede estar separada de sus existencias históricas, que son locales y particulares. Estas localizaciones, por supuesto, pueden variar enormemente, pero esas variaciones no dependen necesariamente de elementos ligados con la esclavitud, sino de la evolución histórica que ocurre en dichas formaciones sociales localizadas. La ampliación del radio en el cual son estudiadas las relaciones esclavistas depende entonces de las contingencias históricas que determinan que ciertas "historias locales" tengan un impacto mayor, y puedan ser tratadas, por lo tanto, como una "historia global". En el mundo antiguo esta globalización se corresponde con la expansión mediterránea del Imperio Romano y no obedece, en un principio, a lógicas internas propias del desarrollo de la esclavitud. En el mundo moderno la práctica de la esclavitud alcanza un grado supra local con el avance de los imperialismos europeos y la articulación atlántica de las relaciones económicas capitalistas. Entiendo que ambas lógicas esclavistas "globales" tienen causas desiguales y que, si bien es factible compararlas entre sí, las diferencias son tanto o más evidentes que las similitudes.

Finalmente, quisiera observar la cuestión de la vinculación mercantil que en general se presenta como la conexión necesaria entre los sistemas esclavistas, de acuerdo con las posiciones que estamos analizando. Para Joly y Knust (en este número):

Outra consequência deste argumento é a identificação da integração mercantil como elemento-chave para o processo de formação do sistema escravista mediterrânico. Cativos oriundos de sistemas epicóricos diversos de escravização passam a ser traficados através de diferentes territórios. Isso não significa uma homogeneização de todas as práticas escravistas dentro do sistema em torno da figura do "escravo-mercadoria", mas a articulação dentro de um sistema de diferentes práticas escravistas a partir de uma progressiva centralidade assumida neste sistema em construção pela figura do cativo mercantilizado.

En general, el papel del mercado y de las cadenas mercantiles se invoca prácticamente como un elemento omni-causal. Considero, por lo tanto, que vale la pena reflexionar en profundidad sobre el lugar del comercio en el análisis. Más allá de los planteos formalistas que encuentran en los mercados las causas de toda explicación, conviene adentrarse un poco más allá de este tipo de "evidencia", por decirlo irónicamente, y esto no significa negar el alcance de la circulación mercantil ni tampoco su incidencia en el abastecimiento de la mercancía humana.

Resulta claro que Joly y Knust no participan de las perspectivas formalistas, sin embargo, en cierta manera les otorgan a las cadenas mercantiles una existencia que pareciera entrar también en la categoría de "pancóricas", en el sentido de aparecer por encima de las formaciones sociales específicas -o sistemas "epicóricos" como son señalados-. Las cadenas mercantiles, las relaciones comerciales, los mercaderes, todos ellos "ligan" a los puntos de "producción" y "consumo" de esclavos. Pero los mercaderes, que son el vehículo del capital mercantil, no son un dato preexistente del "sistema esclavista", sino que son un emergente social de determinadas condiciones económicas propias de ciertas formaciones sociales. Para que exista el capital mercantil es necesario

que antes ocurra un proceso de acumulación de plusvalor en manos de una clase mercantil. Esta cuestión ha sido objeto de estudios exhaustivos para el caso del surgimiento del capitalismo y Marx incluyó un capítulo general sobre sus condiciones históricas en *El capital*.²² Para Marx, la sumisión del capital comercial al capital industrial progresa en la medida en que se desarrolla la producción capitalista. Sin embargo, antes de que esta última se organice plenamente el capital comercial se encuentra separado de la esfera de la producción.²³ Si bien el propio Marx plantea que "los pueblos comerciales de la Antigüedad existían, como los dioses de Epicuro, en los intersticios del mundo o, por mejor decir, como los judíos en los poros de la sociedad polaca" (Marx, 1982, p. 319), habría que precisar de manera adecuada cuáles eran, en cada caso, los polos ligados por el capital comercial y cuáles las necesidades que tal comercio satisfacía, especialmente para el caso de lo que Joly y Knust (2024) presentan como "segunda esclavitud" para el Mediterráneo, retomando el concepto utilizado para la esclavitud atlántica.

En la dinámica de expansión del Imperio Romano, el periodo que corre entre la segunda guerra púnica y la creación de la provincia romana de Asia (129 a.n.e.) es testigo de la constitución de una potencia mediterránea. En tal sentido, la dominación militar y la organización provincial ocurre un siglo antes del gobierno de Augusto. El fortalecimiento de la aristocracia terrateniente romana y su alianza con las aristocracias provinciales en beneficio de la absorción de recursos, expresados en la apropiación de metales, tierras, cosechas, animales y hombres, además de la imposición de tributos, explican el reforzamiento de las cadenas mercantiles, entre las cuales se encuentran las redes de traficantes de esclavos. No estamos aquí en presencia de un "pueblo comercial intermediario", como aparece más arriba en la cita de Marx, sino que se trata de redes de comercio propias de la sociedad romana. En ese marco, Joly y Knust plantean la existencia de dos tendencias contrapuestas en la construcción del sistema imperial romano:

uma que gira em torno da cadeia mercantil escravista e outra que gira em torno de um expansionismo militar muito pautado pelos conflitos políticos intra-aristocráticos romanos e uma dinâmica econômica mais tributária, menos dependente da cadeia mercantil escravista (Joly; Knust, en este número).

Aún cuando el análisis se organice desde la perspectiva de una historia de la esclavitud mediterránea, la afirmación anterior establece, según mi criterio, un desbalance entre dos factores que no son equivalentes: el modo de producción tributario romano y la cadena mercantil esclavista. En todo caso, la lógica de la dinámica de la circulación mercantil esclavista se puede explicar desde el funcionamiento de la totalidad económica tributaria, uno de cuyos fundamentos es la expansión y el dominio militar, y no a la inversa.

CONSIDERACIONES FINALES

Para cerrar esta presentación retomo muy brevemente las ideas centrales que he desarrollado en las dos partes del artículo. En la primera he defendido la perspectiva de un

²² Su título es "Algunas consideraciones históricas sobre el capital comercial" (Marx, 1983, III, p. 313-326). Véase el énfasis que pone Banaji (2010, p. 251-258, 273-276) en la historia del capital mercantil para explicar el surgimiento de las condiciones necesarias para el desarrollo del modo de producción capitalista. Algunas referencias breves al capital comercial romano en Banaji (2010, p. 128-130).

²³ "El desarrollo independiente y predominante del capital como capital comercial equivale a la no sumisión de la producción al capital y, por lo tanto, al desarrollo del capital a base de una forma social de producción ajena a él e independiente de él. El desarrollo independiente del capital comercial se halla, pues, en razón inversa al desarrollo económico de la sociedad" (Marx, 1983, III, p. 317).

uso más bien genérico para el término "sociedad esclavista". Según mi criterio, se entiende como "sociedades esclavistas" a todas las sociedades en las que se dan respuestas institucionales, es decir organizadas y sistemáticas, que apuntan a controlar y reproducir la existencia del fenómeno de la esclavitud. Las prácticas sociales relacionadas con la institución de la esclavitud pueden variar enormemente, sin embargo, eso no convierte a una sociedad en más o menos esclavista que otras. Por lo tanto, no tiene sentido mantener una diferencia categorial entre las "sociedades esclavistas" y las "sociedades con esclavos".

En segundo lugar, he destacado la necesidad de mantener una perspectiva "macro", que integre en su totalidad a todos los factores que contribuyen al funcionamiento de las sociedades esclavistas, en particular a aquellas que "producen" hombres que luego son "consumidos" por otras como esclavos. Sin embargo, he señalado la necesidad de entender a las prácticas esclavistas como un resultado histórico particular que se corresponde con las condiciones socioeconómicas propias de cada formación social. A partir del estudio de las condiciones económicas y sociales de cada formación social específica es que se podrá deducir la causalidad de la aparición, reproducción, alcance y características propias de la esclavitud. Finalmente, creo que es necesario destacar que la presencia de la esclavitud tiene consecuencias en el plano social no sólo por la voluntad y acción de los amos esclavistas, sino también por la resistencia y la acción de los esclavos como agentes de cambio.²⁴

REFERENCIAS

BANAJI, Jairus. *Theory as History. Essays on Modes of Production and Exploitation*. Leiden-Boston. 2010.

BLACKBURN, Robin. Slave exploitation and the elementary structures of enslavement. In: BUSH, M. L. (Ed.). *Serfdom and Slavery*. London-N. York: Longman. 1996. p. 158-180.

BRADLEY, Keith R. *Slavery and Society at Rome*. Cambridge. 1994.

BRUNT, Peter. *Italian Manpower*. Oxford: OUP. 1971.

CORNELL, Timothy. *Los orígenes de Roma c. 1000-264 a.C.* Barcelona: Crítica. 1999.

DE LIGT, Luuk. *Peasants, Citizens and Soldiers. Studies in the Demographic History of Roman Italy, 225 BC – AD 100*. Cambridge: CUP. 2012.

DE LIGT, Luuk; NORTHWOOD Simon (eds.). *People, land and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC–AD 14*, Leiden: Brill. 2008.

FINLEY, Moses I. *La economía de la antigüedad*. México: FCE. 1974.

FINLEY, Moses I. *Esclavitud antigua e ideología moderna*. Barcelona: Crítica. 1982.

FOGEL, Robert W.; ENGERMAN, Stanley L. *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*. New York – London: W.W. Norton & Company. 1989 [1974].

²⁴ Un aspecto sobre el cual insisten, de muy diversas maneras, autores como Vlassopoulos (2021), García Mac Gaw (2015a), Genovese (1974), entre otros.

FRANK, Tenney. Roman census statistics from 225 to 28 B.C. *Classical Philology*, 19, p. 329-341, 1924.

FYNN-PAUL, Jeff. The Greater Mediterranean Slave Trade. In: PERRY, C.; ELTIS, D.; ENGERMAN, S.; RICHARDSON, D. (org.). *The Cambridge World History of Slavery*, Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press. 2021. p. 27-52.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Introducción. In: ASSADOURIAN, C. S.; SANTANA CARDOSO, C. F.; CIAFARDINI, H.; GARAVAGLIA, J. C.; LACLAU, E. *Modos de producción en América Latina*, Cuadernos de Pasado y Presente, 40. México: SXXI, 1982. p. 7-21.

GARCÍA MAC GAW, Carlos. La economía esclavista romana. Reflexiones sobre conceptos y cuestiones de números en la historiografía del esclavismo. In: FORNIS, C.; GALLEGOS, J.; LÓPEZ BARJA, P. y VALDÉS, M. (eds.). *Dialéctica histórica y compromiso social. Homenaje a Domingo Plácido*, Vol. 2. Zaragoza: Librerías Pórtico. 2010. p. 631-646. [Traducción al portugués: A economia escravista romana. Reflexões sobre conceitos e questões de números na historiografia do escravismo. In: BASTOS, DAFLON, M. J. E. y otros (eds.). *O pré-capitalismo em perspectiva. Estudos em homenagem ao Prof. Ciro F. S. Cardoso*. Rio de Janeiro. 2015]

GARCÍA MAC GAW, Carlos. Revueltas esclavas y espacios simbólicos de libertad. In: BELTRÁN, A.; VALDÉS GUÍA M.; SASTRE I. (dir.). *Los espacios de la esclavitud y la dependencia en la antigüedad. Homenaje al Dr. Domingo Plácido, XXXV Coloquio del GIREA, Madrid, 28 al 30 de noviembre de 2012*. Besançon. 2015a. p. 327-349.
https://www.persee.fr/doc/girea_0000-0000_2015_act_35_1_1312

GARCÍA MAC GAW, Carlos. The Slave Roman Economy and the Plantation System. In: DA GRACA, L. y ZINGARELLI, A. (eds.). *Studies on pre-capitalist modes of production*. Leiden-Boston: Brill Ed. 2015b. p. 77-111.

GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York. 1974.

GENOVESE, Eugene. The Slave South: An Interpretation. In: GENOVESE, E. *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economy & Society of the Slave South*, 2nd. Ed. with a new introduction. Middletown (Connecticut): Wesleyan University Press. 1989. p. 13-39.

HARPER, Kyle; SCHEIDEL, Walter. Roman Slavery and the Idea of "Slave Society". In: LENSKI, N.; CAMERON, C. (eds.). *What Is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge. 2018. p. 86-105.

HOPKINS, Keith. *Conquerors and slaves. (Sociological studies in Roman history)*. Cambridge. 1978.

KRON, Geoffrey. The Augustan Census Figures and the Population of Italy. *Athenaeum*, 93.2, p. 441-495, 2005.

LAUNARO, Alessandro. *Peasants and Slaves. The Rural Population of Roman Italy (200 BC to AD 100)*. Cambridge: CUP. 2011.

LENSKI, Noel. Framing the Question: What Is a Slave Society? In: LENSKI, N.; CAMERON, C. (eds.). *What Is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: CUP. 2018. p. 15-60.

LEWIS, David M. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: OUP. 2018.

LO CASCIO, Elio. The Size of the Roman Population: Beloch and the Meaning of the Augustan Census Figures. *Journal of Roman Studies*, 84, p. 23-40, 1994.

LO CASCIO, Elio. Recruitment and the Size of the Roman Population from the Third to the First Century BCE. In: SCHEIDEL, W. (ed.). *Debating Roman Demography*. Leiden-Boston-Köln. 2001. p. 111-138.

LO CASCIO, Elio. Roman Census Figures in the Second Century BC and the Property Qualification of the Fifth Class. In: DE LIGT, Luuk; NORTHWOOD Simon (eds.). *People, land and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC–AD 14*, Leiden: Brill. 2008. p. 239-256.

MARX, Karl. *El capital*, 3 Vols., Trad. de W. Roces. México: FCE. 1982.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*, Vol. I-III. México: SXXI. 2007.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropología de la esclavitud. El vientre de hierro y dinero*. Madrid: SXXI. 1990.

PATTERSON, Orlando. On Slavery and Slave Formations. *New Left Review*, 117, p. 31-67, 1979.

PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death. A Comparative Study*. Massachusetts-London. 1982.

RATHBONE, Dominique. The development of agriculture in the *Ager Cosanus* during the Roman Republic: problems of evidence and interpretation. *Journal of Roman Studies*, 71, p. 10-23, 1981.

RODRIGUES, Aldair C. The Colonial Brazilian “Slave Society”: Potentialities, Limits, and Challenges to an Interpretative Model Inspired by Moses Finley. In: LENSKI, N.; CAMERON, C. (eds.). *What Is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: CUP. 2018. p. 251-271.

ROSENSTEIN, Nathan. *Rome at war: farms, families, and death in the Middle Republic*, Chapel Hill-London. 2004.

SANTANA CARDOSO, Ciro F. El modo de producción esclavista colonial en América. In: ASSADOURIAN, C. S.; SANTANA CARDOSO, C. F.; CIAFARDINI, H.; GARAVAGLIA, J. C.; LACLAU, E. *Modos de producción en América Latina*, Cuadernos de Pasado y Presente, 40. México: SXXI, 1982. p. 193-242.

SCHEIDEL, Walter. Progress and problems in Roman demography. In: SCHEIDEL, W. (ed.). *Debating Roman Demography*. Leiden-Boston-Köln. 2001. p. 1-81.

SCHEIDEL, Walter. Human Mobility in Roman Italy, II: The Slave Population. *Journal of Roman Studies*, 95, p. 64-79, 2005.

SCHEIDEL, Walter. Roman Population Size: The Logic of Debate. In: DE LIGT, Luuk; NORTHWOOD Simon (eds.). *People, land and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC–AD 14*, Leiden: Brill. 2008a. p. 18-70.

SCHEIDEL, Walter. Demography. In: SCHEIDEL, W.; MORRIS, I.; SALLER, R. (eds.). *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*. Cambridge: CUP. 2008b. p. 38-86.

SCHLEZ, M. Modos de producción en América Latina. Un mapa para un debate permanente. In: MARCHENA, J. et al. (eds.). *El debate permanente*. Ariadna Ediciones. 2020. Disponible en <https://books.openedition.org/ariadnaediciones/3909>. Acceso: 8/10/2024.

TANDETER, Enrique. Sobre el análisis de la dominación colonial. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Tercera serie, 43 (2do sem.), p. 17-30, 2015. [1ª Ed. en *Desarrollo Económico*, Vol. 16, número 61, Buenos Aires, abril-junio de 1976].

VLASSOPOULOS, Kostas. *Historising Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2021.

WISEMAN, Peter. The census in the first century B.C. *Journal of Roman Studies*, 59, p. 59-75, 1969.

NOTAS DE AUTOR

AUTORÍA

Carlos Garcia Mac Gaw: Profesor (añadir), Universidad Nacional de La Plata, Instituto o Departamiento (Añadir), La Plata, Argentina.

DIRECCIÓN PARA LA CORRESPONDENCIA

Añadir.

ORIGEN DEL ARTÍCULO

No se aplica.

AGRADECIMIENTOS

No se aplica.

CONTRIBUCIÓN DE LA AUTORÍA

Concepción del estudio, recolección de datos, análisis de los datos, discusión de los resultados, revisión y aprobación: Carlos Garcia Mac Gaw.

FINANCIAMIENTO

No se aplica.

CONSENTIMIENTO PARA USAR IMÁGENES

No se aplica.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA EN INVESTIGACIÓN

No se aplica.

CONFLICTO DE INTERESES

No hay conflicto de intereses.

PREPRINT

El artículo no es un preprint.

LICENCIA DE USO

© Carlos García Mac Gaw. Este artículo está licenciado bajo la Licencia Creative Commons CC-BY Internacional 4.0. Con esta licencia se puede compartir, adaptar y crear material para cualquier objetivo, siempre que se le atribuya la autoría.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de revistas de la UFSC. Las ideas expresadas en este artículo son de responsabilidad de sus autores, no representando necesariamente la opinión de los editores o de la universidad.

EDITOR

Fabio A. Morales.

HISTORIA

Recepción: 19 de noviembre de 2024.

Aprobación: 18 de diciembre de 2024.

Como citar: GARCÍA MAC GAW, Carlos. Aportes para una discusión sobre las sociedades mediterráneas antiguas. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 440-457, 2024.



A PLURALIDADE DOS TEMPOS DA ESCRavidÃO ANTIGA E A DA ESCRavidÃO MODERNA: AS TEMPORALIDADES DO SISTEMA ESCRAVISTA MEDITERRÂNICO SOB A PERSPECTIVA DOS SISTEMAS ATLÂNTICOS E DA SEGUNDA ESCRavidÃO

The Plurality of the Times of Ancient Slavery and Modern Slavery: The Temporalities of the Mediterranean Slave System from the Perspective of the Atlantic Systems and the Second Slavery

Marcelo Ferraro ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-6251-1565>

E-mail: marcelo.ferraro@unirio.br

^a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY**

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre a pluralidade dos tempos da escravidão antiga e da escravidão moderna, a partir do diálogo entre os modelos teóricos do Sistema Escravista Mediterrânico, dos Sistemas Atlânticos e da Segunda Escravidão. Em primeiro lugar, esse artigo revisita a interpretação de Fábio Duarte Joly e José Ernesto Knust sobre as temporalidades da escravidão mediterrânica à luz das perspectivas teóricas e metodológicas da historiografia da escravidão atlântica, com destaque para os estudos de Dale Tomich e Rafael Marquese. O principal objetivo desse texto consiste em expandir o debate proposto por Joly e Knust de modo a incluir as contribuições recentes da historiografia sobre as dimensões políticas, jurídicas e ideológicas da Segunda Escravidão (Atlântica) e avaliar sua interface com a Segunda Escravidão Mediterrânica.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão Mediterrânica. Escravidão Atlântica. Pluralidade dos Tempos Históricos.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on the plurality of the times of ancient and modern slavery, based on the dialogue between the theoretical models of the Mediterranean Slavery System, the Atlantic Systems and the Second Slavery. First, this article revisits the interpretation of Fábio Duarte Joly and José Ernesto Knust on the temporalities of Mediterranean slavery in light of the theoretical and methodological perspectives of the historiography of Atlantic slavery, with emphasis on the studies of Dale Tomich and Rafael Marquese. The main objective of this text is to expand the debate proposed by Joly and Knust in order to include the recent contributions of historiography on the political, legal and ideological dimensions of the Second (Atlantic) Slavery and to evaluate its interface with the Second Mediterranean Slavery.

KEYWORDS

Mediterranean Slavery. Atlantic Slavery. Plurality of Historical Times.



Em seu artigo propositivo e ambicioso, Fábio Duarte Joly e José Ernesto Knust enfrentam historiadores e interpretações canônicos sobre a escravidão no Mediterrâneo Antigo para propor uma nova abordagem de pretensões sistêmicas e globais. Os autores partem do questionamento aos limites do conceito de “sociedade escravista”, de Moses Finley, para em seguida divergirem de seus críticos, cujas reformulações não superaram a perspectiva fragmentária das experiências do cativo na Antiguidade. Ao privilegiarem o caráter integrador do conceito “sistema escravista”, elaborado por historiadores como William Westerman e Jeff Fynn-Paul, Joly e Knust propõem um novo modelo interpretativo: o Sistema Escravista Mediterrânico. Essa unidade de análise transcende espacialmente o Mar Mediterrâneo ao integrar a Europa, o Norte da África, o Oriente Médio e a Ásia Menor, e se estende temporalmente do século IX a.C. à crise do Império Romano. Os autores descrevem uma unidade sistêmica de longa duração, travejada por duas temporalidades distintas: a Primeira Escravidão Mediterrânica, originada com cidades-estado como Atenas e Roma e que se desdobrou em uma Segunda Escravidão Mediterrânica a partir do século I a.C, com a transição da República para o Império Romano (Joly; Knust, neste número).

O modelo proposto por Joly e Knust privilegia a unidade e a integração entre as experiências particulares do escravismo mediterrânico sem perder de vista a dinâmica das transformações locais e estruturais ao longo do tempo. Para além de suas vantagens para a historiografia da escravidão na Antiguidade, essa perspectiva revela interconexões entre dois sistemas-mundo pertencentes a tempos distintos, o Mediterrâneo Antigo e o Atlântico Moderno. Nesse sentido, Joly e Knust estabelecem um chão comum para o diálogo entre especialistas no escravismo mediterrânico, intelectuais do sistema-mundo como Immanuel Wallerstein e historiadores da escravidão nas Américas como Dale Tomich. Sendo membro desse último grupo, tenho mais a aprender com Joly e Knust sobre o cativo no Grande Mediterrâneo, mas aceito o convite para o diálogo sobre a pluralidade dos tempos da escravidão antiga e da escravidão moderna (Wallerstein, 1993; Wallerstein, 2001; Tomich, 2011).

OS TEMPOS DA ESCRAVIDÃO ATLÂNTICA

Assim como ocorreu na historiografia da escravidão no Mediterrâneo Antigo, os estudos sobre a escravidão atlântica variaram entre perspectivas fragmentárias e integradoras. Inspirados no marxismo, intelectuais latino-americanos e caribenhos interpretaram o colonialismo e a escravidão nas Américas como experiências que compuseram a acumulação primitiva (ou originária) de capital. Em “Capitalismo e Escravidão”, Eric Williams apresentou a sua dupla tese, argumentando que o tráfico transatlântico de africanos e a escravidão colonial no Caribe contribuíram para o desenvolvimento econômico que acarretou na Revolução Industrial na Grã-Bretanha, e que, por sua vez, a expansão do capitalismo industrial universalizou gradualmente a forma de trabalho assalariado e comprometeu o futuro do tráfico e do cativo nas Américas. Inspirado em Williams, Fernando Novais desenvolveu o modelo do Antigo Sistema Colonial, transcendendo as fronteiras do Império Britânico para integrar as economias (e a escravidão) de todo o continente americano às malhas que levaram ao acúmulo primitivo de capital na Europa Moderna. A perspectiva de Novais expandiu o escopo espacial das teses de Williams para propor uma história atlântica do colonialismo, da escravidão colonial e do capitalismo. E assim como o intelectual caribenho, ele homogeneizou o tempo do colonialismo, compreendendo mais de três séculos como uma unidade temporal (Williams, 2012; Novais, 1979).

Uma alternativa foi proposta por Sidney Mintz, que descreveu o Atlântico como um espaço geográfico unificado, mas conformado por ritmos temporais distintos. Uma abordagem semelhante foi elaborada por Robin Blackburn em sua interpretação sobre a formação do escravismo no Novo Mundo. O historiador britânico diferenciou a experiência originária do colonialismo português e espanhol do avanço de seus sucessores holandeses, franceses e ingleses, por meio das categorias “escravidão barroca” e “escravidão comercial ou moderna”. Blackburn atribuiu características distintas ao cativo durante esses dois momentos do colonialismo nas Américas e do desenvolvimento econômico da Europa. Mais recentemente, Rafael Marquese, Tâmis Parron e Marcia Berbel endossaram em parte a diferenciação proposta por Blackburn, mas criticaram seu prisma arcaico/moderno. Os historiadores brasileiros descreveram a formação de dois sistemas atlânticos, o primeiro inaugurado pelos ibéricos entre os séculos XV e XVI e o segundo construído pelos países do noroeste europeu a partir do século XVII, compreendidos como duas estruturas temporais que compuseram momentos distintos no processo de formação da modernidade e do capitalismo histórico. Assim, ambos os modelos divergem do tempo homogêneo de Novais para descrever o Atlântico colonial como um espaço único travejado por duas temporalidades (Blackburn, 2003; Berbel; Marquese; Parron, 2010; Tomich, 2004).

Uma das inspirações de Marquese, Parron e Berbel foram os estudos de Dale Tomich e sua perspectiva da Segunda Escravidão. Ao visitar os debates sobre capitalismo e escravidão, Tomich divergiu da segunda tese de Williams, referente ao capitalismo industrial como força motriz da abolição nas Américas. Por meio de análise sistêmica e dialética da escravidão atlântica durante a Era das Revoluções, Tomich argumentou que a crise da escravidão em regiões como o Caribe britânico e francês foi contemporânea do avanço de novas fronteiras agrícolas escravistas no Sul dos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil, que atenderam às demandas do mercado mundial por commodities como o algodão, o açúcar e o café após a Revolução Industrial. Essas economias escravistas atingiram índices inéditos de produtividade e de massificação do trabalho de africanos e afrodescendentes cativos na virada para o século XIX, em sintonia com os ritmos do capital. Em outros termos, o advento do capitalismo industrial pode ter contribuído simultaneamente para o declínio da escravidão colonial e para o início de uma nova era do cativo nas Américas (Tomich, 2011).

Analisados de forma integrada, os modelos mencionados convergem ao compreenderem a escravidão atlântica como uma experiência integradora das experiências particulares do cativo nas Américas, sem perder de vista suas transformações ao longo dos séculos. Às duas temporalidades do escravismo colonial se soma um novo tempo na passagem para o século XIX, de modo que a Segunda Escravidão de Tomich pode ser compreendida como uma *Terceira* à luz da interpretação de Marquese, Parron e Berbel. É preciso notar, contudo, que esses tempos da escravidão atlântica não devem ser compreendidos como balizas ou cronologias rígidas e estáticas, mas como processos históricos complexos e dinâmicos que coexistem e se sobrepõem uns aos outros, conforme as concepções sobre os tempos históricos de intelectuais como Fernand Braudel e Reinhart Kosellek. Afinal, o Sistema Atlântico Ibérico foi contemporâneo da emergência e ascensão do Sistema Atlântico do Noroeste Europeu, ambos se condicionando mutuamente. E ao entrarem em crise, testemunharam simultaneamente as primeiras independências e abolições e formação de uma Segunda (ou Terceira) temporalidade da escravidão nas Américas. É na dimensão da pluralidade e dos estratos do tempo que jaz uma das principais contribuições desses historiadores para o estudo da escravidão atlântica na longa duração.¹

¹ Sobre a pluralidade dos tempos da escravidão atlântica, ver MARQUESE, Rafael & SILVA JÚNIOR, Waldomiro da. “Tempos Históricos Plurais: Braudel, Kosellek e o Problema da Escravidão Negra nas Américas.” *História Da Historiografia*, V. 11, 2008, pp. 44-81. Ver ainda KOSELLECK, Reinhart. *Extratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio

OS TEMPOS DA ESCRAVIDÃO MEDITERRÂNICA À LUZ DA ESCRAVIDÃO ATLÂNTICA

Essa longa digressão se faz necessária para pontuar os pontos de convergência e divergência entre as temporalidades da escravidão atlântica e do Sistema Escravista Mediterrâneo. Segundo Joly e Knust, a Primeira Escravidão Mediterrânea teve início no século IX a.C. e se caracterizou por regimes de cidadania que demarcavam zonas de não escravização e pelo expansionismo que configurou zonas de escravização de populações estrangeiras, assim como pela formação de cadeias mercantis escravistas, sob as hegemonias consecutivas de Atenas, Macedônia e Roma. A Segunda Escravidão Mediterrânea foi um desdobramento da primeira que emergiu a partir do século I. a.C., quando o Império Romano se consolidou, promoveu guerras e conquistas que constituíram novas zonas de escravização e cadeias mercantis escravistas e estabeleceu um novo aparato institucional e jurídico para a legitimação e administração do cativo. Nesse sentido, a transição decorreu de transformações quantitativas e qualitativas de ordem geográfica, econômica e político-jurídica, que sobrepujaram uma nova temporalidade à primeira era da escravidão no Grande Mediterrâneo (Joly; Knust, neste número).

Em seu artigo, Joly e Knust tratam abertamente de sua inspiração na perspectiva da Segunda Escravidão de Dale Tomich, compreendida por eles como o processo de formação de novas zonas de produção escravista como parte de um ciclo histórico distinto de expansão econômica e geográfica da economia-mundo capitalista na virada para o século XIX. Como argumentam os autores, seu modelo não tem por objetivo estabelecer um paralelo entre a Segunda Escravidão Atlântica e a Mediterrânea, e tampouco entre a economia-mundo capitalista do século XIX e a economia imperial romana (que inclusive definem como um império tributário). É a metodologia da comparação incorporada (ou substantiva), desenvolvida por Tomich e elaborada teoricamente por Philip McMichael, que lhes convém, por considerar particularidades e universalidades, sincronias e diacronias, em uma escala global, por meio de uma análise da totalidade como construção metódica a partir da análise integrada de suas partes (McMichael, 1990).

Ao se aventurarem por uma história global da escravidão, Joly e Knust repisam os passos de Rafael Marquese e endossam o argumento de que a comparação substantiva de regiões escravistas distintas não deve tratá-las como externas ou independentes entre si, mas como momentos particulares de um processo histórico unificado de longa duração. Foi essa perspectiva teórica e metodológica que permitiu a Tomich e Marquese compreender o escravismo atlântico como uma unidade travejada por dois ou três ritmos temporais entre os séculos XVI e XIX. Da mesma forma, Joly e Knust compararam substantivamente os regimes escravistas particulares do Mediterrâneo Antigo, interpretando-os como momentos distintos de um único processo histórico, como partes de uma mesma totalidade, atravessada por duas temporalidades desde a sua emergência junto no século IX a.C. até a sua desagregação com a crise do Império Romano (Marquese, 2019).

de Janeiro: Contraponto, 2014; KOSELLECK. Reinhart *Futuro Passado: Contribuições à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006; BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*. 2 Volumes. São Paulo: Edusp, 2016; e BRAUDEL, Fernand. "História e Ciências Sociais: A Longa Duração". In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978a [1958], p. 41-77.



A SEGUNDA ESCRAVIDÃO MEDITERRÂNICA E A HISTORIOGRAFIA DA SEGUNDA ESCRAVIDÃO

Até aqui, o diálogo proposto por Joly e Knust se circunscreveu às aproximações teóricas e metodológicas entre o modelo do Sistema Escravista Mediterrânico e a perspectiva da Segunda Escravidão, inclusive na importância atribuída à geografia e à economia política do cativo. Mas é possível ir além. Em sua formulação original, Tomich sustentou seu argumento nas transformações econômicas do escravismo atlântico, atento à integração das novas fronteiras agrícolas escravistas ao mercado mundial pós-Revolução Industrial. Ainda que Tomich tenha concluído seu artigo programático com uma breve menção ao papel das classes senhoriais junto às instituições de Estado, foram historiadores brasileiros que transcenderam o caráter eminentemente econômico da Segunda Escravidão para abarcar as dimensões sociais, políticas e ideológicas do fenômeno.

Os estudos pioneiros de Rafael Marquese identificaram a construção de novos saberes e práticas agrônomicas no Vale do Paraíba, no Vale do Mississippi e em Matanzas, assim como novos repertórios discursivos de fazendeiros, letrados e estadistas que adentraram a esfera pública e as instituições públicas do Império do Brasil, da República dos Estados Unidos e do Império Espanhol. Ricardo Salles privilegiou a articulação política dos cafeicultores do Vale do Paraíba dentro dos quadros do Estado Imperial brasileiro. Essa agenda se desdobrou em pesquisas sobre o papel da imprensa, do parlamento, do judiciário e das relações internacionais nos três países. Merecem destaque os estudos de Tâmis Parron, Alain El Youssef e Waldomiro Lourenço da Silva Junior, que cunharam novas categorias analíticas como a “política da escravidão” e o “direito escravista” que revelaram mudanças estruturais na relação entre o cativo e instituições políticas, jurídicas e ideológicas na virada para século XIX.²

Assim, a historiografia brasileira da Segunda Escravidão transcendeu a esfera da produção e os circuitos mercantis e financeiros da economia-mundo capitalista para incorporar o liberalismo como ideologia e as instituições políticas e jurídicas liberais a essa perspectiva teórica. De modo similar, Joly e Knust não circunscreveram a Segunda Escravidão Mediterrânica às transformações econômicas e geográficas (expansão de cadeias mercantis e zonas de escravização) ocorridas a partir do século I a.C., pois ressaltaram a importância da construção de um novo aparato institucional e jurídico pelo Império Romano para a emergência dessa nova temporalidade. Assim como Joly e Knust convidaram os historiadores da Segunda Escravidão ao debate, retribuo o convite para expandirmos os marcos do diálogo para além da matriz original de Tomich. Quais seriam os fundamentos ideológicos da Segunda Escravidão Mediterrânica e como eles se diferenciam da Primeira? Para além de formação de novas cadeias mercantis, houve transformações relevantes na esfera da produção, como novos saberes e práticas agrônomicas e de gestão dos trabalhadores escravizados? A despeito das profundas

² MARQUESE Rafael. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente: Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; SALLES, Ricardo. *E o Vale era Escravo, Vassouras, Século XIX, Senhores e Escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; PARRON, Tâmis. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; e do mesmo autor *A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2015; YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016; e do mesmo autor *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2019; e SILVA JUNIOR, Waldomiro da. *Entre a Escrita e a Prática: Direito e Escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2015. Ver ainda SOARES, Rodrigo Goyena. “Benefícios e Limites da Segunda Escravidão como Método para uma Razão Dialética.” In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. (Org.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica*. 1ed. São Leopoldo: Casa Leiria / CNPq, 2020, p. 223-241; e FERRARO, Marcelo. *A Economia Política da Violência na Era da Segunda Escravidão: Brasil e Estados Unidos, Século XIX*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2021.

diferenças entre os regimes de cidadania e as instituições estatais dos séculos I a.C e XIX d.C., houve uma política da escravidão no Império Romano? Como se relacionam o direito escravista romano e o direito escravista nas Américas?

A última pergunta abre um outro campo fértil a esse debate historiográfico. Durante a montagem de seus sistemas coloniais, os ibéricos recorreram ao direito romano para construir os aparatos normativos que regularam a escravização de indígenas e africanos nas Américas. A influência do direito escravista ibérico repercutiu no colonialismo francês e em menor grau nas experiências de holandeses e ingleses. A construção do direito escravista inglês viria a divergir em parte desse precedente devido à tradição da *common law* britânica e ao papel legislativo atribuído às assembleias coloniais. Mas mesmo nesse caso, institutos dos direitos romano e ibérico foram incorporados, principalmente no início da colonização do Caribe e da América do Norte. A partir da Era das Revoluções, os princípios iluministas e liberais inspiraram o movimento constitucionalista e codificador, mas a influência do direito romano persistiu nos países de tradição civilista, inclusive no direito escravista hispano-cubano e brasileiro durante o século XIX. Ao analisarmos as bases normativas e jurídicas da Segunda Escravidão Mediterrânea, dos Sistemas Atlânticos e da Segunda Escravidão identificamos uma relação de continuidade, ainda mais promissora em termos historiográficos. Joly e Knust reconheceram esse potencial ao citarem a interpretação de Waldomiro Lourenço da Silva Junior sobre o papel do direito romano na conformação de uma *cultura jurídica-mundo* que serviu de base à montagem da escravidão atlântica. Assim como o direito, outras instituições conectam o escravismo mediterrânico ao atlântico e merecem ser investigados na longa duração.³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo de Joly e Knust também se encontra na sobreposição entre dois tempos. O modelo do Sistema Escravista Mediterrânico é o resultado de duas trajetórias acadêmicas dedicada aos estudos sobre o cativo na Antiguidade e, ao mesmo tempo, estabelece um marco historiográfico com potencial não apenas para revigorar esse campo, mas para construir pontes com os especialistas no escravismo atlântico. Após décadas de avanço da história social e da micro-história da escravidão, os eventos que marcaram o início do século XXI convenceram uma nova geração de historiadores a voltarem os olhos para as dimensões estruturais do cativo e a privilegiarem recortes especiais e temporais mais ambiciosos. Assim como a perspectiva da Segunda Escravidão provocou divergências e contribuiu uma renovação nos estudos sobre o cativo nas Américas, o modelo do Sistema Escravista Mediterrânico tende a promover debates acalorados e novas agendas de pesquisa. Mais do que isso. Em tempos de hiperespecialização de parte dos historiadores, enquanto outros se valem da categoria “global” de forma esvaziada ou mercadológica, Joly e Knust nos encorajam a pensar uma história substantivamente global da escravidão na longuíssima duração.

³ Sobre a relação entre o direito romano e o direito escravista ibérico colonial, ver SILVA Jr., Waldomiro L. da. *História, Direito e Escravidão: A Legislação Escravista no Antigo Regime Ibero-Americano*. São Paulo: Annablume, 2013; e PEREIRA, Paulo H. R. *Partus Sequitur Ventrem: Uma História da Construção, Consolidação e Crise do Domínio sobre o Ventre Escravizado nas Américas*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Sobre o direito escravista hispano-cubano e o direito escravista imperial brasileiro, ver SILVA Jr., Waldomiro da. *Entre a Escrita e a Prática: Direito e Escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Com relação ao direito escravista penal no Império do Brasil e no Sul dos Estados Unidos, ver FERRARO, Marcelo. *A Economia Política da Violência na Era da Segunda Escravidão: Brasil e Estados Unidos, Século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Sobre o conceito da Cultura-Jurídica-Mundo, ver SILVA Jr., Waldomiro da. A Unidade do Escravismo Atlântico por sua Cultura Jurídica-Mundo. *Varia História*, v. 40, 2024. (prelo).

A pluralidade dos tempos históricos é o caminho. A construção de modelos sistêmicos ou globais carrega consigo o risco da imposição de teorias coerentes a processos históricos dinâmicos e contraditórios. É na dimensão do tempo que jaz o segredo do ofício do historiador. Mas não o tempo linear. São os múltiplos extratos do tempo que revelam as teias dos fenômenos históricos. O Sistema Escravista Mediterrânico e o Sistema Escravista Atlântico não consistem em totalidades estáticas que se impõem a suas partes. Pelo contrário. Foi a comparação substantiva entre suas partes em movimento que revelou aos historiadores aqui mencionados a existência do todo e a sobreposição de seus ritmos temporais. A formação desses sistemas e suas temporalidades lhes foi apreensível apenas na longa duração, e é na longa duração, ainda mais longa, que podem ser construídas as pontes entre história e a historiografia da escravidão antiga e da escravidão moderna. Retribuo o convite ao diálogo, e que permaneça aberto.

REFERÊNCIAS

- BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política*, Brasil e Cuba, c.1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo, do Barroco ao Moderno, 1492-1800*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. 2 Volumes. São Paulo: Edusp, 2016.
- BRAUDEL, Fernand. "História e Ciências Sociais: A Longa Duração". In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978a [1958], p. 41-77.
- FERRARO, Marcelo. *A Economia Política da Violência na Era da Segunda Escravidão: Brasil e Estados Unidos, Século XIX*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2021.
- JOLY, Fábio Duarte e KNUST, José Ernesto. *Escravidão Antiga em Perspectiva Mediterrânica: Uma Proposta de Abordagem Global*. *Revista Esboços*, 2024.
- KOSELLECK, Reinhart. *Extratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuições à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MARQUESE, Rafael; SILVA Jr., Waldomiro da. Tempos Históricos Plurais: Braudel, Koselleck e o Problema da Escravidão Negra nas Américas. *História Da Historiografia*, v. 11, p. 44-81, 2008.
- MARQUESE, Rafael. A História Global da Escravidão Atlântica: Balanço e Perspectivas. *Esboços*, v. 26, n. 41, p. 14-41, 2019.
- MARQUESE Rafael. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente: Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MCMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PARRON, Tâmis. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PARRON, Tâmis. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2015.

PEREIRA, Paulo H. R. *Partus Sequitur Ventrem: Uma História da Construção, Consolidação e Crise do Domínio sobre o Ventre Escravizado nas Américas*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2022.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era Escravo, Vassouras, Século XIX, Senhores e Escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA Jr., Waldomiro L. da. *Entre a Escrita e a Prática: Direito e Escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2015.

SILVA Jr, Waldomiro L. da. *História, Direito e Escravidão: A Legislação Escravista no Antigo Regime Ibero-Americano*. São Paulo: Annablume, 2013.

SILVA Jr., Waldomiro L. da. A Unidade do Escravismo Atlântico por sua Cultura Jurídica-Mundo. *Varia História*, v. 40, 2024.

SOARES, Rodrigo G. Benefícios e Limites da Segunda Escravidão como Método para uma Razão Dialética. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.) *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria/CNPq, 2020. p. 223-241.

TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

TOMICH, Dale. O Atlântico como Espaço Histórico. *Estudos Afro-Asiáticos*, v., 26, n. 2, p. 221-240, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno I*. Porto: Afrontamento, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016.

YOUSSEF, Alain El. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2019.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Marcelo Ferraro: Doutor em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Pasteur, 458, Prédio José de Anchieta, 20 andar, sala 204, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Marcelo Ferraro.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Marcelo Ferraro. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de novembro de 2024.

Aprovado em: 18 de dezembro de 2024.

Como citar: FERRARO, Marcelo. A pluralidade dos tempos da escravidão antiga e da escravidão moderna: as temporalidades do sistema escravista mediterrânico sob a perspectiva dos sistemas atlânticos e da segunda escravidão. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 458-467, 2024.





A ÁFRICA ROMANA E A ESCRAVIDÃO: EM BUSCA DE UMA PERSPECTIVA MEDITERRÂNICA

Roman Africa and Slavery: Towards a Mediterranean Perspective

Filipe Noé da Silva ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5075-0131>

E-mail: fnd.silva@udesc.br

^a Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

DEBATE
ES CRAVIDÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

RESUMO

Com o intuito de contribuir com o debate referente ao conceito de “sociedade escravista”, outrora proposto pelo historiador Moses Israel Finley, o presente artigo discute a presença da escravidão na África Romana como resultado de um processo de integração levado a cabo pelos romanos, e que perdurou até o período tardo-antigo. Após identificar a permanência do modelo proposto por Finley na historiografia recente sobre o tema, este estudo recorre à documentação epigráfica com o objetivo de demonstrar sua compatibilidade com uma proposta de estudo da África Romana sob uma perspectiva mediterrânea, e que ressalte a integração dessa mesma escravidão ao sistema imperial romano. Por meio da leitura e comentário de uma epístola de Agostinho de Hipona, por fim, também são sugeridas possíveis conexões entre o comércio de pessoas escravizadas em África a outros mercados e territórios do Império Romano Tardio.

PALAVRAS-CHAVES

África Romana. Epigrafia. Agostinho de Hipona.

ABSTRACT

With the aim of contributing to the debate on the concept of “slave society” once proposed by historian Moses Israel Finley, this paper discusses the presence of slavery in Roman Africa as a result of a process of integration carried out by the Romans, which lasted until the late antiquity period. After identifying the continued influence of Finley’s model in recent historiography on the subject, this study turns to epigraphic documentation with the aim of demonstrating its compatibility with a proposal to study Roman Africa from a Mediterranean perspective, emphasizing the integration of this same slavery into the Roman imperial system. Finally, through the reading and commentary on an epistle by Augustine of Hippo, the article further suggests potential connections between the trade of enslaved people in Africa and other markets and territories of the Late Roman Empire.

KEYWORDS

Roman Africa. Epigraphy. Augustine of Hippo.



Poucas ressalvas têm sido apresentadas à recorrente constatação de que a obra de Moses Finley (1912-1986) impactou de maneira significativa sobre a escrita da História da Antiguidade, sobretudo se considerarmos que seus escritos foram, e continuam sendo, o ponto de partida para inúmeros estudos e investigações sobre as sociedades antigas e suas mais diversas manifestações: economia, cidade, política, cidadania, democracia, escravidão, historiografia, entre outros temas cujas discussões, em alguns casos, foram redefinidas e reorientadas a partir de suas proposições e teorias (Morris, 2003). Quer consideremos seus debates com a tradição marxista (e seu conhecido ceticismo em relação à utilização de conceitos como “classe social” para o estudo das sociedades antigas), ou mesmo se perscrutarmos seus estudos sobre a economia antiga (filiados a uma perspectiva primitivista, sob a guarda dos escritos de Karl Polanyi), não restam dúvidas, portanto, quanto à perenidade de suas reflexões na historiografia do presente século. Os estudos contemporâneos sobre a escravidão antiga, do mesmo modo, têm assegurado uma continuidade dos modelos explicativos outrora propostos por Finley (Joly, 2005; 2010; Vlassopoulos, 2021; Joly; Knust, neste número).

Ainda que o tema da escravidão perpassasse diversos dos estudos firmados por Finley, foi no livro *Ancient Slavery and Modern Ideology* (1980) que o historiador estadunidense apresentou, de forma unificada e com a devida profundidade, suas principais interpretações acerca das relações escravistas praticadas na Antiguidade. Composto por quatro conferências ministrada no *Collège de France* entre os meses de novembro e dezembro de 1978, o tomo em questão (ora retomando questões publicadas anteriormente, ora apresentando novas assertivas), ainda em seu primeiro capítulo, salientou a necessidade de uma leitura da historiografia moderna sobre a escravidão antiga, levando em conta sua ancoragem aos imperativos do tempo presente (Funari, 1992; Palmeira, 2020). Em consonância com tais proposições, aliás, pode-se observar que o tema da recepção moderna da escravidão antiga, suas diversas leituras à luz do tempo presente, inclusive no Brasil do século XIX, tem sido explorado em investigações recentes dedicadas a esta temática (Santana, 2014; Chalhoub, 2015; Silva, 2021). De acordo com os propósitos desta coletânea, entretanto, interessa-nos sobretudo comentar outro aspecto apresentado neste mesmo tomo: a definição de sociedade escravista proposta por Moses Finley (1980).

Logo no início da referida obra, em um trecho bem conhecido, Finley (1980, p.09) estabelecia uma distinção, fundamental para o seu argumento, entre as sociedades com escravidão e aquelas por ele denominadas como genuinamente escravistas (*genuine slave societies*). Para o autor de *Ancient Slavery and Modern Ideology* (1980), o restrito grupo de sociedades escravistas congregaria experiências modernas de escravidão (praticadas no Brasil, no Caribe e no Sul dos Estados Unidos da América), mas também antigas. Para o caso da Antiguidade, Finley (1980) destaca as experiências escravistas de Atenas e outras comunidades (durante o século VI a.C.), e Roma (a partir do século III a.C.). Nas sociedades escravistas, argumenta o autor (Finley, 1980, p. 80-81), teria sido o trabalho das pessoas escravizadas a fonte substancial que manteve as elites, e não as outras modalidades de trabalho compulsório ou tampouco o trabalho livre. Trata-se, portanto, como observado com acuidade por Joly e Knust (2024), de uma questão sobre a localização do trabalho escravo dentro dessas sociedades. Para Finley (1980, p. 82): “They were the slave societies of Graeco-Roman antiquity, and they were that precisely because of the location of slavery within them”. Dentro do modelo de sociedade escravista proposto Finley (1980), ademais, três condições prévias deveriam coexistir: a propriedade privada, a existência de mercados e a inexistência, em âmbito interno, de uma força de trabalho:

The first, in a world which was overwhelmingly agrarian, is private ownership of land, with sufficient concentration in some hands to need extra-familial labour for the permanent work-force. The second is a sufficient development of commodity production and markets (for the present discussion it does not matter whether the market is a distant one, an export-market in the popular sense, or a nearby urban centre). [...] The third is a negative condition, the unavailability of an internal labour supply, compelling the employers of labour to turn to outsiders (Finley, 1980, p. 86).

O paradigma de sociedade escravista preconizado por Finley (1980) convida-nos a uma reflexão a respeito de como o referido historiador estadunidense pensou a História da Antiguidade, em termos teórico-metodológicos, ao longo de sua trajetória intelectual. Em primeiro lugar, os escritos finleyrianos (inclusive *Ancient Slavery and Modern Ideology*) rejeitam categorias modernas (como classe social, por exemplo, Finley, 1986, p.64, *passim*) em prol de um exame da terminologia antiga transmitida pela documentação sobretudo textual (Funari, 1982). Tal proposição, afirma Palmeira (2020), estaria atrelada ao interesse de Finley em “compreender os sentidos que as populações antigas atrelavam a suas experiências sociais” (Palmeira, 2020, p.290). Como corolário, seus escritos sugerem uma diferenciação, uma ruptura, entre a (moderna) investigação histórica e o (antigo) objeto histórico investigado, de modo que muitas das perguntas dirigidas à Antiguidade sequer poderiam ter sido feitas pelos membros das sociedades antigas (Palmeira, 2020, p. 291).

Em segundo lugar, uma compreensão mais acurada sobre o paradigma de sociedade escravista proposto por Finley implica reconhecermos seu uso do conceito de “tipo ideal” proposto por Max Weber. A despeito da ironia intrínseca à assertiva de Ian Morris (2003, p.16), que identifica nos escritos de Finley um verdadeiro “renascimento neweberiano”, tem-se reconhecido (Palmeira, 2005; Funari; Garraffoni, 2006) que o recurso finleyriano à obra do notável pensador alemão vai além da discussão, já bem conhecida, referente ao uso de conceitos como ordem e estamento social para o estudo da Antiguidade. Ao preferir experiências e fatos individuais, de modo a utilizá-los apenas sob o imperativo de ressaltar o predomínio de condutas socialmente padronizadas (Palmeira, 2020, p. 291), Finley recorre ao *idealtyp* weberiano e propõe modelos explicativos generalizantes (como “sociedade escravista”, “cidade consumidora”, entre outros) e que oferecem uma explicação simplificada, subjetiva e aproximada das realidades sociais antigas. Avaliando a utilização dos chamados “tipos ideais” propostos por Weber, Finley (2003, p.255 e 256), em comentário¹ sobre seus estudos voltados à compreensão da economia na Antiguidade, esclarece que:

Cualquier análisis de la economía de la que pretenda ser algo más que una mera lista de anticuario de datos discretos tiene, por fuerza, que emplear modelos (los tipos ideales de Max Weber) (p.255). [...] Para mí es claro que esta es la forma de hacer avanzar nuestro conocimiento de la economía de la antigüedad, y no la equivocación continua de “hechos” particulares (Finley, 2003, p. 256).

Além da constatação de “que os tipos ideais fossem para Weber um instrumento de aferição da realidade, e não propriamente um retrato fiel ou uma porção substantiva dela” (Palmeira, 2020, p. 293), também foram imputadas críticas ao caráter normativo, generalizante e homogeneizante dos modelos finleyrianos (Funari; Garraffoni, 2006),

¹ O presente comentário, intitulado “Further Thoughts”, foi publicado originalmente na segunda edição (revisada) do livro *The Ancient Economy*, datada de 1985. No presente estudo, recorreremos à versão de 2003 deste mesmo tomo (*La Economía de la Antigüedad*), traduzida para o castelhano, e publicada pela editora Fondo de Cultura Económica (México).

inclusive sua proposição de “sociedade escravista”. Concebido como um modelo explicativo que justapõe formas de escravidão praticadas entre sociedades distintas, antigas e modernas, o referido conceito negligencia as especificidades históricas subjacentes à escravidão praticada entre as mais distintas sociedades, em geral, e aquelas elencadas pelo próprio Finley (1980) como representantes deste modelo, em particular. Por meio de um diálogo profícuo com teorias sociológicas e antropológicas sobre a escravização de seres humanos, tem sido possível evidenciar os méritos de abordagens que considerem a especificidade dos processos de escravidão (Kopytoff, 1982) de uma dada sociedade: cada sociedade, inclusive na Antiguidade, acabava por estipular critérios próprios de escravização, possibilidades e limites de libertação e eventual (re)integração social das pessoas alforriadas (Joly, 2005).

O caráter endógeno do conceito de “sociedade escravista” proposto por Finley (1980), como observado por Joly e Knust (2024), também acaba por negligenciar o semblante extraterritorial da escravidão antiga, que congrega conexões, sempre complexas, entre realidades locais e globais (FUNARI, no prelo) que só podem ser evidenciadas por meio de uma leitura que considere a dimensão mediterrânica dessas interações. O caso da África Romana, apresentado a seguir, permite o desenvolvimento de algumas considerações sobre como a ascensão do Império Romano, e seu respectivo processo de integração político-econômico, acabou por outorgar um caráter mediterrânico, à escravidão praticada neste território.

ESCRavidÃO NA ÁFRICA ROMANA: UMA SOCIEDADE ESCRAVISTA?

Em estudo recente sobre a Escravidão na África Romana, Brent Shaw (2017, p. 50) discutia se o território norte-africano, em época imperial, poderia ser caracterizado como uma sociedade escravista. Sua resposta à questão proposta considerava o aspecto geográfico subjacente à escravidão antiga: para Shaw (2017, p. 50 *passim*), haveria um caráter marítimo entre as sociedades que utilizaram a escravidão como propriedade. Inserido no ambiente marítimo do Mediterrâneo, o território romano (e consequentemente o norte-africano) argumenta o autor, não constituiria uma exceção a essa regra: “From the ancient Black Sea to the modern burgeoning of the Atlantic system, this type of slavery was also an insular fact. The Mediterranean world of the Roman was no exception” (Shaw, 2017, p. 50).

Apesar da conectividade propiciada pelo mar, Shaw (2017) atribui um papel apenas periférico, minoritário, para a escravidão praticada nos territórios provinciais do Norte da África, sobretudo quando comparado a outras províncias romanas dos primeiros séculos. A justificativa para esta definição, na esteira de outros tantos estudos dedicados ao tema (Whittaker, 1978; Lepelley, 1981; Magalhães de Oliveira, 2014), residiria no fato de a escravidão, em território norte-africano, ter coexistido com outras modalidades de trabalho compulsório (Shaw, 2017, p. 50). Com efeito, a documentação epigráfica oriunda do Norte da África permite-nos conhecer a chamada *Lex Manciana*. Também conhecido como “Inscrição de Henchir Mettich” (CIL VIII, 0025902), o registro em questão, lavrado em caráter oficial pelas autoridades romanas, responde de maneira favorável à demanda apresentada pelos *coloni* (grupo formado por trabalhadores meeiros e de origem indígena) que trabalhavam a referida terra imperial sob regime parciário (Magalhães de Oliveira, 2008). Ao regulamentar as condições para a exploração agrícola das terras imperiais incultas, a lei em questão assegurava o chamado “uso próprio”, por parte dos colonos, sobre as novas terras. Com efeito, além das proposições típicas da dimensão agrícola, a *Lei de Mância* também outorgava aos colonos o direito de “[...] legar em herança, hipotecar

ou vender as terras antes incultas para o cultivo, mas apenas na condição de cultivá-las continuamente” (Magalhães de Oliveira, 2008, p. 119).

Extensa ou diminuta, a documentação antiga (textual e material) atesta a presença de relações servis em território norte-africano desde períodos mais longínquos e que antecedem à conquista de Cartago pelos romanos 146 a.C. (Matilla Vicente, 1977; Shaw, 2017). Em consonância com a própria heterogeneidade da instituição servil levada a cabo na África Romana, são diversas e distintas as fontes sobre as pessoas escravizadas neste território. A historiografia recente (Blázquez, 1998; Revilla, 2013; Magalhães de Oliveira, 2014; Bermejo, 2018; Fávoro; Nápoli; Lima, 2019) tem estudado a escravidão norte-africana a partir dos mosaicos e sua iconografia, dos selos aplicados sobre ânforas de azeite, da tradição textual antiga (com destaque para os escritos de Apuleio de Madaura, por exemplo) e cristã (como o Martírio de Perpétua e Felicidade e os escritos de Agostinho de Hipona, em um período já posterior).

No que se refere à documentação epigráfica, por exemplo, podemos mencionar a chamada Tarifa de Zaraï (CIL VIII, 04508), oriunda de uma região homônima e que em berbere evoca a ideia de uma região de passagem (Troussset, 2002). O documento em questão, datado do ano 202 d.C., é uma estela que possui as dimensões de 1,28m (altura) x 0,40m (largura), e que carrega uma extensa inscrição latina, de caráter aduaneiro, cujas interpretações se mostram desafiadoras desde a sua descoberta, ocorrida em 1858 (France, 2014; Albana, 2020). Jérôme France (2014), em estudo recente, ressaltou a singularidade e importância histórica desta inscrição, associando-a a pelo menos quatro temas principais:

C'est aussi un texte fort riche, dont le contenu intéresse au moins quatre grands aspects: la réglementation et la procédure douanières ; les relations entre le portorium et l'armée, spécialement dans une zone qui est fortement marquée par l'implantation militaire ; la question des marchés locaux ; les circuits commerciaux à grande et petite échelle, la nature des produits concernés et la situation de la douane de Zaraï, en particulier dans le contexte de la frontière africaine... (France, 2014, p. 94. Grifos do autor).

É também um texto muito rico, e cujo conteúdo abrange ao menos quatro grandes aspectos: regulamentação e procedimentos aduaneiros; as relações entre o *portorium* e o exército, sobretudo em uma zona fortemente caracterizada pela presença militar; a questão dos mercados locais; os circuitos comerciais de grande e pequena escala; a natureza dos produtos em questão e a situação da aduana em Zaraï, principalmente no contexto da fronteira africana... (France, 2014, p. 94. Tradução nossa).

Dentre os “produtos” elencados pela Tarifa de Zaraï (CIL VIII, 04508) como sujeitáveis à taxa, podemos observar a presença de pessoas escravizadas. Em geral, como proposto por Troussset (2002), a inscrição em questão atesta que a África Romana ocupa uma posição privilegiada, de conexão comercial, entre o mundo Mediterrâneo e outras zonas longínquas. Ante à impossibilidade de atribuir uma origem definitiva para as pessoas que estavam sendo comercializadas em condição servil, e que são mencionadas logo nas primeiras linhas do documento aduaneiro, o autor sugere (Troussset, 2002, p.364 *passim*), inclusive, uma possível conexão com o comércio escravista protagonizado pelos Garamantes, responsáveis por um fornecimento de pessoas escravizadas para o Mediterrâneo já bem conhecido pela historiografia atual (Fentress, 2011). A seguir, apresentamos a inscrição conhecida como Tarifa de Zaraï (CIL VIII, 04508) e uma proposta autoral de tradução para mesma:

Imp(eratoribus) Caes(aribus) L(ucio) Septimi/o Severo III et M(arco) Aurelio / Antonino Augg(ustis) Piis co(n)s(ulibus) / lex portus post discessum / coh(ortis) instituta / lex capitularis mancipia sin/gula |(denarii) I s(emis) equ(u)m equam |(denarii) I s(emis) / mulum mulam |(denarii) I s(emis) asinum / bovem s(emis) porcum |(sestertius) porcellu(m) |(dupondius) / ovem caprum |(sertertius) edum agnu(m) |(dupondius) / pecora in nundinium immunia / lex vestis peregrinae abollam ce/natori(a)m |(denarii) I s(emis) tunicam ternar/iam |(denarii) I s(emis) lodicem s(emis) sagum / purpurium |(denarius) cetera vestis / afra in singulas lacinias s(emis) / lex coriaria corium perfectu(m) s(emis) / pilos(um) |(dupondius) pelle(m) ovella(m) caprin(am) |(dupondius) / scordiscum malac(um) p(ondo) C [s(emis)] / rudia p(ondo) C s(emis) glutinis p(ondo) X |(dupondius) spon/giaru(m) p(ondo) X |(dupondius) lex portus m(a)xim(a) / pe<c=Q>uaria iument(a) immunia ce/teri rebus sicut ad caput / vini amp(horam) gari amp(horam) |(sestertius) / palmae p(ondo) C s(emis) fici p(ondo) C [1] vatassae <m=N>odios dec[em] / resina(m) pice(m) alum<e=l>n {in} p(ondo) C ferr[i]

Sendo cônsules os pios imperadores césares augustos Lúcio Septímio Severo, pela terceira vez e Marco Aurélio Antonino, a tarifa alfandegária, após a retirada da coorte. Tarifa por cabeça: cada escravizado um denário e meio, cavalo e égua um denário e meio, mulo e mula, um denário e meio, boi, meio denário, porco, um sestércio, leitão, um dupôndio, ovelha e cabra, um sestércio, cabrito e cordeiro, dois asses, o gado de feira local está isento. Tarifa para vestes de fora: uma veste para banquete, um denário e meio, uma túnica de três áureos, um denário e meio, um lençol, meio denário, uma veste de púrpura, um denário, outras vestes da África cada, meio denário. Tarifa para material de couro: couro bem-acabado, meio denário, peludo, um dupôndio, pelo de ovelha ou cabra, um dupôndio, couro escovado, cada cem libras, meio denário, couro cru, cada cem libras, meio denário, goma, cada dez libras, um dupôndio, esponjas, cada dez libras, um dupôndio. Tarifa aduaneira geral: animais de pastoreio e de carga estão isentos, para os outros, como acima, uma ânfora de vinho ou de *garum*, um sestércio, tâmaras, por cem libras, meio denário, figos, por cem libras, meio denário, dez módios de vatassas, dez módios de nozes, cem libras de resina, betume, alume, podem passar isentos (CIL VIII, 04508. Tradução nossa).

Para além da inscrição de Zarái (CIL VIII, 04508), os registros epigráficos referentes à população escravizada do Norte da África tornam patente um número significativo de ocupações, agrícolas ou não, desempenhadas por pessoas sob o jugo servil. A típica referência à profissão, uma forma de valorização do trabalho apesar das mazelas advindas da escravidão, pode ser observada em diversas inscrições encontradas em território africano. Este é o caso, por exemplo, dos padeiros libertos de Cartago (CIL VIII, 024678)², cidade onde também foi sepultada a *nutrix* Gellia (CIL VIII, 013191).³ Também podem ser

² (CIL VIII, 024678), L(ucius) Atilius L(uci) l(ibertus) Hiero furnari(us) / Valeria |(mulieris) l(iberta) Euterpe furnaria / vivit / C(aius) Valerius C(ai) l(ibertus) Dionisius triari(us) / vivit. Tradução nossa: Lúcio Atílio Hiero, liberto de Lúcio, padeiro. Valéria Euterpe, mulher, liberta, vive. Caio Dionísio, liberto, triário, vive.

³ (CIL VIII, 013191), Ge]llia En[3] / [3] nutrix [3] / [3 v]jixit an(nos). Tradução nossa: Gélia, ama-de-leite, [---] viveu [...] anos.

evidenciadas menções aos ofícios de sapateiros⁴, açougueiros⁵, vidraceiros⁶, entre outros (Matilla Vicente, 1977). Tais inscrições, assim como a documentação epigráfica referente aos escravos públicos oficiais (Matilla Vicente, 1977; Carlsen, 2020), tornam patente a atuação constante de pessoas escravizadas no cotidiano das cidades norte-africanas em época romana. Ainda que minoritária (quando comparada a outras províncias, ou mesmo mediante o reconhecimento do trabalho dos colonos na produção agrícola), a escravidão, sem dúvida, também desempenhou um papel relevante na economia e na própria administração da África Romana.

Atravessada por rotas comerciais, terrestres e marítimas que conectam o Mediterrâneo ao coração do continente africano, a escravidão praticada neste território em muito extrapola o modelo de “sociedade escravista” outrora proposto por Moses Finley (1980), e cuja ênfase reside apenas em fatores endógenos. A conexão mediterrânica da escravidão praticada na África Romana, por sua vez, perduraria até a Antiguidade Tardia e pode ser observada a partir da obra de um conhecido bispo de Hipona: Aurélio Agostinho.

AGOSTINHO E A ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA ROMANA

A escravidão praticada em território norte-africano também se fazia sentir no período tardo-antigo, e os escritos de Santo Agostinho, bispo de Hipona, demonstram sua perenidade, amplitude e conexão com outros territórios do Mediterrâneo Antigo ainda no século V d.C. Com maior ou menor profundidade, o tema da escravização de pessoas foi tratado pelos escritos agostinianos em obras de natureza e propósito bastante distintos. A primeira delas diz respeito às reflexões sobretudo teológicas que Agostinho elaborou sobre a escravidão: as relações servis, argumenta, não seriam naturais, intrínsecas ao gênero humano, mas uma “justa punição” pelos pecados cometidos pela humanidade: *Conditio quippe servitutis iure intellegitur imposita peccatori* [De fato, é compreendido que a servidão foi por justiça imposta aos pecadores] (AUGUST. *De civ. D.* XIX, 15. Tradução nossa).

Reiterando os preceitos de autoridade apresentados pelas epístolas pseudoepigráficas neotestamentárias (Lourenço, 2018, p.17; Serrano Madroñal, 2019), os escritos apresentados por Agostinho na *Cidade de Deus* (XIX, 14) defendem a importância da perpetuação das hierarquias, em âmbito doméstico, à maneira dos princípios de obediência pretendidos pelas relações envolvendo pessoas escravizadas. Sobre o (suposto) direito de cuidar, mandar e obedecer em prol da “paz doméstica”, Agostinho salienta que:

Primeiro, pois, pertence-lhe o cuidado dos seus. Ele tem a chance mais oportuna e fácil de auxiliá-los, seja por conta da ordem natural ou da própria sociedade humana. Sobre isto, o Apóstolo [Paulo] diz: Aqueles, portanto, que não proveem aos seus, mais que tudo os de casa, negam a fé e são piores que os infiéis. [1Tim, 5, 8; citado na tradução latina *Vetus Latina*]. É daí, pois, que se origina a paz doméstica, isto é, a ordenada concórdia de mandar e obedecer daqueles que coabitam. Mandam, portanto, aqueles que cuidam; como o marido na esposa, os pais nos filhos e os senhores nos

⁴ (CIL VIII, 016710), D(is) M(anibus) s(acrum) / Vitalis / sutor / v(ixit) a(nnos) XXXV / lucundus / frat(ri) car(issimo) fe(cit). Tradução nossa: Consagrado aos deuses manes. Para Vital, o sapateiro, que viveu por trinta e cinco anos. Jocundo fez [este monumento] para o caríssimo irmão. (CIL VIII, 09329 = CIL VIII, 020939), [I]ngenuis Sutor / Dom(i)no Saturno v(otum). Tradução nossa: Ingênuo, o sapateiro. Voto para Saturno, o Senhor.

⁵ (CIL VIII, 09332), Africanus / Ianio votum / solvit libens / animis. Tradução nossa: Africano, o açougueiro, cumpriu o voto de livre vontade.

⁶ (CIL VIII, 09430), Saburio Antae vi(triari) et Paulas (=Paulae) f(ilius) vix(it) menses sex dulcis h(ic) s(itus) e(st). Tradução nossa: Sabúrio e Anta, vidraceiros, e Paulas, filho, que viveu por seis meses e aqui repousa.

escravos. Obedecem, pois, aqueles que são cuidados: como as mulheres aos maridos, os filhos aos pais e os escravos aos senhores. Mas, na casa do justo que vive da fé e que ainda peregrina para a cidade celeste, os que mandam servem aqueles sobre os quais parece mandar. Portanto, não mandam pelo prazer de mandar, mas pelo dever de cuidar; nem pelo orgulho de governar, mas pela misericórdia de prover (AUGUST. *De civ. D.* XIX, 14. Tradução nossa).

Apesar de reconhecer o caráter antinatural da escravidão, Agostinho não sugeria a criação de uma sociedade em que a escravidão estivesse ausente (Garnsey, 1996). Essa constatação também pode ser observada a partir de uma segunda modalidade de escritos agostinianos que foram transmitidos à posteridade: as epístolas. Quando comparados a outras obras transmitidas da Antiguidade, os escritos de Santo Agostinho apresentam uma organização e regularidade extraordinárias. Não apenas a elaboração das revisões (*Retractationes*) realizadas pelo próprio bispo africano, como também a colaboração de Possídio, amigo e primeiro biógrafo do de Aurélio Agostinho (e responsável por elaborar um pequeno índice (*Indiculum*) de seus escritos), foram imprescindíveis para que seus escritos fossem transmitidos à posteridade sob certa integridade (Brown, 2011; Magalhães de Oliveira, 2020).

A precaução demonstrada por Agostinho e Possídio, contudo, não impediu que alguns dos escritos agostinianos acabassem se perdendo. Com efeito, algumas de suas epístolas (mas também sermões), embora listados em índices antigos, seriam reencontrados apenas no século XX (Brown, 2011). Este é o caso, por exemplo, das epístolas conhecidas como *Divjak* (01*-29*), descobertas na Biblioteca Municipal da cidade de Marselha, na década de 1970, pelo estudioso Johannes Divjak. Nos anos 1990, do mesmo modo, foi o filólogo e historiador François Doubeau quem encontrou, desta vez em Mainz, um conjunto de sermões agostinianos (Brown, 2011). A documentação epistolar, como já destacado pela historiografia (Lepelley, 1981; Brown, 2011; Elm, 2017; Magalhães de Oliveira, 2020), possibilita um olhar privilegiado sobre a atuação cotidiana do bispo de Hipona: uma perspectiva prosaica e que, não raro, destoa do autoritarismo e severidade presentes em muitas de suas obras teológicas.

No que se refere à escravidão, em específico, é imprescindível destacar a importância da chamada *Epístola 10* Divjak* lavrada por Santo Agostinho. Endereçada a Alípio, bispo de Tagaste enviado à corte imperial (Serrano Madroñal, 2019), a missiva em questão foi produzida entre os anos 422 e 423, ou 428 (Elm, 2017; Serrano Madroñal, 2019), sob a forma de *commonitorium*, ou seja, um memorando de conteúdo restrito e que deveria permanecer sob a confidência de ambos os interlocutores (Elm, 2017). Ainda que a epístola demonstre certa preocupação, por parte de Agostinho, em relação à permanência dos ideais veiculados pelo pelagianismo (Magalhães de Oliveira, 2020), o tema principal da missiva em questão é a escravização ilegal seguida do comércio de pessoas oriundas da África Romana para outros territórios do Mediterrâneo. Ao consultar outros clérigos e assessores, em busca de um respaldo jurídico e sobre como melhor proceder diante das práticas de sequestro e venda de pessoas livres do território africano (Lepelley, 1983), Santo Agostinho (*Ep. 10* Divjak*) relata ao bispo, e amigo, Alípio as seguintes informações:⁷

2. Acrescento algo: são tantos traficantes de escravos, que na África chamam de mangones, ou adornadores, que a África fica esvaziada de

⁷ Neste texto, reproduzimos apenas dois dos excertos que compõem a referida epístola agostiniana. O texto latino integral, bem como sua tradução para o português, pode ser consultado em: SILVA, F.N.; FUNARI, P.P.A. Tradução da *Epístola 10* (Divjak)* de Santo Agostinho. *PhaoS. Rev. Est. Class.* Vol.22. Campinas, 2022, p.01-10. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/phaos/article/view/16647>. Acesso em: 20/10/2024.

peçoas, enviadas às províncias de além-mar. Peçoas nascidas livres, mas comercializadas! Uns poucos são vendidos segundo as leis romanas, para trabalhar por vinte e cinco anos, mas a grande maioria, não. Esta, ao contrário, é comprada e vendida como escravos, aqui, vendidos também escravizados além-mar. É muito raro que comprem dos senhores escravos de fato e de direito. Vou dizer mais, esse bando de traficantes, com tantos sedutores e depredadores, age de forma organizada e em quadrilhas. Gritam para assustar, usam roupas militares ou selvagens e atuam em lugares afastados e ermos, invadindo terras e raptando as peçoas à força e vendendo a mercadores ou traficantes (AUGUST. *Ep. 10* Divjak*. Tradução: Silva; Funari2022).

7. Se fosse elencar os crimes desse tipo, só os que conhecemos de primeira mão, não seria possível. Veja este caso e imagine o que acontece em toda a África, particularmente no litoral. Faz quatro meses, de toda parte, em especial da Numídia, traficantes gálatas capturaram peçoas. Esses gálatas são os maiores traficantes de peçoas do litoral de Hipona. Não faltou fiel, sabedor da nossa caridade, que denunciou esta prática à Igreja. Eu estava fora de Hipona. Na hora, 120 foram liberados por crentes nossos, alguns já embarcados, outros escondidos antes do embarque. Foi possível saber que cinco ou seis foram vendidos pelos próprios pais. De todos os outros, não é possível conter as lágrimas, ao saber das circunstâncias, por meio de sedutores e predadores, em que eles chegaram às mãos dos gálatas (AUGUST. *Ep. 10* Divjak*. Tradução: Silva; Funari, 2022).

A referida epístola agostiniana (*10* Divjak*) apresenta aquele que talvez seja o mais completo relato a respeito do tráfico de peçoas escravizadas na Antiguidade. Dentre os pormenores apresentados pelo bispo de Hipona, destacam-se: a atuação violenta (levada a cabo de maneira individual ou em grupo) dos traficantes sobre os camponeses; a redistribuição, em outros territórios do Mediterrâneo, das peçoas escravizadas; a complexa atuação dos líderes religiosos, especificamente dos bispos, em relação à escravidão ilegal e à comercialização das peçoas reduzidas a essa condição. Ante à constatação de que peçoas nascidas livres (*ingenui*) estavam sendo sequestradas, escravizadas e vendidas noutros territórios provinciais, Agostinho revela-se incomodado com a ineficácia das leis romanas contra a prática do *plagium* em território africano: mesmo entre os integrantes das igrejas, salienta, estaria ocorrendo a venda de peçoas livres para o tráfico de escravizadas.

Apesar do manifesto descontentamento e dos eventuais exageros retóricos arrolados na epístola (*10* Divjak*) endereçada ao bispo de Tagaste, é patente que a atuação de Agostinho no sentido de assegurar a libertação dos escravizados se desenvolve, ou busca se desenvolver, no âmbito legal do Império e sua legislação concernente à escravização (Lepelley, 1981). Nesse sentido, o remetente espera que o amigo Alípio alcance algum êxito quanto a esse assunto durante sua permanência junto à corte imperial, em território itálico (Serrano Madroñal, 2019). Promulgada por Honório, a lei mencionada por Santo Agostinho não chegou aos dias atuais. O referido desígnio jurídico, por sua vez, previa castigos físicos, tortura e exílio perpétuo aos traficantes de escravos, os chamados *mangones*.⁸ O bispo de Hipona, ao que tudo indica, mostrava-se relutante em aplicar as

⁸ Conforme demonstrado no estudo de Raúl Serrano Madroñal (2019), o termo *mangones* já era utilizado no latim do período clássico (em autores como Plínio o Velho, Marcial e Macróbio) para se referir àqueles que traficavam peçoas escravizadas. Em termos etimológicos, argumenta o autor, o vocábulo *mango* derivaria do verbo grego μαγγάνειω, utilizado para fazer referência à ideia de “servir-se de magia ou engano” (Serrano Madroñal, 2019, p. 253). O termo

represálias previstas pela legislação por entender que ela não se destinava a punir “traficantes que enganam e roubam pessoas livres [...]” (AUGUST. *Ep. 10* Divjak*, 03).

Embora enfatize que o rapto praticado pelos traficantes atingia as pessoas pertencentes aos mais distintos grupos sociais, o memorando em questão salienta que algumas das principais vítimas dos *mangones* eram os trabalhadores do âmbito rural, os *coloni*. Para Claude Lepelley (1983) essa condição derivaria da própria posição social limítrofe, entre a servidão e a liberdade, ocupada pelos trabalhadores rurais da África Romana. O rapto e venda de pessoas livres para a escravidão (*plagium*) não era uma prática nova entre os romanos, e tampouco para o próprio Agostinho. Em uma de suas missivas endereçadas a Hesíquio de Salona (*Ep. 199, 46*), com datação entre os anos 420/421 d.C., o bispo de Hipona menciona o rapto de pessoas “bárbaras” e que ainda não conheciam o evangelho cristão: para Lepelley (1983), tais invasões estariam a se ocupar dos povos Mouros situados para além das fronteiras (e leis) romanas. Na epístola *10* Divjak*, portanto, o episcopo faz menção a um possível recrudescimento da atuação dos *mangones* sobre a Numídia. Os estudos de Susanna Elm (2017) e Raúl Serrano Madroñal (2019), para quem a datação da referida carta pode ser atribuída ao de 428 d.C., sugerem que a intensificação das incursões dos traficantes de escravos em terras úmidas estaria relacionada à atuação dos Vândalos sobre a Península Ibérica e a Mauritânia: sua presença teria acabado por desorganizar as vias comerciais usuais do tráfico de pessoas escravizadas no Mediterrâneo e deslocado a atuação desses comerciantes em direção a regiões como Hipona, por exemplo.

Também neste caso, por sua vez, estaríamos diante de uma instituição que conecta regiões e pessoas distantes e distintas, e que apenas de modo forçoso e generalizante poderia ser compreendida apenas a partir de fatores endógenos. É inegável, portanto, que o estudo da escravidão antiga, em geral, e das relações servis levadas a cabo na África Romana, em particular, em muito pode se beneficiar de uma perspectiva histórica mediterrânica e globalizante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adotar o conceito de tipo-ideal weberiano como base fundamental, o modelo de “sociedade escravista” proposto por Finley (1980) se revela impreciso e generalizante diante de casos específicos. O estudo da escravidão praticada na África Romana, como demonstrado neste artigo, apresenta especificidades que em muito extrapolam as configurações estritamente endógenas (Joly; Knust, 2024) do modelo explicativo proposto pelo historiador estadunidense em *Ancient Slavery and Modern Ideology* (1980).

Em contraposição ao conceito de “sociedade escravista” de Moses Finley (1980) parece-nos salutar, em primeiro lugar, reconhecer a existência de relações escravistas na África Romana para além da “sua localização” nas cidades ou nos campos africanos. Com efeito, conforme observado a partir dos exemplos advindos da documentação epigráfica, as pessoas escravizadas, em suas mais distintas ocupações, desempenhavam um papel importante na economia e até mesmo na administração provincial: o chamado “Cemitério dos Oficiais de Cartago”, assim denominado pela historiografia francesa desde o período de sua descoberta, apresenta um número importante de inscrições funerárias sobre os escravos públicos e suas respectivas famílias que viveram nesta cidade entre o primeiro e terceiro séculos (Carlsen, 2020).

“gálatas” utilizado por Agostinho de Hipona, do mesmo modo, também teria sido usado desde o período republicano para se referir aos comerciantes de pessoas escravizadas.

Em segundo lugar, a escravidão praticada na África Romana se revela plenamente conectada às dinâmicas de integração em curso no Mar Mediterrâneo: tanto em época clássica quanto no período tardo-antigo. O comércio de pessoas escravizadas (e transformadas em mercadorias), conforme é possível observar a partir da taxaço aduaneira, também foi parte do comércio de longa distância levado a cabo em rotas marítimas e terrestres que conectavam os territórios africanos não apenas às regiões mais longínquas e desérticas, como também ao Mediterrâneo sob dominação romana. O mesmo pode ser constatado mediante a leitura e exame da *Epístola 10* Divjak*, de Santo Agostinho, que nos apresenta uma dinâmica de rapto, escravização e comércio de pessoas escravizadas em um âmbito interprovincial.

A escravidão praticada no Norte da África, em terceiro lugar, *coexistiu* com o trabalho agrícola praticados pelos colonos meeiros. Tênué, a separação entre *coloni* e escravizados nem sempre foi observada e compreendida em sua plenitude pelos próprios contemporâneos (Lepelley, 1983). Agostinho, defensor da diferenciação jurídica que distingue o colono e o escravizado, demonstra sua insatisfaço com o fato de testemunhar pessoas livres serem reduzidas injustamente à servidão. Nesse sentido, seus escritos parecem sugerir que, em sua época, poderia estar ocorrendo um entrelaçamento entre o trabalho compulsório praticado pelos colonos africanos e uma escravidão levada a cabo sob uma perspectiva mediterrânica. A complexidade advinda do encontro e cruzamento entre realidades locais e globais, como parece ser o caso da África Romana, não pode ser pensada nos termos estabelecidos por Finley (1980) em seu conceito de sociedade escravista.

REFERÊNCIAS

ALBANA, Mela. Ancora sulle Tariffe di Zarái e di Lambaesis. In: SORACI, Cristina. *Fiscalità ed Epigrafia nel Mondo Romano*. Atti del Convegno Internazionale (Catania, 28-29 giugno 2019). Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2020. p.93-107.

BERMEJO, Jesús. La representación de la servidumbre en los mosaicos romanos. In: MARTÍNEZ, José María Álvarez; JIMÉNEZ, María L. N. (Coord). *Estudios sobre mosaicos romanos*. Dimas Fernández-Galiano: in memoriam. Madrid: La Esfera de los Libros, 2018. p. 73-98.

BÍBLIA. *Novo Testamento*. Apóstolos, Epístolas, Apocalipse. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BLÁZQUEZ, José M. Representaciones de esclavos en mosaicos africanos. In: KLANOUSSI, M; RUGGERI, P; VISMARA, C. (Eds). *L'África romana XII*. Atti dell'XII convegno di studio. Olbia, 12-15 dicembre, 1996. Sassari, 1998, p.1029-1036.

BROWN, Peter. *Santo Agostinho*. Uma biografia. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

CARLSEN, Jesper. Epitaphs and Demography of the Imperial Slaves and Freedmen in Roman Carthage. In: *Reflections: Harbour City Deathscapes in Roman Italy and Beyond*. Roma: Edizioni Quasar, 2020. p.195-209.

CHALHOUB, Sidney. The politics of Ambiguity: conditional manumission, labor contracts and slave emancipation in Brazil (1850s-1888). *International Review of Social History*, n. 60, p. 161-191, 2015.

CIL VIII. Corpus Inscriptionum Latinarum VIII: *Inscriptiones Africae Latinae*. MOMMSEN, Theodor (et. al.) Berlim, 1881.



DIVJAK, Johannes (Editor). *Epistolae ex duobus codicibus nuper in lucem prolatae*. Sancti Aureli Augustini Opera. CSEL 88. Viena: Noelder-PichlerTempsky, 1981.

ELM, Susanna. Sold to Sin Through Origo: Augustine of Hippo and the late Roman Slave Trade. *Studia Patristica*, 98. 2017. p.01-22.

FÁVARO, Aline M.; NÁPOLI, Tiago A.; LIMA, Ricardo da C. A Paixão de Santa Perpétua e Santa Felicidade (*Passio Sanctarum Perpetuae et Felicitatis*): tradução anotada. *Rónai. Revista de Estudos Tradutórios*, v. 7, n. 2, p. 37-68, 2019.

FENTRESS, E. Slavers on Chariots. In: DOWLER, A.; GALVIN, E. R. (eds.). *Money, Trade and Trade Routes in Pre-Islamic North Africa* (British Museum Research, 176). London: British Museum Press, 2011, p. 65-71.

FINLEY, Moses I. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. New York: The Viking Press, 1980.

FINLEY, Moses I. *A Economia Antiga*. 2.ed. Porto: Afrontamento, 1986.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FINLEY, Moses I. *La economía de la Antigüedad*. 3.ed. México: FCE, 2003.

FRANCE, Jérôme. Normes douanières et réglementation des échanges. Trois questions simples sur le tarif de Zarái (Numidie). *Antiquités africaines*, n. 50, p. 93-110, 2014.

FUNARI, Pedro P. A. Resenha de "Escravidão antiga e ideologia moderna". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 199-201, 1992.

FUNARI, Pedro P. A.; GARRAFFONI, Renata S. Economia romana no início do principado. In: SILVA, Gilvan V.; MENDES, Norma M. (orgs.) *Repensando o Império Romano*. Perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/Edufes, 2006. p.53-63.

FUNARI, Pedro P. A. *Beyond global and local*. Mediterranean material connections. No prelo.

GARNSEY, Peter. *Ideas of slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: University Press, 1996.

HUMBERT, Michel. Enfants à louer ou à vendre: Augustin et l'autorité parentale (Ep. 10* et 24*). In: *Les lettres de Saint Augustin découvertes par Johannes Divjak*. Communications présentées au colloque de 20 et 21 Septembre 1982. Paris: Études Augustiniennes, 1983. p.189-204.

JOLY, Fábio D. *A escravidão na Roma Antiga*. Política, Economia e Cultura. São Paulo: Alameda, 2005.

JOLY, Fábio D. *Libertate opus est: escravidão e manumissão à época de Nero (54-68 d.C)*. Curitiba: Progressiva, 2010.

JOLY, Fábio D.; KNUST, José E. M. Escravidão antiga em perspectiva mediterrânica: uma proposta de abordagem global. *Neste número*.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Ann. Rev. Anthropol.* v.11, p. 207-230, 1982.

LEPELLEY, Claude. La crise de l'Afrique romaine au debut du Ve siècle, d'après les lettres nouvellement découvertes de saint Augustin. In: *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. 125e année, n. 3, p. 445-463, 1981.

LEPELLEY, Claude. Liberté, colonat et esclavage d'après la Lettre 24*: la juridiction épiscopale « de liberali causa ». In: *Les lettres de Saint Augustin découvertes par Johannes Divjak*. Communications présentées au colloque de 20 et 21 Septembre 1982. Paris: Études Augustiniennes, 1983. p.329-342

LOURENÇO, Frederico. Introdução. In: *BÍBLIA. Novo Testamento. Apóstolos, Epístolas, Apocalipse*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 9-37.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio C. As inscrições sobre o colonato nas propriedades fundiárias imperiais da África Romana: a inscrição de Henchir Mettich (*CIL VIII, 25902*). Apresentação, texto e tradução. *Phaos*, n. 8, p. 117-129, 2008.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio C. A África de Santo Agostinho e a sociedade de seu tempo. In: PIRATELI, Marcos R. (org.) *Ensaio sobre Agostinho de Hipona*. História, Música, Filosofia e Educação. Maringá: EDUEM, 2014, p. 33-77.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio C. Agostinho de Hipona – Uma vida na Antiguidade Tardia. In: REDE, Marcelo (org.) *Vidas Antigas*. Ensaio biográficos da Antiguidade. Volume 2. São Paulo: Editora Intermeios, 2020. p.75-121.

MATILLA VICENTE, Eduardo. Surgimiento y desarrollo de la esclavitud cartaginesa y su continuación en época romana. *Hispania antiqua*, n. 7, p. 99-123, 1977.

MORRIS, Ian. Prólogo. In: FINLEY, Moses I. *La economía de la Antigüedad*. 3ª Edición. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 7-36.

PALMEIRA, Miguel S. Moses Finley e a economia antiga: interdisciplinaridade na produção de uma inovação historiográfica. *Revista Vernáculo*, n. 8-09-10, p. 129-141, 2005.

PALMEIRA, Miguel S. Moses Finley: compreensão, modelos e historiografia. In: SILVA, Glaydson J.; CARVALHO, Alexandre G. (orgs.) *Como se escreve a História da Antiguidade*. Olhares sobre o antigo. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020. p. 287-298.

SAINT AUGUSTINE. *Letters*. Vol. III (156-210). Translated by Roland Teske. Hyde Park (NY): New City Press, 2005.

SANTANA, Rogério B. Caminhos para a liberdade. Perdígão Malheiro e o problema da escravidão nas linguagens do ideário político e antiescravista, 1863-1972. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Volume III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

SERRAÑO MADRONAL, Raúl. Mangones gálatas, comercio de escravos y perspectiva eclesiástica en época de Honorio. *Stud. Hist., Hª antig.*, 37, 2019. p.251-267.

SHAW, Brent D. Africa. In: HEINEN, Heinz et. al. *Handwörterbuch der antiken Sklaverei - Lieferung II* (HAS II). Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2017. p.50-57.

SILVA, Filipe N. *Pela honra e em liberdade: os libertos e a munificência cívica na Baetica* (Séculos I e II d.C). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

SILVA, Filipe N.; FUNARI, Pedro P. A. Tradução da *Epístola 10** (Divjak) de Santo Agostinho. *Phaos*. *Rev. Est. Class.* v. 22. Campinas, 2022, p.01-10.

TROUSSET, Pol. Le tarif de Zarái: essai sur les circuits commerciaux dans la zone présaharienne. *Antiquités africaines*, n. 38-39, p. 355-373, 2002.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Historicizing Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

WHITTAKER, Charles R. "Land and Labour in North Africa". Band 60, Heft 2, edited by: Werner Hartke, Rigobert Günther, Johannes Irmscher, Heinz Kreißig and Wolfgang Seyfarth, Berlin, Boston: De Gruyter, 1978. p. 331-362.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Filipe Noé da Silva: Doutor em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Inserir endereço completo.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Augusto Antônio de Assis, Juan Manuel Bermúdez Lorenzo, Viviane Trindade Borges, Pedro Paulo Abreu Funari, Fabio Augusto Morales, Fabio Duarte Joly, José Ernesto Moura Knust, Claudia Mortari e Julio Cesar Magalhães de Oliveira. Menciono o apoio institucional da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Laboratório AYA (Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais). A responsabilidade pelas ideias apresentadas restringe-se ao autor.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Filipe Noé da Silva.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.



LICENÇA DE USO

© Filipe Noé da Silva. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de novembro de 2024

Aprovado em: 31 de dezembro de 2024

Como citar: SILVA, Filipe N. da. A África romana e a escravidão: em busca de uma perspectiva mediterrânea. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 468-483, 2024.





ROMAN AFRICA AND SLAVERY: TOWARDS A MEDITERRANEAN PERSPECTIVE

A África romana e a escravidão: em busca de uma perspectiva mediterrânea

Filipe Noé da Silva ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5075-0131>

E-mail: fnd.silva@udesc.br

^a Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brazil.

DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

ABSTRACT

With the aim of contributing to the debate on the concept of “slave society” once proposed by historian Moses Israel Finley, this paper discusses the presence of slavery in Roman Africa as a result of a process of integration carried out by the Romans, which lasted until the late antiquity period. After identifying the continued influence of Finley’s model in recent historiography on the subject, this study turns to epigraphic documentation with the aim of demonstrating its compatibility with a proposal to study Roman Africa from a Mediterranean perspective, emphasizing the integration of this same slavery into the Roman imperial system. Finally, through the reading and commentary on an epistle by Augustine of Hippo, the article further suggests potential connections between the trade of enslaved people in Africa and other markets and territories of the Late Roman Empire.

KEYWORDS

Roman Africa. Epigraphy. Augustine of Hippo.

RESUMO

Com o intuito de contribuir com o debate referente ao conceito de “sociedade escravista”, outrora proposto pelo historiador Moses Israel Finley, o presente artigo discute a presença da escravidão na África Romana como resultado de um processo de integração levado a cabo pelos romanos, e que perdurou até o período tardo-antigo. Após identificar a permanência do modelo proposto por Finley na historiografia recente sobre o tema, este estudo recorre à documentação epigráfica com o objetivo de demonstrar sua compatibilidade com uma proposta de estudo da África Romana sob uma perspectiva mediterrânica, e que ressalte a integração dessa mesma escravidão ao sistema imperial romano. Por meio da leitura e comentário de uma epístola de Agostinho de Hipona, por fim, também são sugeridas possíveis conexões entre o comércio de pessoas escravizadas em África a outros mercados e territórios do Império Romano Tardio.

PALAVRAS-CHAVES

África Romana. Epigrafia. Agostinho de Hipona.

Few objections have been raised against the widely recognized assertion that Moses Finley's (1912–1986) work significantly influenced the study of Ancient History. His writings have been, and continue to be, pivotal starting points for numerous investigations into ancient societies and their various aspects, including economy, urbanism, politics, citizenship, democracy, slavery, and historiography. In several cases, discussions in these fields have been redefined and reoriented based on his propositions and theories (Morris, 2003). Whether analyzing his debates with Marxist traditions—marked by his well-known skepticism toward the use of concepts like "social class" for the study of ancient societies—or examining his studies on ancient economies, which align with primitivist perspectives inspired by Karl Polanyi's works, the longevity of Finley's reflections in 21st-century historiography remains unquestionable. Similarly, contemporary studies on ancient slavery continue to uphold and build upon the explanatory models Finley initially proposed (Joly, 2005; 2010; Vlassopoulos, 2021; Joly; Knust, in this issue).

Although Moses Finley addressed the topic of slavery across various studies, it was in *Ancient Slavery and Modern Ideology* (1980) that the American historian consolidated their key interpretations of slavery in antiquity in a unified and in-depth manner. This volume, composed of four lectures delivered at the Collège de France between November and December 1978, revisits previously published issues while also introducing new assertions. In its first chapter, the book highlights the need to interpret modern historiography on ancient slavery through the lens of its alignment with the imperatives of its own time (Funari, 1992; Palmeira, 2020). Aligned with these propositions, recent research has explored the modern reception of ancient slavery, including its interpretations in light of the present, and even in 19th-century Brazil (Santana, 2014; Chalhoub, 2015; Silva, 2021). For the purposes of this collection, however, another element presented in this volume is particularly relevant: Moses Finley's (1980) definition of a "slave society."

At the very beginning of the aforementioned work, in a well-known passage, Finley (1980, p. 09) established a distinction, fundamental to his argument, between societies with slavery and those he called genuine slave societies. For the author of *Ancient Slavery and Modern Ideology* (1980), the restricted group of slave societies would bring together modern experiences of slavery (practiced in Brazil, the Caribbean and the South of the United States), but also ancient ones. In the case of Antiquity, Finley (1980) highlights the slave experiences of Athens and other communities (during the 6th century BC), and Rome (from the 3rd century BC onwards). The author argues (Finley, 1980, p.80-81) that in slave societies, it would have been the labor of enslaved people that was the substantial source that maintained the elites, and no other forms of compulsory labor or free labor. It is, therefore, as ecumenically observed by Joly and Knust (here), a question about the location of slave labor within these societies. For Finley (1980, p.82): "They were the slave societies of Graeco-Roman antiquity, and they were that precisely because of the location of slavery within them". Within the model of slave society proposed by Finley (1980), moreover, three preconditions should coexist: private property, the existence of markets and the lack of an internal labor force:

The first, in a world which was overwhelmingly agrarian, is private ownership of land, with sufficient concentration in some hands to need extra-familial labor for the permanent workforce. The second is a sufficient development of commodity production and markets (for the present discussion it does not

matter whether the market is a distant one, an export-market in the popular sense, or a nearby urban center). [...] The third is a negative condition, the unavailability of an internal labor supply, compelling the employers of labor to turn to outsiders (Finley, 1980, p.86).

The paradigm of slave society proposed by Finley (1980) invites reflection on how the American historian conceptualized Ancient History in theoretical and methodological terms throughout his intellectual trajectory. First, Finley's writings, including *Ancient Slavery and Modern Ideology*, reject modern categories like "social class" (see Finley, 1986, p.64, passim) in favor of analyzing ancient terminology preserved in primarily textual documentation (Funari, 1982). This approach, as Palmeira (2020) asserts, is tied to Finley's aim to "understand the meanings that ancient populations ascribed to their social experiences" (Palmeira, 2020, p.290). Consequently, his works suggest a differentiation or rupture between the (modern) historical investigation and the (ancient) historical object of study, implying that many questions posed to antiquity could not even have been conceived by members of ancient societies themselves (Palmeira, 2020, p.291).

In the second instance, gaining a deeper understanding of the paradigm of a slave society proposed by Finley requires recognizing his use of Max Weber's concept of the "ideal type." Despite the intrinsic irony in Ian Morris's assertion (2003, p.16) that identifies a "neo-Weberian renaissance" in Finley's writings, it has been acknowledged (Palmeira, 2005; Funari; Garraffoni, 2006) that Finley's reliance on the notable German thinker's work extends beyond the well-known discussion regarding the use of concepts like order and social strata for studying antiquity. By sidelining individual experiences and facts, employing them only to highlight the predominance of socially standardized behaviors (Palmeira, 2020, p.291), Finley adopts Weber's ideal types to propose generalizing explanatory models, such as "slave society" and "consumer city." These models offer simplified, subjective, and approximate explanations of ancient social realities. Evaluating the use of Weber's so-called "ideal types," Finley (2003, pp.255-256), in his commentary¹ on studies addressing the understanding of the ancient economy, clarifies:

Any analysis of the ancient economy that aims to be more than a mere antiquarian list of discrete data must necessarily employ models (Max Weber's ideal types) (p.255). [...] For me, it is clear that this is the way to advance our knowledge of the ancient economy and not the continuous mistake of focusing on particular 'facts' (Finley, 2003, p.256).

In addition to the recognition "that ideal types were, for Weber, a tool for assessing reality and not necessarily a faithful representation or substantive portion of it" (Palmeira, 2020, p.293), critiques have also been leveled at the normative, generalizing, and homogenizing nature of Finley's models (Funari; Garraffoni, 2006), including his proposition of a "slave society." Conceived as an explanatory model juxtaposing forms of slavery practiced across different societies, both ancient and modern, this concept overlooks the historical specificities underlying slavery within these varied societies in general, and particularly among those identified by Finley (1980) as representative of this model. Through a productive dialogue with sociological and anthropological theories regarding human enslavement, scholars have highlighted the merits of approaches that consider the specificity of slavery processes (Kopytoff, 1982) in a given society. Each society, including

¹ This commentary, entitled "Further Thoughts", was originally published in the second (revised) edition of the book *The Ancient Economy*, dated 1985. In the present study, we use the 2003 version of this same volume (*La Economía de la Antigüedad*), translated into Spanish, and published by Fondo de Cultura Económica (Mexico).

those in antiquity, established its own criteria for enslavement, possibilities, and limits for emancipation, and the eventual (re)integration of freed individuals into social structures (Joly, 2005).

The endogenous nature of the concept of "slave society" as proposed by Finley (1980), as noted by Joly and Knust (2024), also tends to overlook the extraterritorial aspects of ancient slavery, which involve complex connections between local and global realities (Funari, in press). These dynamics can only be fully understood through a Mediterranean perspective of these interactions. The case of Roman Africa, as discussed below, allows for considerations on how the rise of the Roman Empire and its accompanying process of political and economic integration imparted a Mediterranean character to the slavery practiced in this region.

SLAVERY IN ROMAN AFRICA: A SLAVE SOCIETY?

In a recent study on slavery in Roman Africa, Brent Shaw (2017, p. 50) examined whether the North African region during the imperial period could be classified as a slave society. His response to this question considered the geographical dimension underlying ancient slavery. Shaw (2017, p. 50, *passim*) argued that societies employing slavery as property exhibited a maritime character. Situated within the Mediterranean maritime environment, Roman territory—including North Africa—would not be an exception to this principle: "From the ancient Black Sea to the modern burgeoning of the Atlantic system, this type of slavery was also an insular fact. The Mediterranean world of the Roman was no exception" (Shaw, 2017, p. 50).

Despite the connectivity provided by the sea, Shaw (2017) attributes only a peripheral, minority role to slavery practiced in the provincial territories of North Africa, especially when compared to other Roman provinces of the first centuries. The justification for this definition, in the wake of many other studies dedicated to the subject (Whittaker, 1978; Lepelley, 1981; Magalhães de Oliveira, 2014), would reside in the fact that slavery, in North African territory, coexisted with other forms of compulsory labor (Shaw, 2017, p.50). Indeed, the epigraphic documentation originating from North Africa allows us to understand the so-called *Lex Manciana*. Also known as the "Inscription of Henchir Mettich" (CIL VIII, 0025902), the record in question, drawn up officially by the Roman authorities, responds favorably to the demand presented by the *coloni* (a group formed by sharecroppers and workers of indigenous origin) who worked the aforementioned imperial land under a shareholding regime (Magalhães de Oliveira, 2008). By regulating the conditions for the agricultural exploitation of uncultivated imperial lands, the law in question ensured the so-called "own use" by the *coloni* of the new lands. In fact, in addition to the typical propositions of the agricultural dimension, the *Law of Manciana* also granted the *coloni* the right to "[...] bequeath, mortgage or sell previously uncultivated lands for cultivation, but only on the condition that they cultivate them continuously" (Magalhães de Oliveira, 2008, p.119).

Whether extensive or limited, ancient documentation (textual and material) attests to the presence of servile relations in North African territory from more distant periods that precede the conquest of Carthage by the Romans in 146 BC (Matilla Vicente, 1977; Shaw, 2017). In line with the heterogeneity of the servile institution carried out in Roman Africa, the sources on the people enslaved in this territory are diverse and distinct. Recent historiography (Blázquez, 1998; Revilla, 2013; Magalhães de Oliveira, 2014; Bermejo, 2018; Fávoro, Nápoli; Lima, 2019) has studied North African slavery based on mosaics and their iconography, seals applied to amphorae of olive oil, ancient textual tradition (with emphasis on the writings of Apuleius of Madaura, for example) and Christian tradition (such as the Martyrdom of Perpetua and Felicity and the writings of Augustine of Hippo, in a later period).

With regard to epigraphic documentation, for example, we can mention the so-called Tariff of Zarái (CIL VIII, 04508), originating from a region of the same name and which in Berber evokes the idea of a region of passage (Troussert, 2002). The document in question, dated 202 AD, is a stele measuring 1.28 m (height) x 0.40 m (width), and bearing a long Latin inscription of a customs nature, the interpretation of which has been challenging since its discovery in 1858 (France, 2014; Albana, 2020). In a recent study, Jérôme France (2014) highlighted the uniqueness and historical importance of this inscription, associating it with at least four main themes:

C'est aussi un texte fort riche, dont le contenu intéresse au moins quatre grands aspects: la réglementation et la procédure douanières ; les relations entre le portorium et l'armée, spécialement dans une zone qui est fortement marquée par l'implantation militaire ; la question des marchés locaux ; les circuits commerciaux à grande et petite échelle, la nature des produits concernés et la situation de la douane de Zarái, en particulier dans le contexte de la frontière africaine... (France, 2014, p.94. Grifos do autor).

It is also a very rich text, whose content pertains to at least four major aspects: customs regulations and procedures; the relationship between customs duties and the military, especially in a zone strongly marked by military presence; the question of local markets; trade circuits on large and small scales; the nature of the goods involved; and the situation of the Zarái customs office, particularly in the context of the African frontier ... (France, 2014, p.94, Author's translation).

Among the “products” listed by the Zarái Tariff (CIL VIII, 04508) as subject to taxation, we can observe the presence of enslaved people. In general, as proposed by Troussert (2002), the inscription in question attests that Roman Africa occupies a privileged position, of commercial connection, between the Mediterranean world and other distant areas. Given the impossibility of attributing a definitive origin to the people who were being traded in a servile condition, and who are mentioned in the first lines of the customs document, the author even suggests (Troussert, 2002, p.364 passim) a possible connection with the slave trade carried out by the Garamantes, responsible for supplying enslaved people to the Mediterranean, already well known in current historiography (Fentress, 2011). Below, we present the inscription known as Tarifa de Zarái (CIL VIII, 04508) and an authorial proposal for its translation:

Imp(eratoribus) Caes(aribus) L(ucio) Septimi/o Severo III et M(arco) Aurelio / Antonino Augg(ustis) Piis co(n)s(ulibus) / lex portus post discessum / coh(ortis) instituta / lex capitularis mancipia sin/gula |(denarii) | s(emis) equ(u)m equam |(denarii) | s(emis) / mulum mulam |(denarii) | s(emis) asinum / bovem s(emis) porcum |(sestertius) porcellu(m) |(dupondius) / ovem caprum |(sestertius) edum agnu(m) |(dupondius) / pecora in nundinium immunia / lex vestis peregrinae abollam ce/natori(a)m |(denarii) | s(emis) tunicam ternar/iam |(denarii) | s(emis) lodicem s(emis) sagum / purpurium |(denarius) cetera vestis / afra in singulas lacinias s(emis) / lex coriaria corium perfectu(m) s(emis) / pilos(um) |(dupondius) pelle(m) ovella(m) caprin(am) |(dupondius) / scordiscum malac(um) p(ondo) C [s(emis)] / rudia p(ondo) C s(emis) glutinis p(ondo) X |(dupondius) spon/giaru(m) p(ondo) X |(dupondius) lex portus m(a)xim(a) / pe<c=Q>uaria iument(a) immunia ce/teri rebus sicut ad caput / vini amp(horam) gari amp(horam) |(sestertius) / palmae p(ondo) C s(emis) fici p(ondo) C [1] vatassae <m=N>odios dec[em] / resina(m) pice(m) alum<e=l>n {in} p(ondo) C ferr[i]

The pious emperors Caesar Augustus Lucius Septimius Severus, for the third time, and Marcus Aurelius Antoninus, being consuls, the customs tariff, after the withdrawal of the cohort. Tariff per head: each slave one denarius and a half, horse and mare one denarius and a half, male mule and female mule one denarius and a half, oxen half a denarius, pig one sesterce, suckling pig one dupondius, sheep and goat one sesterce, kid and lamb, two asses, cattle from the local fair are exempt. Tariff for outer garments: one banquet garment one denarius and a half, one tunic of three aurei one denarius and a half, one linen cloth half a denarius, one purple garment one denarius, other African garments each half a denarius. Tariff for leather materials: well-finished leather, half a denarius, hairy, one dupond, sheep or goat hair, one dupond, brushed leather, one hundred pounds each, half a denarius, rawhide, one hundred pounds each, half a denarius, gum, one ten pounds each, one dupond, sponges, one ten pounds each, one dupond. General customs tariff: grazing and pack animals are exempt, for the others, as above, an amphora of wine or garum, one sestertius, dates, one hundred pounds, half a denarius, figs, one hundred pounds each, half a denarius, ten modios of vatassas, ten modios of walnuts, one hundred pounds each of resin, bitumen, alum, may pass exempt (CIL VIII, 04508, Author's translation).

Beyond the Zarai inscription (CIL VIII, 04508), epigraphic records related to the enslaved population in North Africa reveal a significant number of occupations, both agricultural and non-agricultural, performed by individuals under servitude. The frequent mention of professions, serving as a form of recognition for labor despite the hardships of slavery, can be seen in various inscriptions from African territories. This includes, for instance, the freed bakers of Carthage (CIL VIII, 024678)², a city where the nutrix Gellia was also buried (CIL VIII, 013191)³. Mentions of other professions, such as shoemakers⁴, butchers⁵, and glassmakers⁶, among others, are also documented (Matilla Vicente, 1977). These inscriptions, alongside epigraphic records of official public slaves (Matilla Vicente, 1977; Carlsen, 2020), underscore the constant presence and contribution of enslaved individuals to the daily life of North African cities during the Roman era. Although their role was comparatively minor—whether evaluated against other provinces or the agricultural work of tenant farmers—slavery undeniably played a significant part in the economy and administration of Roman North Africa.

Intersected by commercial land and maritime routes connecting the Mediterranean to the heart of the African continent, the slavery practiced in this territory far exceeds the “slave society” model previously proposed by Moses Finley (1980), which emphasized only

² (CIL VIII, 024678), L(ucius) Atilius L(uci) I(ibertus) Hiero furnari(us) / Valeria I(mulieris) I(iberta) Euterpe furnaria / vivit / C(aius) Valerius C(ai) I(ibertus) Dionisius triari(us) / vivit. Author's translation: Lúcio Atílio Hiero, freedman of Lúcio, baker. Valéria Euterpe, woman, freed, lives. Gaius Dionísio, freed, triary, lives.

³ (CIL VIII, 013191), Ge]llia En[3] / [3] nutrix [3] / [3 v]ixit an(nos). Author's translation: Gélia, wet nurse, [---] lived [...] years.

⁴ (CIL VIII, 016710), D(is) M(anibus) s(acrum) / Vitalis / sutor / v(ixit) a(nnos) XXXV / Iucundus / frat(ri) car(issimo) fe(cit). Author's translation: Consecrated to the manes gods. To Vital, the shoemaker, who lived for thirty-five years. Jocundus made [this monument] for his dearest brother. (CIL VIII, 09329 = CIL VIII, 020939), [I]ngenuis Sutor / Dom(i)no Saturno v(otum). Author's translation: Naive, the shoemaker. I vote for Saturn, the Lord.

⁵ (CIL VIII, 09332), Africanus / Ianio votum / solvit libens / animis. Author's translation: Africanus, the butcher, fulfilled the vow of his own free will.

⁶ (CIL VIII, 09430), Saburio Antae vi/triari et Paulas (=Paulae) f(ilius) vix(it) menses sex dulcis h(ic) s(itus) e(st). Author's translation: Sabúrio and Anta, glaziers, and Paulas, son, who lived for six sweet months and here rests.

endogenous factors. The Mediterranean connection of slavery in Roman Africa, in turn, persisted into Late Antiquity and can be observed through the works of the well-known bishop of Hippo: Aurelius Augustine.

AUGUSTINE AND SLAVERY IN ROMAN AFRICA

Slavery in the North African territory persisted well into Late Antiquity, as evidenced by the writings of Saint Augustine, Bishop of Hippo, which reflect its endurance, scope, and connections to other regions of the Ancient Mediterranean in the 5th century CE. Augustine addressed the topic of human enslavement with varying depth across his diverse theological and philosophical works. In his theological reflections, Augustine argued that servile relationships were not natural or inherent to humanity but rather constituted a "just punishment" for humanity's sins. He stated: *Conditio quippe servitutis iure intellegitur imposita peccatori* [Indeed, it is understood that servitude was justly imposed upon sinners] (AUGUST. *De civ. D.* XIX, 15. Author's translation).

Reiterating the principles of authority presented in the pseudo-epigraphical New Testament epistles (Lourenço, 2018, p.17; Serrano Madroñal, 2019), Augustine's writings in *The City of God* (XIX, 14) defend the importance of perpetuating hierarchies within the domestic sphere, aligning with the obedience principles underpinning relationships involving enslaved individuals. On the (supposed) right to care for, command, and obey for the sake of "domestic peace," Augustine emphasizes:

First, therefore, belongs the care of one's own. He has the most opportune and easiest chance to aid them, whether due to natural order or to human society itself. On this, the Apostle [Paul] says: 'Those who do not provide for their own, especially those of their household, have denied the faith and are worse than unbelievers.' [1 Tim. 5:8, cited in the Latin *Vetus Latina* translation]. Hence originates domestic peace, that is, the ordered concord of commanding and obeying among those who dwell together. Those who care command: as the husband to the wife, the parents to the children, and the masters to the slaves. Those who are cared for obey: as the wives to the husbands, the children to the parents, and the slaves to the masters. But in the household of the just man, who lives by faith and still journeys toward the heavenly city, those who command serve those over whom they appear to rule. Thus, they do not command for the pleasure of commanding but out of the duty to care; not for the pride of governance but for the mercy of provision" (AUGUST. *De civ. D.* XIX, 14. Author's translation).

Although Augustine recognized the unnatural nature of slavery, he did not propose the creation of a society devoid of slavery (Garnsey, 1996). This observation can also be gleaned from a second type of Augustinian writing transmitted to posterity: his epistles. When compared to other works preserved from Antiquity, Augustine's writings exhibit remarkable organization and consistency. Not only did Augustine himself undertake revisions of his works (*Retractationes*), but the contributions of Possidius, his friend and first biographer (responsible for compiling a small index (*Indiculum*) of his writings), were crucial to ensuring the relatively intact transmission of Augustine's works to later generations (Brown, 2011; Magalhães de Oliveira, 2020).

The caution demonstrated by Augustine and Possidius, however, did not prevent some of Augustine's writings from being lost. Indeed, several of his epistles (and sermons), although listed in ancient indices, were only rediscovered in the 20th century (Brown, 2011). This is the case, for example, of the epistles known as *Divjak* (01*-29*), found in the

Municipal Library of Marseille in the 1970s by scholar Johannes Divjak. Similarly, in the 1990s, philologist and historian François Dolbeau discovered another set of Augustine's sermons in Mainz (Brown, 2011). As highlighted by historiography (Lepelley, 1981; Brown, 2011; Elm, 2017; Magalhães de Oliveira, 2020), the epistolary documentation offers a unique perspective on the daily activities of the Bishop of Hippo: a prosaic view that often contrasts with the authoritarianism and severity present in many of his theological works.

Regarding slavery specifically, it is essential to highlight the significance of the so-called *Epistle 10* (Divjak), written by Saint Augustine. Addressed to Alypius, Bishop of Tagaste and envoy to the imperial court (Serrano Madroñal, 2019), this letter was produced between the years 422 and 423, or possibly 428 (Elm, 2017; Serrano Madroñal, 2019). It takes the form of a *commonitorium*, a confidential memorandum intended to remain strictly between the two interlocutors (Elm, 2017). While the epistle reflects Augustine's concern about the persistence of Pelagian ideals (Magalhães de Oliveira, 2020), its main subject is the illegal enslavement and trade of individuals from Roman Africa to other Mediterranean territories. Consulting with other clerics and advisors to seek legal counsel on addressing the kidnapping and sale of free persons from African territories (Lepelley, 1983), Saint Augustine reports the following to his friend and colleague, Bishop Alypius⁷:

2. I would like to add something: there are so many slave traders, who in Africa are called mangones, or adorners, that Africa is emptied of people, sent to the overseas provinces. People born free but traded! A few are sold according to Roman law, to work for twenty-five years, but the vast majority are not. They, on the contrary, are bought and sold as slaves, here, also sold as slaves overseas. It is very rare that they buy slaves from their actual and legal masters. I will say more: this gang of traffickers, with so many seducers and predators, acts in an organized manner and in gangs. They shout to scare, wear military or savage clothing and operate in remote and deserted places, invading lands and kidnapping people by force and selling them to merchants or traffickers (AUGUST. *Ep. 10** Divjak. Translation: Silva; Funari, 2022).

7. If I were to list crimes of this type, only those we know firsthand, it would not be possible. Look at this case and imagine what happens throughout Africa, particularly on the coast. Four months ago, Galatian traffickers captured people from all over, especially from Numidia. These Galatians are the biggest human traffickers on the coast of Hippo. There was no shortage of believers, aware of our charity, who reported this practice to the Church. I was outside Hippo. At the time, 120 were freed by our believers, some already on board, others hidden before boarding. It was possible to learn that five or six were sold by their own parents. Of all the others, it is impossible to hold back the tears, upon learning of the circumstances, through seducers and predators, in which they ended up in the hands of the Galatians (AUGUST. *Ep. 10** Divjak. Translation: Silva; Funari, 2022).

The referenced Augustinian *Epistle 10* (Divjak) provides what may be the most comprehensive account of the trafficking of enslaved persons in Antiquity. Among the details presented by the Bishop of Hippo, notable points include the violent actions of traffickers,

⁷ In this text, we reproduce only two of the excerpts that make up the aforementioned Augustinian epistle. The full Latin text, as well as its translation into Portuguese, can be consulted at: Silva; F. N.; Funari, P. P. A. Translation of Saint Augustine's *Epistle 10* (Divjak). *PhaoS. Rev. Est. Class.*, Campinas, v. 22, p. 1-10, 2022. Available at: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/phaos/article/view/16647>. Accessed on: October, 20th 2024.

carried out individually or in groups, targeting peasants; the redistribution of enslaved persons to other Mediterranean territories; and the complex involvement of religious leaders, particularly bishops, in addressing illegal slavery and the commercialization of individuals reduced to servitude. Acknowledging that freeborn individuals (*ingenui*) were being kidnapped, enslaved, and sold in other provincial territories, Augustine expresses frustration with the inefficacy of Roman laws against *plagium* in African territory. He emphasizes that even members of the Church were implicated in the sale of free persons into the slave trade.

Despite the clear dissatisfaction and occasional rhetorical exaggerations presented in the epistle (10* *Divjak*) addressed to the Bishop of Tagaste, it is evident that Augustine's efforts to secure the release of enslaved individuals were carried out, or sought to be carried out, within the legal framework of the Empire and its legislation concerning enslavement (Lepelley, 1981). In this regard, the sender hopes that his friend Alypius might achieve some success on this matter during his stay at the imperial court in Italian territory (Serrano Madroñal, 2019). The law referenced by Augustine, promulgated by Honorius, has not survived to the present day. This legal measure, however, prescribed physical punishments, torture, and perpetual exile for slave traffickers, known as *mangones*⁸. Augustine of Hippo was seemingly reluctant to enforce the penalties outlined in the legislation, as he understood it was not intended to punish "traffickers who deceive and abduct free persons [...]" (AUGUST. Ep. 10 *Divjak*, 3).

Although the memorandum emphasizes that the abductions carried out by traffickers targeted individuals from various social groups, it particularly highlights that one of the primary victims of the *mangones* were rural workers, or *coloni*. According to Claude Lepelley (1983), this vulnerability derived from the marginal social position occupied by rural workers in Roman Africa, situated between servitude and freedom. The abduction and sale of free individuals into slavery (*plagium*) were not novel practices among the Romans, nor unfamiliar to Augustine himself. In one of his letters addressed to Hesychius of Salona (Ep. 199, 46), dated between 420/421 CE, the Bishop of Hippo mentions the abduction of "barbarian" individuals who had yet to encounter the Christian gospel. Lepelley (1983) posits that such invasions likely targeted Moorish peoples beyond Roman borders and laws. In *Epistle 10 (Divjak)*, Augustine references a possible escalation in the activities of the *mangones* in Numidia. Studies by Susanna Elm (2017) and Raúl Serrano Madroñal (2019), who date the letter to around 428 CE, suggest that the intensification of slave trafficking incursions in Numidian lands may have been linked to the Vandals' activities in the Iberian Peninsula and Mauretania. Their presence disrupted the usual trade routes for enslaved persons in the Mediterranean, redirecting these traffickers' operations toward regions like Hippo.

In this instance, too, we are presented with an institution that connects distant and distinct regions and peoples, which can only be comprehended through an exclusively endogenous perspective by adopting a forced and overly generalizing approach. It is undeniable, therefore, that the study of ancient slavery in general, and the servile relations carried out in Roman Africa in particular, can greatly benefit from a Mediterranean and globalizing historical perspective.

⁸ As demonstrated in the study by Raúl Serrano Madroñal (2019), the term *mangones* was already used in classical Latin (by authors such as Pliny the Elder, Martial and Macrobius) to refer to those who trafficked enslaved people. In etymological terms, the author argues, the word *mango* would derive from the Greek verb μαγγάνεύω, used to refer to the idea of "using magic or deception" (Serrano Madroñal, 2019, p.253). The term "Galatians" used by Augustine of Hippo, in the same way, would also have been used since the republican period to refer to traders of enslaved people.

FINAL CONSIDERATIONS

By adopting the Weberian ideal-type concept as its foundational framework, the model of "slave society" proposed by Moses Finley (1980) proves to be imprecise and overly generalizing when applied to specific cases. The study of slavery in Roman Africa, as demonstrated in this article, reveals particularities that significantly exceed the strictly endogenous configurations (Joly; Knust, in this issue) of the explanatory model proposed by the American historian in *Ancient Slavery and Modern Ideology* (1980).

In contrast to Moses Finley's (1980) concept of "slave society," it seems pertinent, first and foremost, to acknowledge the existence of slave relations in Roman Africa beyond their "location" in African cities or countryside. Indeed, as evidenced by examples from epigraphic documentation, enslaved individuals, across a variety of occupations, played a significant role in the economy and even in provincial administration. The so-called "Cemetery of the Officials of Carthage," a designation by French historiography since its discovery, contains a notable number of funerary inscriptions for public slaves and their families who lived in the city between the first and third centuries (Carlsen, 2020).

Secondly, slavery in Roman Africa was fully incorporated into the ongoing dynamics of Mediterranean integration, both in the classical and late antiquity periods. The trade of enslaved individuals (transformed into commodities), as evidenced by customs taxation, was also part of the long-distance commerce conducted along maritime and terrestrial routes. These routes connected African territories not only to distant and desert regions but also to the Roman Mediterranean. This interconnectedness is further corroborated through the reading and examination of Augustine's *Epistle 10 (Divjak)*, which outlines a dynamic of abduction, enslavement, and trade of enslaved individuals across an interprovincial framework.

Slavery practiced in North Africa, thirdly, coexisted with agricultural labor performed by sharecropper *coloni*. The distinction between the *colonus* and enslaved individuals was tenuous and not always fully observed or understood by contemporaries (Lepelley, 1983). Augustine, an advocate for the legal differentiation between *coloni* and enslaved persons, expressed dissatisfaction upon witnessing free individuals being unjustly reduced to servitude. In this context, his writings suggest that, during his time, there may have been an intertwining of the compulsory labor performed by African *coloni* with a slavery system conducted under a broader Mediterranean framework. The complexity arising from the intersection of local and global realities, as appears to be the case with Roman Africa, cannot be adequately addressed within the framework of Moses Finley's (1980) concept of a slave society.

REFERENCES

ALBANA, Mela. Ancora sulle Tariffe di Zaraï e di Lambaesis. In: SORACI, Cristina. *Fiscalità ed Epigrafia nel Mondo Romano*. Atti del Convegno Internazionale (Catania, 28-29 giugno 2019). Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2020. p.93-107.

BERMEJO, Jesús. La representación de la servidumbre en los mosaicos romanos. In: MARTÍNEZ, José María Álvarez; JIMÉNEZ, María L. N. (Coord). *Estudios sobre mosaicos romanos*. Dimas Fernández-Galiano: in memoriam. Madrid: La Esfera de los Libros, 2018. p. 73-98.

BÍBLIA. *Novo Testamento*. Apóstolos, Epístolas, Apocalipse. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



- BLÁZQUEZ, José M. Representaciones de esclavos en mosaicos africanos. In: KLANOUSSI, M; RUGGERI, P; VISMARA, C. (Eds). *L'Africa romana XII*. Atti dell'XII convegno di studio. Olbia, 12-15 dicembre, 1996. Sassari, 1998, p.1029-1036.
- BROWN, Peter. *Santo Agostinho*. Uma biografia. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- CARLSEN, Jesper. Epitaphs and Demography of the Imperial Slaves and Freedmen in Roman Carthage. In: *Reflections: Harbour City Deathscapes in Roman Italy and Beyond*. Roma: Edizioni Quasar, 2020. p.195-209.
- CHALHOUB, Sidney. The politics of Ambiguity: conditional manumission, labor contracts and slave emancipation in Brazil (1850s-1888). *International Review of Social History*, n. 60, p. 161-191, 2015.
- CIL VIII. Corpus Inscriptionum Latinarum VIII: *Inscriptiones Africae Latinae*. MOMMSEN, Theodor (et. al.) Berlim, 1881.
- DIVJAK, Johannes (ed.). *Epistolae ex duobus codicibus nuper in lucem prolatae*. Sancti Aureli Augustini Opera. CSEL 88. Viena: Noelder-PichlerTempsky, 1981.
- ELM, Susanna. Sold to Sin Through Origo: Augustine of Hippo and the late Roman Slave Trade. *Studia Patristica*, 98. 2017. p.01-22.
- FÁVARO, Aline M.; NÁPOLI, Tiago A.; LIMA, Ricardo da C. A Paixão de Santa Perpétua e Santa Felicidade (*Passio Sanctarum Perpetuae et Felicitatis*): tradução anotada. *Rónai. Revista de Estudos Tradutórios*, v. 7, n. 2, p. 37-68, 2019.
- FENTRESS, E. Slavers on Chariots. In: DOWLER, A.; GALVIN, E. R. (eds.). *Money, Trade and Trade Routes in Pre-Islamic North Africa* (British Museum Research, 176). London: British Museum Press, 2011, p. 65-71.
- FINLEY, Moses I. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. New York: The Viking Press, 1980.
- FINLEY, Moses I. *A Economia Antiga*. 2.ed. Porto: Afrontamento, 1986.
- FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FINLEY, Moses I. *La economía de la Antigüedad*. 3.ed. México: FCE, 2003.
- FRANCE, Jérôme. Normes douanières et réglementation des échanges. Trois questions simples sur le tarif de Zarái (Numidie). *Antiquités africaines*, n. 50, p. 93-110, 2014.
- FUNARI, Pedro P. A. Resenha de "Escravidão antiga e ideologia moderna". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 199-201, 1992.
- FUNARI, Pedro P. A.; GARRAFFONI, Renata S. Economia romana no início do principado. In: SILVA, Gilvan V.; MENDES, Norma M. (orgs.) *Repensando o Império Romano*. Perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/Edufes, 2006. p.53-63.
- FUNARI, Pedro P. A. *Beyond global and local*. Mediterranean material connections. No prelo.
- GARNSEY, Peter. *Ideas of slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: University Press, 1996.

HUMBERT, Michel. Enfants à louer ou à vendre: Augustin et l'autorité parentale (Ep. 10* et 24*). In : *Les lettres de Saint Augustin découvertes par Johannes Divjak*. Communications présentées au colloque de 20 et 21 Septembre 1982. Paris: Études Augustiniennes, 1983. p.189-204.

JOLY, Fábio D. *A escravidão na Roma Antiga*. Política, Economia e Cultura. São Paulo: Alameda, 2005.

JOLY, Fábio D. *Libertate opus est: escravidão e manumissão à época de Nero (54-68 d.C.)*. Curitiba: Progressiva, 2010.

JOLY, Fábio D.; KNUST, José E. M. Escravidão antiga em perspectiva mediterrânica: uma proposta de abordagem global. *Neste número*.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Ann. Rev. Anthropol.* v.11, p. 207-230, 1982.

LEPELLEY, Claude. La crise de l'Afrique romaine au debut du Ve siècle, d'après les lettres nouvellement découvertes de saint Augustin. In: *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. 125e année, n. 3, p. 445-463, 1981.

LEPELLEY, Claude. Liberté, colonat et esclavage d'après la Lettre 24*: la juridiction épiscopale « de liberali causa ». In: *Les lettres de Saint Augustin découvertes par Johannes Divjak*. Communications présentées au colloque de 20 et 21 Septembre 1982. Paris: Études Augustiniennes, 1983. p.329-342

LOURENÇO, Frederico. Introdução. In: *BÍBLIA. Novo Testamento. Apóstolos, Epístolas, Apocalipse*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 9-37.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio C. As inscrições sobre o colonato nas propriedades fundiárias imperiais da África Romana: a inscrição de Henchir Mettich (*CIL VIII, 25902*). Apresentação, texto e tradução. *Phaos*, n. 8, p. 117-129, 2008.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio C. A África de Santo Agostinho e a sociedade de seu tempo. In: PIRATELI, Marcos R. (org.) *Ensaio sobre Agostinho de Hipona*. História, Música, Filosofia e Educação. Maringá: EDUEM, 2014, p. 33-77.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio C. Agostinho de Hipona – Uma vida na Antiguidade Tardia. In: REDE, Marcelo (org.) *Vidas Antigas*. Ensaio biográficos da Antiguidade. Volume 2. São Paulo: Editora Intermeios, 2020. p.75-121.

MATILLA VICENTE, Eduardo. Surgimiento y desarrollo de la esclavitud cartaginesa y su continuación en época romana. *Hispania antiqua*, n. 7, p. 99-123, 1977.

MORRIS, Ian. Prólogo. In: FINLEY, Moses I. *La economía de la Antigüedad*. 3ª Edición. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 7-36.

PALMEIRA, Miguel S. Moses Finley e a economia antiga: interdisciplinaridade na produção de uma inovação historiográfica. *Revista Vernáculo*, n. 8-09-10, p. 129-141, 2005.

PALMEIRA, Miguel S. Moses Finley: compreensão, modelos e historiografia. In: SILVA, Glaydson J.; CARVALHO, Alexandre G. (orgs.) *Como se escreve a História da Antiguidade*. Olhares sobre o antigo. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020. p. 287-298.

SAINT AUGUSTINE. *Letters*. Vol. III (156-210). Translated by Roland Teske. Hyde Park (NY): New City Press, 2005.

SANTANA, Rogério B. Caminhos para a liberdade. Perdigão Malheiro e o problema da escravidão nas linguagens do ideário político e antiescravista, 1863-1972. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Volume III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

SERRAÑO MADRONAL, Raúl. Mangones gálatas, comercio de esclavos y perspectiva eclesiástica en época de Honorio. *Stud. Hist., Hª antig.*, 37, 2019. p.251-267.

SHAW, Brent D. Africa. In: HEINEN, Heinz *et. al.* *Handwörterbuch der antiken Sklaverei - Lieferung II* (HAS II). Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2017. p.50-57.

SILVA, Filipe N. *Pela honra e em liberdade: os libertos e a munificência cívica na Baetica* (Séculos I e II d.C). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

SILVA, Filipe N.; FUNARI, Pedro P. A. Tradução da *Epístola 10** (*Divjak*) de Santo Agostinho. *PhaoS. Rev. Est. Class.* v. 22. Campinas, 2022, p.01-10.

TROUSSET, Pol. Le tarif de Zarai: essai sur les circuits commerciaux dans la zone présaharienne. *Antiquités africaines*, n. 38-39, p. 355-373, 2002.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Historicizing Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

WHITTAKER, Charles R. "Land and Labour in North Africa". Band 60, Heft 2, edited by: Werner Hartke, Rigobert Günther, Johannes Irmscher, Heinz Kreißig and Wolfgang Seyfarth, Berlin, Boston: De Gruyter, 1978. p. 331-362.

NOTAS DE AUTOR

AUTHORSHIP

Filipe Noé da Silva: PhD in History, State University of Santa Catarina, Department of History, Florianópolis, SC, Brasil

ADDRESS FOR CORRESPONDENCE

Inserir endereço completo.

SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.

ACKNOWLEDGEMENTS

I owe thanks to Augusto Antônio de Assis, Juan Manuel Bermúdez Lorenzo, Viviane Trindade Borges, Pedro Paulo Abreu Funari, Fabio Duarte Joly, Fabio Augusto Morales, José Ernesto Moura Knust, Claudia Mortari and Julio Cesar Magalhães de Oliveira. I must mention the support of State University of Santa Catarina (UDESC), Federal University of Santa Catarina (UFSC) and AYA Laboratory (Postcolonial and Decolonial Studies). The ideas presented in this paper are my own, and I am solely responsible for them.



AUTHORSHIP CONTRIBUTION

Conceptualization and elaboration of the manuscript, Data collection, Results discussion, Revision and approval: Filipe Noé da Silva.

FUNDING

Not applicable.

IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There are no conflicts of interest.

PREPRINT

This article is not a preprint.

LICENCE OF USE

© Filipe Noé da Silva. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITOR

Fabio A. Morales.

HISTORY

Received: November 19, 2024

Approved: December 31, 2024

How to cite it: SILVA, Filipe N. da. A África romana e a escravidão: em busca de uma perspectiva mediterrânea. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 484-498, 2024. [English]





THE STUDY OF ANCIENT SLAVERY AND THE PATH TO RENEWAL: A CRITIQUE

O estudo da escravidão antiga e o caminho para a renovação: uma crítica

Ulrike Roth ^a

 <https://orcid.org/0000-0003-4773-9470>

E-mail: u.roth@ed.ac.uk

^a University of Edinburgh, School of History, Classics and Archeology, University of Edinburgh, United Kingdom.

DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

ABSTRACT

This response highlights an underlying issue of the contribution offered by Joly and Knust – namely the problematic relationship between the top-down proposal of a theoretical framework for the study of ancient slavery on the one hand, and on the other hand the role of practices of domination, however light-touch, in the structuring of social relations in academia, and by extension contemporary society at large. In so doing, the response articulates a broader critique of top-down research agendas, challenging also the establishment, a priori, of theoretical frameworks for research in – that is, for – the field as a whole.

KEYWORDS

Ancient Slavery. Modern Scholarship. Research Design. Bottom-up/Top-down Approaches.

RESUMO

Esta resposta destaca uma questão subjacente à contribuição oferecida por Joly e Knust, nomeadamente, a relação problemática entre a proposta de cima para baixo de um quadro teórico para o estudo da escravidão antiga, por um lado, e em outro sentido, o papel das práticas de dominação, ainda que leve, na estruturação das relações sociais na academia e, por extensão, na sociedade contemporânea em geral. Ao fazê-lo, a resposta articula uma crítica mais ampla às agendas de investigação de cima para baixo, desafiando também o estabelecimento, a priori, de quadros teóricos para a investigação no/para o campo como um todo.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão antiga. Pesquisa contemporânea. Design de pesquisa. Abordagens top-down.

The idea that “The rest of us must tread another path” has a famous pedigree in the study of ancient, more specifically Greek and Roman, slaveries – as the cited quip readily recalls, taken from Moses Finley’s notorious opening chapter of his *Ancient Slavery and Modern Ideologies* (Finley, 1980, p. 65). It summed up Finley’s conclusion to his scathing critique of the work undertaken by Joseph Vogt and some of his collaborators under the auspices of the Mainz Academy’s research project into ancient slavery in the nearly three decades leading up to Finley’s lectures at the Collège de France in 1978:¹ these lectures were subsequently published in the book that, for some, is Finley’s most readily remembered contribution to the study of ancient slavery – including the noted promotion of the path to renewal. Besides much else that provoked Finley’s ire, he chiefly decried what he perceived as misplaced empiricism that was characterized by a lack of due theory in the approach of the criticized scholars. Whatever the merits of Finley’s critique (and my own view on this is considerably more complex and significantly less gullible than its widespread, basically positive reception notably in the Anglosphere),² it creates from the start an uncanny echo to Fábio Joly and José Knust’s exploration of a fresh “path to renewing the field” (Joly; Knust, in this issue) that I have been asked to comment on. To be precise, this kind of overt “search for renewal” and predetermined “questioning of certain orthodoxies” (Joly; Knust, in this issue) echoes the almost missionary undertones that Finley’s bombastic intervention sounded. This is not to suggest that Joly and Knust merely follow Finley’s example; plainly, they are openly critical of what they see as weaknesses of Finley’s approach, particularly his use of the concept of “slave society” (on which more below). Likewise, Joly and Knust do in my view better than Finley in acknowledging the intricate dynamics between grand concepts and theoretical approaches on the one hand and the nitty-gritty base work of historical research with typically fragmentary and highly ambiguous evidence on the other (on which also more below). But the fact remains that, albeit clearly differently to Finley, they issue a call for change, directed at the research community at large. In so doing, Joly and Knust express a desire to theorize that goes beyond (or, rather, that comes before) the research itself: the theoretical framework is established *ab initio*, and the work with the sources is consequently given a secondary role, one that is effectively set to validate the predetermined framework. Put differently, the framework – that is, the so-called First Mediterranean and Second Mediterranean Slavery, i.e. what they refer to in the abstract as “a new conceptual model for the study of ancient slavery” (Joly; Knust, in this issue) – is not the outcome of the authors’ research, but a kind of work plan that is designed to shape new work, thereby also directing its broader interpretative thrust. The following comments center on what to my mind is an underlying issue that this approach generates in respect of modern social practices, thrown into relief not least through the proposal’s location specifically in slavery studies.

THE PATH TO RENEWAL IN THE STUDY OF ANCIENT SLAVERY

Cherished as these are not least by government funding bodies and other grant awarding institutions, grand research designs set to direct the work of numerous scholars create a tension of a kind that is not typically commented on in academic discourse, one which is further amplified in the context of the specific subject matter at stake – i.e. the study of slavery. Thus, and notwithstanding exceptions and aberrations, slavery constitutes a form of domination.³ It is, in other words, the product of a top-down approach, and this

¹ For the Mainz slavery project, see the project website: <https://www.adwmainz.de/index.php?id=997>.

² For two examples of opposing understandings of Finley’s critique, see respectively Deissler 2010 and Vlassopoulos 2016.

³ I do not seek to engage here in the debate about the validity of Orlando Patterson’s thesis of slavery as social domination, leading to the natal alienation of those subjected to it, briefly cited by Joly and Knust (Joly; Knust, in this issue, with

irrespective of the extent to which enslaved folk may have been able to influence how their enslavement unfolded on the ground. Scholars across time and space have of course sharply criticized the domination machinations of slavery, including in the study of ancient slavery: notably, already through what is often seen as the first modern work on ancient slavery, Henri Wallon sought to advance the cause of abolition (Walon, 1879). Seen especially against the backdrop of the place of domination and top-down approaches in slavery, I must admit to experiencing some considerable unease over top-down approaches to research design in academia – including the kind of agenda-setting that Joly and Knust propose. My concern is with the impact of top-down approaches, however light-touch in the form of academic agenda-setting, on the structuring of social relations in contemporary society. To be precise, I here point up the effective marginalization of individual scholarly agency, i.e. of an independent, bottom-up approach that facilitates and enables the generation, *ex nihilo* and *ex novo*, of significant – and self-directed – historical agendas, theories and interpretations. Commenting on Joly and Knust’s study thus constitutes an opportune occasion to raise the question of how outward calls to renewal and the public promotion of “another path”, to be delivered through a predetermined theoretical framework, could advance bottom-up thought and practices in the world we live in. How, in other words, can a scholarly approach and a theoretical framework that are top-down in their design contribute to a bottom-up culture, in academia? To be clear: I am not commenting here on any one scholar’s political opinions or social attitudes. Rather, I seek to raise the question of the relationship between our scholarly demeanors and the socio-political values that we may wish to advance through our work, not least in the study of slavery. To this end, it is appropriate to highlight some of the more specific presumptions that underpin and flesh out the predetermined research agenda and top-down theoretical framework proposed by Joly and Knust.

First, Joly and Knust borrow the concept of First and Second Slavery from research into slaveries in the Atlantic world (Joly; Knust, in this issue, *passim*). They subsequently pin this concept in a broad sweep onto the chronological contours of the ancient Mediterranean world; in this, they follow what may be deemed a surprisingly unsurprising Roman schema, with the point of transition located in the first century BC, when Roman society was experiencing significant social, cultural and political changes that would bring about imperial rule, traditionally referred to as the transition from the republican to the imperial period. Instead of the “questioning of certain orthodoxies” (see further Joly; Knust, in this issue), the proposed timeframe for the transition between the First and Second Slaveries thus actually reinforces a long-established chronological orthodoxy in the structuring of Roman history. In their own words, Joly and Knust work with:

the idea of a “Mediterranean slave system” and consider it as having two main phases: a Mediterranean “first slavery”, initially constituted in the context of city-states from the 9th century BC, and then, with the Roman Empire, from the 1st century BC onwards, a Mediterranean “second slavery” (Joly; Knust, in this issue).

The First/Second Slavery concept is moreover functional to Joly and Knust’s call for a global history approach in the study of ancient slavery, with a particular eye on the histories of the slaving cultures that have generated the concept in the first place – i.e. (some of) those in the Atlantic world, giving in the process due credit to Jeff Fynn-Paul’s work on so-called slaving zones (Fynn-Paul, 2009; Fynn-Paul; Pargas, 2018). It remains unclear to me how work that does not fit the outlined framework is engaged with. By way of example, and

Patterson (1982), and the works listed by Joly and Knust). But I contend that slavery is a form of domination that is, to borrow the words of Gwilym David Blunt, “socially constituted” (while being “interactionally arbitrary”): Blunt (2015, p. 19).

as is well known, I have myself argued against the idea of structural change in Roman rural, villa-based slavery, on the Italian peninsula, between the second century BC and the first century AD (Roth, 2007) – a viewpoint that does not conform to the proposed timeframe of the First/Second Slavery respectively and its noted point of transition in the first century BC. Most likely I am just plain wrong, but the question remains how specific diverging arguments and contradictory historical visions are confronted, especially when what is primarily at stake is the articulation of a grand “systemic vision” (Joly; Knust, in this issue): is it a matter of cherry-picking suitable details and arguments, while simply ignoring those that get in the way? This example serves moreover also to foreground a related point, namely the critique of the so-called “traditional historiographical morphology” (Joly; Knust, in this issue) in the study of ancient slavery, i.e. terms such as “Roman slavery”: much like the championed terms “Mediterranean slave system” or “Mediterranean history” and similar (also, e.g., p. 3, *passim*), the term “Roman slavery” (like other such terms) is to my mind convenient shorthand for a complex and diverse historical phenomenon, the varied and variable specificities thereof, its recurrently changing historical nature, and its relationship to other slaveries and other, and indeed broader historical developments, are not denied by the criticized morphology itself. Thus, “to ask questions such as, for example, whether ‘Roman slavery’ was essentially the same and constant throughout history” (Joly; Knust, in this issue) – or not – is precisely what I have thought I was doing *inter alia* in the just cited work, concerned with an aspect of, plainly, Roman slavery.

But what strikes me more generally as problematic is the many elements *already* identified by Joly and Knust that seemingly characterize the First and Second Slavery. One chief example: the place of law and manumission in the Second Slavery. Joly and Knust speak of “the impact of the [Roman] empire on the practices of local slave systems through the dissemination of a ‘Roman law of slavery’” (Joly; Knust, in this issue). The consequence is the notion of a specifically *Roman* driver for changes in local slaving habits across the Mediterranean. Undoubtedly, Roman practices and conventions, including legal ones, had an influence on non-Roman practices and conventions wherever and whenever contact was made (and vice versa!). But there is plenty of evidence for slaving practices across different locales and cultures that did not require a “world legal culture” to advance and perfect the domination of human beings under the yoke of slavery – or, as Joly and Knust put it, to refine “the processes of enslavement and manumission in the provinces” (Joly; Knust, in this issue). Leaving aside the inadvertent introduction of a colonial vista (in that the non-Roman populations emerge here as somehow dependent in their slaving efforts on Roman ingenuity and resourcefulness), there appears to me to exist an extreme level of presupposition and one-directionality at work. Drawing on an Eastern example (i.e. Roman Macedonia), Joly and Knust clarify that what is at stake is to explore “the transformation of Greek practices into Roman law” (Joly; Knust, in this issue). The idea that not all slaveries in a Roman province need to have transformed to conform to a Roman legal framework is not actively entertained. Indeed, the particular, pre-set framework – here, that of a “Roman world-legal culture” (Joly; Knust, in this issue) – operates to close off, or in any case obstructs this avenue. The outlook is profoundly predetermined, based on the authors’ acceptance of what may be called a historiographic orthodoxy – here: the traditional scholarly view on the influence of Rome on other peoples, sketched above. From a methodological viewpoint, this is, ironically, at odds with Finley’s warning of what he termed “the teleological fallacy” (albeit in a moral sense: Finley, 1980, p. 17), leading to an interpretation that is shaped by the presumption of a specific end-point. Take one example to illustrate the analytical issues that such an outlook engenders: the Iberian Peninsula, i.e. a locale that enjoyed its own Latinised culture, similar to Rome’s at the documentary, epigraphic level. Given notably the profuse onomastic overlaps between Roman citizens and municipal Latins in this locale, much of the

respective inscriptional evidence for slavery in Iberia in the first couple of centuries AD can in fact not be safely attributed to slaving under Roman conventions (that is, under Roman law) – but this is precisely what is regularly done, underpinned by a predetermined understanding of the role of Rome in transforming local slaving cultures (cf. Garcia Fernández, 2023, esp. p. 50-55). Presupposing the transformation of local practices into Roman law leaves little intellectual wiggle-room for more probing analyses and findings – perhaps even an argument that challenges the idea of the pre-dominance of Roman law locally, not least in the context of slaving?

Manumission does not fare much better. The practice is identified as “a central aspect of second Mediterranean slavery”, to the point of speaking more generally of “the ‘Age of Manumission’” (Joly; Knust, in this issue, citing *inter alia* López Barja; Masi Doria; Roth, 2023, which focuses merely on a specific dimension of manumission and freed status under Roman law, not on manumission generally).⁴ Given the paucity of reliable quantitative evidence for manumission from any slaving culture in the ancient Mediterranean, including the better documented Roman slavery, the question has to be asked on what basis manumission is *not* to be regarded as characteristic of earlier slaving? This becomes even clearer if attention is put specifically on Roman slaving and the additional matter of “the possible grant of full or partial citizenship” (Joly; Knust, in this issue) to those freed from slavery under Roman law. Thus, the award of citizenship, as well as manumission that did not lead to its award, were well known already in Roman republican times, i.e. in a period that Joly and Knust identify as the age of the First Slavery and, hence, *before* “the ‘Age of Manumission’” (see above). And what about the numerous Eastern manumission inscriptions from the Hellenistic period, not only at Delphi, that also predate “the ‘Age of Manumission’”? The point I am trying to make is that if one *begins* with a rigid theoretical framework, the chances are that one will end up downplaying evidence and arguments that do not fit neatly into this framework, lest one would need to abandon that great theoretical edifice. But doing so, when uttered as a general call, runs at base counter to the encouragement of independent interpretative thought and diverging analytical conclusions.

It is high time to clarify an aspect that may be misunderstood in my critique so far. Thus, nothing that has been said in the foregoing lines questions or challenges the validity of theoretical approaches in, here, ancient world studies. Indeed, I consider these as essential for our analytical endeavors, not least because of the fragmentary state of the evidence at our disposal. But there is a difference between postulating a working hypothesis that may guide one’s research, and setting a theoretical framework within which individual aspects are to be explored in respect of predetermined understandings of key issues. Joly and Knust do not seem to suggest that the future work they seek to ignite is designed to test, genuinely, the validity of the notion of First/Second Slavery, or the more specific ideas of “the ‘Age of Manumission’” and “Roman world-legal culture” – to name just the two ancient examples chosen above for illustrative purposes. They suggest, instead, to operate *within* and *through* these notions and ideas, emphasizing that these will advance modern understanding of the subject matter – or, specifically, the model itself: “The development of specific research based on these frameworks, analyzing local and regional dynamics within these historical frameworks, will allow the development and refinement of this model” (Joly; Knust, in this issue).

In this focus on the structural framework, the proposal is methodologically reminiscent of Marxist scholarship that sought to provide detailed documentation of particular historical aspects to illustrate the presupposed class struggle that was seen as structuring historical development. Likewise, Joly and Knust allocate here in brief (and elsewhere in their proposal

⁴ Note that the work is confusingly cited as Barja de Quiroga; Doria; Roth (2023), and given accordingly in their References.

by way of example) notable importance to the study of specific local, temporal and thematic aspects (such as the already cited case of the inscriptional evidence for manumission in Roman Macedonia). What they envisage, as far as I can see, therefore leaves plenty of room for the various compartments of the proposed edifice to be painted in exciting, new colors. But their proposal does not suggest that they foresee that edifice being demolished and a new dwelling being erected, with different materials, elsewhere. The latter is the hallmark of some of the best research, underpinned by extensive and intensive knowledge of the respective evidence, including its complexity, and guided by an independent conceptual apparatus and intuition – bottom-up, in other words. Logically, were Joly and Knust to publish, for instance, the “systematic and comprehensive study of the epigraphy of slavery in the Mediterranean” (Joly; Knust, in this issue) that they identify as desirable, I’d be the first to want to read it. I’d also love to see in print Joly and Knust’s grand historical synthesis of the history of slavery in the region over the millennium and a half of interest to them – their “systemic vision” (Joly; Knust, in this issue), even if their handling of some historical events in their proposal makes me predisposed to be on the alert for undue historiographic generalization and oversimplification. In this respect, their critique of earlier, detailed work, such as David Lewis’ study of slavery in the Eastern Mediterranean (Lewis, 2018), leaves me wondering how *precisely* they configure the relationship of work on the ground, as it were, and their proposed approach (on which see also further below), reminiscent of a similar conundrum in Finley’s great methodological critique, reviewed at the outset above. In any case, delivering any of the cited types of contributions to scholarship is not the same as announcing the general need for structuring and framing research along a particular outline, through sketching a “path to renewal” for all and everyone, i.e. for the so-called “field of ‘ancient slavery’ studies” (Joly; Knust, in this issue). To my mind, the best way to show the worth of a theoretical framework is in its applied form: much as the proof of the pudding is in the eating, so is the proof of the research in the reading – not the theoretical proposition. Doing so will moreover avoid the top-down approach I criticized in the beginning. It will furthermore foster a research culture in which everyone’s intellectual agency is given its due, rather than implicitly allocating individual scholars merely a role in a play for which the stage has already been set, by others. Indeed, the stress on individuals, and their own research agendas and academic agencies, recalls another conspicuous dimension of Joly and Knust’s proposal: the total absence of any mention of any one enslaved person, or indeed of any one ancient enslaver. The people, in other words, are strikingly missing from the quest to find “the path to renewing the field”, underscoring also from this angle the comments made above about the top-down nature of their proposal, effectively privileging structures over lives, ancient and modern.

CONCLUSION

The above critique is to be understood as an invitation to a broader discussion on scholarly practice in a field that deals with a topic in which top-down approaches have led to one of the most significant forms of domination in history, i.e. slavery, thus to reflect on how our own mind-sets and demeanors may advance top-down or bottom-up habitats in life. Returning in conclusion to the starting premise of Joly and Knust’s proposal, it is appropriate to acknowledge that I was in any case not persuaded by the role they have allocated to the concept of “slave society” in Finley’s work. Notably, Finley utilized the concept to explicate his own view of ancient, classical slavery and its historical development: it was a product, not a starting position of his work on slavery. Whether or not one agrees with Finley’s sweeping view of the rise and decline of slavery in the Greek and Roman worlds as

expanded in the three core chapters of *Ancient Slavery and Modern Ideology*, I cannot see how his use of the concept was designed to shut down other interpretative avenues. Within the remit of Roman slavery studies, both term and concept have floated in and out of use. Keith Bradley for instance has drawn on it, as I have too, to name just two obvious examples of scholars publishing in the same linguistic medium as Finley and the majority of the scholars cited by Joly and Knust, i.e. English. Neither in Bradley's work, nor in my own, did the term function as a theoretical straitjacket. In fact, my own use of it has typically been in a non-technical sense. Besides, in non-English language scholarship, both term and concept have regularly played a nugatory role, or none at all – even if there have recently been, as Joly and Knust illustrate in their opening lines, some loud, outspoken voices allocating by contrast a crucial role to term and concept in the study of ancient slavery (Joly; Knust, in this issue). Given my own position, as just outlined, much of the renewal of “the debate” seems to me to be therefore somewhat unmotivated. Joly and Knust in effect appropriately acknowledge that “This debate has indeed been hot in recent decades in the field of the Global History of Slavery, and not so much in the field of Ancient Slavery” (Joly; Knust, in this issue). Wherever Joly and Knust would want to see that debate heading, it is fitting to reiterate in my final lines that one can only but encourage them to put their ideas into practice, and to produce work that illustrates their theoretical impetus and historical vision. It will be enticing to engage with the resulting publications, and the findings and insights that these present. *Buon lavoro*.

REFERENCES

- BLUNT, Gwilym D. B. On the Source, Site and Modes of Domination. *Journal of Political Power*, v. 8, n. 1, p. 5-20, 2015.
- DEISSLER, Johannes. Cold case? Die Finley-Vogt-Kontroverse aus deutscher Sicht. In: HEINEN, H. (org.), *Antike Sklaverei: Rückblick und Ausblick*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2010), p. 77-93.
- FINLEY, Moses. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. London: Chatto and Windus, 1980.
- FYNN-PAUL, Jeff. Empire, Monotheism and Slavery in the Greater Mediterranean Region from Antiquity to the Early Modern Era. *Past and Present*, v. 205, p. 3-40, 2009.
- FYNN-PAUL, Jeff; PARGAS, Damian A. (org.) *Slaving Zones. Cultural Identities, Ideologies, and Institutions in the Evolution of Global Slavery*. Leiden: Brill, 2018.
- LEWIS, David M. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- LÓPEZ BARJA, Pedro; MASI DORIA, Carla; ROTH, Ulrike (orgs.) *Junian Latinity in the Roman Empire*, vol. 1: History, Law, Literature. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023.
- PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982.
- ROTH, Ulrike. *Thinking Tools. Agricultural Slavery between Evidence and Models*. London: Institute of Classical Studies, 2007.

VLASSOPOULOS, Kostas. Finley's Slavery. In: JEW, D.; OSBORNE, R.; SCOTT, M. (org.). *M. I. Finley: An Ancient Historian and his Impact*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 76-99.

WALLON, Henri. *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité*. Paris, 1879.

AUTHOR'S NOTE

AUTHORSHIP

Ulrike Roth: University of Edinburgh, School of History, Classics and Archeology, University of Edinburgh, United Kingdom

ADDRESS FOR CORRESPONDENCE

University of Edinburgh, School of History, Classics and Archeology, University of Edinburgh, United Kingdom

SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.

ACKNOWLEDGMENTS

Not applicable.

AUTHORSHIP CONTRIBUTION

Conceptualization and elaboration of the manuscript, Data collection, Results discussion, Revision and approval: Ulrike Roth.

FUNDING

Not applicable.

IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There are no conflicts of interest.

PREPRINT

This article is not a preprint.

LICENCE OF USE

© Ulrike Roth. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITOR

Fábio Morales.



HISTORY

Received: November 19, 2024.

Approved: December 28, 2024.

How to cite it: ROTH, Ulrike. The study of ancient slavery and the path to renewal: a critique. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 499-508, 2024.





IMPÉRIO E ESCRAVIZAÇÃO NO MUNDO ROMANO: APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO CONTINUADA

Empire and Slavery in The Roman World: Notes for Continued Reflection

Rafael Scopacasa ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0855-2999>

E-mail: rscopacasa@usp.br

^a Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

RESUMO

Esta resposta ao artigo de Joly e Knust revisita os conceitos gêmeos de zona de escravização/ não-escravização de Jeffrey Fynn-Paul, que os autores utilizam para estruturar sua interessante proposta de abordagem à escravidão mediterrânea antiga pela perspectiva da História Global. Será retomada brevemente a gênese do conceito de zona de (não-)escravização e seu desenvolvimento. Em seguida, será feita uma breve apreciação de como esse modelo pode ser relacionado com debates historiográficos sobre o problema da diversidade das formas de escravização vigentes no império romano dos primeiros dois séculos da era cristã, notando os obstáculos empíricos que complicam tentativas de quantificar tais formas de escravização e sua expressividade para a manutenção do sistema escravista do império romano. O modelo Fynn-Paul da zona de (não-)escravização parece entender o conceito de império como um tipo específico de estado territorial que cria uma sociedade civil interna coesa e pacífica, cuja demanda por mão de obra escravizada é atendida principalmente (embora não exclusivamente) através da escravização sistemática de pessoas provenientes de territórios externos às fronteiras imperiais. Parece haver escopo para reflexão continuada sobre em que medida tal modelo poderia ser repensado e/ou adaptado em vista das especificidades históricas das diferentes formas de escravização existentes no império romano, bem como das incertezas sobre a expressividade demográfica e/ou econômica de cada uma delas para a manutenção do sistema escravista mediterrâneo no contexto do império romano.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão antiga. Zona de não-escravização. Império romano.

ABSTRACT

This response to Joly and Knust's article revisits Jeffrey Fynn-Paul's twin concepts of zone of enslavement/non-enslavement, which the authors use to structure their interesting proposal for approaching ancient Mediterranean slavery from the perspective of Global History. The genesis of the concept of zone of (non-)enslavement and its development will be briefly reviewed. Next, a brief assessment will be made of how this model can be related to historiographical debates on the problem of the diversity of forms of enslavement in force in the Roman Empire in the first two centuries of the Christian era, noting the empirical obstacles that complicate attempts to quantify such forms of enslavement and their expressiveness in the maintenance of the slave system of the Roman Empire. The Fynn-Paul model of the (non-)enslavement zone seems to understand the concept of empire as a specific type of territorial state that creates a cohesive and peaceful internal civil society, whose demand for enslaved labor is met primarily (although not exclusively) through the systematic enslavement of people from territories outside the imperial borders. There seems to be scope for continued reflection on the extent to which such a model could be rethought and/or adapted in view of the historical specificities of the different forms of enslavement existing in the Roman Empire, as well as the uncertainties about the demographic and/or economic expressiveness of each of them for the maintenance of the Mediterranean slave system in the context of the Roman Empire.

KEYWORDS

Ancient Slavery. Non-slaving Zone. Roman Empire.



A designação "História Global" pode ter significados bastante diferentes. Para alguns estudiosos, a expressão se refere a um conjunto heterogêneo de perspectivas teóricas que buscam ultrapassar os limites da história nacional de diferentes maneiras e em diversos graus, entre elas a história internacional, a história transnacional, a história comparada e a teoria do sistema-mundo (ex. Olstein, 2015; Sachsenmaier, 2011). Já outros especialistas definem História Global como uma lente teórica específica e diferenciada, que busca no nível global as causas últimas de fenômenos históricos (ex. Conrad, 2016). Nesse segundo entendimento mais estrito, a História Global só funcionaria propriamente como perspectiva teórico-metodológica quando aplicada a contextos históricos em que houve integração e interdependência em larga escala geográfica, geralmente no nível transcontinental. De um modo ou de outro, um ponto em comum que pode ser identificado entre os diferentes entendimentos é que a História Global coloca em primeiro plano as conexões entre fenômenos normalmente estudados em isolamento.

O objetivo de Joly e Knust é fazer uso de perspectivas da História Global para construir um modelo que permita unificar o estudo daquilo que, até agora, foi analisado separadamente como escravidão grega, escravidão romana, escravidão cartaginesa etc. O intuito não é confrontar essas unidades de estudo pelo viés da história comparada, mas superar as limitações dessas unidades através da identificação de fatores supralocais que teriam produzido formas e dinâmicas de escravidão no Mediterrâneo do primeiro milênio a.C., seja no norte da África, na península Itálica, ou na Ática. O argumento base é que a escravidão antiga será mais inteiramente compreendida se deixarmos de subdividi-la nos contêineres predefinidos de "Grécia" e "Roma", e tomarmos o Mediterrâneo como um macrocontexto geohistórico no qual formas de escravidão se desenvolveram em nível local ou "epicórico" em resposta a fatores sociais, políticos, econômicos e culturais de amplo alcance, tais como o desenvolvimento de cidades estados e a formação de grandes impérios tributários.

A proposta é instigante, convincente e possui vários outros méritos, entre os quais o potencial de renovar a produção de conhecimento histórico sobre a escravidão antiga e suas transformações no tempo. Nesta breve resposta ao artigo, busca-se contribuir para a discussão iniciada por Joly e Knust através de um esboço de reflexão continuada sobre a relação entre escravidão e imperialismo no Mediterrâneo antigo de maneira geral, com especial atenção para o contexto da consolidação do império romano como um império tributário nos dois primeiros séculos da era cristã, o período convencionalmente conhecido como o Principado. Para tanto, começaremos revisitando os conceitos gêmeos de zona de escravização e não-escravização (*slaving/no slaving zones*) do historiador Jeffrey Fynn-Paul, no qual Joly e Knust fundamentam em grande medida a sua proposta de modelo para o estudo da escravidão mediterrânea antiga (Fynn-Paul, 2009; 2018). Será observado que o modelo Fynn-Paul da zona de (não-)escravização parece ter por base um entendimento instrumental de "império" como um tipo específico de estado territorial que cria uma sociedade civil interna coesa e pacífica, obtendo, portanto, mão de obra escravizada principalmente (embora não exclusivamente) através da escravização sistemática de pessoas provenientes de territórios externos às fronteiras imperiais. Em vista dessa questão, será feita uma breve apreciação de debates historiográficos sobre o problema da diversidade das formas de escravização vigentes no império romano dos primeiros dois séculos da era cristã (Scheidel, 2011). Ao final, parece haver escopo para reflexão continuada sobre em que medida tal modelo poderia ser repensado e/ou adaptado em vista das especificidades históricas das diferentes formas de escravização existentes no império romano, bem como das incertezas sobre a expressividade demográfica e/ou econômica de cada uma delas para a manutenção do sistema escravista mediterrâneo no contexto do império romano.

A ZONA DE (NÃO-)ESCRAVIZAÇÃO

Em um artigo intitulado *Empire, monotheism and slavery*, o historiador Jeffrey Fynn-Paul (2009) cunhou os conceitos gêmeos de “zona de escravização/ não-escravização”, que ele definiu da seguinte maneira:

1. A zona de escravização é uma área geográfica da qual pessoas escravizadas são sistematicamente extraídas e exportadas.

2. A zona de escravização vai estar localizada fora do território dos escravizadores, no interior do qual não se pode escravizar: Fynn-Paul denomina esses territórios de “zonas de não-escravização”.

3. Zonas de não-escravização tenderão a estar organizadas politicamente como estados unificados ou impérios, ao passo que as zonas de escravização tenderão a ser habitadas por grupos menos organizados e coesos politicamente.

Fynn-Paul propõe que as primeiras zonas de escravização na história mundial surgiram com a formação dos primeiros impérios no antigo Oriente Médio, a partir de mais ou menos 2300 a.C. Tais impérios teriam sido as primeiras organizações sociopolíticas capazes de satisfazer sua demanda por mão de obra escravizada através da extração de indivíduos de regiões limítrofes e menos articuladas politicamente. Esboçando uma macronarrativa, Fynn-Paul (2009, 12) delineia uma sequência de zonas de escravização que teriam se formado nas bordas dos impérios antigos, começando com as zonas mediterrânicas da Palestina e Grécia situadas nas margens dos impérios egípcios e mesopotâmicos do terceiro e segundo milênios a.C. Posteriormente, a expansão ultramarina dos gregos e fenícios rumo ao ocidente teria transformado o Mediterrâneo central e ocidental na nova zona fornecedora de escravizados para as economias desenvolvidas dos grandes impérios afroasiáticos. A partir de 500 a.C., teve início a formação dos primeiros estados imperiais na própria bacia do Mediterrâneo, que vem a culminar com a consolidação do império romano no final do primeiro milênio a.C. Esse teria sido o ponto crucial em que, segundo Fynn-Paul, pela primeira vez as sociedades mediterrânicas, unificadas politicamente, criaram as suas próprias zonas de escravização nas suas periferias geopolíticas no norte da Europa (entre outras).

Entretanto, Fynn-Paul introduz a ressalva importante de que, na antiguidade, as fronteiras entre zonas de escravização e não-escravização eram “imperfeitas”. Esse teria sido o caso porque, segundo ele, os estados e impérios antigos invariavelmente obtinham mão de obra escravizada a partir de dentro de seu próprio território e não somente do além-fronteira. Ele chega a individualizar o império romano como um exemplo de zona imperfeita de não-escravização, na medida em que a residência no império certamente não impedia a escravização de seus integrantes (Fynn-Paul 2018, 4; ver abaixo). Como é bem sabido, do ponto de vista estritamente legal/formal, cidadãos romanos eram isentos da ameaça de escravização. Porém, antes do decreto do imperador Caracala universalizar a cidadania para todos os habitantes livres do império em 212 d.C., cidadãos romanos quase certamente representavam uma faixa minoritária da população imperial, embora a definição de uma porcentagem específica seja difícil ou mesmo impossível na falta de dados quantitativos e estatísticos (Lavan 2016).

Um grande divisor de águas nesse sentido é identificado por Fynn-Paul na Antiguidade Tardia, mais especificamente no desenvolvimento das grandes religiões monoteístas do cristianismo e islamismo. Tais religiões teriam, pela primeira vez na história, proporcionado a formação daquilo que Fynn-Paul considera zonas *perfeitas* de (não-)escravização. Isso teria acontecido por conta da proibição categórica imposta por essas religiões à escravização de correligionários, o que teria consolidado a prática de escravizar somente partidários de outras religiões. Fynn-Paul propõe, assim, que a configuração geográfica da disseminação do cristianismo e do islamismo teria sido o principal fator na

definição de zonas de escravidão “perfeitas” na bacia do Mediterrâneo e regiões vizinhas, durante o chamado milênio medieval de 500 a 1500 d.C.

ZONA DE (NÃO-)ESCRAVIZAÇÃO E IMPÉRIOS ANTIGOS

É possível examinarmos um pouco mais detidamente alguns dos pressupostos implícitos que parecem sustentar o modelo da zona de (não-)escravização de Jeffrey Fynn-Paul, o qual Joly e Knust utilizam para articular a sua proposta interessante de uma abordagem global à escravidão mediterrânea antiga. Particularmente relevante para a presente discussão é atentar à maneira como o modelo Fynn-Paul parece partir de certas premissas sobre impérios antigos que podem ser avaliadas à luz de reflexões historiográficas, sociológicas e políticas sobre impérios antigos ou premodernos na História.

Uma premissa básica de Fynn-Paul é de que os impérios antigos anteriores ao desenvolvimento do cristianismo e do islamismo não garantiam, universalmente, a não-escravização de seus integrantes. Ainda assim, ele propõe que os habitantes dos impérios antigos teriam estado bem menos sujeitos ao risco de escravidão, em comparação com os habitantes das zonas politicamente mais fragmentadas que formavam as periferias desses impérios (Fynn-Paul 2009, 10). Em tais regiões, guerras de pequena escala entre chefes locais teriam sido constantes, em virtude da situação de fragmentação ou anarquia geopolítica entre elas. Nesses contextos, a escravidão teria sido o destino padrão dos derrotados. Já nos impérios (segue o argumento) esse tipo de insegurança teria sido bem menor ou inexistente, na medida em que a união política e jurídica entre suas comunidades integrantes teria virtualmente eliminado a necessidade de conflitos, conseqüentemente reduzindo ou mesmo erradicando as práticas de escravidão que decorriam de tais conflitos. Portanto, ao mesmo tempo em que o império teria inviabilizado a escravidão de pessoas que agora se encontravam incluídas na mesma grande comunidade político-territorial, ele também teria aumentado exponencialmente a demanda por mão de obra escravizada por parte da população imperial, direcionando essa demanda para fora, isto é, para as regiões periféricas do além-fronteira. Impérios antigos, em outras palavras, eram entidades cuja fome voraz por mão de obra escravizada era verdadeiramente descomunal. Essa característica teria estimulado as dinâmicas de escravidão nas sociedades das periferias imperiais, transformando-as em fornecedoras de mão de obra escravizada por excelência.

Fynn-Paul parece trabalhar com um entendimento básico de império que enfatiza a homogeneidade interna desse tipo de formação política na antiguidade. Ele parece pensar o império, essencialmente, como um conjunto de comunidades políticas previamente independentes que passam a funcionar dentro do mesmo ordenamento jurídico-legal. Sem desmerecer essa definição, que certamente encontra respaldo nas evidências, cabe, entretanto, considerar também o caráter heterogêneo e multifacetado das formações imperiais antigas, inclusive no que se refere às assimetrias nas relações sociais de poder entre os diferentes grupos que integram a sociedade imperial, bem como às tensões e desencontros entre cada um desses grupos e o poder central. Tais problemas têm recebido destaque em estudos sobre impérios na História. Um bom exemplo é o primeiro volume da série *Oxford World History of Empires*, onde se parte de conceituações de império que enfatizam não a uniformidade, mas a heterogeneidade interna e a fluidez geográfico-espacial desse tipo de formação. Nas palavras de Peter Fibiger Bang, um dos organizadores da série, o império é algo "composto, estratificado, e tudo menos uniforme" na maneira como as relações de poder se encontram organizadas em seu bojo (Bang 2021, 15). Tal conceituação oferece alguns contrapontos interessantes ao entendimento (em

grande medida implícito) de império que subjaz o modelo de zona de (não-)escravização de Fynn-Paul. A definição de Bang coloca em primeiro plano o elemento compósito ou agregativo de formações imperiais premodernas, abordando-as como grandes conglomerados de populações, comunidades e territórios diferentes, cujo grau de subordinação em relação ao poder imperial central não é constante, mas varia dependendo de uma série de fatores geográficos, linguísticos, culturais, étnicos, econômicos e políticos. Ao propor essas observações generalizantes, o objetivo de Bang é mostrar a necessidade de nos distanciarmos de entendimentos que ele considera excessivamente estatizantes ou estatistas dos impérios antigos ou premodernos. Para Bang, impérios antigos teriam funcionado de maneiras em grande medida estranhas àquelas do estado hobbesiano - isto é, de uma instituição que consegue estabelecer uma sociedade civil pacífica e coesa dentro do território que controla; território esse que constitui um espaço claramente delineado e internamente integrado, e que é politicamente e militarmente independente do mundo além-fronteiras. Esse não teria sido o caso dos impérios antigos, cuja marca registrada (*hallmark*) teria sido justamente o tratamento desigual, irregular e incongruente das populações subjugadas (Bang 2021, 17).

O modelo de império antigo/premoderno expresso por Bang parece adequar-se em grande medida àquilo que nós sabemos, em linhas gerais, sobre a organização interna do império romano nos primeiros dois séculos da era cristã: um agregado enorme, complexo e multifacetado de comunidades, distritos e territórios, que diferiam entre si em termos de seu estatuto legal-jurídico, suas cargas tributárias, seus privilégios e concessões econômico-comerciais por parte do poder central etc. Tal situação fazia com que cada província fosse um "mosaico complexo" em si mesmo (Ando 2006, 184).

É útil refletir preliminarmente sobre as possíveis implicações desse tipo de entendimento historiográfico da organização do império romano, que ressalta a heterogeneidade do sistema imperial, para a discussão das formas e dinâmicas de escravização naquele contexto histórico em que medida elas se adequam ao modelo da zona de (não-)escravização de Jeffrey Fynn-Paul. Na próxima seção, serão oferecidos alguns apontamentos gerais nesse sentido.

IMPÉRIO E ESCRAVIZAÇÃO NO MUNDO ROMANO: APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO CONTINUADA

Contudo, o império também não se torna uma zona de não-escravização completa, pois fontes internas como a venda de crianças, raptos, e a reprodução interna da população escrava, continuam a gerar escravos [...] Isto é, fronteiras e fraturas internas às sociedades dentro do Império continuam a ser exploradas como zonas de escravização, ainda que em menor intensidade. Outras cadeias mercantis, de menor extensão e intensidade precisam se organizar em torno dessas fronteiras internas, provavelmente para demandas mais localizadas e de menor escala, como trabalho doméstico ou em pequenas manufaturas. Para as propriedades voltadas à produção especializada de maior volume, é provável que apenas o tráfico de longa distância, associado à guerra, daria conta de uma demanda mais elevada e frequente (Joly; Knust, neste número).

Que a demanda de impérios antigos por escravizados era enorme, impactando severamente as regiões fornecedoras em termos sociais, políticos, econômicos e culturais, parece claro. O que está em questão é até que ponto um império tributário antigo, tal como o império romano dos primeiros dois séculos da era cristã, teria suprido a sua demanda por

mão de obra escrava primariamente através da importação de pessoas originárias do além-fronteira. Discutir essa questão envolve tratar de pontos altamente debatidos na historiografia sobre escravidão romana: as fontes da mão de obra escravizada no império romano, o quanto cada uma delas contribuía, e como isso teria variado no tempo.

Walter Scheidel tem liderado discussões historiográficas sobre a demografia da escravidão romana, levando em conta diversos fatores que teriam definido a população escravizada no império, particularmente nos dois primeiros séculos da era cristã (e.g. Scheidel, 2011, p. 293). Retomar algumas das suas considerações sobre as fontes do fornecimento de escravizados é útil para a presente reflexão, na medida em que podem nos ajudar a pensar sobre o problema de em que sentido, e até que ponto, o império romano poderia ser considerado uma zona de não-escravização.

Em primeiro lugar, Scheidel nota a importância da “reprodução natural”, isto é, da escravização automática dos filhos e filhas de mulheres escravizadas, prevista no direito romano. É plenamente possível atestar a existência dessa prática na sociedade romana e seus desdobramentos. Muito expressivas nesse sentido, por exemplo, são as referências em fontes literárias e burocráticas à criação, compra e venda de pessoas nascidas escravizadas (*born into slavery*). Uma fonte que se destaca é a série de registros de manumissões provenientes do santuário de Delfos na Grécia: tais registros parecem indicar um aumento gradual no número de pessoas escravizadas por nascimento ao longo do Principado (séculos I e II d.C.). Porém, séries documentais razoavelmente regulares, como as inscrições de manumissão de Delfos, são extremamente raras no mundo romano. Consequentemente, quantificar o fenômeno da reprodução da população escravizada e medir o seu peso na manutenção da escravidão no contexto do império romano, são operações difíceis que envolvem o recurso a modelos matemáticos de projeção demográfica. Permanece, entretanto, o dado de que um certo número de escravizados no império teriam sido pessoas judicialmente colocadas nessa condição desde o nascimento, e que muitas dessas pessoas teriam sido movimentadas de uma região do império para outra através do mercado de escravos (sobre o qual, ver abaixo).

Sabe-se que, durante o período das guerras expansionistas (séculos IV a I a.C., *grosso modo*), a escravização de pessoas capturadas em guerra provavelmente representou a principal fonte de escravizados na sociedade romana. Embora a quantificação seja difícil, notícias isoladas podem dar uma ideia da ordem de grandeza envolvida. Exemplos frequentemente citados incluem as cifras que Tito Lívio transmite do número de pessoas escravizadas na península itálica em um intervalo de apenas quatro anos durante a terceira guerra samnita de 297-293 a.C. (58 a 77 mil), bem como das 150 mil pessoas escravizadas na região do Épiro durante a terceira guerra macedônica por ordem do cônsul Emílio Paulo (173-168 a.C.). Casos iguais ou maiores de escravização em massa são reportados nas zonas do Mediterrâneo que, depois da península itálica, sucessivamente se transformaram nos principais palcos de guerra do expansionismo romano: nos séculos III e II a.C., essas eram a península ibérica, o norte da África, o norte da Itália e, no oriente, a Grécia; no século 1 a.C., elas passam a ser a Gália, a Palestina e a Anatólia (atual Turquia). No caso da formação do império romano, portanto, parece haver uma forte correlação geográfica entre guerras expansionistas e episódios de escravização em massa - mais forte, talvez, do que no caso de outras sociedades escravocratas na história mundial (Scheidel 2011, p. 296-297). Se fôssemos aplicar o conceito de “zona de escravização” a esse quadro dinâmico, uma primeira impressão possível seria a de uma fronteira móvel de escravização.

A partir do século I d.C., com a desaceleração das conquistas territoriais e o início da estabilização das fronteiras, existem indicações de que importações de escravizados desde o além-fronteira ocorriam – embora, novamente, a quantificação dessas

movimentações seja muito difícil. Nas estimativas de Scheidel, a periferia nordeste do império – isto é o litoral do Mar Negro e a região do Cáucaso – teria se transformado na principal fornecedora de escravizados vindos do além-fronteira, após a estabilização das fronteiras na época da dinastia julio-claudia (Scheidel, 2011, p. 303-304). Ao mesmo tempo, as fontes transmitem notícias de grandes números de pessoas sendo escravizadas dentro do próprio território imperial romano, e sendo movimentadas pelo tráfico de escravizados de uma província para outra. As evidências incluem fontes escritas/literárias, que mencionam recorrentemente escravizados originários de certas regiões do império tais como a Anatólia, e/ou que caracterizam estereotipadamente as populações de certas zonas ou províncias do império como escravizadas, como no caso dos habitantes da frígia, lídia e capadócia (todas na Anatólia).

As fontes escritas também incluem referências a uma gama de práticas que, embora tecnicamente ilegais no império, eram potencialmente amplamente disseminadas, entre elas a prática da escravização de crianças expostas/abandonadas, tanto na cidade de Roma e na Itália quanto nas províncias - prática essa que, na avaliação de Walter Scheidel, pode ter constituído uma das principais formas de escravização interna no império romano. Propõe-se que uma reflexão sobre tais fatores históricos, pode contribuir para o para o aprofundamento da discussão sobre os elos entre escravização e demais formas de marginalização social no império romano.

É por esse motivo que, talvez, o modelo Fynn-Paul da zona de (não-)escravização funcione melhor no contexto das formações das cidades estados mediterrânicas no período arcaico, do que em relação ao desenvolvimento da hegemonia militar romana na bacia do Mediterrâneo a partir do século II a.C., e que culmina com a consolidação do império romano como um império tributário antigo nos dois primeiros séculos da era cristã. Nos séculos anteriores ao início da formação imperial romana, é possível detectar mais claramente alguns pontos de virada nas práticas e normas de escravização nas cidades-estados individuais: tais transformações, como bem notam Joly e Knust, ocorrem mais visivelmente em conexão com o desenvolvimento da cidadania, na medida em que a consolidação da categoria social do cidadão livre teria reconfigurado a escravidão como condição imposta primariamente (ou mesmo exclusivamente) a pessoas externas à comunidade política.

Ao final, pode ser proveitoso o desenvolvimento de uma reflexão continuada a respeito de como o modelo da zona de (não-)escravização aplicado ao contexto do império romano, à luz do debate historiográfico sobre as diversas formas de escravização presentes no império romano. Nesse sentido, atenção especial parece ser necessária em relação às incertezas sobre o aporte econômico, social e demográfico de cada uma dessas formas de escravização para a manutenção do sistema escravista mediterrânico, no contexto do império romano.

REFERÊNCIAS

ANDO, Clifford. The Administration of the Provinces. In Potter, David S. (org.) *A Companion to the Roman Empire*. Oxford: Blackwell, 2006, p. 175-192.

BANG, Peter Fibiger. Empire—A World History: Anatomy and Concept, Theory and Synthesis'. In Peter Fibiger Bang, C. A. Bayly, Walter Scheidel (orgs.), *The Oxford World History of Empire: Volume One: The Imperial Experience*. Oxford: Oxford University Press, 2021, p. 1-88.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016.



OLSTEIN, Diego. *Thinking history globally*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

SACHSENMAIER, Dominic. *Global Perspectives on Global History: Theories and Approaches in a Connected World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

FYNN-PAUL, Jeffrey. Empire, Monotheism and Slavery in the Greater Mediterranean Region from Antiquity to the Early Modern Era. *Past and Present*, v. 205, p. 3-40, 2009.

FYNN-PAUL, Jeffrey; PARGAS, Damian A. (org.). *Slaving Zones. Cultural Identities, Ideologies, and Institutions in the Evolution of Global Slavery*. Leiden: Brill, 2018.

LAVAN, Myles. The Spread of Roman Citizenship, 14–212 CE: Quantification in the Face of High Uncertainty. *Past & Present*, v. 230, n. 1, p. 3-46, 2016.

SCHEIDEL, Walter. The Roman slave supply. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (orgs.) *The Cambridge World History of Slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 287-310.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Rafael Scopacasa: Doutor em História, Professora na Universidade de São Paulo, São Paulo SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Regional de Ensino Superior do Seridó.
Rua Joaquim Gregório, S/N, Penedo, 59300000 - Caicó, RN – Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Airan dos Santos Borges de Oliveira.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.



DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Rafael Scopacasa. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de novembro de 2024.

Aprovado em: 18 de dezembro de 2024.

Como citar: SCOPACASA, Rafael. Império de escravização no mundo romano: aponamentos para uma reflexão continuada. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 509-518, 2024.





LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM MODELO PARA O ESTUDO DA ESCRAVIDÃO NO MEDITERRÂNEO ANTIGO

Limits and Possibilities of a Model for The Study of Slavery in The Ancient
Mediterranean

Fábio Duarte Joly ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-6549-3094>

E-mail: fabio.joly@ufop.edu.br

José Ernesto Moura Knust ^b

 <https://orcid.org/0000-0002-3295-9107>

E-mail: zeknust@gmail.com

^a Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de História, MG, Brasil.

^b Instituto Federal Fluminense, Campus Macaé, Macaé, RJ, Brasil.

DEBATE
ESCRAVIDÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

RESUMO

O objetivo deste artigo é responder aos comentários que os e as colegas generosamente fizeram ao texto intitulado “Escravidão antiga em perspectiva mediterrânea: uma proposta de abordagem global”. Organizamos nossa resposta em torno de quatro temas para os quais consideramos que muitas das considerações feitas pelos colegas convergiam: 1) a validade de reflexões teóricas e construção de modelos históricos de grande abrangência; 2) a relação entre modelos globais e a agência dos sujeitos históricos e suas trajetórias de vida; 3) nossa relação com a contribuição de Moses Finley, particularmente com o conceito de “sociedade escravista”; 4) os recortes cronológicos e a questão das temporalidades da escravidão mediterrânea antiga.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão antiga. Império Romano. Mediterrâneo.

ABSTRACT

The aim of this article is to respond to the comments that our colleagues generously made to the text entitled “Ancient Slavery from a Mediterranean Perspective: A Proposal for a Global Approach”. This response is organized around four themes on which we believe that many of the considerations made by our colleagues converge: 1) the validity of theoretical reflections and the construction of wide-ranging historical models; 2) the relationship between global models and the agency of historical subjects and their life trajectories; 3) our relationship with Moses Finley's work, particularly his concept of “slave society”; 4) chronological divisions and the question of the temporalities of ancient Mediterranean slavery.

KEYWORDS

Ancient slavery. Roman Empire. Mediterranean.



Agradecemos a cada um dos colegas comentadores por suas generosas considerações, críticas, questionamentos e desenvolvimentos às ideias que apresentamos. Ficamos felizes com a oportunidade ímpar que este modelo de publicação nos dá para repensar, reelaborar, esclarecer e corrigir aspectos das ideias apresentadas no texto que iniciou esse diálogo. Nossa pretensão neste texto não é puramente defender esse modelo de eventuais críticas apresentadas pelos comentadores, mas dialogar com essas questões a fim de pensarmos juntos esclarecimentos, ajustes e correções naquilo proposto por nós no texto inicial – além de tratar de algumas novas possibilidades que não estão ali, mas que foram abertas pelos comentaristas. Redigir esta resposta foi para nós um momento particularmente enriquecedor, e esperamos que a leitura deste texto também o seja para os colegas e para o público leitor em geral.

Uma resposta exaustiva a cada um dos comentários seria demasiadamente longa. Tentamos, então, organizar os principais temas para os quais as contribuições dos colegas convergiram para tentar dar conta do máximo de questões possíveis. Identificamos quatro temas centrais: 1) a validade de reflexões teóricas e construção de modelos históricos de grande abrangência; 2) a relação entre modelos globais e a agência dos sujeitos históricos e suas trajetórias de vida; 3) nossa relação com a contribuição de Moses Finley, particularmente com o conceito de “sociedade escravista”; 4) os recortes cronológicos e a questão das temporalidades da escravidão mediterrânica antiga. Abordando estas quatro questões esperamos conseguir tratar também de alguns outros pontos mais específicos que nos pareceram particularmente instigantes. Inevitavelmente, porém, não conseguiremos dar conta de muitas outras questões relevantes apresentadas pelos colegas.

TEORIA E EMPIRIA, CONCEITOS E MODELOS

Em nosso artigo propusemos a construção de um modelo que lida com grandes recortes cronológicos e espaciais. Alguns dos comentários apontam justamente limites e problemas ensejados por esse tipo de modelo, tema pela qual gostaríamos de iniciar este diálogo. Em primeiro lugar, em termos teórico-metodológicos bem gerais, nos parece fundamental pontuar que não acreditamos em uma dicotomia tão rígida entre abordagens “de cima para baixo” e “de baixo para cima”, como definido por Ulrike Roth. Em seu comentário, ela critica nossa abordagem pelo que define como “um desejo de teorizar que vai além (ou melhor, que vem antes) da própria pesquisa”. Ela apresenta uma oposição entre o uso de modelos e teorias predefinidos (que ela condena, dado que nos levaria ao erro de escolher apenas fontes que validam o modelo previamente estabelecido) e a construção de modelos apenas a partir de análises empíricas específicas (que ela entende como procedimento correto). Concordamos com Roth quanto aos riscos de *cherry-picking* quando se lida com modelos (de qualquer tipo, não apenas os de escala global, acrescentaríamos), mas isso não resume toda a questão. Não existe trabalho empírico *antes* da teoria, porque sempre existem conceitos, metanarrativas, metodologias e formas que orientam a escolha e análise das fontes, por mais circunscritas que elas pareçam. Marc Bloch explica que não se trata de uma questão de escolhas ou preferências sobre agir assim, mas sobre como a historiografia realmente é feita *na prática*:

Muitas pessoas e mesmo, parece, certos autores de manuais fazem uma imagem surpreendentemente cândida da marcha de nosso trabalho. No princípio, diriam de bom grado, eram os documentos. O historiador os reúne, lê, empenha-se em avaliar sua autenticidade e veracidade. Depois do que, e somente depois, os põe para funcionar... Uma infelicidade apenas:

nenhum historiador, jamais, procedeu assim. Mesmo quando, eventualmente, imagina fazê-lo.

Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los. [...] toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção. No princípio, é o espírito. Nunca [em nenhuma ciência,] a observação passiva gerou algo de fecundo. Supondo, aliás, que ela seja possível.

Com efeito, não nos deixemos enganar. Acontece, sem dúvida, de o questionário permanecer puramente instintivo. Entretanto ele está ali (Bloch, 2002, p. 78-79).

Esse “questionário”, sem o qual não se escreve História, mobiliza uma série de pressupostos que se desdobram em conceitos e metanarrativas. História se escreve com palavras, e palavras fazem sentido porque são compreendidas pela audiência como conceitos. O próprio Finley argumentava o quanto essas palavras-conceitos lidam com a construção de generalizações que determinam de partida qualquer trabalho historiográfico (Finley, 1975). Mais do que evitar conceitos previamente estabelecidos, o que é impossível de ser feito, a historiografia precisa compreender quais são seus pontos de partida, tendo consciência de seus limites e problemas e estando alerta para os necessários ajustes, correções e reformulações de tal repertório conceitual.

Como argumentava o próprio Finley (1986), mais uma vez, a formulação de modelos é especialmente útil nesse tipo de escrutínio, porque são ferramentas poderosas em explicitar aquilo que *a priori* aparece implícito nas análises. Como nota Neville Morley (2004, p. 23), “os modelos são ferramentas, não fins em si mesmos; se não conseguem explicar as evidências de forma persuasiva, se parecem basear-se em suposições duvidosas ou, mais importante, se não conseguem sugerir novas formas interessantes de pensar sobre o passado, então precisam de ser substituídos”. Uma das formas de conceber um modelo é, ainda nas palavras de Morley, como um “*template* para compreensão de processos sociais e econômicos complexos” (Morley, 2004, p. 23). Esta é a intenção de nosso texto: propor um modelo a partir da crítica de alguns pontos de partida que têm sido constituintes do campo ao mesmo tempo em que se busca explicitar novos pontos de partida que acreditamos serem potentes para certos tipos de análise sobre a escravidão antiga.

O ofício historiográfico precisa ter em seu cerne, sem sombra de dúvidas, a análise empírica da realidade histórica concreta da qual estes vestígios do passado nos permitem ter algum vislumbre. A questão posta aqui é que essa análise empírica mobiliza por sua vez uma série de pressupostos teórico-metodológicos que precisam estar em escrutínio tanto quanto as fontes históricas em análise. Sem dúvidas, análises empíricas específicas sempre terão muito a contribuir para esse escrutínio em si. Contudo, acreditamos fortemente que textos que se dedicam a uma reflexão teórica sobre esses conceitos, categorias e metanarrativas também têm sua importância. Existe uma longa tradição desse tipo de texto teórico na historiografia em geral, assim como no campo da Escravidão Antiga. O primeiro capítulo de *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna* (Finley, 1991) é um estudo justamente de como pressupostos historicamente específicos moldaram as abordagens sobre o tema desde o século XVIII, e os capítulos restantes do livro baseiam-se em discussões teóricas sobre o conceito de escravidão e sociedade escravista como ponto de partida para uma análise das sociedades antigas a partir dos vestígios disponíveis e da historiografia da época. Como apontamos no texto que inaugura esse debate, os últimos quinze anos têm sido prolíficos em textos debatendo as questões conceituais que estruturam o estudo da escravidão antiga, e boa parte do nosso texto é uma busca pelo diálogo com essas contribuições, a partir das quais fazemos uma nova proposição.

A construção de um modelo a partir de uma reflexão teórica não implica que esta proposição seja produzida *a novo* a partir apenas de reflexões teóricas. Formulações teóricas como a proposta em nosso texto só podem existir diante da diversidade de trabalhos tão bem estabelecidos sobre o tema, que permitiu tal acúmulo de conhecimento no campo de estudo da escravidão antiga. Isto é, nossa formulação não parte de uma teoria abstrata, mas justamente de um acúmulo de estudos e pesquisas que buscamos mobilizar nesta construção, sem os quais nunca teríamos sido capazes de chegar perto das ideias que estamos propondo.

Além disso, esse (e qualquer) modelo não deve ser tomado como uma camisa de força para *a posteriori* inserir as fontes disponíveis. Pelo contrário, ele deve ser tomado como *ponto de partida* para novas análises, tanto empíricas como teóricas, que certamente não se encerrarão dentro dos limites estabelecidos por tal ponto de partida. Além disso, trabalhos realizados a partir de outros pontos de partida também serviram e servirão para colocar os elementos deste modelo em análise. Portanto, não pretendemos que esta contribuição teórica deva ser feita às expensas do trabalho empírico acumulado de vários pesquisadores que usam metodologias diversas e recortes geográficos, temporais e documentais diferentes; muito pelo contrário, pretendemos que ela seja parte de um diálogo com estes.

Nos permitam colocar isso em termos de pudim, para tomarmos o famoso dito recuperado por Roth em seu comentário. Percebendo algumas questões presentes nos muitos pudins comidos até aqui, nos questionamos se não valeria a pena mexer em aspectos importantes da receita. Um esboço de possível nova receita foi apresentado e é muito natural e proveitoso que confeitores habilidosos pontuem problemas e estranhamentos que esta receita lhes causou. A prova do pudim certamente estará em comê-lo quando ele finalmente for feito, mas discutir a receita nos parece bastante útil, já que todo pudim é feito com uma receita – seja escrita previamente, seja memorizada ou improvisada por um confeitoiro experiente.

ESTRUTURAS E AGÊNCIAS, GLOBAL E LOCAL

Esclarecida esta questão teórico-metodológica mais geral, podemos passar para um elemento mais nevrálgico sobre os possíveis méritos e limites do tipo específico de modelo que estamos propondo. Vários comentaristas demonstraram certo receio que um modelo que lida com recortes temporais e cronológicos tão vastos perca de vista a agência e a experiência dos sujeitos históricos, em particular dos próprios escravizados. Roth, por exemplo, chama a atenção para a total ausência de menções a qualquer pessoa escravizada ou escravizadora em nosso texto. Chegamos, assim, a uma questão central da produção do conhecimento histórico, a relação entre “estruturas” e “agências” históricas – que se desdobra indiretamente em questões sobre o global e o local e sobre o geral e o específico.

É interessante que Marcelo Ferraro, tratando do campo da escravidão atlântica em seu comentário, destaque que “após décadas de avanço da história social e da micro-história da escravidão, os eventos que marcaram o início do século XXI convenceram uma nova geração de historiadores a voltarem os olhos para dimensões estruturais do cativo e a privilegiarem recortes espaciais e temporais mais ambiciosos”. Entre os anos de 1980 e 2000 a rica historiografia brasileira dedicada à história da escravidão em nosso país produziu grandes análises sobre a história social da escravidão, inspiradas na História Social inglesa (em particular a obra de E. P. Thompson), na História das Mentalidades francesa, na Nova História Cultural norte-americana e na Micro-História italiana. Muito

dessa historiografia brasileira tinha a intenção explícita de combater uma visão demasiadamente estruturalista que emanava de uma produção aos seus olhos demasiadamente teórica oriunda de círculos marxistas (e.g. Chalhoub, 1990) – uma formulação que ressoa na crítica que Roth faz à nossa proposta.

Em um balanço sobre a historiografia da escravidão atlântica, Rafael Marquese explica justamente que, nesse período, a historiografia brasileira dedicada à escravidão abandonou:

Perspectivas de análise abrangentes, fundado no argumento de que, sendo demasiado “estruturalistas”, olvidariam a capacidade volitiva do sujeito histórico subalterno, isto é, sua capacidade de moldar por conta própria seu destino. [...] A resposta prioritária da historiografia brasileira consistiu em mergulhar no exame denso dos sujeitos escravizados e de sua visão de mundo, construções culturais, estratégias familiares e padrões de resistência em estudos bastante circunscritos no tempo e no espaço. [...] No meio desse caminho, a compreensão da escravidão como uma relação social total, como um sistema histórico, acabou por ser abandonada, e o nacionalismo metodológico voltou a reinar (Marquese, 2019, p. 22-23).

Marquese e Ferraro fazem parte de um movimento na historiografia brasileira que consideramos extremamente importante e no qual buscamos inspiração. Sem negar a importância que essa História Social da escravidão teve para o estudo da escravidão atlântica nas últimas décadas do século XX, eles buscam romper as fronteiras restritas às quais estas análises acabaram por se encapsular para buscar uma história mais abrangente e integrada da escravidão enquanto sistema histórico. Nas palavras de Marquese (2019, p. 31):

Ao invés de serem tratadas como externas e independentes umas das outras, as regiões escravistas submetidas à observação devem ser compreendidas como momentos particulares de um mesmo processo histórico de longa duração, ou seja, de uma mesma estrutura histórica que as forma e é por elas formada. Prestando-se atenção às múltiplas mediações entre a economia e a política mundial e às condições locais (nas quais sobressalta a agência dos sujeitos históricos), tornar-se-á viável examinar como regiões apartadas espacialmente se condicionaram mutuamente ao longo do tempo.

A realidade escravista do mundo antigo é bem diferente daquela do Atlântico moderno, inserida no contexto do colonialismo e do capitalismo, mas essa perspectiva global nos parece interessante para superar outros tipos de problemas, próprios do campo da História Antiga. Em particular, como apontamos em nosso texto, o estudo da escravidão antiga está amarrado dentro de fronteiras impostas por uma morfologia tradicional da História Antiga que gera seus próprios problemas. Nossa proposta tem por objetivo justamente pensar novas formas para a História da escravidão antiga, especificamente propondo um modelo sobre a emergência histórica de um sistema escravista mediterrâneo antigo.

É inquestionável que uma potente historiografia sobre a realidade escravista do mundo antigo se construiu dentro da morfologia tradicional – da mesma forma que a história social da escravidão brasileira produziu algumas das melhores obras de toda a historiografia brasileira mesmo presa às balizas do nacionalismo metodológico. Mesmo as nossas produções prévias no campo da história da escravidão romana se construíram nessas balizas, e gostaríamos de acreditar que elas também têm seus méritos.

A construção de um modelo que seja instrumento para a construção de uma nova morfologia da escravidão antiga não tem a pretensão de fazer tábula rasa do campo nem de negar a importância do estudo da agência de sujeitos históricos específicos em escalas mais restritas. Retomando Marquese (por sua vez inspirado em Jean-Paul Sartre), é necessário “um permanente “vaivém” entre o geral e o particular, entre o concreto e o abstrato, entre a estrutura e o evento, entre os fluxos gerais da história e a esfera da biografia, tomada como produtora e produto de seu tempo” (Marquese, 2019, p. 31).¹ Como mostra Barbara Weinstein (2003), mesmo os mais delimitados e específicos estudos da Nova História Cultural tinham como pano de fundo de suas teses explicativas uma grande narrativa sobre processos históricos que iam além geográfica e cronologicamente do estudo empírico em questão. O mesmo pode ser dito sobre os estudos de História social da escravidão nas Américas, que têm, portanto, muito a ganhar com o diálogo com um campo que seja capaz de produzir uma análise crítica das grandes narrativas tradicionais com as quais essas análises mais circunscritas dialogaram até então. Propomos que o mesmo diálogo seja feito no estudo da escravidão antiga e apresentamos uma proposta inicial de modelo para isso.

Uma forma particularmente promissora de se pensar sobre como esse jogo de escalas funciona é sugerida no comentário de David Lewis, quando ele cita a obra de Carlo Ginzburg. Como Lewis afirma, o interesse da micro-história não está no específico por si, mas enquanto análise microscópica que permita ver aspectos de processos históricos mais vastos que são invisíveis em outras escalas. Nesse sentido, o local para a micro-história não é entendido como o oposto do global, a escala em que se vislumbra a pura e simples diversidade com o intuito de refutar a existência de processos históricos mais abrangentes. O local da micro-história é a realização concreta da história, das agências e experiências dos agentes, mas também da materialização concreta daquilo que costumamos chamar de estruturas, que nada mais são do que esses processos históricos abrangentes que delimitam os horizontes de possibilidades dos agentes e sobre os quais eles precisam navegar, muitas vezes com recursos e informações muito limitados. Enquanto metodologia da História, portanto, a micro-história demanda necessariamente uma história que não seja micro, com a qual ela dialogará colocando suas questões sob escrutínio (Grendi, 1977; Ginzburg, 2007, p. 269; Levi, 2000, p. 33-35; e Burnard, 2023, p. 5-6, para seu emprego na construção de histórias globais da escravidão).

Nosso modelo pretende, então, ser uma proposta de reformulação dos grandes enquadramentos com os quais análises mais locais e específicas travarão este diálogo. Não estamos propondo a substituição de abordagens locais, micro e voltadas para os sujeitos, por abordagens globais, macro e voltadas para as estruturas. Ambas as abordagens já existem e precisam continuar existindo. Estamos propondo uma nova forma de enquadrar o segundo tipo de abordagem, o que nos parece frutífero não só para quem pretende lidar com essas escalas, mas também para quem se interessa por abordagens mais específicas, pois terão novos pontos para diálogo e desenvolvimento de novas perspectivas para seus objetos de análise.

Tudo isso não torna irrelevantes os comentários sobre a necessidade de não perdermos a experiência humana de vista em um modelo tão abrangente. Jane Webster, com a sensibilidade que a escrita da história demanda, afirma que “cada pessoa escravizada era exatamente isso: uma *pessoa*, com uma biografia única”. Devemos ter cuidado para nunca perder de vista esta dimensão. Quando tratamos de uma escala tão

¹ Um belo exemplo de abordagem nesse sentido é o livro de Emilia Viotti da Costa sobre a rebelião dos escravos em Demerara em 1823 (Costa, 1994).

ambiciosa, existem três formas de manter a história ao rés-do-chão, para usar o termo de Giovanni Levi (2000, p. 25).

A primeira possibilidade está no próprio diálogo entre geral e específico, global e local, estrutura e agência. A famosa formulação do *18 Brumário* de Marx diz que “os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita” (Marx, 2011, p. 25). Sendo assim, análises de larga escala servem para nos ajudar a dar conta de quais são essas “circunstâncias” sob as quais a história é feita, produzindo ferramentas que permitam entender a realidade concreta específica da vida que pessoas se viram inescapavelmente atadas a viver. Um modelo global será tão bom o quanto ele for capaz de municiar estudos concretos específicos com repertórios conceituais e informações sobre processos históricos globais que ajudem nestas análises.

O segundo caminho consiste em tornar o próprio modelo mais permeável à questão da agência e da experiência dos subalternos. Modelos globais não precisam nem devem dar o monopólio da agência histórica às classes dominantes nem às estruturas de poder de determinada sociedade, reificando-as como sujeitos históricos em si. Talvez alguns de nossos exemplos sobre como instituições do Império Romano foram importantes elementos de integração do sistema escravista mediterrânico podem ter feito o modelo adernar na direção de uma visão elitista e estruturalista do movimento histórico, mas não é esta nossa intenção. Temos total acordo com Carlos García MacGaw quando ele destaca que a resistência e a ação dos escravizados também devem ser reconhecidas como fatores da mudança histórica.

Em um texto já relativamente datado em aspectos importantes, Joseph Vogt faz uma proposição bastante instigante sobre as conexões mediterrânicas das revoltas escravas e “movimentos de massa” que ocorrem no final do século II a.C., mesmo que eles tivessem motivações locais sempre específicas (Vogt, 1975, p. 83-92). Em alguma medida, essas revoltas podem ser compreendidas como sintomas de uma reorganização das dinâmicas do sistema escravista mediterrânico, possivelmente ligada à emergência de uma nova temporalidade deste sistema. Contudo, mais do que consequência ou sintoma, as revoltas precisam ser entendidas também como um fator em si na formação e transformação dos elementos do sistema escravista mediterrânico.

Além disso, é preciso incorporar as dinâmicas próprias da vida dos subalternos dentro dos elementos do modelo de maneira mais abrangente. Norberto Guarinello chama a atenção para a incapacidade do nosso modelo capturar a dinâmica das “trajetórias escravas”, conceito que ele mobiliza para dar conta da fluidez, mobilidade e “zonas de indeterminação” entre escravidão e liberdade que marcavam a condição da vida dos escravizados e libertos. De fato, há uma lacuna importante a ser elaborada em nosso modelo para dar conta desse aspecto. Seria interessante incorporar ao modelo questões ligadas ao impacto social e demográfico dos escravizados e dos libertos e como eles são produto da própria dinâmica da trajetória de vida escrava, por exemplo.

Por fim, um terceiro caminho para não perder de vista a agência e a experiência dos personagens históricos enquanto se lida com modelos globais é dar conta de que as redes de conexão e integração vislumbradas por esses modelos são, em si, construídas pela circulação de pessoas. Já há alguns anos que um campo de interseção entre História Global e Micro-história tem se desenvolvido a partir da noção de “vidas globais” (Trivellato, 2011) e certamente existe um terreno fértil para essa abordagem na história do sistema escravista mediterrânico. Em seu comentário, Airan Oliveira Borges mapeia a partir do registro epigráfico as redes comerciais através das quais atuam a família dos Heios como um exemplo para pensarmos justamente a “necessidade de identificar os espaços que

integram as cadeias mercantis, tecer as redes de sociabilidade e mapear a circulação dos agentes envolvidos a partir de suas respectivas trajetórias”.

Regina, a liberta citada por Webster e que conhecemos a partir de um monumento funerário erigido por seu marido nas proximidades do forte de Arbeia no norte da província romana da Bretanha, pode ser um exemplo bastante interessante para tudo isso. Não sabemos como Regina foi escravizada, e isso pode ter acontecido, como Webster chama à atenção, dentro de dinâmicas locais de escravização, anteriores à presença romana e que podem não ter se alterado com a chegada dos invasores. Webster também destaca que um aspecto de permanência de elementos locais na trajetória da vida de Regina pode ser compreendido da maneira como sua tumba constrói de maneira cuidadosa uma memória de suas origens étnicas através de sua representação com roupas tipicamente britânicas. De alguma maneira, contudo, Regina acabou nas mãos de um escravizador sírio que estava na província da Bretanha graças à presença das legiões romanas ali (seja como soldado, seja como um civil vivendo de serviços e comércio para os soldados). Esse mesmo sírio alforriou Regina em algum momento, casou-se com ela e, quando de sua morte, investiu recursos significativos para lhe garantir um monumento funerário com importante influência dos modelos artísticos da cidade síria de Palmira (Carroll, 2012, p. 283-288).

Em que proporção cada um desses eventos se desenrolou através de modos e práticas locais e provinciais ou de modelos que transbordam os limites do local, trazidos à Bretanha sobretudo pela sua conquista pelo Império Romano, é difícil precisar e permanecerá como campo para debates. É indisputável, contudo, que cada um desses eventos que ocorreram na vida de uma ex-escrava nascida no sul da Bretanha e de um imigrante sírio vivendo nas proximidades de um forte romano na fronteira norte do Império só ocorreram por conta da existência de processos históricos que vão muito além da vida local desses dois personagens. Mesmo a sua simples presença em Arbeia só pode ser compreendida nos quadros da existência de dinâmicas históricas que vão além de Arbeia e da província da Bretanha e criam redes específicas de circulação de pessoas, ideias e bens pelas quais esses personagens traçaram suas vidas. Isso não significa que cada um desses episódios (escravização, manumissão, casamento, sepultamento) ocorreu de maneira similar ao modo como essas coisas ocorriam em outras regiões do Império. A província da Bretanha tinha uma dinâmica de presença romana muito específica e que certamente se materializava em dinâmicas sociais muito próprias. Contudo, essas formas próprias não são a expressão de uma vida local apartada de um mundo integrado, mas a expressão local de dinâmicas conectadas de maneiras específicas a sistemas supralocais.

Para esta inserção da agência, da experiência e da trajetória dos sujeitos históricos subalternos no escopo de um modelo global como o que propusemos, são especialmente importantes as possibilidades abertas por grandes projetos na área de humanidades digitais que se debruçam sobre a coleta e organização de fontes literárias, epigráficas, papirológicas e arqueológicas da Antiguidade para a criação de bancos de dados de acesso aberto, como é o caso do projeto SLAVEgents: *Enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE - 300 CE*, coordenado por Kostas Vlassopoulos. Esse tipo de iniciativa nos ajudará a estudar vidas locais afetadas por dinâmicas globais assim como vidas globais de sujeitos escravizados.

Há muito a ser desenvolvido nesse sentido tanto em trabalhos empíricos específicos quanto na produção de reflexões teóricas, conceituais e de modelos que nos ajudem a dar conta dessas histórias.

RETOMANDO FINLEY EM UM NOVO QUADRO TEÓRICO

Outra questão importante que aparece nos debates propostos pelos comentaristas é o quanto nosso modelo é, ou não, um libelo anti-Finley em essência. É compreensível que se depreenda isso do primeiro parágrafo do texto, quando criticamos tentativas recentes de renovação no campo por terem tido dificuldades em superar a categoria de “sociedade escravista”, central para aquilo que se pode chamar de uma ortodoxia finleyniana nos estudos sobre escravidão antiga. Contudo, a relação do nosso modelo com a obra de Finley é mais nuançada que isso – e explicar o que pensamos sobre isso pode ser bastante importante para esclarecer e aperfeiçoar aspectos centrais da nossa proposta.

No texto nos apoiamos na formulação de Marquese (2024), que divide as abordagens teóricas no tocante à História da Escravidão em dois grandes grupos, um dos quais ele chama de estrutural-nomotético e elenca Finley e Orlando Patterson como os grandes formuladores, e outro que ele nomeia histórico-ideográfico, para o qual aponta Joseph C. Miller e Kostas Vlassopoulos como exemplos centrais. Miller (2012) foi um autor fundamental no contraponto à ideia de “escravidão genuína”, apontando a diversidade histórica das formas de escravização. Em certa medida, nos filiamos a essa abordagem ao reconhecer a diversidade de formas de escravização possíveis no mundo mediterrânico sem distinguir se algumas seriam formas genuínas de escravidão enquanto outras seriam formas diversas de trabalho compulsório. Seguimos Vlassopoulos (2021, p. 179) de perto aqui, quando ele observa que “a distinção entre sociedades escravistas e sociedades com escravos não consegue explicar as principais diferenças entre as sociedades escravistas, bem como a existência de linhas de falha que unem certas sociedades escravistas e sociedades com escravos, e as opõem a outras sociedades escravistas”.

Essa não é, contudo, a marca central do que estamos propondo nesse texto. Mais do que uma nova contribuição milleriana à história da escravidão antiga, o que nossa proposta tenta fazer é pôr as duas perspectivas em diálogo. Seguimos os passos de Marquese (2024), que se utiliza das temporalidades da História, recorrendo às reflexões teóricas sobre o tempo de Fernand Braudel e Reinhart Koselleck, como chave para tal diálogo. Dentro deste enquadramento, tentamos entender como elementos elaborados pelas teorias da escravidão desenvolvidas por Finley e por Patterson (que por mais que sejam diferentes, em um quadro amplo da teoria da escravidão são mais convergentes entre si do que divergentes) revelam questões importantes para compreender a dinâmica histórica da escravidão no Mediterrâneo antigo.

Por isso muito nos agrada o fato de Jane Webster ter chamado a atenção em seu comentário para o quanto nosso modelo lhe parecia não tão distante assim daquele proposto por Finley. A obra de Miller e a noção de diversidade histórica das formas de escravização é, em sua origem, uma crítica direta a forma de se elaborar teoricamente a história da escravidão da qual Finley foi um dos mais importantes formuladores. Ainda que nosso modelo tenha como ponto de partida essa noção de diversidade, acreditamos, contudo, que as ideias de Finley (assim como de Patterson) podem nos ajudar a enquadrar teoricamente e a compreender aspectos importantes da história da escravidão na longa duração. Assim, mais do que uma crítica a Finley, o que buscamos apresentar foi um modelo que, partindo de uma abordagem crítica ao campo teórico de Finley, busca dialogar com sua obra para revelar aspectos teóricos úteis para uma história da escravidão antiga. Não deixa de ser, ao fim e ao cabo, uma proposta de recuperação de ideias de Finley dentro de um campo que lhe é crítico.

Nessa busca pelo diálogo com a elaboração teórica de Finley, destacamos a importância de algumas ideias, como de “escravo-mercadoria”, mas tratamos de maneira muito crítica o conceito de “sociedade escravista”. David Lewis faz uma provocação bastante interessante ao comentar esta crítica: não estaríamos criticando um martelo por

não serrar tábuas muito bem? Isto é, “sociedade escravista” não seria um conceito útil para alguns usos diferentes daqueles para os quais serviria o modelo por nós proposto? Sendo assim, não deveríamos resguardar os dois conceitos ao invés de propor a substituição de um pelo outro? A provocação é muito pertinente e vale uma reelaboração sobre o que pensamos sobre o conceito de sociedade escravista. Mas para chegar nisso, é importante esclarecer antes o que queremos com o nosso modelo, para, a partir daí, em diálogo com o que foi proposto nos comentários, pensarmos o lugar que enxergamos para o conceito de sociedade escravista e a relação entre a nossa proposta e outros caminhos possíveis no estudo da escravidão antiga.

Devolveríamos a provocação de Lewis, primeiro, afirmando que o martelo foi usado em algum momento para serrar tábuas importantes da historiografia da escravidão antiga. A história narrada por Finley nos capítulos 2 e 4 de *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna* é estruturada pela ideia de surgimento e desaparecimento de sociedades escravistas. É para a macronarrativa ensejada por essa formulação do conceito que voltamos nossas principais críticas e nosso modelo pretende ser uma ferramenta para a construção de uma história da escravidão mediterrânica alternativa a ela. A avaliação dos colegas e seu eventual uso prático em pesquisas sobre a história do Mediterrâneo dirá se ele é uma boa serra, uma pá, ou uma ferramenta inútil.

Nosso modelo se constrói sobre dois pilares centrais – e caso eles não se mostrarem úteis para a reflexão histórica sobre a escravidão antiga, certamente indicarão que nosso modelo precisará ser descartado. O primeiro é a ideia de que existiram formas de escravização diversas na bacia do Mediterrâneo: os sistemas escravistas epicóricos. Eles não são sistemas escravistas mais ou menos genuínos, são sistemas diversos de escravização. Ao longo da história, porém, uma parte considerável deles foi significativamente afetada por dinâmicas de integração que geraram sistemas pancóricos de escravidão – que estamos chamando de sistemas escravistas mediterrânicos. Como Kostas Vlassopoulos aponta em seu comentário, nosso modelo está particularmente interessado em entender os processos de emaranhamento e convergência desses sistemas epicóricos, formando sistemas pancóricos. Nesse sentido, não pretendemos que este modelo seja uma “teoria de tudo” acerca da escravidão antiga. Trata-se de um modelo que busca entender esse processo de integração.

Isso não significa, porém, que se trate de uma teoria sobre como houve um processo de homogeneização das práticas escravistas no Mediterrâneo antigo. O termo “sistema”, que implica partes diferentes e com autonomia relativa, mas articuladas e, em algum nível, formando um todo, é particularmente importante para a elaboração da ideia que queremos apresentar neste modelo. Não estamos propondo que uma escravidão mediterrânica (e muito menos *romana*) se imponha e subsuma por completo essa diversidade de formas de escravização locais, homogeneizando todas em uma forma única de escravização. Pelo contrário, o modelo reconhece a existência dessa diversidade, mas se coloca a pergunta: como elas foram afetadas e transformadas por dinâmicas históricas que iam além delas próprias, que as colocam em conexão e eventualmente em integração com o mundo que ia além de suas fronteiras? Como elas se tornam parte de um sistema escravista maior, do qual elas não são uma miniatura, mas uma parte, uma expressão específica? Trata-se de uma abordagem de certa maneira similar àquela esboçada por Youval Rotman quando pensa as formas de escravidão no Mediterrâneo na longa duração:

A singularidade das escravidões mediterrânicas reside na sua adaptabilidade às mudanças geopolíticas, culturais e sociais da realidade mediterrânica, que formam o seu caráter dinâmico. As escravidões mediterrânicas não podem ser totalmente explicadas se procurarmos uma

única definição para abranger todas elas. O que precisamos procurar são as maneiras pelas quais diferentes formas de escravidões surgiram no Mediterrâneo e as condições sob as quais elas se desenvolveram. No entanto, também precisamos ter em mente que tais condições não estavam necessariamente confinadas ao ambiente mediterrânico, mas também eram determinadas por ligações a civilizações não mediterrânicas (Rotman, 2004, p. 264).

Uma possibilidade analítica que está apontada no artigo, mas não desenvolvida, é aquela da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que pode ser proveitosa para mitigar o internalismo metodológico do conceito de sociedade escravista. Essa teoria, de matriz trotskista, tem sido recuperada em especial no campo de estudo de relações internacionais para superar abordagens mais internalistas e eurocêntricas. Por desenvolvimento desigual e combinado, entende-se que há variações no desenvolvimento interno às sociedades e entre elas, concomitante com diferenciações espaciais entre si; e que as relações internas de uma dada sociedade são determinadas por suas interações com outras sociedades diferenciadas quanto ao seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que essa mesma interação produz combinações de instituições sociopolíticas, sistemas econômicos, ideologias e práticas materiais dentro de dada formação social (Anievas; Nişancioğlu, 2015, p. 44-48). Esta pode ser uma alternativa metodológica para pensar possibilidades de conexão e transformação entre sistemas de escravidão e de trabalho compulsório no Mediterrâneo, juntamente com outras já bem utilizadas.

O par conceitual globalização/glocalização, empregado por Vlassopoulos (2013) para re enquadrar os debates sobre interação cultural no mundo antigo, pode ser útil aqui também. É necessário identificar quais são os processos que fazem certos elementos de formas específicas de escravização se “globalizarem”. Mas tão necessário quanto isso é entender como esses elementos em globalização são glocalizados, isto é, remodelados localmente diante das dinâmicas específicas daquela realidade local. É nesse sentido que consideramos o impacto do imperialismo romano e correspondente difusão de uma cultura jurídica romana. O intuito não foi tanto alçá-lo à condição de determinante principal na conformação das relações escravistas nas províncias, mas apontar um protagonismo provincial em sua leitura e aplicação, como indicam os estudos de caso citados no texto (Salsano, 1998; Czajkowski; Eckhardt, 2018). Seria o caso assim de glocalização do direito romano, cujo impacto certamente variou nas diversas regiões do império a partir de condicionantes locais. Entre os comentários, a contribuição de Airan Borges Oliveira mostra também que as próprias fontes epigráficas, tão importantes para a compreensão das realidades escravistas provinciais nessa dinâmica entre global, local e glocal, já são elas próprias o resultado do processo de globalização-glocalização do hábito epigráfico romano nas províncias ocidentais do Império romano entre os séculos I e III d.C..

Logo, a identificação da diversidade e da variação local nas formas de escravidão no Mediterrâneo antigo não é um argumento contrário ao modelo que apresentamos. Tal diversidade é nosso ponto de partida. A pergunta que colocamos é: essa diversidade é afetada (e não extinta) por processos de integração? Acreditamos que o estado da arte das pesquisas sobre a escravidão antiga nos indicam que a resposta é sim, assim como obras mais recentes sobre a história da escravidão tem apontado nessa direção. Nas palavras de Damian Pargas (2023, p. 2):

Da antiguidade até os dias atuais, a escravidão tem, por definição, conectado sociedades por meio de migrações forçadas, guerras, rotas comerciais e expansão econômica. (...) Abordagens globais e

transnacionais da história focam fortemente no movimento global de pessoas, bens e ideias, com ênfase particular em processos de integração e divergência na experiência humana. A escravidão em vários cenários abrangeu todos esses pontos focais, pois integrou várias sociedades por meio de relações econômicas e baseadas em poder e, simultaneamente, dividiu sociedades por classe, raça, etnia e grupo cultural.

Nosso modelo pretende apresentar, portanto, possíveis ferramentas conceituais para pensar esse processo de contatos, conexões e integrações. Explicitado o que pretendemos com nossa serra, voltemos ao martelo.

Temos acordo com os comentários que buscam retomar em novas bases a importância da ferramenta conceitual “sociedade escravista”, focada em compreender outras questões importantes no estudo da escravidão mediterrânea antiga. Em particular, a proposta apresentada por García MacGaw em seu comentário nos parece bastante interessante. Recuperando as contribuições de Keith Bradley ao tema, ele propõe que o conceito de “sociedade escravista” serve para pensarmos as respostas institucionais que uma sociedade produz para gerir a presença dos escravos em seu seio. Nesse sentido, argumenta García MacGaw, não existem formas mais ou menos genuínas de sociedades escravistas, mas variações infinitas de como se organizam sociedades escravistas na dinâmica da construção de instituições escravistas.

As sociedades escravistas poderiam ser entendidas como a sedimentação de instituições formais e não-formais, nos âmbitos, cultural, social, político e econômico, ensejadas pela existência de sistemas e subsistemas escravistas, epicóricos e/ou pancóricos, no seio de uma determinada comunidade específica. O conceito de “sociedade escravista” serve muito bem para enquadrar análises específicas sobre essas instituições assim como para realizar comparações formais entre diferentes regiões. Apenas argumentaríamos que o estudo dessas sociedades escravistas teria muito a ganhar com a compreensão da dinâmica sistêmica e mediterrânea de transformação dessas práticas escravistas específicas e diversas, que apontaria na direção de uma “comparação incorporada” entre elementos que existem em conexão, como partes diferentes de um mesmo sistema integrado (McMichael, 1990; Marquese, 2019, p. 30-31). São possibilidades alternativas e não oposições, que poderiam inclusive ser usadas em conjunto. Uma grande obra depende do uso coordenado de serras, martelos e muitas outras ferramentas.

TEMPORALIDADES E CRONOLOGIAS DA ESCRAVIDÃO MEDITERRÂNEA ANTIGA

Para além das conexões geográficas, acreditamos que nosso modelo também pode auxiliar na reflexão sobre os estratos de tempo sobre os quais essas instituições escravistas são erigidas. Isto porque outro elemento fundamental do nosso modelo, que também deriva da inspiração na obra de Marquese, é a ideia de que esses sistemas mediterrânicos se constroem sobre uma história, ou seja, se desdobram sobre temporalidades, estratos de tempo, que delimitam, possibilitam e influenciam as dinâmicas dos desdobramentos posteriores, estabelecendo os horizontes de possibilidades para a constituição dessas sociedades escravistas (Marquese; Silva Júnior, 2019; Marquese, 2024). Por isso, como bem sublinha Ferraro em seu comentário, mais do que fases com barreiras cronológicas rígidas ou estáticas, temos processos com dinâmicas históricas específicas e próprias que se sobrepõem historicamente. No mesmo sentido, Leonardo Marques e Waldomiro da Silva Júnior (2024, p. 37-38) afirmam que:

a escravidão formava um sistema histórico, isto é, um conjunto de práticas e relações interdependentes, de duração variada, orientados para a sua autorreprodução. Esse conjunto, ao invés de uma história linear, desdobrasse em diferentes camadas, dando origem a unidades espaço-temporais específicas, singulares, com cronologias e contornos geopolíticos razoavelmente nítidos, mas que não são propriamente etapas ou ciclos puramente sequenciais, uma vez que abrem possibilidades para sincronicidades e combinações assimétricas.

Propusemos a identificação de duas temporalidades na escravidão mediterrânea antiga, isto é, a existência de duas dinâmicas históricas diferentes que ensejam processos de integração, sendo a segunda construída sobre os estratos do tempo sedimentados pela primeira. A isso Lewis chamou de “modelo fásico”. Muitos comentários criticaram, com razão, que uma cronologia rígida deveria ser evitada no desenvolvimento do modelo proposto, pois confere um caráter estático e uniforme ao que chamamos de primeira e segunda escravidão mediterrânea. A partir disso, os comentaristas propuseram pensar outras cronologias e outras “escravidades mediterrâneas”, incluindo períodos anteriores e posteriores, identificando outros momentos pivotais e/ou destrinchando temporalidades mais específicas. Este aspecto é ressaltado por Lewis ao se perguntar sobre existência da escravidão no Mediterrâneo antes do que chamamos de primeira escravidão mediterrânea e por Vlassopoulos sobre o lugar da escravidão nos dois séculos antes da era cristã no Mediterrâneo ocidental e oriental. García MacGaw igualmente nota que este é um período crucial para se entender a dinâmica da circulação mercantil escravista. Curiosamente, como Ferraro nos conta, a divisão em “duas escravidades” também tem sido questionada para o caso da escravidão atlântica moderna, e acreditamos que as questões colocadas pelos comentários realmente abrem caminho para se destrinchar de maneira mais refinada o número e a cronologia dessas temporalidades da escravidão mediterrânea.

Mais do que fechar questão sobre a existência de duas temporalidades da escravidão mediterrânea antiga, nosso propósito foi chamar a atenção para a existência de temporalidades nessa escravidão. Definições convencionais como escravidão grega, escravidão romana, ou escravidão greco-romana, não dão conta da explicação do desenvolvimento, na longa duração no Mediterrâneo, de formas variadas de escravidão e ao mesmo tempo de um processo de formação de um sistema escravista mediterrânico. Buscamos assim tentar inserir o debate sobre escravidão antiga nas discussões sobre o processo histórico de integração no Mediterrâneo, que articulou as comunidades produzindo sistemas sociais cada vez mais diferenciados, e definindo suas fronteiras sociais e identitárias, a partir de determinantes tanto estruturais quanto de circunstâncias históricas específicas (Horden; Purcell, 2000; Morris, 2003; Guarinello, 2013). Um caminho que se aproxima do modo como concebemos um modelo integrado da escravidão mediterrânea é aquele que foi proposto por Dan-el Padilla Peralta e Seth Bernard (2022) para entender o que chamam de conectividades médio-republicanas, para compreender:

Como o movimento de pessoas, bens e ideias no período republicano médio ajudou a ligar a sociedade romana a um mundo eurasiático mais amplo. Cumulativamente, mudanças na população, assentamento, produção agrícola, atividade comercial, regimes de trabalho e monetização podem ser vistas como índices da economia política emergente que veio a definir a Roma republicana média (Peralta; Bernard, 2022, p. 20).

Pensar a historicidade da escravidão no Mediterrâneo antigo certamente passa pela compreensão desses processos de integração do Mediterrâneo, que vão além do próprio fenômeno escravista em si, como pontua García MacGaw. Vlassopoulos aponta que nosso texto acaba tendo um viés mais geopolítico e jurídico-institucional na apresentação do problema, menosprezando elementos econômicos importantes nesse processo. Suas considerações sobre as grandes casas escravistas (*elite slaveholding households*) e seu papel na estruturação de uma nova fase na história da escravidão mediterrânea são bastante instigantes. Outro elemento econômico importante para se colocar nessa mirada sistêmica mediterrânea é o impacto das cadeias mercantis escravistas sobre os regimes de trabalho existentes em diferentes tipos de atividades econômicas, como mineração e agricultura. Ademais, como pontuado por García MacGaw e já mencionado nessa resposta, é necessário incorporar a agência subalterna como fator no movimento histórico que estamos mapeando de maneira mais sistemática.

Muitos comentários trataram do par conceitual “zona de escravização” e “zona de não-escravização”, estabelecido por Fynn-Paul e que nos foi muito importante para pensar essa questão das temporalidades da escravidão mediterrânea. Apesar de reconhecermos no texto que o Império Romano não foi uma zona de não-escravização perfeita, em uma passagem destacada tanto por Scopacasa quanto por Webster assumimos que na segunda escravidão mediterrânea a circulação de cativos se dava substancialmente por circuitos mercantis de longa distância. Isso remete a um importante debate sobre a demografia da escravidão no Império Romano (Harris, 1994; 1999; Scheidel, 2011), a partir do qual tanto Scopacasa quanto Webster fazem ponderações críticas importantes à nossa formulação. Temos acordo com as considerações de ambos, e é preciso dar um novo tratamento à questão. Um caminho pode ser encontrado na forma como Norberto Guarinello (2010) trabalha o conceito de “fronteira”, que não se restringem às fronteiras territoriais, mas incluem também as fronteiras construídas entre rachaduras internas da sociedade imperial. Se as “zonas de escravização” são pensadas *a priori* nas margens da “zona de não-escravização”, em fronteiras territoriais, nos parece bastante promissor pensar como fraturas sociais internas ao território dessa pretensa zona de não-escravização permitem a criação de verdadeiras zonas de escravização bastante prolíficas.

Um exemplo disso pode ser vislumbrado na fonte analisada por Filipe Noé da Silva em seu comentário. Ele mostra o tráfico interno de pessoas livres escravizadas na África romana a partir da *Epístola* 10* Divjak, de Santo Agostinho. Nesse texto somos apresentados a uma dinâmica de rapto, escravização e comércio de pessoas escravizadas em um âmbito interprovincial, mostrando não só a “imperfeição” da zona de não-escravização imperial, mas como zonas de escravização poderiam se estabelecer sobre fraturas sociais em territorialidades específicas do Império. Esse tipo de evidência reforça a observação de Scopacasa de que o conceito de “zona de não-escravização” para a segunda escravidão mediterrânea teria que levar em conta os ritmos da expansão romana, tendo um caráter muito mais fluido e dinâmico, enquanto no caso da primeira escravidão mediterrânea, no contexto das formações das cidades estados no período arcaico, sejam mais evidentes mudanças nas práticas de escravização ligadas às dinâmicas de formação dessas zonas.

Voltando a questões teóricas mais gerais sobre essas temporalidades da escravidão, é importante dizer que nosso uso do diálogo com história da escravidão atlântica não tem por pretensão espelhar a caracterização da segunda escravidão atlântica para aquilo que chamamos de segunda escravidão mediterrânea. Como bem pontuaram alguns comentaristas, a emergência de uma nova temporalidade da escravidão atlântica é ensejada a partir de dinâmicas históricas específicas do mundo atlântico nos séculos XVIII e XIX (desenvolvimento do Capitalismo, Revolução Industrial, crise dos antigos sistemas

coloniais e ascensão do Estado-Nação, Abolicionismo etc.), e, portanto, é historicamente específica. Não é nossa pretensão tentar encontrar seus paralelos no mundo mediterrânico dos séculos I a.C. e I d.C.. O que buscamos, em primeiro lugar, foi uma inspiração teórico-metodológica que permita reelaborar pontos de partida para a construção de formas, teorias e modelos para pensar uma história da escravidão antiga, que é o movimento fundamental dessa produção historiográfica com a qual buscamos dialogar. Isso significa reconhecer dinâmicas próprias de permanência e transformação que moldam e transformam os sistemas escravistas do Mediterrâneo antigo.

Esse diálogo abre novas possibilidades para reflexões sobre o lugar da escravidão mediterrânica antiga na história global da escravidão, um debate antigo no qual o próprio Finley teve uma contribuição extremamente influente. Como Ferraro aponta em seu comentário, nossa busca por elaborar uma história da escravidão mediterrânica permite pensar em que medida esta estabeleceu estratos do tempo que servem como parte da sedimentação histórica a partir da qual a escravidão atlântica se constrói. Mais uma vez, isso não significa colapsar esses fenômenos escravistas entre si, pressupondo qualquer tipo de permanência estrutural. Significa dizer que a escravidão mediterrânica antiga pode ter sido um dos estratos que estabeleceram os horizontes de possibilidades a partir dos quais a escravidão atlântica se construiu, em um contexto histórico completamente distinto. Em um sentido oposto, pensando a partir do comentário de Lewis sobre a escravidão no Mediterrâneo antes do século IX a.C. e na necessidade de superar os riscos do “mediterraneanismo”, também é possível pensar o quanto as escravidões mediterrânicas são por sua vez construídas sobre estratos do tempo estabelecidos por sistemas escravistas mais antigos, que vão além do Mediterrâneo e cujo conhecimento nos é muito fragmentado pelos limites impostos pelas fontes (Taylor, 2001).

CONCLUSÃO

Escrevemos um texto para propor um modelo sobre integração dos sistemas escravistas do mediterrâneo antigo, mas podemos também dizer que escrevemos um texto para contribuir com dois processos de integração nos estudos sobre a escravidão mediterrânica antiga. Em primeiro lugar, uma integração interna, que fortaleça os campos de diálogo e interconexão entre os campos de estudos tradicionalmente estabelecidos em torno das formas “escravidão grega”, “escravidão romana”, e outros. Em segundo lugar, uma integração externa, que sustente o diálogo dos estudos sobre a escravidão no Mediterrâneo antigo dentro do campo mais amplo dos estudos sobre a História Global da Escravidão na longa duração. Ambas as integrações têm uma rica historiografia prévia, sintetizadas na obra pioneira de Finley, e esperamos que o modelo proposto neste debate esteja à altura dessa tradição. Também esperamos que esta resposta aos comentários dos colegas, que gentilmente cederam seu tempo para a realização deste debate e muito nos fizeram pensar e repensar sobre este modelo, aumentem as nossas chances.

REFERÊNCIAS

ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. *How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism*. London: Pluto Press, 2015.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.



- BURNARD, Trevor. *Writing the History of Global Slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- CARROLL, Maureen. "The Insignia of Women": Dress, Gender and Identity on the Roman Funerary Monument of Regina from Arbeia. *Archaeological Journal*, v. 169, n. 1, 2012, p. 281-311.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Crowns of Glory, Tears of Blood: The Demerara Slave Rebellion of 1823*. New York: Oxford University Press, 1994.
- CZAJKOWSKI, Kim; ECKHARDT, Benedikt. Law, Status and Agency in the Roman Provinces. *Past & Present*, v. 241, p. 3-31, 2018.
- DA SILVA JÚNIOR, Waldomiro L.; MARQUES, Leonardo. A morfologia histórica do escravismo Atlântico. In: MARQUESE, R. de B.; PIMENTA, J. P.; MORELI, A.; SOARES, R. G. (eds.). *Sistemas, tempos e espaços: Lab-Mundi em dez anos de fazer historiográfico*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2024, p. 36-48.
- FINLEY, Moses I. Generalizations in Ancient History. In: FINLEY, M. I. *The use and abuse of History*. London: Chatto and Windus, 1975.
- FINLEY, Moses I. *Ancient History*. Evidence and Models. New York: Viking, 1986.
- FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.
- GRENDI, Edoardo. Micro-analisi e storia sociale. *Quaderni storici*, v. 35, n. 2, 1977, p. 506-520.
- GUARINELLO, Norberto L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, 1, 2010, p.113-127.
- HARRIS, William V. Child-exposure in the Roman Empire. *Journal of Roman Studies*, v. 84, p. 1-22, 1994.
- HARRIS, William V. Demography, geography and the sources of Roman slaves. *Journal of Roman Studies*, v. 89, p. 62-75, 1999.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. São Paulo: Editora Record, 2000.
- MARQUESE, Rafael de B. A escravidão moderna como problema historiográfico. In: MENONCELLO, A. M.; GARAY, R. G.; CEZAR, T.; GUTERRES, T. da C. (org.). *Problemas de historiografia antiga e moderna: Estudos e discussões em tempos de pandemia*. Vitória: Editora Milfontes, 2024, p. 307-336.

MARQUESE, Rafael de B. A História Global da Escravidão Atlântica: Balanço e Perspectivas. *Esboços*, 26(41), p. 14-41, 2019.

MARQUESE, Rafael de B.; DA SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, p. 44-81, 2018.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

McMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55(3), p. 385-397, 1990.

MILLER, Joseph. *The Problem of Slavery as History: A Global Approach*. Yale: Yale University Press, 2012.

MORLEY, Neville. *Theories, Models, and Concepts in Ancient History*. New York: Routledge, 2004.

MORRIS, Ian. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, v. 18, n. 2, p. 30-55, 2003.

PARGAS, Damian. Introduction: Historicizing and Spatializing Global Slavery. In: PARGAS, D.; SCHIEL, J. (eds.). *The Palgrave Handbook of Global Slavery throughout History*. Cham: Palgrave Macmillan, 2023, p. 1-16.

PERALTA, Dan-el Padilla; BERNARD, Seth. Middle Republican Connectivities. *Journal of Roman Studies*, v. 112, p. 1-37, 2022.

ROTMAN, Y. Forms of Slavery. In: HORDEN, P.; KINOSHITA, S. (eds.). *A Companion to Mediterranean History*. Malden: Wiley, 2014, p. 263-278.

SALSANO, Debora. *Manumissio vindicta* in ambiente provincial: Problemi e proposte. *Chiron*, 28, p. 178-185, 1998.

SCHEIDEL, Walter. The Roman slave supply. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (org.). *The Cambridge world history of slavery*, volume 1: the ancient Mediterranean world. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011, p. 287-310.

TAYLOR, Timothy. Believing the ancients: Quantitative and qualitative dimensions of slavery and the slave trade in later prehistoric Eurasia. *World Archaeology*, 33:1, p. 27-43, 2001.

TRIVELLATO, Francesca. Is there a future for Italian Microhistory in the age of Global History?. *California Italian Studies*, 2(1), 2011.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Greeks and barbarians*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2013.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Historicising Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

VOGT, Joseph. The structure of Ancient Slave Wars. In: *Ancient slavery and the ideal of man*. Translated by Thomas Wiedemann. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1975, p. 39-92.

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. *História (São Paulo)*, 22, nº 2, p. 185-210, 2003.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Fábio Duarte Joly: Doutor. Professor Titular. Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. Rua do Seminário, s/n, 35420-087, Mariana, MG, Brasil.

José Ernesto Moura Knust. Doutor. Professor EBTT. Instituto Federal Fluminense, Macaé, RJ, Brasil. Rodovia Amaral Peixoto Km 164, Imboassica, 27932-050, Macaé, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua do Seminário, s/n. – Centro, 35420-000, Mariana, MG, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Este artigo teve origem em discussões no âmbito do grupo de pesquisa Mithra-Laboratório de História Global (UFSC) e no projeto de pesquisa SlaVEgents: enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE-300 CE. Versões preliminares foram apresentadas no ciclo de Seminários da Linha Terra, Trabalho e Poder, PGH/UFRPE, em 2021, no V Encontro do GT de História Antiga e Medieval, Anpuh/SC, em 2023, na V Jornada de Investigación sobre Sociedades Precapitalistas, CESP/UNLP, também em 2023, e em palestra no PPGH-UFAM/Laboratório de História Cultural- LEHC, em 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos os comentários a versões anteriores do texto por Uiran Gebara da Silva, Fábio Augusto Morales Soares, Waldomiro Lourenço da Silva Jr., Rafael de Bivar Marquese, Kostas Vlassopoulos, Joana Campos Clímaco e Átila Augusto Vilar de Almeida.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust.

FINANCIAMENTO

Pesquisa para este artigo foi realizada no âmbito do projeto SlaVEgents - enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE-300 CE, financiado por um Advanced Grant do European Research Council (Grant Agreement no. 101095823) concedido a Kostas Vlassopoulos como pesquisador principal (Institute for Mediterranean Studies, IMS – Foundation for Research and Technology Hellas, FORTH).



CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 26 de janeiro de 2025.

Aprovado em: 27 de janeiro de 2025.

Como citar: JOLY, Fábio D.; KNUST, José E. M. Limites e possibilidades de um modelo para o estudo da escravidão no Mediterrâneo antigo. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 519-538, 2024.





LIMITS AND POSSIBILITIES OF A MODEL FOR THE STUDY OF SLAVERY IN THE ANCIENT MEDITERRANEAN

Limites e possibilidades de um modelo para o estudo da escravidão no
Mediterrâneo antigo

Fábio Duarte Joly ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-6549-3094>

E-mail: fabio.joly@ufop.edu.br

José Ernesto Moura Knust ^b

 <https://orcid.org/0000-0002-3295-9107>

E-mail: zeknust@gmail.com

^a Universidade Federal de Ouro Preto, Department of History, Mariana, MG, Brazil.

^b Instituto Federal Fluminense, Campus Macaé, Macaé, RJ, Brazil.

DEBATE
ESCRavidÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

ABSTRACT

The aim of this article is to respond to the comments that our colleagues generously made to the text entitled “Ancient Slavery from a Mediterranean Perspective: A Proposal for a Global Approach”. We organized this response around four themes on which we believe that many of the considerations made by our colleagues converge: 1) the validity of theoretical reflections and the construction of wide-ranging historical models; 2) the relationship between global models and the agency of historical subjects and their life trajectories; 3) our relationship with Moses Finley's work, particularly his concept of "slave society"; 4) chronological divisions and the question of the temporalities of ancient Mediterranean slavery.

KEYWORDS

Ancient slavery. Roman Empire. Mediterranean.

RESUMO

O objetivo deste artigo é responder aos comentários que os e as colegas generosamente fizeram ao texto intitulado “Escravidão antiga em perspectiva mediterrânea: uma proposta de abordagem global”. Organizamos nossa resposta em torno de quatro temas para os quais consideramos que muitas das considerações feitas pelos colegas convergiam: 1) a validade de reflexões teóricas e construção de modelos históricos de grande abrangência; 2) a relação entre modelos globais e a agência dos sujeitos históricos e suas trajetórias de vida; 3) nossa relação com a contribuição de Moses Finley, particularmente com o conceito de “sociedade escravista”; 4) os recortes cronológicos e a questão das temporalidades da escravidão mediterrânea antiga.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão antiga. Império Romano. Mediterrâneo.



We want to thank all our colleagues for their generous consideration, criticisms, questions, and development of the ideas we presented. We are happy with the unique opportunity that this publication model gives us to rethink, rework, clarify, and correct aspects of the ideas presented in the text that initiated this dialog. Our intention in this text is not purely to defend this model against any criticisms made by the commentators but to engage in a dialog with these issues in order to think together about clarifications, adjustments, and corrections to what we proposed in the initial text - as well as to deal with some new possibilities that are not there, but which have been opened up by the responses to it. Writing this response has been particularly enriching for us, and we hope that reading this text will also be for our colleagues and the general reading public.

An exhaustive response to each of the comments would be too long. Therefore, we have organized the main themes on which our colleagues' contributions have converged to address as many issues as possible. We have identified four central themes: 1) the validity of theoretical reflections and the construction of wide-ranging historical models; 2) the relationship between global models and the agency of historical subjects and their life trajectories; 3) our relationship with Moses Finley's contribution to slavery studies, particularly with the concept of "slave society"; 4) chronological divisions and the question of the temporalities of ancient Mediterranean slavery. By addressing these four issues, we hope to deal with other more specific points that we found particularly thought-provoking. Inevitably, however, we will not be able to deal with the many other relevant issues raised by our colleagues.

THEORY AND EMPIRICISM, CONCEPTS AND MODELS

In our article, we proposed constructing a model that deals with large chronological and spatial divisions. Some of the comments rightly point out the limits and problems posed by this type of model, so we would like to start this dialog dealing with this aspect. Firstly, in very general theoretical-methodological terms, it seems fundamental to point out that we do not believe in such a rigid dichotomy between "top-down" and "bottom-up" approaches, as defined by Ulrike Roth. In her commentary, she criticizes our approach for what she defines as "a desire to theorize that goes beyond (or, rather, that comes before) the research itself". She presents an opposition between the use of predefined models and theories (which she condemns since it would lead us to the error of choosing only sources that validate the previously established model) and the construction of models only based on specific empirical analyses (which she understands as the correct procedure). We agree with Roth about the risks of cherry-picking when dealing with models (of any kind, not just those on a global scale, we might add), but that does not sum up the whole issue. There is no empirical work before theory because concepts, metanarratives, methodologies, and forms always guide the choice and analysis of sources, no matter how circumscribed they seem. Marc Bloch explains that it is not a question of choices or preferences about how to act, but about how historians do their work in practice:

Many people and even, it seems, certain authors of manuals give a surprisingly candid picture of the progress of our work. In the beginning, they would gladly say it was the documents. The historian gathers, reads, and assesses their authenticity and veracity. Then, and only then, does he put them to work... It is just unfortunate: no historian has ever done this. Even when they think they might.

Because texts or archaeological documents, even the apparently clearest and most complacent ones, only speak when we know how to question them.

[...] all historical research presupposes, from its first steps, that the search has a direction. In the beginning, it is the spirit. Never [in any science] has passive observation generated anything fruitful. Assuming, moreover, that it is possible.

Let's not fool ourselves. It certainly happens that the questionnaire remains purely instinctive. However, it is there (Bloch, 2002, p. 78-79)

No historian can write History without this “questionnaire”, which mobilizes assumptions that unfold in concepts and metanarratives. We write History with words that make sense because the audience understands them as concepts. Finley has rightly argued how much these concept-words deal with the construction of generalizations that determine any historiographical work from the outset (Finley, 1975). Rather than avoiding previously established concepts, which is impossible to do, historiography needs to understand its starting points, be aware of its limits and problems, and be alert to the necessary adjustments, corrections, and reformulations of such a conceptual repertoire.

As Finley himself argued (1986), the formulation of models is especially useful in this type of scrutiny, because they are powerful tools in making explicit what *a priori* appears to be implicit in the analysis. Neville Morley (2004, p. 23) also notes that “models are tools, not ends in themselves; if they fail to account for the evidence persuasively, if they seem to rest on dubious assumptions, or, most importantly, if they fail to suggest interesting new ways of thinking about the past, then they need to be replaced”. One of the ways of conceiving a model is, in Morley's words, as a “template for understanding complex social and economic processes” (Morley, 2004, p. 23). Our text intends to propose a model based on a critique of some of the starting points that have constituted the field while simultaneously seeking to explain new starting points that we believe are powerful for certain types of analysis of ancient slavery.

At its core, the historiographical craft needs an empirical analysis of the concrete historical reality of which the vestiges of the past give us some glimpse. The point here is that this empirical analysis, in turn, mobilizes a series of theoretical-methodological assumptions, which we need to scrutinize as much as the historical evidence under analysis. Undoubtedly, specific empirical analyses will always have much to contribute to this scrutiny. However, we point out that texts dedicated to a theoretical reflection on these concepts, categories, and metanarratives also have their importance. There is a long tradition of this kind of theoretical text in historiography in general. The same occurs in the field of Ancient Slavery as well. The first chapter of Finley's *Ancient Slavery and Modern Ideology* studies precisely how historically specific assumptions have shaped approaches to the subject since the 18th century. The remaining chapters of the book develop theoretical and conceptual discussions of slavery and slave society as a starting point for analyzing ancient societies based on the available evidence and the historiography of the time. As we pointed out in the text that opens this debate, the last fifteen years have been prolific in texts debating these conceptual issues that structure the study of ancient slavery, and much of our text is a search for a dialog with these contributions from which we make a new proposition.

Constructing a model based on a theoretical reflection does not imply that this proposition is produced *a novo* by theoretical reflections alone. Theoretical formulations such as the one proposed in our text can only exist in the face of the diversity of such well-established work on the subject, which has allowed such an accumulation of knowledge in the study of ancient slavery. In other words, our formulation does not arise from an abstract theory but precisely from an accumulation of studies and research that we sought to mobilize in this construction, without which we would never have been able to come close to the ideas we are proposing.

Furthermore, this (and any) model should not be taken as a straitjacket to insert the available sources *a posteriori*. On the contrary, it serves as a starting point for new empirical and theoretical analyses, which will certainly not end within the limits set by such a starting point. In addition, work carried out from other starting points has also served and will serve to put the elements of this model under analysis. Therefore, we do not intend this theoretical contribution to be made at the expense of the accumulated empirical work of various researchers who use different evidence, methodologies, and geographical and/or temporal divisions; it is just the opposite, since we intend our model to be part of a dialog with them.

Let us put this in terms of pudding, to take the famous saying recovered by Roth in her commentary. Noticing some issues in the many puddings we have eaten so far, we wondered if it was worth tinkering with important aspects of the recipe. We presented, then, a possible new recipe. It is very natural and beneficial that skilled confectioners pointed out problems and strangeness caused by this recipe. The proof of the pudding will undoubtedly be in the eating when it is finally made, but discussing the recipe seems quite useful to us since every pudding is made with a recipe - whether written down in advance, memorized, or improvised by an experienced pastry chef.

STRUCTURES AND AGENCIES, GLOBAL AND LOCAL

Having clarified this more general theoretical-methodological issue, we can move on to a more central element about the possible merits and limits of the specific type of model we are proposing. Several commentators have shown a certain discomfort that a model dealing with such vast temporal and chronological divisions could easily lose sight of the agency and experience of historical subjects, particularly the enslaved ones. Roth, for example, draws attention to the total absence of any mention of any enslaved person or enslaver in our text. This brings us to a central issue in the production of historical knowledge, the relationship between historical “structures” and “agencies”, which unfolds indirectly in questions about the global and the local and the general and the specific.

It is interesting that Marcelo Ferraro, dealing with the field of Atlantic slavery in his commentary, points out that “after decades of progress in the social history and micro-history of slavery, the events that marked the beginning of the 21st century convinced a new generation of historians to turn their eyes to the structural dimensions of captivity and to favor more ambitious spatial and temporal divisions”. Between the 1980s and 2000s, the flourishing Brazilian historiography dedicated to the History of slavery in our country produced excellent analyses of the Social History of slavery, inspired by English Social History (in particular, the work of E. P. Thompson), French History of Mentalities, North American New Cultural History and Italian Micro-History. Much of this Brazilian historiography had the explicit intention of combating an excessively structuralist vision that emanated from a scholarship that was, in their eyes, excessively theoretical, coming from Marxist circles (e.g. Chalhoub, 1990) - a formulation that resonates with Roth’s criticism of our proposal.

In a review of the historiography of Atlantic slavery, Rafael Marquese explains precisely that, during this period, Brazilian historiography dedicated to slavery has abandoned structuralist approaches

based on the argument that being too “structuralist”, they would overlook the volitional capacity of the subaltern historical subject, i.e. his ability to shape his own destiny. [...] The prevailing response of Brazilian historiography consisted of immersing itself in a dense examination of the enslaved subjects and their worldview, cultural constructions, family strategies, and patterns of

resistance in studies that were quite circumscribed in time and space. [...] Amid this journey, the understanding of slavery as a total social relationship, as a historical system, was eventually abandoned, and methodological nationalism reigned once again (Marquese, 2019, p. 22-23).

Marquese and Ferraro are part of a movement in Brazilian historiography that we consider extremely important and in which we look for inspiration. Without denying the importance that this Social History of Slavery has had for the study of Atlantic slavery in the last decades of the 20th century, they seek to break the restricted boundaries to which these analyses ended up being encapsulated in order to seek a more comprehensive and integrated history of slavery as a historical system. In Marquese's words:

Rather than treating them as external and independent of each other, we should understand the slave regions subjected to observation as particular moments of the same long-term historical process, that is, of the same historical structure that forms them and is formed by them. By paying attention to the multiple mediations between the world economy and politics and local conditions (in which we highlight the agency of historical subjects), examining how spatially separated regions have conditioned each other over time will be feasible (Marquese, 2019, p. 31).

The reality of slavery in the ancient world is very different from that of the modern Atlantic, set in the context of colonialism and capitalism. However, this global perspective seems interesting to us to overcome other problems specific to Ancient History. As we point out in our text, the study of ancient slavery is tied up within boundaries imposed by a traditional morphology of Ancient History that generates its problems. Our proposal aims to think of new forms for a history of ancient slavery, specifically by proposing a model of the historical emergence of an ancient Mediterranean slave system.

Unquestionably, insightful historiography about slavery in the ancient world was built within the traditional morphology - in the same way that the Social History of Brazilian slavery produced some of the best works in all Brazilian historiography, even within the limits of methodological nationalism. Even our previous productions in the field of the History of Roman slavery were built on these guidelines, and we would like to believe that they also have their merits.

The construction of a model that is an instrument for building a new morphology of ancient slavery does not have to make a clean sweep of the field or deny the importance of studying the agency of specific historical subjects on more restricted scales. Returning to Marquese (inspired by Jean-Paul Sartre), it is necessary to "permanently move oneself between the general and the particular, between the concrete and the abstract, between the structure and the event, between the general flows of history and the sphere of biography, taken as a producer and product of its time" (Marquese, 2019, p. 31).¹ As Barbara Weinstein (2003) shows, even the most delimited and specific studies of New Cultural History had as the backdrop of their explanatory theses a grand narrative about historical processes that went beyond the geography and chronology of the empirical study in question. We can say the same about studies of the Social History of slavery in the Americas, which, therefore, have much to gain from dialogue with a field capable of producing a critical analysis of the traditional grand narratives with which these more circumscribed analyses have so far dialogued. We propose that the same dialog should take place in the study of ancient slavery and present an initial proposal for a model.

¹ A nice example of an approach in this perspective is Emilia Viotti da Costa's book on the slave rebellion in Demerara in 1823 (Costa, 1994).

An auspicious way of thinking about how this *jeux d'eschelles* works is suggested by David Lewis's comment when he cites the work of Carlo Ginzburg. As Lewis says, Microhistory is not interested in the specific *per se*, but as a microscopic analysis that allows us to see aspects of broader historical processes that are invisible at other scales. In this sense, Microhistory does not understand local as the opposite of the global, as the scale on which we glimpse the diversity that refutes the existence of broader historical processes. The local in Microhistory is the concrete realization of History, the place of individuals' agencies and experiences, but also of the concrete materialization of what we usually call structures, which are nothing more than these broad historical processes that delimit the agents' horizons of possibilities and over which they must navigate, often with minimal resources and information. As a methodology of History, therefore, Microhistory necessarily demands a history that is not micro, with which it will dialog, placing its questions under scrutiny (Grendi, 1977; Ginzburg, 2007, p. 269; Levi, 2000, p. 33-35; and Burnard, 2023, p. 5-6, advocating its use in the making of global histories of slavery).

Our model proposes reformulating the major frameworks with which more local and specific analyses will engage in this dialog. We are not proposing replacing local, micro, and subject-oriented approaches with global, macro, and structure-oriented ones. Both approaches already exist and need to continue to exist. We are proposing a new way of framing the second type of approach, which seems fruitful not only for those who want to deal with these scales but also for those who are interested in more specific approaches, as they will have new points for dialog and the development of new perspectives for their objects of analysis.

However, all the comments about the need not to lose sight of the human experience in such a broad model are not irrelevant. With the sensibility that writing history demands, Jane Webster states that "every enslaved person was exactly that: a *person*, with a unique biography". We must be careful not to lose sight of this dimension. When dealing with such an ambitious scale, there are three ways of keeping History on the ground floor, using Giovanni Levi's expression (2000, p. 25).

The first possibility lies in the dialog between the general and specific, the global and local, structure and agency. The famous formulation of Marx's *18th Brumaire* states that "men make their own history; yet they do not make it of their own free will, for it is not they who choose the circumstances under which it is made" (Marx, 2011, p. 25). Therefore, large-scale analysis can help us understand these "circumstances" under which people made History, producing tools that allow us to understand the specific concrete reality of life in which people are inescapably trapped. A global model will be as good as it can provide specific concrete studies with conceptual repertoires and information about global historical processes that help in these analyses.

The second path consists of making the model itself more permeable to the question of the agency and experience of the subalterns. Global models need not, and should not, give the monopoly of historical agency to the dominant classes or the power structures of a given society, reifying them as historical subjects. Perhaps some of our examples of how institutions of the Roman Empire were important elements in the integration of the Mediterranean slave system may have tipped the model in the direction of an elitist and structuralist view of historical movement, but this is not our intention. We fully agree with Carlos García MacGaw when he points out that we must recognize the enslaved's resistance and agency as factors in historical change.

In a text that is already relatively dated in important aspects, Joseph Vogt makes a very thought-provoking proposition about the Mediterranean connections of the slave revolts and "mass movements" occurring at the end of the second century BC, even if they always had specific and local motivations (Vogt, 1975, p. 83-92). To some extent, we can

understand these revolts as symptoms of a reorganization of the dynamics of the Mediterranean slave system, possibly linked to the emergence of a new temporality of this system. However, more than a consequence or symptom, such revolts must also be understood as a factor in the formation and transformation of the elements of the Mediterranean slave system.

In addition, it is necessary to incorporate the dynamics of subaltern life within the elements of the model in a more comprehensive way. Norberto Guarinello draws attention to the inability of our model to capture the dynamics of “slave trajectories”, a concept he uses to account for the fluidity, mobility, and “zones of indeterminacy” between slavery and freedom that marked the condition of the lives of the enslaved and freed persons. There is an important gap to be filled in our model to account for this aspect. It would be interesting to incorporate questions related to the social and demographic impact of the enslaved and freed persons into the model, thinking about how they are a product of the very dynamics of the slave life trajectory, for example.

Finally, a third way to keep the agency and experience of historical agents in sight when dealing with global models is to realize that the movement of people constructs the networks of connection and integration envisioned by these models. For some years now, a field of intersection between Global History and Microhistory has been developing based on the notion of “global lives” (Trivellato, 2011), and this is undoubtedly fertile ground for this approach in the History of the Mediterranean slave system. In her commentary, Airan Oliveira Borges uses the epigraphic record to map the commercial networks through which the Heii operated as an example for us to think about the “need to identify the spaces that make up the mercantile chains, to weave the networks of sociability and to map the circulation of the agents involved based on their respective trajectories”.

Regina, the freedwoman mentioned by Webster and whom we know from a funerary monument erected by her husband near the fort of Arbeia in the north of Roman Britain, could be a fascinating example of all this. We do not know how Regina was enslaved, and this may have happened, as Webster points out, within local dynamics of enslavement prior to the Roman presence, which may not have changed with the arrival of the invaders. Webster also points out that we can see an aspect of the permanence of local elements in the trajectory of Regina’s life in the way her tomb carefully constructs a memory of her ethnic origins through her representation in typically British clothing. However, Regina ended up in the hands of a Syrian enslaver who was in the province of Britain because of the Roman legions’ presence (either as a soldier or as a civilian living off services and trade for the soldiers). This same Syrian freed Regina at some point, married her, and, upon her death, invested significant resources to guarantee her a funerary monument with significant influence from the artistic models of the Syrian city of Palmyra (Carroll, 2012, p. 283-288).

The extent to which these events took place through local and provincial modes and practices, or models that transcended local boundaries, brought to Britain above all by its conquest by the Roman Empire, is difficult to pinpoint and will remain a matter for debate. It is indisputable, however, that each of these events that occurred in the lives of a formerly enslaved person born in southern Britain and a Syrian immigrant living near a Roman fort on the Empire’s northern border only happened because of the existence of historical processes that go far beyond the local lives of these two individuals. We can understand even their mere presence in Arbeia within the framework of the existence of historical dynamics that go beyond Arbeia and the province of Britain and create specific networks of circulation of people, ideas, and goods through which these individuals traced their lives. It does not mean that each of these episodes (enslavement, manumission, marriage, burial) took place in a similar way to how these things happened in other regions of the Empire. The province of Britain had a particular dynamic of Roman presence, which materialized in

particular social dynamics. However, these particular forms are not the expression of a local life separated from an integrated world, but the local expression of dynamics connected in specific ways to supra-local systems.

For this insertion of the agency, experience, and trajectory of subaltern historical subjects into the scope of a global model such as the one we have proposed, the possibilities opened up by large projects in the field of Digital humanities that focus on the study of literary, epigraphic, and papyrological data from Antiquity for the creation of open access databases, such as the research project SLaVEgents: *Enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE - 300 CE*, coordinated by Kostas Vlassopoulos, are especially important. This kind of initiative will help us study local lives affected by global dynamics and the global lives of enslaved individuals.

There is much to be developed in this direction, both in specific empirical work and in producing theoretical and conceptual reflections and models to help us account for these stories.

REVISITING FINLEY IN A NEW THEORETICAL FRAMEWORK

Another important question in the debates proposed by the commentators is to what extent our model is, or is not, essentially an anti-Finley libel. Understandably, this can be inferred from the first paragraph of the text, when we criticize recent attempts at renewal in the field for having had difficulty in overcoming the category of “slave society”, central to what can be called a Finleyian orthodoxy in studies on ancient slavery. However, the relationship of our model to Finley’s work is more nuanced than that and explaining what we think about is important to clarify and improve the central aspects of our proposal.

In our text, we rely on Marquese’s (2024) formulation, which divides theoretical approaches to the History of Slavery into two large groups, one of which he calls structural-nomothetic – with Finley and Orlando Patterson as the prominent representatives –, and another one that he calls historical-ideographic – for which he points to Joseph C. Miller and Kostas Vlassopoulos as central examples. Miller (2012) was a fundamental author in challenging the idea of “genuine slavery”, pointing out the historical diversity of forms of enslavement. To a certain extent, we align ourselves with this approach by recognizing the diversity of possible forms of enslavement in the Mediterranean world without distinguishing whether some would be genuine forms of slavery while others would be different forms of forced labor. We follow Vlassopoulos (2021, p. 179) closely here when he observes that “the distinction between slave societies and societies with slaves fails to explain the major differences among slave societies, as well as the existence of fault lines that put together certain slave societies and societies with slaves and oppose them to other slave societies”.

It is not, however, the central feature of what we are proposing in this text. More than a new contribution like that of Miller to the History of ancient slavery, our proposal tries to put the two perspectives into dialogue. We follow in the footsteps of Marquese (2024), who uses the temporalities of History, resorting to the theoretical reflections on Time of Fernand Braudel and Reinhart Koselleck as a key to such dialogue. Within this framework, we try to understand how elements elaborated by the theories of slavery developed by Finley and Patterson (which, although different, in a broad framework of slavery theory are more convergent with each other than divergent) reveal important questions for understanding the historical dynamics of slavery in the ancient Mediterranean. That is why we are delighted that Jane Webster drew attention in her commentary on how our model seemed not so far from that proposed by Finley. Miller’s work and the notion of historical diversity of forms of enslavement are, in their origin, a direct critique of how the History of slavery is theoretically

elaborated, of which Finley was one of the most important formulators. Although we develop our model on this notion of diversity, we believe that Finley's ideas (as well as Patterson's) can help us to theoretically frame and understand important aspects of the History of slavery in the *long durée*. Thus, more than a critique of Finley, we sought to present a model that, based on a critical approach to Finley's theoretical field, seeks to dialogue with his work to reveal theoretical aspects beneficial for the History of ancient slavery. Ultimately, it is a proposal to recover Finley's ideas within a field that is critical of him.

In this search for dialogue with Finley's theoretical elaboration, we highlight the importance of some ideas, such as "chattel slave", but we treat the concept of "slave society" critically. David Lewis makes a very interesting provocation when commenting on this criticism: are we criticizing a hammer for not sawing boards very well? Would "slave society" be a valuable concept for some uses other than those for which our proposed model would serve? Therefore, should we preserve both concepts instead of proposing the replacement of one by another? The provocation is pertinent and worth re-elaborating on what we think about the concept of slave society. However, it is important to clarify first what we want with our model so that, in dialogue with what was proposed in the comments, we can think about the place we envisage for the concept of slave society and the relationship between our proposal and other possible paths in the study of ancient slavery.

We would respond to Lewis's provocation first by stating that the hammer was used at some point to saw important boards in the historiography of ancient slavery. The History narrated in chapters 2 and 4 of Finley's *Ancient Slavery and Modern Ideology* is structured by the idea of the rise and decline of slave societies. We direct our main criticisms against this macronarrative of rise and decline, and our model aims to be a tool for constructing an alternative history of Mediterranean slavery. The evaluation of colleagues and its eventual practical use in research on the History of the Mediterranean will tell us whether it is a good saw, a shovel, or a useless tool. We built our model on two central pillars – and if they are not helpful for the historical reflection on ancient slavery, this will undoubtedly indicate that our model will need to be discarded. The first is the idea that there were different forms of enslavement in the Mediterranean basin: epichoric slave systems. They are not more or less genuine slave systems but rather diverse systems of enslavement. Throughout History, however, a considerable part of them were significantly affected by dynamics of integration that generated panchoric systems of slavery – which we call Mediterranean slave systems. As Kostas Vlassopoulos points out in his commentary, our model is particularly interested in understanding the processes of entanglement and convergence of these epichoric systems, forming panchoric systems. We do not intend this model to be a "theory of everything" about ancient slavery. It is a model that seeks to understand this process of integration.

It does not mean, however, that it is a theory about a process of homogenization of slavery practices in the ancient Mediterranean. The term "system", which implies different parts with relative autonomy but articulated and, at some level, forming a whole, is particularly important for the elaboration of the idea that we want to present in this model. We are not proposing that a Mediterranean (and much less a *Roman*) slavery imposes itself and completely subsumes this diversity of local forms of slavery, homogenizing them all into a single form of slavery. On the contrary, the model recognizes the existence of this diversity but asks the following question: How were they affected and transformed by historical dynamics that went beyond themselves, that placed them in connection and eventually in integration with the world that went beyond their borders? How did they become part of a more extensive slave system, of which they are not a miniature but a part, a specific expression? It is an approach that is somewhat like that outlined by Youval Rotman when he considers the forms of slavery in the Mediterranean in the long term:

The uniqueness of Mediterranean slaveries lies in their adaptability to the geopolitical, cultural and social changes of Mediterranean reality, which forms their dynamic character. Mediterranean slaveries cannot be fully explained if we look for a single definition to comprise them all. What we need to look for is the ways in which different forms of slaveries emerged in the Mediterranean and the conditions under which they developed. Nevertheless, we also need to bear in mind that such conditions were not necessarily confined to the Mediterranean environment, but were also determined by links to non-Mediterranean civilizations (Rotman, 2004, p. 264).

We point out one analytical possibility in the article without further development: the theory of uneven and combined development, which can help mitigate the methodological internalism of the concept of slave society. This Trotskyist theory has been recovered, especially in international relations studies, to overcome more internalist and Eurocentric approaches. Uneven and combined development means that there are variations in the internal development of societies and between them, concomitant with spatial differentiations between them, and that the internal relations of a given society are determined by its interactions with other societies that are differentiated in terms of their development, at the same time that this same interaction produces combinations of sociopolitical institutions, economic systems, ideologies, and material practices within a given social formation (Anievas; Nisancioglu, 2015, p. 44-48). It could be a methodological alternative for thinking about possibilities of connection and transformation between systems of slavery and compulsory labor in the Mediterranean, together with others already employed.

The conceptual pair globalization/glocalization, used by Vlassopoulos (2013) to reframe debates on cultural interaction in the ancient world, can also be helpful here. It is necessary to identify the processes that make some aspects of specific forms of slavery “globalize”. However, it is necessary to understand how these elements in globalization are glocalized, that is, remodeled locally in light of the specific dynamics of local realities. We considered the impact of Roman imperialism and the corresponding diffusion of Roman legal culture within this framework. The intention was not so much to elevate it to the status of the primary determinant in the formation of slave relations in the provinces but to point out a provincial protagonism in its reading and application, as indicated by the case studies cited in the text (Salsano, 1998; Czajkowski; Eckhardt, 2018). It would be the case of the glocalization of Roman law, the impact of which indeed varied in the different regions of the Empire based on local conditions. Among the comments, Airan Borges Oliveira’s contribution also shows that the epigraphic sources themselves, so important for understanding provincial slave contexts in this dynamic between global, local, and glocal, are themselves the result of the process of globalization-glocalization of the Roman epigraphic habit in the western provinces of the Roman Empire between the first and third centuries AD.

Therefore, identifying diversity and local variation in forms of slavery in the ancient Mediterranean is not an argument against our model. Such diversity is our starting point. The question is: Is this diversity affected (and not extinguished) by integration processes? We believe that the state-of-the-art research on ancient slavery indicates that the answer is yes, just as more recent works on the History of slavery have pointed in this direction. In the words of Damian Pargas (2023, p. 2):

From antiquity to the present day, slavery has by definition connected societies through forced migrations, warfare, trade routes, and economic expansion. (...) Global and transnational approaches to history focus heavily upon the global movement of people, goods, and ideas, with a particular emphasis on processes of integration and divergence in the human experience. Slavery in various settings straddled all of these focal points, as it integrated various societies through economic and power-based relationships, and simultaneously divided societies by class, race, ethnicity, and cultural group.

Our model, therefore, aims to present possible conceptual tools for thinking about this process of contacts, connections, and integrations. Having explained what we intend to do with our saw, let us return to the hammer.

We agree with the comments that seek to re-establish on a new basis the importance of the conceptual tool “slave society”, focused on understanding other important issues in the study of ancient Mediterranean slavery. In particular, the proposal presented by García MacGaw in his commentary seems quite interesting to us. Recalling Keith Bradley’s contributions to the subject, he proposes that the concept of “slave society” serves to think about the institutional responses a society produces to manage the presence of enslaved people within it. In this sense, García MacGaw argues, there are no more or less genuine forms of slave societies but rather infinite variations in how slave societies are organized in the dynamics of the construction of slave institutions.

We can understand slave societies as the sedimentation of formal and informal institutions in the cultural, social, political, and economic spheres, brought about by the existence of slave systems and subsystems, epichoric and/or panchoric, within a specific community. The concept of “slave society” serves very well to frame specific analyses of these institutions and make formal comparisons between different regions. We would only argue that the study of these slave societies would have much to gain from understanding the systemic and Mediterranean dynamics of transformation of these specific and diverse slave practices, which would point in the direction of an “incorporated comparison” between elements that exist in connection, as different parts of the same integrated system (McMichael, 1990; Marquese, 2019, p. 30-31). These are alternative possibilities, and not opposing ones, which we can use together. A large construction depends on the coordinated use of saws, hammers, and many other tools.

TEMPORALITIES AND CHRONOLOGIES OF ANCIENT MEDITERRANEAN SLAVERY

In addition to geographical connections, our model can also help us reflect on the time strata on which these slave institutions were built. Another fundamental element of our model, which also derives from the inspiration in Marquese’s work, is the idea that these Mediterranean systems have a history; that is, they unfold over temporalities, time strata, which delimit, enable and influence the dynamics of subsequent developments, establishing the horizons of possibilities for the constitution of these slave societies (Marquese; Silva Júnior, 2019; Marquese, 2024). Therefore, as Ferraro rightly emphasizes in his commentary, there are processes with specific and unique historical dynamics overlapping more than phases with rigid or static chronological frontiers. In the same sense, Leonardo Marques and Waldomiro da Silva Júnior (2024, p. 37-38) state that:

slavery formed a historical system, that is, a set of interdependent practices and relationships, of varying duration, oriented towards their self-reproduction. This set, instead of a linear history, unfolds into different layers, giving rise to specific, singular space-time units, with reasonably clear chronological and geopolitical contours, but which are not exactly purely sequential stages or cycles, since they open up possibilities for synchronicities and asymmetrical combinations.

We proposed the identification of two temporalities in ancient Mediterranean slavery: the existence of two different historical dynamics that give rise to integration processes, the second being built on the strata of time sedimented by the first. Lewis called this the “phasal model”. Many commentators have rightly criticized the idea that rigid chronology should be avoided in developing the proposed model since it gives a static and uniform character to what we call the first and second Mediterranean slavery. Some commentators have proposed considering other chronologies and other “Mediterranean slaveries”, including earlier and later periods, identifying other pivotal moments, and/or proposing more specific temporalities. This aspect is highlighted by Lewis when he asks about the existence of slavery in the Mediterranean before what we call the first Mediterranean slavery and by Vlassopoulos regarding the place of slavery in the two centuries before the Christian era in the western and eastern Mediterranean. García MacGaw also notes that this latter one is a crucial period for understanding the dynamics of the slave trade. Interestingly, as Ferraro tells us, the division between “two slaveries” has also been questioned in the case of modern Atlantic slavery, and we believe that the questions raised by the commentaries really open the way for a more refined phasing of the temporalities of Mediterranean slavery.

More than settle the issue of the existence of two temporalities of ancient Mediterranean slavery, our purpose was to draw attention to the existence of temporalities in this slavery. Conventional definitions such as Greek slavery, Roman slavery, or Greco-Roman slavery do not account for the development, over the long term in the Mediterranean, of various forms of slavery and, at the same time, of a process of formation of a Mediterranean slave system. We thus seek to insert the debate on ancient slavery into discussions on the historical process of integration in the Mediterranean, which articulated communities producing increasingly differentiated social systems and defining their social and identity boundaries based on both structural determinants and specific historical circumstances (Horden; Purcell, 2000; Morris, 2003; Guarinello, 2013). One path that comes close to how we conceive of an integrated model of Mediterranean slavery is the one proposed by Dan-el Padilla Peralta and Seth Bernard (2022) to understand what they call middle Republican connectivities, to understand:

how the movement of people, goods and ideas in the middle Republican period helped link Roman society to a wider Eurasian world. Cumulatively, changes in population, settlement, agricultural production, commercial activity, labour regimes and monetisation can be seen as indices of the emergent political economy that came to define middle republican Rome (Peralta; Bernard, 2022, p. 20).

Thinking about the historicity of slavery in the ancient Mediterranean certainly involves understanding these processes of integration in the Mediterranean, which go beyond the phenomenon of slavery itself, as García MacGaw points out. Vlassopoulos points out that our text has a more geopolitical and legal-institutional bias in presenting the problem, disregarding important economic elements in this process. His considerations about the elite slaveholding households and their role in structuring a new phase in the

History of Mediterranean slavery are thought-provoking. Another important economic element to include in this Mediterranean systemic view is the impact of slave trade chains on the labor regimes existing in different economic activities, such as mining and agriculture. Furthermore, as García MacGaw points out and already mentioned in this response, it is necessary to incorporate subaltern agency as a factor in the historical movement that we should delineate more systematically.

Many comments have addressed the conceptual pair “slaving zone” and “non-slaving zone”, forwarded by Fynn-Paul, which was very important for us to consider the temporalities of Mediterranean slavery. Although we recognize in the text that the Roman Empire was not a perfect non-slaving zone, in a passage highlighted by both Scopacasa and Webster, we assume that in the second Mediterranean slavery, the circulation of captives occurred substantially through long-distance mercantile circuits. It refers to an important debate on the demography of slavery in the Roman Empire (Harris, 1994; 1999; Scheidel, 2011), based on which both Scopacasa and Webster make important critical considerations regarding our formulation. We agree with both considerations, and it is necessary to give new treatment to the issue. One possibility can be found in the way Norberto Guarinello (2010) works with the concept of “frontier”, which is not restricted to territorial borders but includes borders constructed between internal fractures in imperial society. If “slaving zones” are thought of *a priori* on the margins of the “non-slaving zone”, on territorial borders, it seems promising to us to think about how social fractures internal to the territory of this supposed non-slaving zone allow the creation of true slaving zones that are quite prolific.

We can study an example of this process in the source analyzed by Filipe Noé Silva in his commentary. He studies the trade of free enslaved people in Roman Africa based on the *Epistle 10** Divjak, of Saint Augustine. In this text, we are presented with a dynamic of kidnapping, enslavement, and trade of enslaved people in an interprovincial context, showing not only the “imperfection” of the imperial non-slaving zone but how slaving zones could be established on social fractures in specific territories of the Empire. This type of evidence reinforces Scopacasa’s observation that the concept of a “non-slaving zone” for the second Mediterranean slavery should have to take into account the rhythms of Roman expansion, which had a much more fluid and dynamic character, while in the case of the first Mediterranean slavery, in the context of the formation of city-states in the archaic period, changes in enslavement practices linked to the dynamics of the formation of these zones are more evident.

Returning to more general theoretical questions about these temporalities of slavery, it is important to say that our use of dialogue with the History of Atlantic slavery does not intend to mirror the characterization of the second Atlantic slavery for what we call the second Mediterranean slavery. As some commentators have rightly pointed out, the emergence of a new temporality of Atlantic slavery is a consequence of specific historical dynamics of the Atlantic world in the 18th and 19th centuries (development of Capitalism, Industrial Revolution, the crisis of the colonial systems and rise of the Nation-State, Abolitionism etc.), and is therefore historically specific. It is not our intention to try to find its parallels in the Mediterranean world of the first century BC and the first century AD. What we sought, first and foremost, was a theoretical-methodological inspiration that would allow us to re-elaborate starting points for the construction of forms, theories, and models to think about a history of ancient slavery, which is the fundamental movement of this historiographical production with which we seek to dialogue. It means recognizing the dynamics of permanence and transformation that shape and transform the slave systems of the ancient Mediterranean.

This dialogue opens up new possibilities for reflections on the place of ancient Mediterranean slavery in the global History of slavery, a long-standing debate to which

Finley himself has made an extremely influential contribution. As Ferraro points out in his commentary, our quest to elaborate a history of Mediterranean slavery allows us to consider the extent to which its strata of time have constituted a part of the historical sedimentation that constituted Atlantic slavery. Once again, this does not mean collapsing these slave phenomena into one another, assuming any structural permanence. It means that ancient Mediterranean slavery may have been one of the strata that established the horizons of possibility from which Atlantic slavery was constructed in a completely different historical context. In an opposite sense, thinking from Lewis's commentary on slavery in the Mediterranean before the 9th century BC and the need to overcome the risks of "Mediterraneanism", it is also possible to think about how Mediterranean slavery was, in turn, built on strata of time established by previous slave systems, which extended beyond the Mediterranean and whose knowledge is significantly fragmented due to the limits imposed by the sources (Taylor, 2001).

FINAL REMARKS

We have written a text to propose a model for the integration of ancient Mediterranean slave systems. However, we can also say that we have written a text to contribute to two integration processes in studies on ancient Mediterranean slavery. First, an internal integration strengthens the fields of dialogue and interconnection between the fields of study traditionally established around the forms "Greek slavery", "Roman slavery", and others. Second, an external integration sustains the dialogue of studies on slavery in the ancient Mediterranean within the broader field of studies on the Global History of Slavery in the long term. Both integrations have a rich previous historiography synthesized in Finley's pioneering work, and we hope that the model proposed in this debate lives up to this tradition. We also hope this response to the colleagues' comments, who kindly gave up their time to hold this debate and made us think and rethink this model, will increase our chances.

REFERENCES

ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. *How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism*. London: Pluto Press, 2015.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

BURNARD, Trevor. *Writing the History of Global Slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

CARROLL, Maureen. "The Insignia of Women": Dress, Gender and Identity on the Roman Funerary Monument of Regina from Arbeia. *Archaeological Journal*, v. 169, n. 1, 2012, p. 281-311.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emilia Viotti da. *Crowns of Glory, Tears of Blood: The Demerara Slave Rebellion of 1823*. New York: Oxford University Press, 1994.

CZAJKOWSKI, Kim; ECKHARDT, Benedikt. Law, Status and Agency in the Roman Provinces. *Past & Present*, v. 241, p. 3-31, 2018.



DA SILVA JÚNIOR, Waldomiro L.; MARQUES, Leonardo. A morfologia histórica do escravismo Atlântico. In: MARQUESE, R. de B.; PIMENTA, J. P.; MORELI, A.; SOARES, R. G. (eds.). *Sistemas, tempos e espaços: Lab-Mundi em dez anos de fazer historiográfico*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2024, p. 36-48.

FINLEY, Moses I. Generalizations in Ancient History. In: FINLEY, M. I. *The use and abuse of History*. London: Chatto and Windus, 1975.

FINLEY, Moses I. *Ancient History*. Evidence and Models. New York: Viking, 1986.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

GRENDI, Edoardo. Micro-analisi e storia sociale. *Quaderni storici*, v. 35, n. 2, 1977, p. 506-520.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, 1, 2010, p.113-127.

GUARINELLO, Norberto L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

HARRIS, William V. Child-exposure in the Roman Empire. *Journal of Roman Studies*, v. 84, p. 1-22, 1994.

HARRIS, William V. Demography, geography and the sources of Roman slaves. *Journal of Roman Studies*, v. 89, p. 62-75, 1999.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. São Paulo: Editora Record, 2000.

MARQUESE, Rafael de B. A escravidão moderna como problema historiográfico. In: MENONCELLO, A. M.; GARAY, R. G.; CEZAR, T.; GUTERRES, T. da C. (org.). *Problemas de historiografia antiga e moderna: Estudos e discussões em tempos de pandemia*. Vitória: Editora Milfontes, 2024, p. 307-336.

MARQUESE, Rafael de B. A História Global da Escravidão Atlântica: Balanço e Perspectivas. *Esboços*, 26(41), p. 14-41, 2019.

MARQUESE, Rafael de B.; DA SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, p. 44-81, 2018.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

McMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55(3), p. 385-397, 1990.

MILLER, Joseph. *The Problem of Slavery as History: A Global Approach*. Yale: Yale University Press, 2012.

MORLEY, Neville. *Theories, Models, and Concepts in Ancient History*. New York: Routledge, 2004.

MORRIS, Ian. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, v. 18, n. 2, p. 30-55, 2003.

PARGAS, Damian. Introduction: Historicizing and Spatializing Global Slavery. In: PARGAS, D.; SCHIEL, J. (eds.). *The Palgrave Handbook of Global Slavery throughout History*. Cham: Palgrave Macmillan, 2023, p. 1-16.

PERALTA, Dan-el Padilla; BERNARD, Seth. Middle Republican Connectivities. *Journal of Roman Studies*, v. 112, p. 1-37, 2022.

ROTMAN, Y. Forms of Slavery. In: HORDEN, P.; KINOSHITA, S. (eds.). *A Companion to Mediterranean History*. Malden: Wiley, 2014, p. 263-278.

SALSANO, Debora. *Manumissio vindicta* in ambiente provincial: Problemi e proposte. *Chiron*, 28, p. 178-185, 1998.

SCHEIDEL, Walter. The Roman slave supply. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (org.). *The Cambridge world history of slavery*, volume 1: the ancient Mediterranean world. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011, p. 287-310.

TAYLOR, Timothy. Believing the ancients: Quantitative and qualitative dimensions of slavery and the slave trade in later prehistoric Eurasia. *World Archaeology*, 33:1, p. 27-43, 2001.

TRIVELLATO, Francesca. Is there a future for Italian Microhistory in the age of Global History?. *California Italian Studies*, 2(1), 2011.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Greeks and barbarians*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2013.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Historicising Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

VOGT, Joseph. The structure of Ancient Slave Wars. In: *Ancient slavery and the ideal of man*. Translated by Thomas Wiedemann. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1975, p. 39-92.

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. *História (São Paulo)*, 22, nº 2, p. 185-210, 2003.

AUTHOR'S NOTES

AUTHORSHIP

Fabio Duarte Joly: PhD. Full Professor. Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brazil. Rua do Seminário, s/n, 35420-087, Mariana, MG. Brazil.

José Ernesto Moura Knust. PhD. EBTT Professor. Instituto Federal Fluminense, Macaé, RJ, Brazil. Rodovia Amaral Peixoto Km 164, Imboassica, 27932-050, Macaé, RJ, Brazil.



ADDRESS FOR CORRESPONDENCE

Rua do Seminário, s/n. – Centro, 35420-000, Mariana, MG, Brazil.

SOURCE OF THE ARTICLE

This article has profitted from discussions in the Mithra-Laboratory of Ancient Global History (UFSC) and in the research project SLAVEgents: enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE-300 CE. We presented preliminary versions in a seminar of the graduate programme of UFRPE, in 2021, in the V Encontro do GT de História Antiga e Medieval, Anpuh/SC, in 2023, in the V Jornada de Investigación sobre Sociedades Precapitalistas, CESP/UNLP, also in 2023, and in a conference in the graduate programme of UFAM in 2024.

ACKNOWLEDGMENTS

We are thankful for commentaries to preliminary versions made by Uiran Gebara da Silva, Fábio Augusto Morales Soares, Waldomiro Lourenço da Silva Jr., Rafael de Bivar Marquese, Kostas Vlassopoulos, Joana Campos Clímaco, and Átila Augusto Vilar de Almeida.

AUTHORSHIP CONTRIBUTION

Conceptualization and elaboration of the manuscript, Data collection, Results discussion, Revision and approval: Fábio Duarte Joly and José Ernesto Moura Knust.

FUNDING

Research for this article was conducted under the project SLAVEgents - Enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE - 300 CE granted by the European Research Council (Advanced Grant 2022 – Grant Agreement no. 101095823) to Kostas Vlassopoulos as principal researcher (Institute for Mediterranean Studies, IMS – Foundation for Research and Technology Hellas, FORTH).



IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There are no conflicts of interest.

PREPRINT

This article is not a preprint.

LICENCE OF USE

© Fábio Duarte Joly and José Ernesto Moura Knust. This article is licensed under the Creative Commons License CC-BY. With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.



EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTORY

Received: January 26, 2025.

Approved: January 27, 2025.

How to cite it: JOLY, Fábio D.; KNUST, José E. M. Limits and possibilities of a model for the study of slavery in the ancient Mediterranean. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 539-557, 2024. [English]





AMASIS – O ARTESÃO ÁTICO, O FARAÓ SAÍTA E O GUERREIRO ETÍOPE: UM DEBATE SOBRE ETNICIDADE NO MUNDO GREGO ANTIGO

Ahmose – The Atic Artisan, The Saite Pharaoh and the Ethiopian Warrior:
A Debate on Ethnicity in the Greek Ancient World

Gilberto da Silva Francisco^a

 <https://orcid.org/0000-0002-9615-4922>

E-mail: g.francisco@unifesp.br

^a Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Amasis foi um ceramista que atuou na região da Ática no século VI a.C., e que foi citado por outros artesãos de sua época. Seu nome, explicitamente estrangeiro naquele contexto, era também o de um faraó egípcio da dinastia saíta contemporâneo do Amasis artesão. Esse governante do Egito parece ter desenvolvido uma série de ações que visavam certa aproximação com comunidades gregas e seu nome pode ter se tornado popular no Mediterrâneo oriental por causa disso. Essas duas figuras históricas, o artesão e o faraó, que expressavam atributos estrangeiros na perspectiva grega, podem ter baseado a construção de um discurso de alteridade por parte de um outro artesão ático da mesma época, Exéquias, que discutiu quem eram os gregos e os não-gregos (neste caso, egípcios ou “etíopes”) em imagens sobre alguns vasos de cerâmica que produziu nos quais ele próprio criou um terceiro Amasis, um guerreiro etíope mítico situado no ciclo troiano. Este texto objetiva, ao considerar esse conjunto intrincado de referências, entender com mais detalhes certos elementos ligados à integração afroeurasiática do Mediterrâneo oriental a partir de uma reflexão sobre etnicidade; ou seja, pensar quem era percebido como grego e não-grego a partir de fontes textuais e materiais entre os períodos arcaico e clássico.

PALAVRAS-CHAVES

Amasis, Exéquias, Cerâmica ática, Identidade étnica.

ABSTRACT

Amasis was a potter who was active in the region of Attica in the sixth century BC, and who was mentioned by other artisans of his time. His name, explicitly foreign in that context, was also that of an Egyptian pharaoh from the Saite dynasty who was a contemporary of the craftsman Amasis. This ruler of Egypt seems to have developed a range of actions aimed at a certain rapprochement with Greek communities and his name may have become popular in the eastern Mediterranean because of this. These two historical figures, the craftsman and the pharaoh, who expressed foreign attributes in the Greek perspective, may have informed the construction of a discourse of otherness by another Attic craftsman from the same period, Exekias, who discussed who the Greeks and non-Greeks were (in this case, Egyptians or “Ethiopians”) in images on some ceramic vases he produced in which he himself created a third Amasis, a mythical Ethiopian warrior situated in the Trojan cycle. Considering this intricate set of references, this text aims to understand in more detail certain elements linked to the Afro-Eurasian integration of the Eastern Mediterranean from a viewpoint of ethnicity; in other words, to think about who was perceived as Greek and non-Greek from textual and material sources between the Archaic and Classical periods.

KEYWORDS

Amasis, Exekias, Attic pottery, Ethnic identity.



O problema da identidade e suas múltiplas configurações tornou-se, depois da Segunda Guerra Mundial, um tema fundamental nos debates sobre as sociedades humanas. Questões sobre a condição racial, étnica e nacional que eram, até então, discutidas tendo como base esquemas civilizatórios abertamente hierárquicos, passaram a incluir, de forma consistente, temas como a perspectiva do “outro”, do “subalterno”, do “colonizado”, do “periférico”; e a compreensão do alcance e dos efeitos da construção de conhecimento imperialista, incluindo conceitos antes pensados como “universais”. Tais debates que se projetaram sobre campos variados das Humanidades também atingiram de forma significativa os Estudos Clássicos. No caso específico dos estudos sobre a Grécia antiga, problemas de variedade regional, das contribuições externas (afroasiáticas) e a crítica de conceitos como “helenização” foram fundamentais para a construção de uma perspectiva mais inclusiva e multivocal.¹

Este texto engaja-se nesse amplo debate a partir de uma questão específica: o problema da identidade étnica no mundo grego nos períodos arcaico e clássico, considerando a mobilização de referências disponíveis em um contexto de integração em níveis variados no Mediterrâneo oriental. Mais especificamente, observaremos como um nome e algumas referências associadas a ele podem mobilizar um conjunto de ideias que remontam ao contexto histórico específico, a partir de elementos factuais e míticos; mais que isso, como eles estão diretamente associados à produção de explicações sobre quem eram “os gregos” e os “não-gregos”.²

Comentarei, portanto, como o nome “Amasis” poderia evocar um conjunto variado e complexo de referências entre os séculos VI e V a.C., entre a Ática, o Egito e a “Etiópia”. Trata-se, dessa forma, mais de um estudo de caso e não de um balanço dos debates sobre identidade étnica no mundo grego no contexto indicado.³ Para tanto, partirei de dois pontos que parecem fundamentais na organização do discurso sobre a identidade étnica no contexto tratado: (1) a alteridade como uma construção dialética (o discurso interno sobre determinado grupo depende da criação das fronteiras étnicas e, assim, da caracterização de quem não faz parte dele);⁴ e (2) a caracterização do outro é, muito frequentemente, baseada em uma leitura estereotipada e imprecisa (Harrison, 2002, p. 11-3), mas não necessariamente unificada, negativa ou exclusivista (Vlassopoulos, 2007).

AMASIS: UM CERAMISTA ESTRANGEIRO NA ÁTICA?

Amasis foi um artesão ceramista que operou na região da Ática no século VI a.C.⁵ Seu nome é conhecido a partir de um grupo de 18 assinaturas de autoria – *Ἀμασις μ' ἐποίησεν* (“Amasis me fez”) (tabela 1) – e algumas outras, que ainda comentarei. Embora a maior parte dessas assinaturas seja composta pela partícula *με* (“me” – tabela 1, II, III, VI,

¹ Para críticas ao conceito de helenização, ver Martin (2007, p. 41-42) e Vlassopoulos (2013, p. 7-11). Ver, ainda, Bernal (1987 e 2005) para uma avaliação do impacto do racismo nas principais teses sobre a Grécia antiga.

² Utilizarei os termos “gregos” e “não-gregos” preferencialmente, mas também “outros” e “bárbaros” para estes, consciente de que se trata de uma construção binária e que esconde, portanto, especificidades e variedades importantes nos dois campos, o que será discutido ao longo do texto. A inadequação desse binarismo vem sendo discutida recentemente por boa parte da bibliografia sobre questões étnicas relacionadas ao mundo grego antigo, partindo da observação dessa construção simplista e xenofóbica de determinados autores antigos. Para uma visão crítica da mobilização desses conceitos, ver Dietz, 2012, p. 275; Melzer, 2012, 68-9; e McCoskey, 2022, p. 144-5.

³ Para a questão da etnicidade no mundo antigo e, especificamente no mundo grego antigo, ver McInerney (2014); Hall (1997 e 2002); e Malkin (2001).

⁴ Recupero, aqui, o argumento de Jonathan Hall (2001, 2002 e 2010), sobre a etnicidade como uma visão interna (de si e do grupo) e a avaliação sobre se as diferenças são significativas a ponto de se estabelecerem distinções (a caracterização do “outro”, neste caso, o “não-grego” ou “bárbaro”) ou a manutenção dentro do grupo (neste caso, a noção de “helenidade”).

⁵ Sobre Amasis, o pintor e o oleiro, ver Boardman, 1958; Von Bothmer, 1985; e Robetson *et al.*, 1987.

VII, XI, XII, XIV, XVI e XVII), como se o próprio objeto apresentasse o seu autor,⁶ houve seguramente assinaturas mais simples de Amasis, que indicam apenas o ato de fazer, *Ἀμασις ἐποίησεν* (Amasis fez –I1, 1; VIII e IX).⁷ Também é importante notar que, nesse grupo, há algumas assinaturas questionáveis. Por exemplo, aquela sob o pé de um lécito (tabela 1, III) atribuído ao Pintor de Taleides tem sua autenticidade contestada por alguns autores.⁸ Ainda, um fragmento de ânfora (tabela 1, V) com uma pequena parte da inscrição preservada (apenas as duas letras finais) foi atribuído a Amasis e ao Pintor de Amasis considerando o estilo da escrita e dos trechos preservados das figuras (Robertson *et al.*, 1987, p. 108, fig. 17).

Há, em torno de Amasis, alguns debates sobre sua atuação profissional e sobre sua condição étnica. No primeiro campo, a questão central é a compreensão de sua personalidade a partir de duas ações específicas: seu nome aparece, como visto, em assinaturas associadas ao verbo *ποιέω* (fazer), na sua forma pontual do aoristo, *ἐποίησεν*, que é, muitas vezes, compreendido como equivalente à ideia de tornejar o vaso; portanto, ele definiria uma ação específica da produção ceramista.

Tabela 1. Assinaturas de Amasis				
	Inscrição ⁹	Forma ¹⁰	Pintor	CAVI
I	<i>Ἀμα[σις] ἐ[ποίησεν]</i>	Taça (frs.)	---	3619
II	<i>Ἀμασις μεποίησεν</i>	Olpe	Pintor de Amasis	4335
III	<i>Ἀμασις μεποίησεν</i>	Lécito	Pintor de Taleides	4926
IV	<i>Ἀμασις [μεποίησεν]</i>	Taça (frs.)	Pintor de Amasis	4941
V	<i>[Ἀμασις μεποίησ]εν</i>	Ânfora (fr.)	Pintor de Amasis	5734
VI	<i>Ἀμασις μεποίησεν</i>	Ânfora	Pintor de Amasis	6090
VII	<i>Ἀμασις μεποίησ[ε]ν</i>	Olpe	Pintor de Amasis	6284
VIII	<i>[Ἀμασις] ἐποίησεν</i> <i>Ἀμασις ἐποίησεν</i>	Taça	Pintor de Amasis	6987
IX	<i>[A]μ[ασις] ἐποίησεν</i> <i>[A]μ[ασις] ἐποίησεν</i>	Ânfora	---	7659
X	<i>[Ἀμασις μεποίη]σεν</i>	Píxide	Pintor de Amasis	77
XI	<i>[Ἀμα]σις μεποίησεν</i>	Olpe	Pintor de Amasis	8079
XII	<i>[Ἀμα]σις μεποίησεν</i>	Taça	---	119a
XIII	<i>Ἀμασις [μεποίησεν?]</i>	Fr.	Pintor de Amasis?	1833
XIV	<i>[Ἀμασις] ἐποίησεν</i>	Taça (fr.)	Skythes	2067a
XV	<i>[A]μασις [μεποίησεν]</i>	Taça (fr.)	Skythes	2067b
XVI	<i>[A]μ[ασις] [μ]εποίησεν</i> <i>Ἀμασις μεποίησεν</i>	Ânfora	Pintor de Amasis	2703
XVII	<i>Ἀμασις μεποίησεν</i>	Ânfora	Pintor de Amasis	2704
XVIII	<i>Ἀμασις [μ?]εποίησεν</i>	Olpe	Pintor de Amasis	3070

Entretanto, sabe-se que, no âmbito da produção ceramista, esse verbo tinha sentido mais elástico e poderia incluir outra ação que também ocorre em vasos assinados: o verbo *γράφω* (desenhar, pintar), que aparece no aoristo como *ἔγραψεν*.¹¹ Apesar de, em vários casos, os dois verbos aparecerem de forma distinta (em um mesmo vaso, um nome

⁶ Para as chamadas “inscrições falantes”, ver Svenbro, 2010 e Francisco, 2008, p. 13.

⁷ Considerando a maior incidência da partícula *με* nas inscrições bem preservadas, os especialistas optam frequentemente pela reconstituição “Amasis me fez” naquelas assinaturas bastante fragmentadas (tabela 1, IV, V, X, XIII, XV, XVI e XVIII).

⁸ Ver comentário sobre a inscrição no CAVI 4926. Para uma apresentação do objeto, ver Legakis, 1983.

⁹ Trechos reconstituídos estão entre colchetes. A forma arcaica grafada nos vasos utiliza o apenas o *epsilon* (*ε*) no lugar dos trechos que, no grego acadêmico, são grafados com o *eta* (*η*).

¹⁰ Fr./frs. – fragmento/fragmentos.

¹¹ Nas assinaturas dos vasos áticos, o termo aparece principalmente utilizando-se as letras *φ* e *σ* (*ἔγραφσεν*) e não a letra *ψ*.

associado ao verbo *ποιέω* e outro ao verbo *γράφω*), por vezes, a amplitude semântica do verbo *ποιέω*, nas assinaturas em vasos áticos principalmente, poderia incluir o significado do outro verbo – desenhar, pintar.¹² Ou seja, o contexto das oficinas ceramistas gregas, sobretudo as da região da Ática, apresentava um referencial para a compreensão linguística do verbo *ποιέω*, que ganhava, ali, um sentido mais específico que seu uso geral e, possivelmente, articulado entre o ato de fazer como tornear, mas, eventualmente, também como desenhar ou, ainda, ter responsabilidade gerencial pela produção; e isso interfere significativamente na interpretação da *persona* de Amasis.

A maior parte dos vasos associados ao oleiro Amasis foi decorada por um pintor cujo nome nunca foi explicitado nas inscrições de autoria. Mas, tendo em mente a consistente associação entre esse pintor (cujo nome desconhecemos) e o oleiro Amasis, a erudição acadêmica passou a denominá-lo como “Pintor de Amasis” – aquele que colaborava com Amasis. Isto é, a assinatura referenciada no verbo *ποιέω* deu base para interpretações mais delimitadas, enquadrando o oleiro como uma pessoa específica diferente do pintor: o oleiro Amasis e o pintor *de* Amasis. Entretanto, considerando a colaboração aparentemente consistente entre o oleiro e o pintor (ver tabela 1),¹³ a interpretação do verbo *ποιέω*, pode ser ampliada incluindo o ato de pintar; assim, vários especialistas consideram que o oleiro e o pintor acima mencionados fossem a mesma pessoa. Mas, vale notar, a aglutinação das duas personalidades é tema bastante polêmico e está ainda no centro de debates.

Outra questão ligada ao seu nome, que está relacionada à primeira acima indicada, é a origem desse artesão: Amasis é um nome estrangeiro no mundo grego – a forma local para o nome egípcio *Ahmose* (Boardman, 1987, p. 141), que parece ter sido solidamente utilizado no Egito entre as XVII e XVIII dinastias (século XVI-XV a.C.) por faraós, rainhas, príncipes e princesas tais como Ahmose I, Ahmose-Nefertari, Ahmose-Sipair, Ahmose-Meritamum, entre outros (Bunson, 2002, p. 14-18 e Biebrier, 2008, p. 6-8) – ver tabela 2, I.¹⁴ Dessa forma, o nome parece ter tido uma projeção territorial basicamente egípcia, o que mudaria significativamente, já que se tornou popular a partir do século VI a.C. e, nesse contexto, ele teve uma projeção mais ampla no Mediterrâneo oriental. No Egito, ele foi recuperado por um faraó saíta da XXVI dinastia, Amasis (*Ahmose*) II (ver tabela 2, II) (Bunson, 2002, p. 24-25).

Parece também ter havido um líder militar persa de origem possivelmente iraniana com esse nome conforme indica Heródoto (*Histórias* 4.167, 201 e 203), cujo nome pode ser compreendido, por um lado, como a adoção do nome egípcio pelo general persa; e, por outro, como uma forma egípcianizada de um nome iraniano como Amasri, Amazata, Ameča, Masaya, Masiya, Masišta ou Damāsa (König 1972, p. 82; Tavernier 2007, p. 104–5, 242; Schmitt, 2011; Harrison; Irwin 2018, p. 101; e Tuplin, 2020, p. 11). No mundo grego, segundo o *LGPN*, há três incidências do nome: além do artesão que operou em Atenas (*LGPN* V2 4111), é registrado outro Amasis em Élis (séc. V-IV a.C. – V3a 19008) e um Amasos (*Ἀμασος*) de Mégara (século IV a.C. – V3b 37075) – ver tabela 2, IV-VI.

	Nome	Local	Período
I	Ahmose (nome tradicional egípcio)	Egito	século XVI-XV a.C.
II	Ahmose II (faraó)	Egito	século VI a.C.
III	Amasis (militar)	Pérsia	século VI a.C.

¹² Para os tipos de inscrições sobre os vasos gregos, incluindo as assinaturas, ver Francisco (2023, p. 53-5).

¹³ Há cerca de 130 vasos atribuídos ao Pintor de Amasis (Von Bothmer, 1985, p. 38); entre eles, a colaboração com Amasis, o oleiro, é observada a partir das inscrições em 12 vasos (ver tabela 1, II, IV-VIII, X, XI, XIII e XVI-XVIII).

¹⁴ O significado do nome parece ter sido “a lua é nascida” (Bunson, 2002, p. 15). Para a associação do nome com a lua e cultos de divindades lunares, ver Bryan (2000, p. 209).

	Nome	Local	Período
IV	Amasis (oleiro)	Ática	século VI a.C.
V	Amasis	Élis	século V-IV a.C.
VI	Amasos (ver nota 31)	Mégara	século IV a.C.

Tendo como base o nome tradicional egípcio, alguns autores defendem que a origem ou ascendência do artesão também fosse egípcia; e, por vezes, com explicações mais detalhadas: considerando a inserção do artesão no mundo grego, alguns autores sugerem a sua origem em Náucratis, uma cidade grega no Egito (Von Bothmer, 1985, p. 38). Ainda, tendo em mente a possível origem estrangeira do ceramista ático (o que é exclusivamente sugerido por seu nome), perguntou-se, para além da possível origem egípcia, se ele seria um homem negro (Snowden, 1970, p. 16-7). Tais questões nos colocam diante de desafios metodológicos significativos.

Por exemplo, se considerarmos Amasis um oleiro-pintor, poderemos observar determinados aspectos das imagens produzidas por ele e, a partir disso, refletir sobre eventual adesão a conteúdos estrangeiros e distantes por um lado, ou locais e próprios da produção ática por outro. Entretanto, se o considerarmos apenas um oleiro, nada disso poderia ser utilizado como fonte para entender como esse artesão foi integrado ao universo ático. Além disso, se ele era percebido como estrangeiro, o que isso queria dizer de fato? Seria um meteco ou um bárbaro? De onde exatamente teria vindo? O nome pode nos oferecer uma pista segura da origem desse artesão e de sua condição social ou étnica? Bem, esse cenário bastante duvidoso é sintetizado pelo ceramólogo John Boardman (1987, p. 146):

O que podemos concluir sobre o nosso artista ou artistas? Confesso que tenho dificuldade em responder e desconfio profundamente de quem pensa que a resposta é fácil. Tenho a forte sensação de que o ceramista e o pintor são o mesmo homem [...]. Acho muito provável que ele não fosse ateniense de nascimento e que ganhou seu nome na Jônia ou em um ambiente influenciado pela Jônia, embora eu não possa descartar a possibilidade de que o nome tenha sido adotado depois de sua chegada em Atenas, guardando alguma referência à sua origem. Eu acho que ele, provavelmente, veio para Atenas e trabalhou como ceramista (não sei se já era antes ou não); que lá ele começou a pintar (...). Em outras palavras, que ele era um imigrante bem-sucedido ou filho de um imigrante bem-sucedido, que tinha seu negócio próprio relacionado a um forno, e que pôde passar para o seu distinto filho Cleofrades. (tradução minha).

Apesar de Boardman apresentar uma caracterização relativamente bem detalhada da *persona* de Amasis, parece que o fato mais relevante são os marcadores de dúvida no seu texto: além de indicar explicitamente a dificuldade em determinar tais elementos da biografia do artesão, ele usa termos como “provavelmente”, “acho muito provável”, “embora eu não possa descartar a possibilidade de...”. Assim, mais do que pender para uma interpretação ou outra, prefiro destacá-las como elementos que indicam as limitações na construção de narrativas sobre esse artesão especificamente, e do universo do artesanato ceramista de maneira geral naquele contexto; mas, além disso, identificar alguns pontos pouco duvidosos nesse conjunto de informações.

Ainda, outros aspectos do debate sobre esse nome trazem mais dúvidas sobre uma caracterização precisa sobre quem foi Amasis. John C. Pedley (1998, p. 190), ao comentar alguns artesãos estrangeiros em Atenas, diz que “o nome do oleiro, Amasis, é uma forma grega do nome egípcio *Ahmosis*; e, considerando isso, é possível que tenha sido egípcio,

ou parcialmente egípcio” (tradução minha). Entretanto, essa opinião não considera o debate sobre o uso de nomes estrangeiros no contexto tratado: por exemplo, Christian Habchit, que discute a questão e apresenta explicações variadas para a existência desses nomes, diz que “um cidadão ateniense poderia introduzir um nome estrangeiro em Atenas, dando ao seu filho o nome de um rei ou de alguma celebridade estrangeira” (Habchit, 2000, p. 121). Ou seja, a identificação de um nome estrangeiro não significa a identificação direta de uma pessoa estrangeira.

Assim, se não é possível dizer se o nome Amasis era relacionado a um oleiro e pintor, ou se ele teria sido obtido em Atenas, na Jônia ou em alguma cidade exterior ao mundo grego, sabemos que o nome foi inserido no universo ático do século VI a.C. nas assinaturas de um artesão ceramista, mas não apenas isso. O contexto histórico também pode oferecer alguns pontos para estabelecermos um quadro interpretativo mais amplo (o que será desenvolvido mais a frente), bem como o ambiente específico da produção ceramista. Por exemplo, sabemos que nome Amasis também apareceu em objetos produzidos por outros artesãos. Ele foi citado em dois vasos assinados pelo ceramista Cleofrades em inscrições com estrutura patronímica (“Cleofrades, filho de Amasis”);¹⁵ e em vasos de um artesão concorrente de Amasis – Exéquias –, um ceramista contemporâneo de Amasis que assinou como oleiro e pintor.¹⁶

Se levarmos em conta os vasos produzidos por Exéquias e Amasis, parece que operaram em oficinas diferentes concomitantemente por cerca de vinte anos, e que o ambiente relativamente delimitado dessa produção ceramista os constrangeu a uma lógica competitiva (Henrichs, 1987, p. 109; Stansbury-O’Donnell, 2011, p. 200). Alguns artesãos registraram explicitamente esse aspecto competitivo; por exemplo, o ceramista Eutímidés (último quartel do século VI a.C.), complementou sua assinatura em uma ânfora com a seguinte formulação: “como nunca fez Eufrônio”,¹⁷ o que nos indica que, no próprio ambiente da produção, poderia haver alguma avaliação da produção baseada nessa lógica comparativa e competitiva (Hurwit, 2015, p. 96; Bundrick, 2019, p. 24).

Nesse ambiente, Exéquias parece ter também utilizado referências que revelavam algo do ambiente competitivo entre artesãos fazendo uma referência indireta a seu concorrente Amasis. Em dois vasos atribuídos a Exéquias, aparece o nome de Amasis, mas não o seu próprio. Mais que isso, o nome Amasis é associado a figuras de etíopes, ou seja, habitantes de uma região considerada limítrofe no repertório cultural grego. Ou seja, se o nome de Amasis aparecia com certa frequência em assinaturas de autoria, Exéquias o desloca para outro tipo de informação escrita – o nome aparece como legendas que nomeiam personagens míticas. Vejamos, na sequência, com mais detalhes, a complexidade dessa construção.

AMASIS, O GUERREIRO MÍTICO ETÍOPE

Antes de observar a proposta de Exéquias, é preciso indicar o que eram, de fato, as populações etíopes e a Etiópia no conjunto de referências gregas. O nome “Etiópia” na Antiguidade não era ligado à descrição territorial do que se tornou, muito posteriormente, o Estado Nacional contemporâneo. Diferente disso, o termo era usado para situar uma região mais ao sul do Egito, com extensão ampla e imprecisa, que correspondia, em parte, à antiga

¹⁵ Essas inscrições estão localizadas nos pés de duas taças (J. Paul Getty Museum, inv. 80.AE.54 e 83.AE.217). Para as assinaturas de Cleofrades como filho de Amasis, ver Von Bothmer (1985, p. 230-1 – CAVI 4944).

¹⁶ Para as assinaturas de Exéquias, ver Hurwit (2015, p. 80-5).

¹⁷ Eufrônio era um pintor ceramista contemporâneo de Eutímidés. O vaso em questão é uma ânfora ática de figuras vermelhas do Staatliche Antikensammlung, inv. 2307 – CAVI 5258.

Núbia (majoritariamente projetada no território do atual Sudão), mas não apenas isso.¹⁸ É relevante saber, ainda, que o nome dessa região e de seu povo tinha uma base, pode-se dizer, fenotipicamente descritiva: a junção de duas palavras gregas – *αἶθω* (queimar) e *ὤψ* (olho, rosto) –, cujo significado era diretamente associado a uma característica física da população que ali habitava: a negritude. Aliado a isso, há elementos essenciais do repertório mítico grego, como a situação limítrofe daquela região – uma espécie de “fim” ou “borda fronteira” do mundo habitado, mais próxima do Sol (era onde ele nascia e a Aurora – o nascer do Sol – fixou-se por ali e estabeleceu sua prole constituída de governantes da região, os heróis Mêmnon e Eumatião).¹⁹ Tendo isso em vista, voltemos à construção imagética de Exéquias.

O ceramista, como visto, utiliza o nome de Amasis como legendas que caracterizam figuras de etíopes, e tal associação foi bem circunstanciada no plano do mito. Por exemplo, em dois vasos produzidos por Exéquias que apresentam a figuração de uma narrativa relacionada ao ciclo troiano ligada a Mêmnon, o rei dos etíopes, e membros de seu exército; que, na construção de desse artesão, seguia uma perspectiva geral e anterior sobre a compreensão de territórios e personagens estrangeiras (bárbaras) relacionadas ao mundo africano através da mediação feita por personagens construídas a partir do repertório cultural grego.²⁰

Nesse sentido, Mêmnon, quando é figurado, não aparece como um etíope comum. Ao contrário, suas características culturais (indumentária e armamentos) e fenotípicas (tipo de cabelo, olhos, nariz etc.) são como as de Aquiles – seu maior oponente e representante dos gregos – nas cenas do combate entre os dois, e claramente diferente daquelas dos etíopes nas cenas que aparece figurado junto deles (ver nota 20). Assim, ele é representado como um “homem grego” entre etíopes. Na genealogia de Mêmnon apresentada na literatura, os elementos ressaltados são mais orientais que africanos. Por exemplo, ele é um representante da realeza troiana, filho de Títono, irmão de Príamo, rei de Troia, e filho da deusa Aurora. Entretanto, os domínios territoriais mais sólidos relacionados a ele são situados na Etiópia, onde ele teria nascido, vivido e sido imobilizado no contexto de sua morte.

A julgar pelas ocorrências na poesia e iconografia arcaicas, o mito de Mêmnon já era conhecido antes mesmo do século VI a.C.: ele aparece em cenas pintadas sobre vasos de cerâmica, em relevos e, na poesia (na *Odisseia* 11.522, na *Teogonia* 985 e, se a referência de Proclo for confiável, na *Etiópida* atribuída a Arctino de Mileto).²¹ Parece, dessa forma, que Exéquias mobiliza uma narrativa mítica bem conhecida na tradição literária e imagética quando ele cria suas imagens sobre Mêmnon. Entretanto, ele adiciona à tradição um elemento novo.

Muito já foi escrito sobre a mediação de fatos históricos a partir de temas míticos na cultura grega entre os períodos arcaico e clássico. Por exemplo, em contexto da guerra contra os persas, a presença de figuras relacionadas à Guerra de Troia parece ter sido bastante consistente (Van Rookhuijzen, 2018, p. 293; Mac Sweeney, 2018, p. 80; Rutter, 2020, p. 199); e, além disso, muito do programa escultórico do Pártenon, em Atenas, é lido pela bibliografia como propaganda anti-bárbara baseada em representações míticas (Erskine, 2001, p. 73-4). Esses são dois elementos pontuais de uma ampla e consistente

¹⁸ Ver Derbew (2022, p. 10-4) para o debate sobre a terminologia para a antiga Etiópia (sua proximidade da Índia), Cuxe, Núbia e Meroé.

¹⁹ Para o mito da Aurora (Éos), Memnon e Ematião e sua conexão com a Etiópia, ver Roman; Roman, 2010, p. 156-7.

²⁰ Refiro-me, aqui, especialmente à mobilização do mito de Mêmnon liderando os etíopes na Guerra de Troia e alguns combates específicos do herói, principalmente contra Aquiles. Para a imagética de Mêmnon, ver *LIMC*, verbete *Memnon*, vol. VI, 1, p. 448-61; e VI, 2, p. 230-9. É devido notar, ainda, que apesar de a maior parte das fontes situarem Mêmnon na Etiópia, a sua origem também poderia ser associada a Susa (Gruen, 2011, p. 200).

²¹ Para a apresentação detalhada das fontes sobre Mêmnon, ver Snowden (1970, p. 151-3).

prática de reflexão sobre a história utilizando o mito como mediação: ou seja, a partir de narrativas que explicitam a vitória da cultura da pólis sobre os bárbaros no plano mítico, apresentava-se um discurso afirmativo da vitória grega sobre os persas no plano histórico. Parece que essa elaboração imagética do mito associado ao herói Mêmnon também revelaria uma mediação na construção de um discurso sobre o outro. Vejamos como o mito de Mêmnon e sua relação com a Etiópia pode nos ajudar a compreender a competição entre artesãos ceramistas na Ática e algumas questões étnicas no século VI a.C.

Na literatura arcaica, Mêmnon aparece caracterizado como portador de uma armadura de bronze e, principalmente, como rei (ou comandante militar) dos etíopes (*Teogonia* 985; *Ístmicas* 39-40; *Píticas* 25-35); e há construções posteriores que reforçariam tal situação: além da referência à sua morte no combate contra Aquiles feita nas *Olímpicas* (80 sqq.) de Píndaro, esses temas voltam a aparecer nas *Epítomes* (5) de Pseudo-Apolodoro (século I-II d.C.), e em duas obras tardias – no livro 2 das *Pós-homéricas* de Quinto de Esmira (séc. III d.C.) e na seção da *Etiópida*, atribuída a Arctino de Mileto (século VIII a.C.), em um resumo na obra intitulada *Crestomatia*, atribuída com muita dúvida a Proclo e encontrada na *Biblioteca* de Fócio (códice 239).²²

Essas referências indicam a criação da personalidade da personagem Mêmnon em um ambiente estrutural, de longa duração. Ele foi caracterizado, em linhas gerais, pela excelência no combate, pela liderança militar e política de um grupo estrangeiro na perspectiva grega, os etíopes. E, vale notar, se considerarmos suas representações literárias entre o período arcaico e clássico, tais elementos essenciais da personalidade de Mêmnon já estavam disponíveis.

Na imagística, Mêmnon está ligado a cenas variadas da Guerra de Troia. Assim, ele aparece armado junto a etíopes, o que revela a sua situação de comando e características da composição de seu exército; em combate direto com Aquiles (por vezes, ladeados por suas mães, a Aurora e Tétis), destacando-se, nesse caso, características individuais de sua aptidão como combatente; e alguns desdobramentos disso, como o episódio da *Psychostasia* (a pesagem de suas almas) e o episódio de sua imortalidade requerida por sua mãe, a Aurora (ver nota 19).

Esses episódios relacionados ao ciclo troiano indicam alguns elementos interessantes da situação de Mêmnon. É bastante claro, nas representações literárias e imagéticas, que ele é um herói tipicamente “grego”, já que sua caracterização não difere em quase nada à de Aquiles, seu principal oponente.²³ Entretanto, diferente de Aquiles, seu domínio é outro e ele lidera um exército composto por estrangeiros. Assim, a luta (e vitória) de Aquiles contra Mêmnon pode também ser lida como uma luta entre um herói representante do “mundo grego” ou da “cultura da pólis” contra outro que representa um “mundo bárbaro”.

Nas imagens, os elementos que marcam com mais solidez essa relação com a Etiópia são os próprios etíopes, guerreiros do exército de Mêmnon, que, diferente dele, portam armaduras e outros equipamentos de combate distantes daqueles utilizados pelos combatentes gregos: enquanto Mêmnon porta lança e escudo circular, os etíopes ao seu lado portam clavas e escudos ovalados (ver figura 1 e 2), elementos que apresentam com clareza a diferença entre gregos e etíopes. Ainda, tal diferença é ressaltada pela caracterização do tipo biológico específico dos guerreiros etíopes, que é diferente do de Mêmnon.

²² Para Mêmnon em várias fontes literárias, desde o período arcaico, ver Snowden, op. cit. Especificamente, sobre Mêmnon na *Etiópida*, ver Rengakos, 2015, p. 307-8; na *Pós-homéricas*, ver Scheijnen, 2018, p. 81-92; para a *Etiópida* na *Crestomatia*, ver Gatti, 2021, p. 137-8.

²³ Para as características do herói grego, ver Ekroth, 2010 e Nagy, 2020, p. 37-38.

Figura 1 – Ânfora ática de figuras negras (c. 535 a.C.) atribuída a Exéquias, Museu Britânico, Londres, inv. B209: face A (esquerda) – painel com figura de luta entre Aquiles e Pentésileia; face B (direita) – painel com figura de Mêmnon entre etíopes.



Fonte: https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1849-0518-10

Percebe-se, assim, que a caracterização do universo estrangeiro é explicitamente apresentada pelo termo “etíope” nos textos e na caracterização cultural e fenotípica nas imagens; ou seja, se Mêmnon permanece grego nas formulações do período arcaico, um grego entre etíopes, o seu domínio distante em território africano é indicado a partir de seus habitantes.²⁴ E, retomando o possível diálogo entre Exéquias e Amasis, parece que é justamente a partir dessa mediação mítica que Exéquias lia a situação de seu concorrente no ambiente da produção ceramista do século VI a.C.

Em uma das ânforas que ele produziu (ver figura 1),²⁵ há duas cenas associadas ao ciclo troiano: em uma face do vaso, o combate entre Aquiles e Pentésileia, a rainha das Amazonas em sua plena execução; e, na outra, Mêmnon entre dois etíopes, todos armados. Mêmnon porta armadura e armamentos diferentes de seus guerreiros etíopes e, além disso, as características físicas próprias da Etiópia, espaço onde habitavam povos negros na compreensão grega, é ressaltada nas figuras dos guerreiros próximos de Mêmnon (ver figura 2).

²⁴ É interessante notar que, em formulações posteriores (sobretudo aquelas do período imperial), Mêmnon começa a ser associado mais consistentemente a características que reforçam a sua negritude. Se considerarmos apenas registros literários, na *Eneida* (1, 464) – século I d.C. –, Mêmnon é descrito como *niger* (negro); nas *Noites Áticas* (19, 7) de Aulo Gêlio, o termo que o descreve é *nocticolor* (da cor da noite). Além disso, o nome Mêmnon também foi associado ao um jovem negro etíope educado por Herodes Ático segundo Filóstrado na obra *Vida de Apolônio de Tiana* (3, 11) – século II-III d.C.

²⁵ Museu Britânico, inv. B 209. Ver Robertson, et al., 1987, p. 148-50, fig. 6. Em *ABV* (144, 8), o vaso é atribuído a Exéquias.

Figura 2 – Pannel de ânfora ática de figuras negras (ver figura 1, face B) – Mêmnon entre os guerreiros etíopes Aoiesn e Amasis.



Fonte: https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1849-0518-10 (adaptado)

As duas cenas, colocadas lado a lado, apresentam dois combates de Aquiles contra guerreiros que representam o mundo estrangeiro. As Amazonas e os etíopes eram associados ao mundo bárbaro e ambos lutaram pelos troianos. Ou seja, o vaso porta cenas de dois combates, um em curso e outro por vir, que balizam parte da ação de Aquiles no ciclo troiano. Entretanto, Exéquias apresenta uma especificidade: os dois guerreiros etíopes do exército de Mêmnon são nomeados: Aoiesn (Ἀοίησιν) e Amasis (Ἀμασις) – ver figura 4.²⁶ As duas palavras sugerem conexões com o ambiente da produção de vasos de cerâmica no século VI a.C. A primeira, mesmo que “sem sentido”, parece ser um nome próprio inspirado na palavra ἐποίησιν (Ἀοίησιν); a segunda, uma possível referência indireta ao artesão contemporâneo de Exéquias, Amasis. Além disso, os dois nomes, lado a lado, poderiam até mesmo ser confundidos com uma assinatura de Amasis.²⁷

²⁶ No comentário a essa inscrição no CAVI (4256), é dito o seguinte: “As inscrições foram limpas em 1947 e a primeira letra, embora danificada, parece ser um alfa sem dúvida. A primeira inscrição é sem sentido (*nonsense*), mas ambas parecem nomear os escudeiros. Boardman pensa que a segunda inscrição é uma brincadeira com o nome do oleiro” (tradução minha).

²⁷ No site do Museu Britânico (ver *link* na sequência), o comentário do objeto sugere (com dúvida) que a palavra fosse ἐποίησιν com erro de grafia (ἐπ[ο]ίησ(ε)ν (?)); entretanto, falta integrar o alfa inicial reconstituído (ver nota acima). https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1849-0518-10

Assim, Aoiesn e Amasis, nomes dos guerreiros etíopes nessa cena, por sua sonoridade e aproximação de conteúdos linguísticos populares nas assinaturas dos vasos de cerâmica, propõem, aparentemente, uma dupla referência: por um lado, ao conteúdo exótico ligado ao mundo bárbaro figurado na cena (um nome egípcio, estrangeiro, e outro cuja estranheza poderia remeter a conteúdos linguísticos incompreensíveis no mundo grego, reforçando o exotismo a partir de uma referência fundamental da etnicidade grega – a língua);²⁸ por outro lado, esses nomes também se referem ao ambiente ático da produção de vasos de cerâmica. Observamos, nesse sentido, que Exéquias cria um jogo de palavras com significado oscilante e, além disso, integra o nome de seu concorrente nesse “jogo” interpretativo entre a tradição do mito situado na poesia épica e na avaliação do lugar étnico de seu concorrente.

Outro elemento que parece confirmar a inserção do nome Amasis no campo da nomenclatura de uma personagem etíope – e não como uma palavra que comporia uma assinatura de autoria equivocada – pode ser observada em outro vaso produzido por Exéquias (ver figura 3),²⁹ no qual os dois painéis possuem lacunas importantes, mas é possível observar que as cenas estão também conectadas ao ciclo troiano. Em uma delas, a cena do assassinato de Antíloco (cujo corpo jaz no chão e é identificado por uma inscrição), um feito geralmente atribuído a Mêmnon. Há um grupo de figuras masculinas em regiões fragmentadas, o que impede sua identificação integral do conjunto, mas é possível observar com clareza a presença de Euforbo, já que a inscrição que o nomeia foi preservada. Há, assim, a caracterização de uma vitória do exército de Mêmnon.³⁰

Na outra face, aparece outro assassinato em combate; desta vez, é apresentado o corpo de Aquiles (ver figura 3-4). A cena, ainda que bastante fragmentada na porção direita, permite identificar o herói pela inscrição ao lado dele, e há um guerreiro que se inclina para recolher o seu corpo, interpretado como Ájax. Na porção esquerda do painel, com a cena menos fragmentada, vê-se um guerreiro paramentado no estilo grego, identificado por uma inscrição como Menelau, e, próximo da linha que delimita o fim do painel à esquerda, há um guerreiro etíope identificado pela inscrição como “Amasos” (Ἀμασος).³¹

²⁸ Para o lugar da língua na etnicidade grega antiga, ver Hall, 1995 e Anson, 2009.

²⁹ Filadélfia, inv. 3442. Ver Robertson, et al., 1987, p. 148-50, fig. 7. Em *ABV* (145, 14), o vaso é atribuído a Exéquias.

³⁰ A organização da narrativa sobre esses combates, incluindo aquele com as Amazonas e a sequência de lutas entre Mêmnon, Antíloco e Euforbo, podem ser observados no resumo da *Etiópida* presente na *Cresomatia* de Fócio (ver nota 22).

³¹ O nome “Amasos”, especificamente, já foi interpretado como uma forma do genitivo irregular para Amasis (o genitivo no ático seria Ἀμασιδός – Amasidos); entretanto, é devido notar que ele também aparece no nominativo em uma inscrição do século IV a.C. (*LGPV* V3b 37075, ver tabela 2, VI), indicando que Amasos poderia ser simplesmente uma variante do nome Amasis no nominativo (ver comentários sobre a inscrição no *CAVI* 6798).

Figura 3 – Ânfora ática de figuras negras (540-530 a.C.) atribuída a Exéquias, Museu da Pensilvânia, Filadélfia, inv. 3442: face A (esquerda) – painel com figuras de Mêmnon, Euforbo e Antíloco; face B (direita) – painel com figuras de Aquiles, Ájax, Menelau e Amasos.



Fonte: <https://www.penn.museum/collections/object/259763>

As cenas conectadas indicam duas referências temporais do conjunto de combates entre tais guerreiros: a morte de Antíloco, que seria seguida da morte de Mêmnon, e, por fim, da morte de Aquiles. Apesar da dificuldade de interpretação considerando a característica lacunar dos painéis, é bastante clara sua inserção nesse conjunto de narrativas de combates do ciclo troiano e a composição dos exércitos envolvidos neles. Novamente, vê-se que o guerreiro etíope apresenta características fenotípicas e culturais específicas.

Assim, ao colocar o nome Amasis em seus vasos, Exéquias parece operar em duas direções. A primeira é situar o nome de seu concorrente em um espaço estrangeiro (um marcador da situação bárbara do Amasis ceramista?). A segunda é a identificação do não-grego a partir de uma mediação mítica. Em vez de caracterizar o próprio Amasis, o ceramista concorrente, em seus vasos, Exéquias parece comentar sua condição de estrangeiro a partir de mitos que tratam do mesmo tema. E, nesse sentido, a associação entre o nome Amasis e a figura do guerreiro etíope indica, além da associação de Amasis, o ceramista, ao universo estrangeiro, uma visão claramente generalista desse outro.

Exéquias mescla referências egípcias e etíopes como se correspondessem a um mesmo mundo, uma abordagem bastante diferente daquela que Heródoto, no século seguinte, aplicaria na descrição desses grupos. Ou seja, a precisão na construção do discurso sobre o outro não parece um elemento fundamental nessa perspectiva. Se o mito baseado em referências bem constituídas já estabelece essa mediação, não pareceria necessário definir o outro a partir de categorias ou elementos muito detalhados. Nesse sentido, é importante compreender alguns elementos de outro Amasis que completa essa

observação: o faraó saíta da vigésima sexta dinastia que governava o Egito no século VI a.C.: trata-se Amasis II.³²

Figura 4 – Painel de ânfora ática em figuras negras (ver figura 3, face A) – Amasos, Menelau e Aquiles.



Fonte: <https://www.penn.museum/collections/object/259763>

ENTRE MUNDO GREGO, EGITO E ETIÓPIA

Até este ponto, observamos que houve um artesão ceramista chamado Amasis que atuava na região da Ática no século VI a.C., e que os dados sobre sua biografia são pouco claros – não sabemos se ele era um oleiro ou oleiro-pintor, e não é possível dizer qual era, de fato, a sua origem e condição étnica. Sabemos, entretanto, que ele operava na Ática no século VI a.C. na mesma época que outro artesão chamado Exéquias. Ainda, sabemos que este artesão, muito possivelmente, mobilizou elementos do mito para situar Amasis no campo do outro, do bárbaro; mais especificamente, em ambiente etíope. Sabemos, também, que o nome Amasis, inspirado em um faraó egípcio da dinastia saíta, já era conhecido entre as comunidades gregas desde o século VI a.C. Há, assim, um conjunto de informações que, se agrupadas, podem auxiliar na compreensão da leitura que Exéquias propôs sobre seu competidor, Amasis.

A importante referência que o Egito poderia oferecer para a os próprios gregos foi amplamente apresentada por Heródoto, em uma época imediatamente posterior ao momento aqui destacado. Em pleno século V a.C., os egípcios – já dominados pelos persas – são descritos de forma muito positiva pelo historiador, em uma narrativa que transita entre

³² Para a dinastia saíta, ver Schütze, 2023.

o elogio e a caracterização de seu exotismo.³³ Nesse conjunto de referências, há alguns aspectos fundamentais que interessam aqui, mas tratarei principalmente do papel do faraó Amasis II, bastante destacado por Heródoto, e a caracterização étnico-racial dos egípcios.

Se podemos acreditar nas informações apresentadas por Heródoto, o faraó Amasis II era conhecido no mundo grego na época de seu governo. Na sequência final do livro 2 das *Histórias*, intitulado *Euterpe*, o historiador apresenta Amasis como um grande rei: “segundo se diz, o Egito atingiu a sua prosperidade máxima no reinado de Amasis” (2, 178).³⁴ É preciso notar que Amasis foi o último faraó com amplo tempo de governo antes da conquista persa (ele reinou entre 570 e 526 a.C., quando faleceu); e, um ano depois de sua morte, o Egito passava a integrar o império persa sob Cambises.

Além disso, Heródoto caracteriza o faraó como “um grande amigo dos helenos” (2, 178), apresentando uma série de ações que confirmariam tal situação: ele teria oferecido aos gregos a cidade portuária de Náucratis,³⁵ teria auxiliado os gregos em Delfos a pagarem por parte de certas obras no santuário de Apolo (2, 180); estreitado relações com os Batíadas de Cirene a partir do casamento com a princesa Ladice, filha de Bato III, rei de Cirene (2, 181); e, além disso, teria enviado uma série de oferendas (algumas delas, representações escultóricas dele próprio) a santuários em Cirene, Rodes e Samos (2, 182); o que teria consolidado, em Samos, as relações entre Amasis e o governante local, Polícrates; e, em Rodes, reativado narrativas tradicionais que conectavam o Egito à Grécia através do mito de fundação do santuário de Atena Líndia pelas filhas de Dânao, um rei egípcio mítico.

A aproximação entre os egípcios e as comunidades gregas sugerida nesse caso de Amasis parece ter se consolidado aos poucos antes da evidente integração desses mundos no período helenístico. No período clássico, o trânsito entre atenienses no Egito e de egípcios em Atenas era consistente, havendo, neste último caso, inclusive, citações honoríficas a egípcios em inscrições da cidade.³⁶ Tal situação foi possível dada uma teia de contatos estruturada pela aproximação entre gregos e egípcios no Egito e no Egeu desde o período arcaico, na qual a religiosidade parece ter tido um papel importante, como observado na paulatina inserção do culto de Ísis em algumas cidades gregas (Woolf, 2014, p. 75). Entretanto, esse interesse pelos egípcios poderia ser abertamente criticado, como observado na ridicularização que Aristófanes fez de Licurgo n’ *As rãs* (1296), dadas as suas relações com o Egito (Vasunia, 2001, p. 27-8).

Outro debate que nos interessa aqui é a caracterização étnica e racial dos egípcios a partir das fontes gregas dos períodos arcaico e clássico, e um problema significativo é a projeção desses conceitos para um contexto no qual a noção racial com base biológica não existia. Se os estudos atuais transitam entre a identificação de discursos raciais na Antiguidade e a priorização da caracterização étnica como preferível, considerando o próprio conceito de *ἔθνος* (Derbew, 2022, p. 17), é importante notar que, atualmente, há ampla variedade conceitual sobre o conceito de raça; e que, em determinados contextos, é o elemento étnico que organiza de forma mais consistente os conceitos raciais, o que pode ser observado em definições tais como “cigano”, “turco”, “judeu”, “latino”, entre outros; que são claramente delimitadas em contornos raciais nos quais o elemento biológico ou

³³ Para o livro 2 da obra *Histórias* de Heródoto e a visão sobre os egípcios, ver Morais (1999 e 2000).

³⁴ Todas as traduções de Heródoto aqui apresentadas foram traduzidas por Mário da Gama Kury.

³⁵ Amasis II é apresentado como fileleno e o responsável pela criação de Náucratis, uma cidade grega no Egito, o que não é confirmado pelos vestígios arqueológicos que sugerem que a fundação da cidade remonta ao século VII a.C., época que reinava o faraó Pasmético II. Ver Fine (1983, p. 84-5); Boardman; Hammond (1982, p. 38); e Hall (2007, p. 246). Para um levantamento crítico das fontes sobre a relação do faraó Amasis e comunidades gregas, ver Cook, 1937. Para um contraponto à visão herodoteana, ver Di Biase-Dyson (2013). Para leituras do campo da Egiptologia sobre o contexto, ver Bresson (1980); Agut-Labordère (2012a e 2012b, 2016) e Agut-Labordère; Gorre (2014).

³⁶ Ver Bowsky (1997, p. 205, n. 40) (com bibliografia).

fenotípico não é o mais importante (configurações que são definidas por especialistas como “raça étnica”),³⁷ e que parecem oferecer pontos de similaridade maiores com o problema étnico da Antiguidade.

Entretanto, no que se refere à caracterização étnica dos egípcios na Antiguidade, o elemento fenotípico é bastante retomado, sobretudo em debates ao longo do século XX sobre a reafirmação de referenciais de negritude na Antiguidade. Dessa forma, a própria caracterização de Heródoto, novamente, é bastante destacada a partir de um termo utilizado pelo autor para definir os egípcios: a palavra *μέλας*, que, nesse sentido, comprovaria a negritude dos egípcios antigos (Diop, 1974, p. 1-5; e 2010, p. 12-7). O argumento parece ser reforçado quando os próprios etíopes são caracterizados pelo mesmo termo e, assim, a aproximação entre egípcios e etíopes indicaria um grupo homogêneo do ponto de vista fenotípico/biológico. Mas, a situação é mais complicada, já que, considerando seu uso na literatura grega para caracterizar a coloração da pele humana, ele parece ter sido abertamente generalista – desde o moreno até o negro de pele escura.³⁸

Nas *Histórias*, Heródoto impõe aos povos que descreve uma caracterização prioritariamente cultural e, quanto às suas características fenotípicas, como a cor da pele, ele aplica características pouco precisas, generalistas. Essa variedade de caracterização sobre os egípcios pode ser observada na imagística grega. Por exemplo, em uma cena que se passa no Egito e algumas vezes figurada na cerâmica ática – a luta entre Hércules e Busiris (um rei egípcio mítico) –, por vezes, ele e outros egípcios são representados como homens negros, e os elementos fenotípicos tais como o tipo de cabelo, lábios, nariz explicitam isso; mas, nem sempre essa caracterização é baseada na negritude, havendo mesmo a possibilidade de eles aparecerem como os gregos.³⁹

No caso de Busiris, é interessante lembrar que, em registros literários, ele é filho de Poseidon (Livingstone, 2001, p. 1-27) e, portanto, que essa lógica da mediação de uma pessoa etnicamente grega em um ambiente habitado por bárbaros também pode ter sido desenvolvida em imagens. Ou seja, o egípcio na caracterização grega não apresentava elementos físicos detalhados ou específicos, podendo variar significativamente; e, nesse sentido, buscar uma abordagem “antropológica” na literatura ou iconografia gregas não parece ser a melhor estratégia. Em síntese, enquanto a noção de raça biológica pouco ajuda a avançar nesse debate, a de raça étnica parece nos oferecer alguns pontos de contato entre os nossos conceitos raciais e os dos antigos.

É a partir desse cenário de crescente integração entre comunidades gregas e egípcias e a visão grega sobre os egípcios que observamos a construção de Exéquias. Ele nos apresenta, nos dois vasos acima citados, um nome egípcio, cujo significado tinha uma projeção regional (no caso do faraó), mas também tratado no âmbito local (no caso do artesão ceramista em Atenas). Dessa forma, ele utiliza o mito para refletir sobre esse elemento estrangeiro que afeta cada vez mais as dinâmicas locais – em vez de apresentar o faraó ou seu concorrente, ele mobiliza um mito baseado em uma população distante e com características específicas: os etíopes. Mais que isso, ele associa o Egito à Etiópia, quando nomeia o guerreiro do exército de Mêmnon com o nome do faraó e do ceramista.

³⁷ Para o conceito de raça étnica, ver Gracia (2005, p. 33-6 e 2018, p. 7-8); e Carter (2016, p. 127-32).

³⁸ No comentário de sua tradução da *República* (474e 1-4), S. Halliwell (2015, p. 204) discorre a elasticidade do termo *μέλας*: “a passagem pressupõe um interesse geral, por parte dos ‘amantes’ homossexuais, na compleição dos seus favoritos. (...) ‘Pele escura’: não ‘negra’ (um sentido padrão de *melas*) mas morenas ou muito bronzeadas. Os gregos tendiam a caracterizar os pobres como ‘queimados pelo sol’ e os ricos como ‘criados à sombra’.”

³⁹ Para a caracterização dos egípcios na arte grega e para o caso de da luta entre Hércules e Busiris, ver *LIMC*, verbete *Bousiris*, v. 1, p. 147-52; v. 2, p. 127-131; Vercoutter; Bugner (1976, p. 238); Lee (2009, p. 173-176); Blanshard (2021, p. 196); e Piqueux (2022, p. 115-116).

Ou seja, ele cria uma personagem que sintetiza essa ambiguidade grega na descrição imprecisa do outro.

Heródoto, um século depois, apresentava egípcios, etíopes, indianos e cólquios como povos de pele escura utilizando o termo μέλας, mas deixa bem claro que a lógica de caracterização de um povo era sobretudo a cultural. Os egípcios, nesse sentido, compunham um povo específico que habitava um território específico (2, 17). Em alguns casos, o argumento da hierarquia entre os elementos culturais e fenotípicos fica explícita. Por exemplo, quando comenta a semelhança entre os cólquios e os egípcios (2, 104), ele parte da característica física, mas a sobrepõe, na sequência, a uma base que ele considera mais efetiva – as práticas culturais:

os egípcios, segundo suas próprias palavras, consideravam os cólquios remanescentes do exército de Sesóstris. Eu mesmo cheguei a essa conjectura, em parte porque sua pele é escura (μελάγχρωσ) e seus cabelos são crespos (οὐλόθριξ), embora isso nada signifique (καὶ τοῦτο μὲν ἐς οὐδὲν ἀνήκει), pois outros povos são assim; mas eis uma prova segura (ἀλλὰ τοῖσιδε καὶ μᾶλλον): os cólquios, os egípcios e os etíopes são os únicos povos que desde sua origem praticam a circuncisão. (grifos nossos)

Talvez, Exéquias ainda vivesse em um mundo que começava a conhecer efetivamente esse outro e, nesse sentido, em pleno século VI a.C., tais distinções mais detalhadas não fossem possíveis. O egípcio e o etíope poderiam compor um mesmo grupo de pessoas de pele escura que representam um mundo estranho e distante; que poderia incluir até mesmo os cólquios e os indianos. Mas, mesmo de forma imprecisa, Exéquias mobiliza algumas noções sobre o outro e determinadas hierarquias quando ele usa o mito como mediador. O Amasis/Amasos guerreiro etíope criado por ele é localizado em uma narrativa popular do ciclo troiano, que situava o exército etíope em um combate épico, cuja definição era bem conhecida: Mêmnon, o líder do exército etíope, capitula diante de Aquiles e, além disso, os troianos, pelos quais os etíopes lutaram, perderam.

O guerreiro Amasis, situado no ciclo épico, sintetizava um conjunto de questões importantes do século VI a.C.: o crescimento da integração no Mediterrâneo oriental, a própria associação entre os níveis local e regional, ou, também poderíamos dizer, o glocal e o global (Vlassopoulos, 2013, p. 19-32), e as respostas de determinadas comunidades gregas a ele. A criação de Exéquias, diante da integração regional e do ambiente competitivo desenvolvido entre as oficinas ceramistas, indica-nos um claro exemplo de identidade étnica, conforme discutido acima. Assim, observamos uma resposta clara de Exéquias sobre quem eram os gregos e não-gregos; e Amasis, o nome como referência, o ceramista que era seu contemporâneo, o faraó egípcio e o guerreiro mítico etíope, todos eles baseavam conteúdos que se referiam aos não-gregos.

Há, ainda, outra camada interessante para a compreensão do exercício de etnicidade proposto por Exéquias. Diante do outro, como visto, o mito foi frequentemente apresentado como uma espécie de filtro, de mediador, uma estratégia que permite a tradução de elementos considerados estranhos, exóticos; e, nesse sentido, nem sempre a construção desse outro é negativa. Ora, se Mêmnon era um grego entre etíopes, um rei etnicamente grego que organizava o espaço bárbaro, essa lógica também pode ser observada em outros mitos com desenvolvimentos mais profundos; como o mito de Dânao (um rei mítico egípcio), que tinha implicações para a própria organização do discurso sobre a ancestralidade de comunidades gregas já no século VI a.C., o que foi mais desenvolvido nas *Histórias* de Heródoto e na tragédia *As suplicantes* de Ésquilo (Gruen, 2011, p. 201; Hall, 2019, p. 143; Paoli, 2020).

Quanto à Etiópia especificamente – esse espaço cuja configuração territorial era pouco definida nas descrições gregas dos períodos arcaico e clássico – e quanto à caracterização de seu povo – os etíopes –, é preciso notar que, por meio do mito, discutia-se também a lógica da integração no Mediterrâneo oriental: além de Mêmnon, que já foi citado, há o caso da realeza etíope apresentada no mito de Andrômeda e Perseu – ela, uma princesa etíope, ele um príncipe peloponésio.⁴⁰ Ambos, depois de seu matrimônio, governariam cidades na região da Argólida; isto é, um mito que não apenas descreve o outro, mas o assume como parte integrante das origens de algumas comunidades gregas (um explícito conteúdo relacionado à ancestralidade), da mesma forma que o mito de Dânao.⁴¹

Entretanto, Exéquias não posiciona o nome de seu concorrente ceramista como um rei mítico, nem mesmo como um do faraó histórico, mas prefere situá-lo no âmbito do outro efetivamente – não um egípcio fileleno ou um “grego” entre etíopes, mas um etíope. Mais que isso, um guerreiro etíope em um mito que o desfavorece já que seu exército sairia como perdedor do conflito. Ou seja, além da generalização na caracterização do outro, entre o nome egípcio e a personagem etíope, Exéquias aproveitaria o conteúdo competitivo no qual ele situa Amasis como um guerreiro de um exército perdedor. Assim, na organização de conteúdos regionais entre história e mito, entre gregos, egípcios e etíopes, Exéquias opera na síntese desse processo apresentando sua perspectiva local, quando ele faz uma reflexão conectando tais referências ao ambiente competitivo que se estabelecia entre as oficinas ceramistas áticas.

Não é possível identificar o alcance desse discurso sobre o outro produzido por Exéquias: era uma brincadeira com a condição étnica de seu concorrente ou apenas com o seu nome? Tal construção estendia-se a um oleiro ou a um oleiro-pintor? Entretanto, é possível notar, mesmo com os limites evidentes, que o ceramista utiliza um conjunto de referências que organizavam o seu mundo e que as traduz para a explicação do seu fazer artesanal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção proposta por Exéquias, como visto, manipulou elementos tradicionais no plano histórico e mítico. Amasis já era um nome tradicional no Egito e sua recuperação pelo faraó da dinastia saíta, Amasis II, parece ter promovido certa popularização do nome entre comunidades gregas de sua época, dada a atuação “filelênica” se podemos confiar na narrativa de Heródoto. Exéquias talvez conhecesse essa figura histórica, mas não é claro se conhecia muito bem o lugar de onde ele vinha. Assim, a partir de um referencial generalista de conhecimento sobre esse outro, o nome, que também foi situado no século VI a.C. no ambiente produtivo das oficinas ceramistas áticas a partir de prática de um artesão que usava esse nome, foi instrumentalizado por Exéquias para discorrer sobre a identidade grega a partir de uma mediação explicitamente mítica: o ciclo troiano que também tratou do ambiente etíope.

É interessante notar que, além da *Etiópida* que conhecemos apenas indiretamente, há algumas referências mais claras no *corpus* do ciclo troiano. Por exemplo, no próêmio da

⁴⁰ Para a territorialidade do mito de Andrômeda e Perseu entre a Etiópia, Sérifos, Argos e Tirinto, ver Gagarin (2010, p. 216) e Craik (2014, p. 160). Para a construção alternativa do reino de Andrômeda em Jope, na Fenícia, em vez da Etiópia, ver Gruen (2011, p. 263).

⁴¹ Sobre o peso da ancestralidade na composição da identidade grega, Frank Snowden Jr (1996, p. 124) diz o seguinte: “Os gregos chamavam as culturas estrangeiras de bárbaras, embora o nome ‘helenos’, de acordo com Isócrates [século V-IV a.C.], deveria ser aplicado a pessoas que compartilhavam a mesma cultura, mais que uma ancestralidade dos gregos (*Panegírico* 50)” (tradução minha); o que é confirmado por Hall (2010, p. 112-3), que ainda diz que essa situação seria mais enfática no período helenístico.

Odisseia (1, 1-27), um ambiente afroeurasiático é claramente apresentado ao comentar o itinerário de Odisseu saindo da Ásia (Troia) rumo à Europa (Ítaca). Já a Líbia, o conceito macrorregional mais próximo naquele contexto do que depois seria chamado de África, é o espaço onde Poseidon, que impedia o retorno de Odisseu, recebia oferendas entre os etíopes. Na *Ilíada* (1, 423-5), Tétis, antes de ir até Zeus no Olimpo, indica que ele e os outros deuses estavam na Etiópia, onde passariam vários dias recebendo oferendas. É claro que, naquele contexto, a ideia de Etiópia era bastante imprecisa, mas já organizava conceitos territoriais que estavam na base de povos negros africanos na perspectiva grega, o que foi incluído na representação de Amasis que Exéquias criou.

Na minha opinião, essas imagens de Exéquias permitem observar alguns elementos mais precisos no processo crescente de integração no Mediterrâneo oriental. No século VI a.C., já havia comunidades gregas instaladas no norte da África, tais como a cidade de Náucratis e Cirene. Havia, ainda, a participação consistente de mercenários gregos em grupos militares egípcios contra os persas;⁴² trocas comerciais bem estabelecidas; e, ainda, narrativas mitológicas que situavam personagens etíopes e egípcias como participantes dos esquemas de ancestralidade de determinadas comunidades gregas. Ou seja, as conexões entre as comunidades gregas tradicionais na Península Balcânica, nas Ilhas do Egeu e aquelas da Ásia Menor, já estavam conectadas com o norte da África a partir de processos variados. As imagens de Exéquias, nesse conjunto de referências, indicam como tal ambiente poderia ser compreendido e os significados atribuídos àqueles que participavam dele.

ABREVIATURAS

CAVI – Immerwahr, Henry. **Corpus of Attic vase inscriptions**, 2009.

<https://dc.lib.unc.edu/cdm/landingpage/collection/attic> (consultado em 25 de outubro de 2023)

ABV – Beazley, John D. **Attic Black-figure Vase-painters**. Oxford: Clarendon Press, 1956.

LIMC – Kahil, Lilly (ed.). **Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae**. Zürich; München: Artemis Verlag, vol. I-VIII, 1981-1997.

LGPN – **Lexicon of Greek Personal Names** (versão digital).

<https://www.lgpn.ox.ac.uk/> (consultado em 25 de outubro de 2023)

REFERÊNCIAS

ANSON, Edward M. Greek Ethnicity and the Greek Language. *Glotta*, n. 85, p. 5-30, 2009.

AUSTIN, Michel M. Greece and Egypt in the Archaic Age. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, Suppl. 2, 1970.

BERNAL, Martin. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization: The Fabrication of Ancient Greece, 1785–1985*, vl. 1. New Brunswick: Rutgers University Press, 1987.

BERNAL, Martin. A imagem da Grécia antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, Pedro P. (org.). *Repensando o mundo antigo*. Textos Didáticos, n. 49. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005, p.11-31.

BIEBRIER, Morris L. *Historical Dictionary of Ancient Egypt*. Lanham: Scarecrow Press, 2008.

42 Para os mercenários gregos e sua relação com o Egito, ver Hanrahan, 1961; Austin, 1970; e Trundle, 2004.

- BILANSHARD, Alastair J. L. Naked apes, featherless chickens, and talking pigs: adventures in the platonic history of body-hair and other human attributes. In: FANTUZZI, Marco *et al.* (eds.) *Reception in the Greco-Roman World Literary Studies in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, p. 94-218.
- BOARDMAN, John. The Amasis Painter. *Journal of Hellenic Studies*, n. 78, p. 1-3, 1958.
- BOARDMAN, John; HAMMOND, N. G. L. (eds.) *The Cambridge Ancient History*, v. III. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- BOWSKY, Martha W. B. An Atticizing Stele from Western Crete. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, n. 118, p. 197-206, 1997.
- BRYAN, Betsy M. The 18th dynasty before the Amarna period (c. 1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (ed.) *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 207-264.
- BUNDRICK, Sheramy D. *Athens, Etruria, and the many lives of Greek figured pottery*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2019.
- BUNSON, Margaret. *Encyclopedia of Ancient Egypt*. New York: Facts on File, 2002.
- CARTER, Jacoby A. *African American contributions to Americas' cultures*. A critical edition of Lectures by Alain Locke. New York: Palgrave MacMillan, 2016.
- CRAIK, Elizabeth M. *The Dorian Aegean*. New York: Routledge, 2014.
- COOK, Robert M. Amasis and the Greeks in Egypt. *The Journal of Hellenic Studies*, v. 57, n. 2, p. 227-237, 1937.
- DERBEW, Sarah F. *Untangling Blackness in Greek Antiquity*. New York: Cambridge University Press, 2022.
- DIETZ, Mary G. Between Polis and Empire: Aristotle's Politics. *The American Political Science Review*, v. 106, n. 2, p. 275-293, May 2012.
- DIOP, Cheikh Anta. *The African origin of civilization*. Myth or reality. New York: Lawrence Hill & Co., 1974.
- DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, G. (org.) *História geral da África, Vol. II*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-36.
- EKROTH, Gunnel. Heroes and Hero-Cults. In: OGDEN, Daniel. *A Companion to Greek Religion*. Oxford: Blackwell, 2010, p. 100-114.
- ERSKINE, Andrew. *Troy Between Greece and Rome: Local Tradition and Imperial Power*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- FINE, John Van A. *The ancient Greeks*. A critical History. Cambridge; London: Harvard University Press, 1983.
- FRANCISCO, Gilberto da S. Grafismos gregos: escrita e figuração na cerâmica ática do Período Arcaico (do século VII-VI a.C.) *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 6, 2008.

- FRANCISCO, Gilberto da S. The Brygos Painter's misswritten signature on the Lancaestre pelike. In: ANGLIKER, Erica; BULTRIGHINI, Ilaria. *New approaches to the materiality of text in the ancient Mediterranean*. Turnhout: Brepols, p. 53-64.
- GAGARIN, Michael. *The Oxford encyclopedia of ancient Greece and Rome, vol. 1*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- GATTI, Ícaro F. *A Crestomatia de Proclo: tradução integral, notas e estudo da composição do códice 239 da Biblioteca de Fócio*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.
- GRACIA, Jorge J. *Surviving Race, Ethnicity, and Nationality. A Challenge for the 21st Century*. Oxford: Rowman & Littlefield Publ., 2005.
- GRACIA, Jorge J. (org.) *Race or ethnicity? On Black and Latino Identity*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2018.
- GRUEN, Erich S. *Rethinking the Other in Antiquity*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- HABICHT, Christian. Foreign names in Athenian nomenclature. In: HORNBLOWER, Simon; MATTHEWS, Elaine (eds.) *Greek personal names. Their value as evidence*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 119-128.
- HALL, Edith. When is a myth not a myth? Bernal 'Ancient Model'. In: HARRISON, Thomas (ed.) *Greeks and Barbarians*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019, p. 133-52.
- HALL, Jonathan M. The role of language in Greek ethnicities. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, n. 41, 1995, p. 83-100.
- HALL, Jonathan M. *Ethnic identity in Greek antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- HALL, Jonathan. Quem eram os gregos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, vl. 11, p. 213-225, 2001.
- HALLI, Jonathan M. *Hellenicity. Between ethnicity and culture*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2002.
- HALL, Jonathan M. *A History of the Archaic Greek World, c. 1200-479 BCE*. Oxford: Blackwell, 2007.
- HALL, Jonathan. Ethnicity. In: GAGARIN, Michael (ed.) *The Oxford Encyclopedia of Ancient Greece and Rome, vol. 3*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 111-113.
- HALLIWELL, Stephen. Commentary. In: Plato, Republic, Book V. Edited with an introduction, translation and commentary by S. Halliwell. Oxford: Oxbow Books, 2015.
- HANRAHAN, Matthew. *Naucratis, and the relations between Greece and Egypt during the 7th and 6th centuries B.C.* University Review v. 2, n. 5, 1961, p. 46-57.
- HARRISON, Thomas. General introduction. In: HARRISON, Thomas (ed.) *Greeks And Barbarians*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002, p. 1-16.
- HARRISON, Thomas; IRWIN, Elizabeth. *Interpreting Herodotus*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

- HENRICH, Albert. Myth visualized: Dionysos and his circle in sixth-century Attic vase-painting. In: ROBERTSON, Martin *et al.* Papers on The Amasis Painter and his world. Colloquium sponsored by the Getty Center for the History of Art and the Humanities and Symposium sponsored by The J. Paul Getty Museum. Malibu: The J. Paul Getty Museum, 1987, p. 92-124.
- HURWIT, Jeffrey M. *Artists and signatures in ancient Greece*. New York: Cambridge University Press, 2015.
- KAMEN, Deborah. *Status in Classical Athens*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- KÖNIG, Friedrich W. *Die Persika des Ktesias von Knidos*. Graz: Weidner, 1972.
- LEE, Mireille M. Body-modification in classical Greece. In: FÖGEN, Thorsten; LEE, Mireille M. (eds) *Bodies and Boundaries in Graeco-Roman Antiquity*. Berlin: De Gruyter, 2009, p. 155-180.
- LEGAKIS, Brian. A lekythos signed by Amasis. *Antike Kunst*, n. 26, 1983, p. 73-76.
- LIVINGSTONE, Niall. *A commentary on Isocrates' Busiris*. Leiden: Brill, 2001.
- MAC SWEENEY, Naoise. *Troy: Myth, City, Icon*. London; New York: Bloomsbury Publishing, 2018.
- MALKIN, Irad. *Ancient perceptions of Greek ethnicity*. Cambridge: Harvard University Press, Center for Hellenic Studies, 2001.
- MARTIN, Susan R. *"Hellenization" and Southern Phoenicia: Reconsidering the impact of Greece before Alexander*. Berkeley: University of California, 2007.
- MCCOSKEY, Denise E. Ethnicity, Race, and Nationalism. In: CARTLEDGE, Paul; ATACK, Carol (eds.) *A Cultural History of Democracy in Antiquity*. London; New York: Bloomsbury Academic, 2021, p. 137-54.
- MCINERNEY, Jeremy (ed.) *A Companion to Ethnicity in the Ancient Mediterranean*. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.
- METZER, Sara E. *Colonizer or Colonized. The Hidden Stories of Early Modern French Culture*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012.
- MORAIS, Érica S. *Heródoto e o Egito: Tradução e Comentário do Livro II das Histórias*. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Lingüística (Unicamp - Instituto de Estudos da Linguagem), 1999.
- MORAIS, Érica S. *Heródoto e o Egito: tradução e comentário do Livro II das Histórias. Sínteses*, vol. V, 2000, p. 311-20.
- NAGY, Gregory. *The Ancient Greek Hero in 24 Hours*. Cambridge: Harvard University Press, 2020.
- PAOLI, Beatriz. A caracterização das Danaides nas Suplicantes de Ésquilo. *Codex - Revista de Estudos Clássicos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 1, p. 183-96, 2020.
- PARKER, Robert. *Athenian religion: a history*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- PEDLEY, John G. *Greek Art and Archaeology*. 2nd ed. New York: Harry N. Abrams, 1998.

PIQUEUX, Alexa. *The Comic Body in Ancient Greek Theatre and Art, 440-320 BCE*. Oxford: Oxford University Press, 2022.

RENGAKOS, Antonios. Aethiopsis. In: FANTUZZI, Marco; TSAGALIS, Christos (eds.) *The Greek epic cycle and its ancient reception. A companion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 306-17.

ROBERTSON, Martin *et al.* Papers on The Amasis Painter and his world. Colloquium sponsored by the Getty Center for the History of Art and the Humanities and Symposium sponsored by The J. Paul Getty Museum. Malibu: The J. Paul Getty Museum, 1987.

ROMAN, Luke; ROMAN, Monica. *Encyclopedia of Greek and Roman Mythology*. New York: Infobase Publishing, 2010.

RUTTER, Keith. *Word And Image In Ancient Greece*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2020.

SCHEIJNEN, Tine. *Quintus of Smyrna's Posthomerica. A study of heroic characterization and heroism*. Leiden; Boston: Brill, 2018.

SCHMITT, R. Iranische Personennamen in der griechischen Literatur vor Alexander dem Großen. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2011.

SNOWDEN, Frank M. *Blacks in Antiquity*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1970.

SNOWDEN JR., Frank M. Bernal's "Blacks" and the Afrocentrists. In: LEFKOWITZ, Mary R.; ROGERS, Guy M. (eds.) *Black Athena Revisited*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1996, p. 112-28.

SPARKES, Brian A. *Greek Pottery: An Introduction*. Manchester: Manchester University Press, 1991.

STANSBURY-O'DONNELL, Mark. *Looking at Greek art*. New York: Cambridge University Press, 2011.

SVENBRO, Jesper. J'écris, donc je m'efface. L'énonciation dans les premières inscriptions grecques. In: DETIENNE, Marcel (dir.) *Les savoirs de l'écriture en Grèce Ancienne: Nouvelle édition identique à celle de 1988*. Villeneuve d'Ascq : Presses universitaires du Septentrion, 2010, p. 459-479.

TAVERNIER, Jan. *Iranica in the Achaemenid Period (ca. 550–330 B.C.)*. Lexicon of Old Iranian Proper Names and Loanwords, Attested in Non-Iranian Texts. Leuven: Peeters, 2007.

TRUNDLE, Matthew. *Greek mercenaries from the late archaic period to Alexander*. London: Routledge, 2004.

TUPLIN, Christopher J. Aršāma: Prince and Satrap. In: TUPLIN, Christopher J.; MA, Joohn (eds.) *Aršāma and His World: The Bodleian Letters in Context Volume III: Aršāma's World, v. 3*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 3-72.

VAN ROOKHUIJZEN, Jan Z. *Herodotus and the topography of Xerxes' invasion: Place and memory in Greece and Anatolia*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2018.

VASUNIA, Phiroze. *The Gift of the Nile: Hellenizing Egypt from Aeschylus to Alexander*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2001.

VERCOUTTER, Jean; BUGNER, Ladislav. *Image of the Black in Western Art: From the Pharaohs to the Fall of the Roman Empire*. New York: William Morrow, 1976. V.1.

VLASSOPOULOS, Kostas. Beyond and Below the Polis: Networks, Associations, and the Writing of Greek History. *Mediterranean Historical Review*, v. 22, p. 11-22, 2007.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Greeks and Barbarians*. New York: Cambridge University Press, 2013.

VON BOTHMER, Dietrich. *The Amasis Painter and His World Vase-painting in Sixth-century B.C. Athens*. Malibu: J. Paul Getty Museum; Thames & Hudson Ltd, 1985.

WOOLF, Greg (2014) Isis and the evolution of religions. In: BRICAULT, Laurent (ed.) Power, Politics and the Cults of Isis. *Proceedings of the Vth International Conference of Isis Studies*, Boulogne-sur-Mer, October 13-15, 2011, p. 62-92.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Gilberto da Silva Francisco: Doutor. Professor Adjunto, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Estrada do Caminho Velho 333, CEP 07252-312, Jardim Nova Cidade, Guarulhos, SP, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.



LICENÇA DE USO

© Gilberto da Silva Francisco. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 5 de outubro de 2024

Aprovado em: 16 de dezembro de 2024

Como citar: FRANCISCO, Gilberto da S. Amasis – o artesão ático, o faraó saíta e o guerreiro etíope: um debate sobre etnicidade no mundo grego antigo *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 558-582, 2024.



O FILO-HELENISMO DA BILDUNG ALEMÃ E A INVENÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA COMO “BERÇO DO OCIDENTE”

The Philo-Hellenism of the German Bildung and the Invention of Ancient Greece as
The “Cradle of the West”

Dominique Vieira Coelho dos Santos^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0265-2921>

E-mail: dvcsantos@furb.br

Graziela Vansuita^a

E-mail: graelav@furb.br

^a Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Departamento de História e Geografia, Blumenau, SC, Brasil/Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil.

^a Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Departamento de História e Geografia, Blumenau, SC, Brasil.

RESUMO

Partindo de uma revisão historiográfica com ênfase na história dos conceitos, o objetivo do artigo é explorar a construção histórica da concepção de que a Grécia Antiga se constitui como precursora da "cultura ocidental". Para tanto, perpassa-se alguns processos históricos fundamentais para a consolidação de tal ideia, como o filo-helenismo e os estudos da antiguidade grega impulsionados por Johann Joachim Winckelmann no mundo de língua alemã; o desenvolvimento do romantismo alemão, entrelaçado à formulação de uma identidade cultural germânica frente às invasões napoleônicas à Prússia, que se apoiou sobre a idealização da cultura grega; a reforma do sistema educacional prussiano promovida por Wilhelm von Humboldt, fundamentada em uma concepção humanista que valorizava especialmente os estudos helênicos; o desenvolvimento da linguística histórico-comparativa; a ampliação dos estudos sobre as línguas indo-europeias; e o modelo ariano de interpretação da Grécia Antiga. Como resultado, compreendemos que a grande valorização atribuída à antiguidade grega foi concebida em língua alemã por volta do período do romantismo alemão e do surgimento da Universidade de Berlim, em 1810, mas a ideia foi ampliada para outros lugares da Europa e, não só a Grécia Antiga, mas a História Antiga no geral, passou a ser utilizada como sustentáculo da ideia de "cultura ocidental", que teria origem nessa suposta herança cultural grega.

PALAVRAS-CHAVES

Filo-helenismo. Grécia Antiga. Ocidente.

ABSTRACT

Using critical-comprehensive-hermeneutic and conceptual history as a methodological tools, the aim of the article is to explore the historical construction of the conception that Ancient Greece was the forerunner of "western civilization". To do so, we go through some fundamental historical processes for the consolidation of such an idea, such as philo-Hellenism and the studies of Greek antiquity promoted by Johann Joachim Winckelmann in the German-speaking world; the development of German romanticism and its relationship with the need to formulate a Germanic cultural identity in the face of the Napoleonic invasions of Prussia, which was based on the idealization of Greek culture; the reform of the Prussian educational system promoted by Wilhelm von Humboldt, based on a humanist conception that especially valued Hellenic studies; and the development of comparative historical linguistics and the 'discovery' of the Indo-European language family. As a result, we understand that if we want to advance a decolonial critique of Ancient History and our historiographic literacy on the issue, it is first necessary to think more carefully about these ideas. It was possible to conclude, then, that the importance we attribute to Ancient Greece was conceived in the German language around the period of the emergence of the University of Berlin, in 1810, considering the historical processes we have listed, however the idea was extended to other places in Europe and not only Ancient Greece, but Ancient History in general, came to be used as a support for the idea of "Western civilization", which would have its origin in this supposed 'Greek cultural heritage'.

KEYWORDS

Philo-Hellenism. Ancient Greece. West.



Uma das acepções do conceito de Ocidente diz respeito à divisão geofísica do globo terrestre em Ocidente e Oriente, a qual é demarcada pelo Meridiano de Greenwich. Trata-se, porém, de um conceito complexo, não necessariamente utilizado em referência à porção oeste do globo, mas como indicador de uma classificação sociocultural do mundo, a partir da qual nações são definidas como ocidentais ou não-ocidentais.

Embora não haja um consenso sobre quais nações compõem o "Ocidente", primariamente o conceito é mobilizado para indicar a parte oeste do continente europeu – cujos representantes máximos seriam os ingleses, franceses, alemães – e os Estados Unidos, que após se tornarem a maior potência político-econômica global passaram a ser vistos como uma espécie de continuadores do "legado civilizacional" europeu. Desse modo, as nações tomadas como "ocidentais" seriam aquelas localizadas na porção oeste da Europa e aquelas concebidas como portadoras da cultura dessa região, incluindo, em alguns casos, ex-colônias europeias.

A depender da perspectiva teórica, países latino-americanos e demais vítimas dos processos de colonização são admitidos a integrar o Ocidente, mas frequentemente não o são, pela razão de serem considerados por demais miscigenados com povos "não-ocidentais", ou seja, não europeus. Ainda assim, parcela significativa da população brasileira identifica-se como parte da suposta "civilização ocidental", julgando que os colonizadores europeus teriam trazido para o atual território brasileiro um legado histórico-cultural "ocidental" que teria suplantado e predominado sobre as culturas originárias e afrodescendentes do Brasil.

O legado ocidental ao qual nos referimos é, sobretudo, compreendido como fruto da "assimilação" pela Europa Ocidental da chamada cultura greco-romana e do cristianismo, sendo os gregos fixados como os precursores do "Ocidente" – aqueles que teriam fundamentado as bases políticas, artísticas, educacionais, filosóficas e científicas sobre as quais se ergueria a cultura ocidental (Hall, 2001). Nesse sentido, podemos compreender "Ocidente" a partir do que Norberto Luís Guarinello (2010) denominou como "formas da História". Assim, não se trata de um conceito exclusivamente geográfico ou apenas geopolítico, como muitas vezes costuma aparecer, mas que tem também camadas econômicas, filosóficas, culturais, religiosas, narrativas, dentre outras.

Como alguns autores têm explicado recentemente, na Universidade de Chicago a disciplina de "cultura ocidental" foi extinta e, na de Stanford, também nos Estados Unidos, a necessidade de estudar Grécia ou Roma se tornou algo que precisa ser cada vez mais socialmente justificável. Na Inglaterra, a compreensão de que a Britânia era um local diverso na época em que era uma colônia romana tem gerado constantes debates, como os que vimos entre Mary Beard e seus detratores de extrema-direita. O fato do ex primeiro-ministro inglês aparecer na BBC recitando fragmentos da *Ilíada* em grego mostra a relação que a ideia de clássicos e a britanicidade possui no Reino Unido, como tem sido apontado pela historiografia (Santos, 2023). É o que tem afirmado também Dan-el Padilla Peralta, para quem os estudos clássicos têm sido instrumento da branquitude e de sua dominação, já que nenhuma outra disciplina existente na academia tem exercido um papel melhor do que o estudo das culturas gregas e romanas para impedir a participação de pessoas negras nas universidades dos Estados Unidos (Poser, 2021). Foi por conta do debate sobre essas questões, todavia, objetivando defender essa tal "cultura ocidental", sua suposta superioridade e relevância, que Victor Davis Hanson e John Heath escreveram perguntando ironicamente "quem matou Homero?", enquanto Hanson, em particular, esteve interessado em explicar o porquê o Ocidente venceu, o mesmo autor que escreveu *The Case for Trump* (Hanson, 2002, 2019). Ou seja, se há um "Ocidente", pelo menos

enquanto ideia, ainda que uma fantasmagoria cada vez mais opaca, ele parece ter sido gestado à luz do Evangelho de Homero, conforme o debate de Rafael Silva (2022).

A ideia de que a antiguidade greco-romana fosse, então, uma espécie de "berço" deste "Ocidente", por ser o lugar de nascimento de características consideradas importantes para uma suposta "civilização ocidental", o que funcionaria como impulsionadora das histórias gerais, mundiais, da civilização ou mesmo das histórias universais mais contemporâneas, nada mais seria do que aquilo que a historiografia recente, acertadamente, tem denominado como "eurocentrismo morfológico" (Morales; Silva, 2020).

O interessante é que foi o próprio historicismo alemão que, garantidor do olhar para a univocidade de cada história, permitiu os primeiros passos em direção à provincialização da Europa enquanto figura imaginada (Chakrabarty, 2000). Afinal, como Stefan Rebenich ressalta, Boeckh e Droysen continuaram o caminho de Heyne, Wolf e Humboldt, e colaboraram para que a idealização da Grécia se tornasse uma parte permanente do nacionalismo alemão, algo que já foi denominado como 'tirania da Grécia sobre a Alemanha', mas, ao fim, o que descobriram foi o fato de que o mundo antigo era somente uma época entre outras (Rebenich, 2011, p. 128; 136). Ou seja, trata-se do "caminho imanente" sugerido pela grega Alexandra Lianeri, segundo quem, diante da impossibilidade de metanarrativas, por não haver uma linguagem homogênea que conseguisse explicar a história de toda a Europa, seria impossível a ideia de "Ocidente" e "Europa" ligados a uma gênese fundacional greco-romana. Tanto a Grécia quanto Roma não são origem de nada e muito menos protótipo da história humana (Lianeri, 2011).

Diante disso, busca-se apresentar um panorama de como foi construída a noção teleológica de uma "cultura ocidental" gestada na Antiguidade, principalmente a helênica, percorrendo temas como o romantismo alemão, a reforma educacional prussiana promovida por Wilhelm von Humboldt, a criação da Universidade de Berlim, o desenvolvimento dos estudos da família linguística indo-europeia e o modelo ariano de interpretação da Grécia Antiga, conforme denominou Martin Bernal (2005), analisando as inconsistências dessa narrativa de modo a contribuir para o rompimento da ideia de superioridade do "Ocidente", um constructo propagandístico e ideológico que a Europa concebeu para narrar sua própria história e que precisa, portanto, ser problematizado.

OS ESTUDOS CLÁSSICOS E A EMERGÊNCIA DA GRÉCIA ANTIGA EM SOLO GERMÂNICO

O estudo da Antiguidade, aqui especificamente os passados grego e romano, existe desde a própria Antiguidade. Os antigos gregos e romanos já realizavam tal prática, que nunca cessou, mas, ao contrário, apesar de algumas rupturas e dissonâncias, características comuns aos processos históricos no geral, desenvolveu-se em um *continuum*, como sugere Eleftheria Pappa (2020). Isso significa que, embora ainda se perpetue no imaginário social a visão de que o período medieval constituiu um tempo de decadência intelectual e de abandono dos estudos clássicos, a historiografia contemporânea especializada no período contesta a tese da "recuperação dos antigos" apenas pelos "renascentistas", pois os sujeitos "medievais" nunca deixaram de estudar os antigos.

A visão acerca do medievo como uma "idade das trevas" é tributária principalmente do Renascimento, tradicionalmente descrito como um movimento de "redescobrimto" da cultura clássica iniciado pelos humanistas italianos dos séculos XIV e XV e posteriormente difundido para outras partes da Europa. Ocorre que o Renascimento, assim como a ideia de "Ocidente", também é uma concepção um tanto quanto propagandística, desenvolvida

pelos próprios humanistas com o propósito de promover uma imagem de recuperadores do “brilhantismo” dos antigos, que estariam esquecidos nas gavetas do passado (Queiroz, 1995). Assim, o conceito de renascimento está ligado à ideia de recuperação da cultura clássica. O problema é que se adotarmos tal perspectiva, ou seja, que “recuperar a cultura antiga”, “fazê-la renascer” torna alguém ou algum grupo um “renascentista”, seria possível compreender que ocorreram diversos renascimentos ao longo da História, não apenas um, já que, como defendemos, desde a própria Antiguidade e passando por todo o período considerado Medieval, diversos grupos e indivíduos recorreram à Antiguidade, ressignificando-a para criar orientação e sentido em suas próprias épocas. Alguns exemplos seriam o “renascimento alfrediano”, o “renascimento carolíngio”, o “renascimento otônida”, o “renascimento abássida” e assim por diante (Queiroz, 1995).

O estudo dos clássicos, portanto, nunca foi abandonado durante o período medieval. O que houve, de fato, foi uma maior circulação de manuscritos antigos pela Europa, especialmente a partir de 1453 – ano da tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos –, quando estes passaram a comercializar tais materiais com a Europa e muitos filólogos gregos se exilaram na Itália (Kuhlmann; Schneider, 2014).

Mas, apesar do permanente estudo da Antiguidade, até o século XVIII o foco principal dos estudos clássicos era a antiguidade romana e o latim (Kuhlmann; Schneider, 2014). Os pensadores europeus modernos e do medievo se viam muito mais como sucessores de um legado de Roma do que da Hélade, tanto que Stefan Rebenich (2011) afirma que a *Querelle des Anciens et des Modernes*, na França do século XVII – compreendida como uma disputa pela superioridade dos autores antigos sobre os modernos ou dos modernos sobre os antigos –, transmitiu uma imagem amplamente romano-cêntrica da Antiguidade. O enfoque passou a ser transferido para os gregos somente a partir da segunda metade do Setecentos, no mundo de língua alemã, suscitando um sentimento de admiração e idealização da cultura helênica por autores germânicos, o que podemos denominar de filo-helenismo alemão (Kuhlmann; Schneider, 2014).

Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), nascido em Stendal, atual Alemanha, costuma ser apontado como o precursor do filo-helenismo alemão, além de ser-lhe comumente atribuído o título de fundador da História da Arte. O intelectual dedicou-se, sobretudo, ao estudo da arte grega, tendo publicado livros que bem evidenciam o teor de seu trabalho, como *Gedanken über die Nachahmung der griechischen Werke in der Malerei und Bildhauerkunst* (Reflexões sobre a imitação de obras gregas na pintura e na escultura), de 1755, e *Geschichte der Kunst des Alterthums* (História da Arte Antiga), de 1764. Conforme a historiografia tem destacado, Winckelmann pode ser visto “como o desbravador da grecidade para o pensamento alemão e, extrapolando a Alemanha, como o afirmador do conceito de clássico voltado para a arte e cultura gregas e não mais, como ocorrera até então, firmado sobre Roma” [...] (Rodrigues, 2007, p. 99).

De tal modo, em solo germânico, Winckelmann teve o papel de centrar o olhar dos estudos clássicos sobre os gregos e de cultivar uma profunda admiração pela Hélade. O historiador via o homem grego como o ideal a ser seguido pela humanidade, considerando que a beleza das artes só seria possível se assentada sobre o ideal de beleza destes (Guimarães, 2018).

O ROMANTISMO ALEMÃO

A nostalgia pela Grécia impulsionada por Winckelmann repercutiria, na virada do século XVIII para o século XIX, em um movimento artístico e filosófico que está no cerne da construção da identidade nacional germânica, o romantismo alemão. Esse movimento

pode ser caracterizado por certa recusa ao racionalismo iluminista (à crença de que a humanidade poderia atingir o progresso universal por meio da razão) e ao regramento estilístico do classicismo, que previa o cumprimento de normas e preceitos específicos para o fazer artístico, calcado no modelo antigo (Rosenfeld; Guinsburg, 1985), embora a antipatia em relação à tradição clássica não dissesse respeito a valorização do referencial estético clássico (que foi um dos pilares do movimento romântico), mas à valorização de elementos considerados limitadores à liberdade e imaginação artísticas, pois enquanto o classicismo prezava por equilíbrio, ordem, harmonia, objetividade, proporção, serenidade e disciplina, os românticos exaltavam: o sentimentalismo, a individualidade, particularidade (aquilo que é particular de um indivíduo para outro, de uma nação para outra), a inspiração, espontaneidade (como expressão da alma do artista), o passado como tempo de unidade harmônica e a natureza como um organismo vivo (Rosenfeld; Guinsburg, 1985).

Alguns dos expoentes do romantismo de matriz germânica foram Johann Wolfgang von Goethe, Friedrich Schiller, Georg Philipp Friedrich Freiherr von Hardenberg (Novalis), Gotthold Ephraim Lessing, Johann Gottlieb Fichte, August Wilhelm Schlegel, Friedrich Schlegel, Ludwig Tieck e Johann Gottfried von Herder, que podem ser entendidos como continuadores do projeto de arte germânica iniciado por Winckelmann, marcado pela valorização do exemplo antigo – embora, cabe mencionar, o que se “advogava não era a cópia das obras de arte gregas, mas a reprodução do procedimento dos antigos para apresentar a beleza” (Guimarães, 2018, p. 77). Tamanha era a apreciação dos gregos antigos, que August Schlegel considerou que “na arte e poesia gregas manifesta-se a unidade original inconsciente de forma e conteúdo” (Rosenfeld; Guinsburg, 1985, p. 273).

Historicamente, o movimento romântico surgiu em um contexto de oposição à Revolução Francesa e ao Iluminismo, quando a França avançava pela Europa Ocidental com seus ideais revolucionários. Conforme aponta Nicolau Netto (2014), de início, a Revolução foi abraçada pelos intelectuais alemães, mas à medida que avançava sobre os territórios germânicos, estes passaram a condená-la e a se afastar de seus antigos mestres do Iluminismo, criando um profundo sentimento antifrancês. O momento mais crítico dessa tensão foi a invasão dos exércitos napoleônicos à Alemanha em 1806, resultando em uma ocupação que findou em 1815. Tais circunstâncias políticas despertaram o anseio pela afirmação de uma consciência nacional germânica que opusesse e distinguisse os alemães dos franceses, impulsionando o nacionalismo cultural alemão, do qual o romantismo foi um grande propulsor.

Logo, podemos dizer que houve uma reação crítica em língua alemã à Revolução Francesa. Ainda assim, é possível considerar que as formulações filosóficas e historiográficas de língua alemã partiram de questionamentos projetados em língua francesa, assim como os de língua inglesa, mas com uma forte problematização e até mesmo rejeição a eles, embora isso não tenha ocorrido desde o início nem tenha sido inteiramente realizável na prática, por mais que tenha sido um objetivo teórico. Ou seja, Ulrich Muhlack está correto em afirmar que “de fato, ao invés de Iluminismo e Historicismo, seria mais apropriado se referir aos processos de racionalização e historicização” (Muhlack, 2013, p. 249), não apenas porque esses termos foram cunhados posteriormente, já que inexistiam no período abordado, mas também porque “não ocorreram em um *vacuum*, mas em uma situação histórica particular” (Muhlack, 2013, p. 297). Com isso, essas reações alemãs também apresentariam continuidades com os temas desenvolvidos na França, não apenas rupturas. Apesar disso, mesmo onde aparentemente há uma continuidade, a leitura alemã optou por um viés cultural, e não político. De tal forma, como reconhece o próprio Muhlack, o historicismo, por exemplo, teria se originado a partir de “intelectuais que mantiveram certa distância do estado e da política e tinham uma tendência a abordar os problemas políticos como problemas culturais” (Muhlack, 2013, p. 298). Por isso, o

nacionalismo é um tema central para o romantismo alemão e, apesar do diálogo crítico com os ideais franceses, há uma tentativa tanto de sua completa superação – ainda que isso não se concretize na prática – quanto da consolidação de uma estética filosófica mais cultural (ligada à *bildung*) do que política, nos sentidos atrelados à Revolução francesa.

O nacionalismo pode ser compreendido como "a crença de que a nação é o princípio central da organização política" (Heywood, 2010, p. 149), sendo a nação um conjunto de pessoas unidas por elementos culturais em comum, como língua, história, valores e tradições (Heywood, 2010). Entretanto, ao tratar do nacionalismo alemão entre o final século XVIII e a primeira metade do século XIX, há uma especificidade quanto à categoria política, pois antes de 1871, ano em que ocorre a denominada Unificação Alemã, a Alemanha ainda não existia como Estado-nação, mas consistia em diversos reinos e principados com alguma identificação cultural entre si, dentre os quais o mais influente era o reino da Prússia. Logo, o nacionalismo que se desenvolveu no período não visava à unificação das unidades políticas em torno de um único Estado, e sim à afirmação da nação germânica como uma cultura única, original, independentemente de sua situação jurídico-territorial (Oliveira, 2022). Em vista disso, denomina-se o fenômeno que ocorreu em terras germânicas de nacionalismo cultural.

A estima pela concepção de individualidade no romantismo, em detrimento das ideias universalistas do iluminismo, relaciona-se à emergência do conceito de nação como uma entidade que distingue a humanidade em diferentes grupos de acordo com suas especificidades – noção que foi fundamental para a percepção da singularidade do povo alemão – e à emergência do historicismo, que gradativamente se afasta das ideias teleológicas de história universal, de modo a enfatizar que cada nação vivencia experiências históricas distintas que lhe conferem suas particularidades (Oliveira, 2022).

Essa movimentação conduziu à afirmação de elementos culturais próprios da nação germânica, a começar pela língua. Considerando que a nação é uma espécie de comunidade imaginada, como no sentido proposto por Benedict Anderson (2008), e que "nação" e "nacionalismo" são constructos que andam de mãos dadas, como apontou Eric Hobsbawm (2012), sabemos que a consolidação da identidade cultural de um povo requer a identificação com um passado coletivo comum. Assim, os germânicos também procuraram conformar uma narrativa sobre seu passado que lhes fosse própria e que lhes conferisse singularidade em relação às demais nações. Esse foi o projeto histórico, filosófico, cultural e estético desenvolvido nas universidades alemãs, primeiro em Göttingen, que desempenhou papel fundamental no fomento do romantismo alemão, mas, sobretudo na Universidade de Berlim (Muhlack, 2013). Como o legado cultural e material de Roma já fora pleiteado e apropriado pela França e pela Itália e o Sacro Império Romano-Germânico fora dissolvido pela ocupação de Napoleão à Prússia, os alemães, especialmente os artistas românticos, definiram que sua herança cultural era a grega (Hering, 2006). Dessa forma, percorreram o caminho de retorno à Grécia proposto por Winckelmann, que seria capaz de fornecer o alicerce para a construção da nação germânica (Guimarães, 2018). Por conseguinte, uma onda de aversão a tudo que dizia respeito à França e, conseqüentemente, à Roma, se espalhava, e logo a cultura romana foi desqualificada como imitativa e os gregos tomados como os gênios originais, os quais teriam sido subjugados e imitados por Roma (Kuhlmann; Schneider, 2014).

Sendo assim, o romantismo alemão se insere como movimento artístico de afirmação de uma arte própria à Alemanha, assentada sobre o ideal clássico helênico, que se relaciona com o delineamento de uma identidade germânica também própria. Isto posto, é interessante lembrar o título do livro escrito por Eliza Marian Butler, em 1935: *The Tyranny of Greece Over Germany: A Study of the Influence Exercised by Greek Art and Poetry Over the Great German Writers of the Eighteenth, Nineteenth and Twentieth*

Centuries (A Tirania da Grécia Sobre a Alemanha: Um Estudo da Influência Exercida pela Arte e Poesia Gregas Sobre os Grandes Escritores Alemães dos Séculos XVIII, XIX e XX), o qual sugere que a idealização da Grécia Antiga era tamanha que se tornou uma espécie de opressão sobre os intelectuais alemães.

WILHELM VON HUMBOLDT E A REFORMA EDUCACIONAL

Além dos artistas românticos, outro nome de destaque em meio ao romantismo e ao discurso cultural-nacionalista é Wilhelm von Humboldt, filósofo, linguista, historiador e diplomata prussiano nascido em 1767.

Humboldt foi um importante funcionário de Estado e ocupou diversos cargos políticos ao longo de sua vida, dentre os quais o de chefe do Departamento de Educação Pública e Assuntos Culturais do Ministério do Interior da Prússia, entre 1809 e 1810. Nesse posto, foi responsável pela reforma do sistema educacional prussiano – concebido conforme os ideais românticos – e pela criação, juntamente com seu irmão, Alexander von Humboldt, da Universidade de Berlim (atualmente, Universidade Humboldt de Berlim, em homenagem aos seus fundadores), cujo primeiro reitor foi o já mencionado Johann Gottlieb Fichte, fato este que expressa sua proximidade com o movimento romântico.

O programa educacional proposto por Humboldt fundamentava-se em uma concepção humanista que valorizava, sobretudo, a antiguidade clássica grega, a filologia e o estudo de línguas (Hering, 2006), em articulação com a ideia de *bildung*, um conceito alemão que não tem tradução exata, mas, a depender do contexto, pode significar educação, desenvolvimento, cultura ou formação, denotando o desenvolvimento não apenas das faculdades inerentemente humanas, mas de potenciais individuais, que são únicos para cada pessoa, podendo, por isso, também significar autorrealização (Beiser, 2003). Nesse sentido, a antiguidade clássica, especialmente grega, desempenharia um papel crucial para a formação do povo alemão, isto é, da sua *bildung*.

A idealização da cultura helênica, bem como o uso da Grécia Antiga para fundamentar um programa educacional com vistas ao desenvolvimento das potencialidades da nação e do sentimento nacional germânico, muito se assentou também sobre as contribuições de Friedrich August Wolf, organizador da proposta de sistematização dos estudos clássicos sob a denominação de *Altertumswissenschaft* (Ciência da Antiguidade), crucial para a consolidação desse campo de estudos (Wilamowitz-Moellendorff, 2023).

Wilhelm von Humboldt argumentava que além dos gregos antigos representarem um ideal a ser seguido pelos alemães, ambos os povos dispunham de uma proximidade cultural que não poderia ser visualizada em outras nações, pois os alemães teriam sido os primeiros a compreenderem a educação grega em sua integralidade (Rebenich, 2011).

Tal discurso de proximidade cultural contribuiria para o delinear da ideia de que a Alemanha seria a sucessora legítima da antiga Hélade e a mais apta a reclamar seu legado, o que se relaciona diretamente com os eventos políticos que acometiam a Prússia. Humboldt compreendia que, embora a Alemanha tivesse sucumbido militarmente à França, estaria, em termos culturais, à frente daquela, pois, sendo a portadora do legado dos “originais gênios” da humanidade, constituiria uma nação cultural que, a exemplo de sua antecessora, poderia ser derrotada militarmente por “bárbaros subjugadores”, mas não poderia ser superada culturalmente por estes (Rebenich, 2011).

O DESENVOLVIMENTO DA LINGUÍSTICA HISTÓRICO-COMPARATIVA E O MODELO ARIANO DE CONCEBER A GRÉCIA ANTIGA

Ao longo do século XIX, a ideia perpetrada por intelectuais germânicos de que os verdadeiros criadores da cultura clássica seriam os gregos – e que Roma seria uma mera imitadora –, começou a ressoar em outros lugares, difundindo-se logo a concepção de que os europeus em geral seriam herdeiros da cultura helênica. Ocorre que até o momento discutido, em torno do primeiro romantismo alemão e da reforma educacional promovida por Humboldt, a noção de conexão entre gregos e alemães (ou europeus) era apenas cultural, mas com o advento da linguística histórico-comparativa começaram a surgir formulações teóricas de parentesco entre gregos antigos e europeus modernos, o que contribuiu para a consolidação da narrativa de que a Grécia seria o berço da “cultura ocidental” e daquilo que Martin Bernal (2002) denominou de modelo “ariano” de interpretação da Grécia Antiga.

A linguística histórico-comparativa é um ramo da linguística que se fundamenta na aplicação de um método de comparação de línguas que apresentam formas semelhantes, tendo se desenvolvido sobretudo a partir do século XIX, quando se intensificaram os estudos comparativos do sânscrito (língua das antigas escrituras religiosas indianas) com as línguas europeias, o que permitiu supor que as semelhanças linguísticas entre ambas representassem relações de parentesco entre seus falantes. Essa vertente recebeu grandes contribuições do linguista alemão Franz Bopp, entretanto, o estudo comparativo dessas línguas já era desenvolvido pelo menos desde o século XVI por missionários ou mercadores que passavam pela Índia, os quais identificaram semelhanças entre o sânscrito e outras línguas, principalmente o latim (Rocher, 2000).

Esses estudos, contudo, se fortalecem especialmente a partir do imperialismo britânico na Índia, momento em que ganha destaque o nome de William Jones. Poeta, jurista, e classicista inglês, Jones fora nomeado, em 1783, juiz do Supremo Tribunal de Bengala. Na época, já conhecia o árabe, hebraico e persa (Said, 2007), mas, a partir de seu novo posto profissional, passou a estudar a língua sânscrita, o que o levou a identificar similaridades entre esta, o grego e o latim (além do persa), e a concluir que as três teriam origem em uma língua ancestral comum (Poliakov, 1974). Em 1788, divulgou esta hipótese por meio de um discurso na Sociedade Asiática de Bengala, o qual costuma ser apontado como marco dos estudos sobre as línguas indo-europeias – termo cunhado em 1816 por Thomas Young para designar a ascendência comum das línguas europeias e indianas:

A língua sânscrita, qualquer que seja sua antiguidade, é de uma estrutura maravilhosa; mais perfeita que o grego; mais abundante do que o latim, e mais requintadamente refinada do que qualquer uma delas, mas tendo com ambas uma afinidade mais forte, tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas da gramática, do que poderia ter sido produzido por acidente; tão forte, de fato, que nenhum filósofo poderia examiná-las todas as três sem acreditar que elas surgiram de alguma fonte comum que, talvez, não exista mais: há uma razão semelhante, embora não tão forte, para supor que tanto o gótico quanto o celta, embora misturados com um idioma muito diferente, tiveram a mesma origem com o sânscrito (Poliakov, 1974, p. 190).

Poliakov (1974) aponta que Friedrich Schlegel foi um dos primeiros a estudar detalhadamente a estrutura do sânscrito em comparação com o latim e foi o responsável por introduzir o termo *ariano* nos estudos linguísticos como sinônimo de *indo-europeu*. A palavra provém do sânscrito *arya* ou do persa *ariya*, cujo sentido seria *nobre* – por isso, o

termo *ariano* já era conhecido e utilizado por autores europeus para designar os persas e os medos (Poliakov, 1974). A partir de Schlegel, contudo, as línguas indo-europeias também passaram a ser referidas como línguas arianas, bem como os falantes de tais línguas poderiam ser chamados de arianos. Os autores alemães, entretanto, preferiam utilizar o termo *indo-germânico*, que fora cunhado por Julius von Klaproth, em 1823 (Poliakov, 1974).

A constatação de similaridade entre línguas europeias e asiáticas permitiu supor que em um passado remoto haveria um povo ancestral falante de uma língua protoindo-europeia, o qual teria se espalhado por diversas áreas da Europa e da Ásia, resultando em diferentes povos com línguas aparentadas, ou seja, as línguas indo-europeias.

Ocorre que, a ideia de os europeus partilharem uma origem étnica comum com povos do Oriente, de forma geral, não encontrou boa receptividade na Europa, principalmente entre os britânicos, que ocupavam a Índia. Nesse contexto, começaram a ser formuladas teses de que o suposto povo original falante de uma língua protoindo-europeia teria surgido no continente europeu e depois se espalhado pela Ásia – onde teria se mesclado com os habitantes locais –, e seria essencialmente branco, caucasiano (Bernal, 2002). Assim, gradativamente o termo ariano passou a ser associado a um grupo humano de cor branca, que, por esse motivo, estaria mais próximo dos europeus modernos do que de outros grupos étnicos asiáticos. Essa ideia, levada ao extremo, seria posteriormente um dos pilares das teorias raciais nazistas e do projeto eugenista de cultivo de uma “raça” “pura” ariana. Não por acaso Adolf Hitler disse em um de seus discursos que “quando nos perguntarem sobre nossos ancestrais, sempre devemos apontar para os gregos” (Hitler et al., 2000, p. 225).

Em articulação com essa mobilização para compreender as línguas indo-europeias, Bernal (2002) chama a atenção para o desenvolvimento de um modelo interpretativo sobre a Grécia Antiga que ele denomina de modelo ariano, em contraposição ao modelo antigo, que, segundo o historiador, havia predominado até o século XVIII. Para Bernal, em grande parte, essa transição pôde se formalizar em meio acadêmico devido aos esforços de Karl Otfried Müller (1797-1840), filólogo e historiador germânico que muito contribuiu para a estruturação da narrativa da Grécia Antiga como um berço do “Ocidente” e da autonomia cultural dos gregos em relação a outros povos, enfatizando uma origem indo-europeia (Bernal, 2002).

O modelo ariano compreende que a cultura grega teria se desenvolvido apenas a partir da chegada aos territórios helênicos de povos caucasianos oriundos do Norte, falantes de uma língua indo-europeia, que teriam suplantado os antigos habitantes de origem semita. Nesse modelo, que teria ganho maior propulsão a partir das décadas de 1830 e 1840 (Bernal, 2005), os invasores do Norte (geralmente apontados como os dórios) foram tidos como os verdadeiros responsáveis pelo brilhantismo da cultura grega clássica, enquanto o modelo antigo admitia intercâmbios étnicos e culturais entre gregos e não-gregos, dos quais, atualmente, há muitas evidências arqueológicas e textuais.

Embora não seja o intento trazer aqui uma abordagem sobre as principais discussões em torno dos estudos sobre as línguas indo-europeias na atualidade, convém mencionar que a existência de um suposto povo protoindo-europeu é incerta, da mesma forma que não são consensuais as hipóteses sobre seu local de “origem”, nem mesmo suas características fenotípicas e genotípicas. Além disso, a semelhança entre línguas não indica necessariamente parentesco genético entre seus falantes.

O modelo ariano, portanto, configurou uma tentativa de consolidação do ideal de uma “raça branca” e de negação de influências estrangeiras – orientais e africanas – sobre a cultura grega clássica, constituindo uma forma de legitimação do imperialismo e do discurso civilizatório, considerando que as potências europeias, a fim de justificar suas

ações imperialistas, produziam afirmações de que, como representantes de uma “civilização” superior, estariam levando o progresso aos territórios invadidos. E corroborando essa visão, estava a narrativa de que os europeus seriam herdeiros – genética e culturalmente – dos antigos gregos, um povo indo-europeu, caucasiano, motivador único de sua própria grandiosidade. Assim, assentava-se a ideia de uma cultura ocidental, em contraposição à ideia de cultura oriental (Said, 2007), à medida que admitir trocas culturais entre Grécia, Oriente e África seria admitir que povos não-europeus e não-brancos fossem capazes de civilidade e que, inclusive, teriam contribuído à magnificência das realizações gregas. Desse modo, para elaborar o constructo que nos habituamos a denominar de “Ocidente”, a Grécia foi lançada ao posto de impulso criativo e “berço civilizacional”. Ao invés de ser vista pelo que de fato foi, uma periferia do Império Persa, que, por sua vez, era uma periferia dos mundos sino-arianos, passou a adquirir uma centralidade inquestionável, fundamentando a História da Europa e do mundo, quando percebido a partir de uma perspectiva eurocêntrica (Morales; Silva, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível depreender que a concepção de que a Grécia Antiga constitui o ponto de origem da “cultura ocidental”, desenvolvida a partir de uma série de processos históricos, está imbuída de diversos problemas e contradições, começando pela ideia de Ocidente, que, conforme observou Edward Said (2007), só existe em contraposição à ideia de Oriente, e pela noção de que as nações ocidentais seriam herdeiras da Hélade – de um ponto de vista tanto cultural quanto étnico –, na qual está implícita a omissão de conexões interétnicas e interculturais entre gregos e não-gregos e o entendimento, de fundo racista, de que os antigos gregos seriam essencialmente um povo indo-europeu (de origem caucasiana).

A ideia de Ocidente como fruto da antiguidade grega teve contribuição significativa dos intelectuais alemães dos séculos XVIII e XIX, os quais, sob a circunstância de invasão dos territórios germânicos pela França napoleônica, procuraram uma diferenciação dos franceses a partir da construção de uma identidade cultural própria, forjada sob a idealização do passado grego e em oposição ao passado romano, que já havia sido apropriado pelos franceses. Produziram, de tal modo, a narrativa de que os gregos teriam sido os verdadeiros protagonistas da Antiguidade, enquanto os romanos teriam sido meros copiadores. Logo, a ideia chamou a atenção de outras nações, que entraram na disputa pelo legado cultural helênico.

Com o desenvolvimento da linguística histórico-comparativa e dos estudos da família de línguas indo-europeias, além de uma reivindicação de herança cultural, foi reclamada a parentalidade entre gregos antigos e europeus modernos, delineando-se, assim, o modelo ariano de interpretação da Grécia (Bernal, 2005).

Tendo em vista que essas noções são construções narrativas, que podem ser compreendidas historicamente, e que se relacionam com a justificação de ações imperialistas e apresentam inconsistências teóricas – tal como a noção de Ocidente separado do Oriente – devemos empreender esforços para desconstruir tais ideias, que permeiam-se de visões eurocentradas. É preciso realizar o trabalho para provincializar a Europa, lendo a contrapelo as histórias que ela mesmo disseminou pelo mundo. Se conseguirmos efetuar uma leitura assim, que também pode adquirir camadas decoloniais, os estudos “clássicos”, as letras “clássicas” e até mesmo a História Antiga adquirirão novos sentidos e significados e talvez, dialogando com o que sugeriu Walter Benjamin em suas

teses, os mortos possam ter um pouco de paz, já que o inimigo não para de vencer (Benjamin, 1987).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BEISER, Frederick C. *The romantic imperative: the concept of early German romanticism*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre a literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin e tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). *Repensando o Mundo Antigo*. 2. ed. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. p. 13-31.

BERNAL, Martin. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*. Volume I: The Fabrication of Ancient Greece, 1785-1985. Londres: Vintage/Ebury, 2002.

BUTLER, Eliza M. *The Tyranny of Greece Over Germany: a study of the influence exercised by Greek art and poetry over the great German writers of the eighteenth, nineteenth and twentieth centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1935.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

GUARINELLO, N. L. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. *Politeia - História e Sociedade*, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3935>. Acesso em: 01 fev. 2024.

GUIMARÃES, Géssica G. A ideia do belo na tradição germânica: debates em torno do laocoonte. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 74-94, jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/53865>. Acesso em: 17 jul. 2023.

HALL, Jonathan M. Quem eram os gregos. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 11: 213-225, 2001.

HANSON, Victor D. *Por que o Ocidente venceu: massacre e cultura - da Grécia Antiga ao Vietnã*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

HANSON, Victor D. *The Case for Trump*. New York: Basic Books, 2019.

HERING, Fábio A. *Helenismo e imperialismo: a imaginação histórica britânica e a construção moderna da Grécia antiga*. 2006. 164 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação - História, Unicamp, Campinas, 2006.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo - volume 1*. São Paulo: Ática, 2010. 256 p.

CAMERON, Norman et al. *Hitler's Table Talk 1941-1944*. Discurso 113, Noite de 18 para 19 de Janeiro de 1942. New York: Enigma Books, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

KUHLMANN, Peter; SCHNEIDER, Helmuth. Classical studies from Petrarch to the 20th century. In: KUHLMANN, Peter; SCHNEIDER, Helmuth (eds.) *Brill's History of Classical Scholarship*. New Pauly. A Biographical Dictionary. Translated and edited by Duncan Smart and Chad M. Schoeder. Leiden – Boston, Brill, 2014. p. XVIII - XLVII.

LIANERI, Alexandra (org.) *The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MORALES, Fábio A.; SILVA, Uiran G. da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*, v. 40, p. 125-150, 2020.

MUHLACK, Ulrich. German enlightenment historiography and the rise of historicism. In: BOURGAULT, S.; SPARLING, R. *A Companion to Enlightenment Historiography*. Leiden/Boston: Brill, 2013.

NETTO, Michel N. O uso da cultura no Romantismo alemão. *Arquivos do CMD*, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 10-32, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/7542>. Acesso em: 22 maio 2023.

OLIVEIRA, Flávio dos S. Nação e unidade nacional nos pensamentos de Herder, Fichte e List. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 221-247, abr. 2022. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/779>. Acesso em: 01 fev. 2024.

PAPPA, Eleftheria. Tropicalismo in classics. Contemporary Brazilian approaches to the value of classical antiquity in research and education. *Journal of Critical Education Policy Studies*, v. 18, n. 2, p. 358-408, 2020.

POLIAKOV, Léon. *The Aryan myth: a history of racist and nationalist ideas in Europe*. Falmer: Sussex University Press, 1974.

POSER, Rachel. He wants to save Classics from Whiteness. Can the field survive? *The New York Times Magazine*, New York, 02 fev. 2021.

QUEIROZ, Tereza A. P. *O Renascimento*. São Paulo: Edusp, 1995.

REBENICH, Stefan. The making of a bourgeois antiquity: Wilhelm von Humboldt and Greek history. In: Lianeri, Alexandra (ed.). *The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 119-137.

ROCHER, Rosane. The Knowledge of Sanskrit in Europe until 1800. In: AUROUX, Sylvain (ed.). *History of the Language Sciences: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*. Berlin: Walter de Gruyter, 2000. V. 2.

RODRIGUES, Luzia G. Friedrich Nietzsche: "ideal clássico" e "ideal romântico" na tradição alemã. *Cadernos Nietzsche*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 93-126, 2007.

ROSENFELD, Anatol; GUINSBURG, Jacó. Romantismo e Classicismo. In: GUINSBURG, Jacó (org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

SANTOS, Dominique. Eurípedes Simões de Paula: pioneiro na formação da área de História Antiga no Brasil. In: MOERBECK, Guilherme; FRIZZO, Fábio (orgs.) *Pesquisadores da Antiguidade*. Serras: Editora Milfontes, 2023, p. 31-52.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Rafael G. T. da. *O Evangelho de Homero: por uma outra história dos estudos clássicos*. 2022. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, Ulrich von. *História da Filologia*. Araçoiaba da Serra: Mnêma, 2023.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Dominique Vieira Coelho dos Santos: Doutor. Professor de História Antiga e Medieval da FURB - Universidade Regional de Blumenau, SC, e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

Graziela Vansuíta: Graduanda. Bolsista de iniciação científica voluntária na FURB - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Departamento de História e Geografia, Blumenau, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Antônio da Veiga, nº 140, CEP 89030-903, Blumenau, SC, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído do projeto de pesquisa de iniciação científica voluntária “O letramento historiográfico como formação para uma Educação crítica global: a Antiguidade e a invenção da Modernidade”, apresentado à Universidade Regional de Blumenau, em 2023.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito, coleta de dados, análise de dados e discussão dos resultados: G. Vansuíta, D. V. C. dos Santos.

Revisão e aprovação: D. V. C. dos Santos.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.



DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Dominique Vieira Coelho dos Santos e Graziela Vansuíta. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 5 de outubro de 2024

Aprovado em: 16 de dezembro de 2024

Como citar: SANTOS, Dominique V. C. dos; VANSUÍTA, Graziela. O filo-helenismo da Bildung alemã e a invenção da Grécia Antiga como "berço do ocidente". *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 583-597, 2024.



LISTA ALFABÉTICA DE PARECERISTAS QUE COLABORARAM COM ESBOÇOS - HISTÓRIAS EM CONTEXTOS GLOBAIS IN 2024: VOLUME 31, NÚMEROS 56, 57 E 58

Alphabetical List of Reviewers Who Contributed to Esboços: Histories in Global
Contexts in 2024 – Volume 31, Numbers 56, 57, and 58

Jo Klanovicz^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5110-9028>

E-mail: jo@unicentro.br

^a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) do Paraná,
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Guarapuava, PR, Brasil

Alexandre de Almeida, Universidade Federal do ABC, São Paulo, SP, Brasil

André Felipe Candido da Silva, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Andrea Slemian, Universidade Federal de São Paulo, SP, Brasil

Carla Rodeghero, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
RJ, Brasil

Danielle Crepaldi Carvalho, Universidade de São Paulo, SP, Brasil

Dennison de Oliveira, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Eduardo Relly, Friedrich-Schiller Universität, Jena, Alemanha

Elaine Ribeiro da Silva dos santos, Universidade de São Paulo, SP, Brasil

Elenita Malta Pereira, Universidade Federal de Rondonópolis, MT, Brasil

Fabio Koifman, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Felipe Aguiar Damasceno, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, RJ, Brasil

Frederik Schulze, Westfälische Wilhelms Universität, Munster, Alemanha

Gizele Zanotto, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Brasil

Isis Molinari, Universidade Federal do Pará, PA, Brasil

José Pedro Paiva, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Joseph Ben Prestel, Freie Universität Berlin, Berlim, Alemanha

Katusha Bento, University of Edinburgh, Edinburgo, Escócia

Kamal Donko, Bayreuth Universität, Alemanha

Laura Luciani, Ghent University, Ghent, Bélgica

Leandro Nascimento de Souza, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Leonardo Marques, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Luciana Carreño, Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, Argentina

Luciane Cristina Scarato, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Marcelo de Souza Silva, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil

Marcos Abreu Leitão de Almeida, Universidade de São Paulo, SP, Brasil

Marcos Gerhardt, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil

Marília de Azambuja Ribeiro Machel, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Monica Moreno Seco, Universidad de Alicante, Alicante, Espanha

Pablo Bonavena, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Pablo Toro Blanco, Universidad Alberto Hurtado, Santiago, Chile

Patrícia da Costa Machado, Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil

Paula Alexandra Marques dos Santos, Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, Portugal

Paula Halperin, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Priscila Borba da Costa, Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil

Rafael Trapp, Instituto Federal do Tocantins, Dianópolis, TO, Brasil

Renilson Beraldo, Universidade Estadual do Paraná, Paranaguá, PR, Brasil

Rodolfo Grande Neto, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, Brasil

Rogério Akiti Dezem, Osaka University, Suita, Japão

Santiago Liaudat, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina

Sebastián Varela, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina

Sergio Friedemann, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Sheila Schvarzman, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, Brasil

Thiago Henrique Mota, University of California, Santa Barbara, EUA

Thiago Reisdorfer, Universidade Estadual do Piauí, Oeiras, PI, Brasil

Valéria Aparecida Alves, Universidade Estadual do Ceará, CE, Brasil

Vania Markarian, Universidad de la República, Montevideo, Uruguai

Vinicius Bivar Marra Pereira, Freie Universität Berlin, Berlim, Alemanha

Vitor Hugo Abranche de Oliveira, Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, GO, Brasil

Wesley Oliveira Kettle, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Jo Klanovicz: Doutor em História. Professor associado, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) do Paraná, Departamento de História, Guarapuava, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Frei Caneca 2035, Guarapuava, PR, 85012-000

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica

FINANCIAMENTO

Não se aplica



CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Jo Klanovicz. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz

HISTÓRICO

Recebido em: 4 de fevereiro de 2025

Aprovado em: 4 de fevereiro de 2025

Como citar: KLANOVICZ, Jo. Lista alfabética de pareceristas que colaboraram com *Esboços: Histórias em Contextos Globais*, em 2024 – Volume 31, n. 56, 57 e 58. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 598-601, set./dez. 2024.

